

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

MARIANA CIMINELLI MARANHO

LAZER E O DIREITO À CIDADE: O CASO DAS ASSESSORIAS
ESPORTIVAS NO PARQUE BARIGUI, CURITIBA/PR

PONTA GROSSA
2018

MARIANA CIMINELLI MARANHO

**LAZER E O DIREITO À CIDADE: O CASO DAS ASSESSORIAS
ESPORTIVAS NO PARQUE BARIGUI, CURITIBA/PR**

Tese apresentada para obtenção do título de doutora na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior.

PONTA GROSSA

2018

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Maranho, Mariana Ciminelli
M311 Lazer e o direito à cidade: o caso das
assessorias esportivas no parque Barigui,
Curitiba/PR/ Mariana Ciminelli Maranhão.
Ponta Grossa, 2018.
316f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais
Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Constantino
Ribeiro de Oliveira Junior.

1.Espaço Público. 2.Lazer. 3.Cidadania.
4.Assessorias esportivas. I.Oliveira
Junior, Constantino Ribeiro de. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas.
III. T.

CDD: 911.3

TERMO DE APROVAÇÃO

Mariana Ciminelli Maranhão

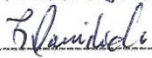
LAZER E O DIREITO À CIDADE: O CASO DAS ASSESSORIAS ESPORTIVAS NO PARQUE
BARIGUI, CURITIBA/ PR

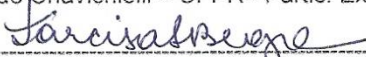
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela
seguinte banca examinadora:

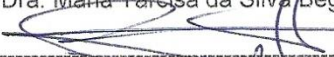
Ponta Grossa, 20 de dezembro de 2017.

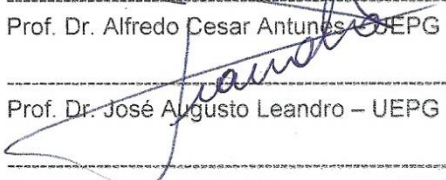
Assinatura pelos Membros da Banca:


Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira – UEPG – Presidente


Prof. Dr. Fernando Chavichioli – UFPR – Partic. Externo


Prof.ª Dra. Maria Tereza da Silva Béga – UFPR – Partic. Externo


Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes – UEPG – Partic. Interno


Prof. Dr. José Augusto Leandro – UEPG – Partic. Interno

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – UTFPR – Suplente Externo

Prof.ª Dra. Jussara Ayres Bourguignon – UEPG – Suplente Interno

A todos aqueles que, anonimamente, têm contribuído para, através da apropriação de espaços públicos, proporcionar a materialização da cidadania.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de doutorado exige um longo caminho, e é fruto de anos de estudo e dedicação. Durante este caminho muitas pessoas e instituições me ajudaram com apoio financeiro, pessoal, emocional, acadêmico. Neste momento, não poderia deixar de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para o coroamento deste trabalho.

Inicialmente, este trabalho só foi possível em função da oportunidade concedida pelo Instituto Federal do Paraná para a minha completa dedicação ao desenvolvimento do doutorado.

Todos aqueles que se disponibilizaram espontaneamente a participar das entrevistas: alunos e professores das assessorias esportivas, gestor público e usuários do Parque Barigui constituem a alma deste trabalho. Sem a sua participação não teria sido possível a realização desta tese. Não posso deixar de agradecer também a Associação das Assessorias e Técnicos de Corrida de Rua de Curitiba - AATCC.

Aos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialmente àqueles que compõem o Núcleo de Estudos em Esporte, Lazer e Sociedade, agradeço pelas discussões e contribuições, essenciais para o desenvolvimento desta tese. Agradeço também aos funcionários que têm papel essencial na dinâmica educacional e administrativa.

Da mesma forma, agradeço aos professores que aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa, suas considerações foram essenciais para o desenvolvimento da tese, partilhando comigo todo o aprendizado de anos de dedicação ao mundo acadêmico.

Especialmente o professor Constantino que aceitou o desafio de orientar e partilhar seu conhecimento com uma pessoa que ele pouco conhecia, apostando na nossa empatia mútua.

Não poderia deixar de mencionar todos aqueles que participaram da minha caminhada acadêmica na discussão do lazer, iniciada ainda na graduação em Educação Física, e que foi se solidificando com o avanço da minha formação.

Nesta caminhada foi essencial o apoio especial das amigas Cris e Thaís, parceiras na vida que me apoiaram emocionalmente, seja nas corridas que ajudavam a “lavar a alma”, seja nas gargalhadas que partilhávamos.

Agradeço pelo desprendimento da amiga Valéria em me ajudar com o trabalho de revisão ortográfica, partilhando das angústias que florescem durante o esforço de elaboração da tese. Agradeço também à amiga Edi, que muito me auxiliou durante todo o doutorado, não somente nas traduções, sempre feitas com muito esmero e cuidado, mas principalmente no apoio pessoal.

No caminho trilhado ao longo destes quatro anos, pessoas muito especiais foram fundamentais para atingir meus objetivos. Agradeço a meus pais, Eron e Rossana, por terem construído, desde a minha infância, os pilares de uma compreensão crítica e multidisciplinar da realidade em que vivemos. E ao Murilo, meu companheiro de todas as horas, que, apesar dos percalços que nos foram impostos no caminho, soube manter a serenidade que lhe é tão peculiar, traduzida em cumplicidade, muito carinho e compreensão.

Não posso deixar de mencionar o Chico, meu fiel amigo de todos os dias, suportando minhas rabugices, meu mal humor, inexplicável a seu olhar canino, mas cuja dedicação tornou meu caminho mais agradável e divertido.

[...] a busca da utopia é algo ancestral e companheiro do homem. O que distingue o ser humano dos outros animais não é o dedão, é exatamente o fato de que ele é portador de utopia. Eu sei que hoje se costuma ridicularizar quem fala em utopia, mas não me preocupo em insistir que sem ela não vale a pena viver, e sem ela também é impossível pensar, porque o pensamento não é produzido a partir do que houve, nem do que há. O pensamento portador de frutos é produzido a partir do que pode ser. É isso que nos reúne aqui, nesta sala, e é isso que reúne os homens de boa vontade em toda a parte.

Milton Santos

RESUMO

A intenção principal da pesquisa consiste em problematizar a apropriação dos parques públicos do município de Curitiba/Paraná, em especial o Parque Barigui, por empresas de cunho privado (assessorias esportivas). Nesse âmbito, buscou-se compreender de que forma a apropriação do Parque Barigui, por meio de assessorias esportivas, molda (ou não) formas específicas de acesso ao lazer. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo, por meio de estudo de caso do Parque Barigui, o qual é exemplar nesta estratégia de ocupação, agrupando o maior número de assessorias esportivas dentre os espaços públicos do município. Para o levantamento de dados empíricos, foi realizada observação no parque em questão, bem como entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, usuários do parque, representantes e alunos das assessorias esportivas atuantes nesse espaço. Os dados coletados na pesquisa de campo foram analisados com base na técnica da análise de conteúdo. Para o delineamento da pesquisa, a tese abordou a discussão sobre o lazer e o espaço, a produção do espaço urbano no município de Curitiba, a apropriação do espaço urbano, e a relação entre a cidadania e a apropriação do espaço público. A análise do espaço público se destacou na pesquisa visto que, atualmente, o mesmo tem ocupado na cidade moderna um papel de destaque, podendo ser considerado elemento articulador e ordenador da sociedade. É por meio de sua apropriação pelos sujeitos que o mesmo adquire sentido e significado. Nesse contexto, ao compreender essas formas de apropriação e, como consequência, os sentidos e significados atribuídos ao espaço é possível entender as relações sociais que se estabelecem nesse âmbito. As cidades, então, se constituem pelas diversas práticas sociais ao longo da história, que estão relacionadas à constituição do espaço. O município de Curitiba relaciona-se a esta discussão, visto que, historicamente, foi marcado por grandes transformações do espaço urbano promovidas pela prefeitura, as quais levaram à criação de diversos espaços públicos. Nesse processo, pode-se destacar a criação dos parques urbanos, que se tornaram locais de sociabilidade da população, apresentados pela prefeitura como espaços-síntese da vida coletiva dos curitibanos e apropriados sob a égide do lazer. Por meio da apropriação desses espaços é possível estabelecer uma relação com a conquista da cidadania, ou seja, a relação entre o espaço público e a cidadania enquanto direito à cidade. A presença das assessorias esportivas nestes espaços, enquanto agente privado, sugere o comprometimento da cidadania, erigindo barreiras simbólicas. No entanto, a pesquisa mostrou que, ao mesmo tempo, essa forma de apropriação pode propiciar a transformação do espaço em lugar, dotando-o de sentido e contribuindo, dessa maneira, para a materialização da cidadania.

Palavras-chave: Espaço Público. Lazer. Cidadania. Assessorias Esportivas.

ABSTRACT

The main intention of the research is to discuss the problems of public parks' appropriation in Curitiba / Paraná, especially Barigui Park, by private companies (sports advisory). In this scope, in order to understand the appropriation of Barigui Park, through sports advisory, establishing (or not) specific forms to leisure access. Therefore, it was developed a qualitative research, through a case study at Barigui Park, which is an example on this occupation strategy, gathering the largest number of sports advisories on the public spaces of the city. For the survey of empirical data, it was taken into account the park observation, as well as semi-structured interviews with public managers, park users, representatives and students of advisory sport services on this space. The data collected in the field research was analyzed based on content analysis technique. For the research design, the thesis focused on the discussion about leisure and space, the production of urban space in Curitiba, the appropriation of urban space, and the relationship between citizenship and the appropriation of public space. The public space analysis was pointed out in the research providing that, currently, it has developed a prominent role in the modern city; it can be considered a coordinator and organizer of the society. And it is through its appropriation by the subjects that it achieves its sense and meaning. In this context, understanding these forms of appropriation and, consequently, the sense and meanings attributed to space, it is possible to understand the social relations built up in this scope. The cities, therefore so, are made up by a variety of social practices throughout the history, which are related to the space constitution. Curitiba is linked to this discussion, due to the fact that, historically, it has been impacted for big changings of the urban space brought about by the city hall, which led to the creation of several public spaces. In this process, we can stand out the creation of urban parks, which became places of population sociability, presented by the city hall as synthesis-spaces of collective life of Curitiba inhabitants and suitable under the auspices of leisure. Through the appropriation of these spaces it has been possible to build up a relation with the conquest of citizenship, that is, the relation between the public space and citizenship as a right of the city. The attendance of sports advisories in these spaces, as a private agent, suggests the commitment of citizenship, building up symbolic barriers. However, the research showed that, simultaneously, this kind of appropriation can provide the changing of space into place, endowing it with meaning and, thus, enabling the materialization of citizenship.

Keywords: Public Space. Recreation. Citizenship. Sports Advisories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1.1	– Esquema explicativo da temática do estudo e suas categorias de análise.....	55
FIGURA 3.1	– Logomarca “Curitiba, capital ecológica”.....	130
FIGURA 3.2	– Mapa da localização dos parques implantados em Curitiba/PR em 2016.....	146
FIGURA 3.3	– Croqui do Parque Barigui.....	154
FIGURA 4.1	– Estrutura do evento do Dia das Crianças promovido pela Prefeitura Municipal de Curitiba / Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.....	163
FIGURA 4.2	– Assessorias esportivas presentes no Parque Barigui.....	167
FIGURA 4.3	– Alunos e professores de equipe de treinamento funcional no Parque Barigui.....	168
FIGURA 4.4	– Escolinhas de futebol utilizando a área do gramado no Parque Barigui.....	168
FIGURA 4.5	– Aulas de <i>Beach Tennis</i> no Parque Barigui.....	169
FIGURA 4.6	– Professor de empresa que propõe um programa de emagrecimento realizando suas atividades com um grupo de alunos em diferentes espaços do Parque Barigui.....	170
FIGURA 4.7	– Participantes do Projeto Yoga no Parque no gramado do Parque Barigui.....	171
FIGURA 4.8	– Membros do grupo Patins Barigui realizando manobras no Parque Barigui.....	172
FIGURA 4.9	– Mapeamento das assessorias esportivas atuantes no Parque Barigui.....	189
FIGURA 4.10	– Localização dos parques, praças e bosques de Curitiba/PR.....	190
FIGURA 4.11	– Espaços públicos de Curitiba/PR que possuem a atuação de assessorias esportivas em 2016.....	191

FIGURA 4.12	– Placas indicativas do uso das pistas do Parque Barigui.....	201
FIGURA 4.13	– Demarcações de quilometragem e figuras indicativas da função das pistas do Parque Barigui.....	202
FIGURA 4.14	– Pista de caminhada sendo utilizada pelas assessorias esportivas e seus alunos no Parque Barigui.....	205
FIGURA 4.15	– Diversas formas de apropriação da pista de corrida do Parque Barigui.....	207

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1	– Espaços públicos de Curitiba onde atuam assessorias esportivas, com seus respectivos horários de atendimento.....	38
QUADRO 3.1	– Quadro comparativo entre os Planos Agache, Serete-Wilhelm e PMDU.....	127
QUADRO 3.2	– Transformações nas políticas, intervenções e imagens, Curitiba 1971-2001.....	133
QUADRO 3.3	– Distribuição cronológica da criação dos Parques em Curitiba/PR.....	145

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1	– Descrição do número de atores entrevistados durante a pesquisa de campo no ano de 2016.....	47
TABELA 3.1	– Crescimento da população dos municípios de Curitiba/PR e São Paulo/SP entre os anos de 1940 e 1960.....	110
TABELA 3.2	– Evolução percentual da população de Curitiba na RMC e da RMC no Estado do Paraná, 1960-2016.....	131
TABELA 3.3	– Número de Visitantes ao Parque Barigui, semanal.....	156
TABELA 4.1	– Relação das corridas de rua realizadas em Curitiba/PR entre os anos de 2015 a 2017.....	165

LISTA DE SIGLAS

AATCC	Associação das Assessorias e Técnicos de Corrida de Rua de Curitiba
BADEP	Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condições de Vida
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDU	Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
PNUD	Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento
SMELJ	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 PERCURSO METODOLÓGICO	29
1.1 Pesquisa de campo	33
1.1.1 Observação	34
1.1.2 Entrevistas semiestruturadas	45
1.2 Análise dos dados	52
2 O LAZER NO CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO	57
2.1 Lazer e suas múltiplas concepções	60
2.1.1 Lazer enquanto fuga do cotidiano	62
2.1.2 Lazer sério	72
2.1.3 Lazer e socialidade	81
2.2 O espaço em questão	86
2.3 O lazer na perspectiva do espaço	97
3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CURITIBA	103
3.1 Curitiba e a construção dos espaços públicos	104
3.2 Contextualização de Curitiba e seus parques	138
3.3 O Parque Barigui	149
4 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EM FOCO O PARQUE BARIGUI	159
4.1 Diferentes estratégias de apropriação dos espaços públicos em Curitiba: em foco o Parque Barigui	161
4.2 Assessorias esportivas e a prática da corrida de rua: uma estratégia de apropriação do Parque Barigui	184
4.3 As diversas formas de utilização das pistas do Parque Barigui e seus conflitos, um caso em particular	199
5 CIDADANIA E O ESPAÇO PÚBLICO: EM FOCO O DIREITO À CIDADE 212	
5.1 O duelo público x privado no espaço público, um recuo da cidadania?	216
5.2 Apropriação do espaço público e a conquista da cidadania	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	266

REFERÊNCIAS.....	282
APÊNDICES	300
APÊNDICE A – Modelo de diário de campo.....	301
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada – Gestores Públicos .	302
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada – Profissionais das Assessorias Esportivas	303
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada – Alunos das assessorias esportivas	304
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista semiestruturada – Usuários do Parque 306	
APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido (T.C.L.E.) pesquisas com seres humanos	307
ANEXO	308
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP.....	309
ANEXO B – Autorização para pesquisa em parques e bosques de Curitiba .	315

INTRODUÇÃO

Um livro é como uma casa. Tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, dependência de empregada e até mesmo cozinha e porão. Suas páginas iniciais, como aquelas conversas cerimoniais que antigamente eram regadas a guaraná e geladinho e biscoito champanhe, servem solenemente para dizer ao leitor (esse fantasma que nos chega da rua) o que se diz a uma visita de consideração. Que não repare nos móveis, que o dono da morada é modesto e bem-intencionado, que não houve muito tempo para limpar direito a sala ou arrumar os quartos. Que vá, enfim, ficando à vontade e desculpando alguma coisa...

(Roberto DaMatta)

Na história das sociedades ocidentais, a modernidade¹ pode ser caracterizada, dentre outros aspectos, pela emergência de novos modelos de organização da dimensão sociocultural, de forma que a urbanização coincide com a modernização da sociedade. Nesse contexto, destacam-se transformações na ordenação da vida cotidiana, a produção histórica de novas formas de sociabilidade, construídas na demarcação das fronteiras entre as esferas pública e privada, sendo reconstituídos os espaços sociais. Os espaços públicos, nesse contexto, estão se tornando elementos cada vez mais importantes na constituição da cidade moderna.

A cidade torna-se, então, cada vez mais o ambiente contemporâneo do homem. Esta é constituída de diversas cidades, de inúmeros lugares que se inserem nos interstícios do urbano, onde a vida, composta de inúmeras relações, se desenvolve. Enquanto obra do homem, a cidade é também o homem que se transforma em sua criação. Ou seja, no mesmo sentido que o homem cria a cidade, ele recria a si mesmo.

Assim, pensar o espaço na cidade, enquanto prática social, significa pensar a sua apropriação por diferentes práticas sociais, corporais e culturais, sendo que esta não se reduz à representação do espaço. Refere-se ao sentimento de pertencimento, à compreensão do vivido além do espaço construído. Dentro das inúmeras práticas sociais que podem representar uma das dimensões da vida em sociedade, pode-se citar o lazer enquanto reprodução, construção e transformação de conteúdos culturais vivenciados de forma lúdica no tempo e espaço dentro das cidades.

¹ Compreende-se por modernidade o período entre o Iluminismo europeu (século XVIII) a meados dos anos 1980, caracterizados pela secularização, racionalização, democratização, individualização e ascensão da ciência (GIDDENS; SUTTON, 2016).

A existência desses espaços e sua apropriação² pela população estão diretamente associadas à cidadania, sendo a mesma composta por bens tangíveis e intangíveis, objetivos e subjetivos. A cidadania, nessa concepção, é compreendida como um fenômeno complexo e historicamente definido, e que está relacionado com a posse de direitos. Esses direitos são divididos em três categorias: os direitos civis, que garantem a vida na sociedade por meio dos princípios de liberdade, igualdade e propriedade; os direitos políticos, que garantem a participação da população no governo; e os direitos sociais, que incluem os direitos à educação, trabalho, lazer e saúde (CARVALHO, 2011).

A cidadania, além dos direitos civis, políticos e sociais, ou seja, da relação do Estado com o indivíduo, também se desenvolve nas relações sociais, nas quais cada indivíduo tem consciência de seus direitos, assim como de seus deveres e responsabilidades como cidadão. O conceito de cidadania pressupõe, dessa forma, sujeitos de direitos e deveres plenos, o que inclui o usufruto do lazer. O direito ao lazer significa que, para serem reconhecidos como tal, devem ter asseguradas as condições para sua expressão e exercício – essas condições são os espaços públicos. O entendimento de cidadania, então, significa ter acesso aos serviços públicos de qualidade e consciência de coletividade na ocupação dos espaços públicos.

Pensar a cidadania no contexto moderno, segundo Lefebvre (2001), implica o direito à cidade, manifesta-se enquanto o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. Caminhando em paralelo, pode-se falar do direito ao lazer na cidade contemporânea, ao ponto que ela própria, além das opções de entretenimento que possui e oferece a seus habitantes, é, em si mesma, um grande equipamento de lazer, e seus problemas e desigualdades são objetos de disputa e controvérsias. O direito à cidade e o lazer, portanto, é muito mais do que um direito de acesso individual ou coletivo aos recursos da cidade, é um direito de transformar, reinventar a cidade por meio das mais diversas formas de apropriação dos espaços.

² Como apropriação, neste trabalho, compreende-se a apropriação espacial, termo que será discutido com mais profundidade no tópico “Apropriação do espaço urbano”, inserido dentro do referencial teórico, descrito em seguida, após a abordagem metodológica.

O direito à cidade, enquanto uma das faces da cidadania, se materializa através do acesso aos espaços públicos, e é a sua apropriação uma das manifestações da cidadania. Lefebvre (2001) afirma que o direito à cidade deve ser garantido para todas as camadas da população, independente das condições sociais, econômicas ou de saúde. Esse direito vai além dos direitos sociais garantidos à população, como direito à saúde, moradia, entre outros, pois envolve o direito de participar das atividades da cidade e o direito à apropriação desta, ou seja, de se relacionar com os outros cidadãos e com os diversos equipamentos urbanos. O espaço, dentro dessa discussão, pode ser colocado como elemento fundamental, articulador e ordenador da sociedade.

Assim, os espaços são cenários dos acontecimentos, ações, fenômenos e relações dos sujeitos que os planejam, constroem, e que deles se apropriam. É a apropriação dos sujeitos no espaço que lhes atribui sentido e significado. Há, então, uma relação entre a sociedade e o espaço em que um se realiza no outro e pelo outro. Ou seja, a sociedade, ao produzir-se, o faz em um determinado espaço, como condição de sua existência, produzindo, como consequência, um espaço próprio.

O espaço parece, pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e centralidade analíticas. Os nossos próprios tempos e temporalidades serão progressivamente mais espaciais. É comum identificar nas nossas trajetórias pessoais a sucessão do tempo da família, da escola, do trabalho. Foi em atenção a essa sucessão que se constituíram muitos dos ramos da sociologia e de outras ciências sociais [...]. Começamos hoje a ver que cada um desses tempos é simultaneamente a convocação de um espaço específico que confere materialidade própria às relações sociais que nele têm lugar. A sucessão dos tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles. (SANTOS, 1988, p. 140-141).

A análise do espaço coloca-se, então, enquanto aspecto indispensável à compreensão do mundo contemporâneo e das relações sociais que nele se estabelecem. Visto que a produção do espaço pode revelar a realização da vida cotidiana. E com base na compreensão acerca da constituição do espaço, de suas formas de apropriação, suas transformações, os sentidos e significados a ele atribuídos, é possível compreender as relações sociais. Nesse contexto, o espaço público é o local onde as afinidades e diferenças sociais são vivenciadas. Como espaço público, Borja (2012) coloca que a cidade em seu conjunto merece ser

considerada um espaço público, assim como o espaço público pode ser considerado a própria cidade. É condição e expressão da cidadania, assim como dos direitos dos cidadãos.

As cidades, nessa percepção, se conformam e se constituem pelas diferentes práticas sociais que perpassam o processo de constituição dos espaços, construídos ou livres, projetados ou espontâneos. A formação da urbe perpassa os diferentes momentos da história moderna, que conformam as paisagens, as identidades e os contextos culturais de cada espaço urbano. Dessa forma, é o movimento histórico do processo de produção do espaço que demonstra que o espaço geográfico não é eterno, nem inerte e imóvel, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas.

Partindo do pressuposto de que os espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer das cidades podem ser compreendidos como constitutivos de uma maneira de pensar e viver a cidade, a reflexão sobre a prática socioespacial, ou seja, pelo modo que se realiza a vida na cidade, está centrada na relação dialética entre os espaços construídos e suas formas de apropriação.

O município de Curitiba (Paraná) se insere nessa discussão quando se considera que, ao longo de sua história, foi marcado por grandes transformações do espaço urbano promovidas pela prefeitura, as quais levaram à criação de diversos espaços públicos. Tais espaços corroboraram para que a cidade seja conhecida no cenário nacional e internacional como “capital ecológica” e “cidade modelo”, enquanto capital brasileira que superou os problemas urbanos resultantes da concentração populacional dos grandes centros. Neste contexto, a produção dos parques públicos conferiu uma nova identidade à cidade, assim como enredou o delineamento de novas estratégias de apropriação. Especialmente em Curitiba, o processo de criação e implantação desses espaços foi bastante intenso, sendo criados 23 parques e vários bosques municipais a partir de 1972³, sendo destes 10 entre as décadas de 1980 e 1990.

Ressalta-se, nesse aspecto, a relação entre a criação desses espaços pelo poder público e a apropriação pelos sujeitos sociais. A prefeitura, especialmente a partir da década de 1970, inicia a produção de uma identidade para a cidade, a partir

³ Fonte dos dados: Prefeitura Municipal de Curitiba / Curitiba em Dados, “Parques por Bairro, Regional e Localização em Curitiba” (2013).

da construção de referenciais urbanos, realizando a construção de novos espaços públicos. A cidade passou a se caracterizar por uma identidade cultural perpassada pela utilização dos espaços públicos. Ainda nesse âmbito, atrelada à criação desses espaços públicos, especialmente parques, há a veiculação de imagens-síntese do município pela Prefeitura, como “Cidade Modelo” na década de 1970, “Capital do Primeiro Mundo” na década de 1980, e “Capital Ecológica” na década de 1990.

A discussão realizada por Rechia corrobora com essa temática ao descrever esse processo de produção do espaço urbano de Curitiba, caracterizado pela criação de novos espaços públicos:

[...] o modelo adotado para a criação de ambientes públicos em Curitiba – onde os parques (para continuarmos com nosso fio condutor) se transformam em lugares de atividades e funções múltiplas – demonstram que a cidade se destaca pela incorporação da natureza no seu planejamento urbano, o qual tem como pano de fundo uma certa preocupação com a relação homem/cidade, com ênfase no “lazer verde”, distinguindo-a de outras capitais do país e criando em torno de si uma marca identitária que entre várias dimensões ressalta a qualidade de vida urbana e a beleza da cidade-jardim. (RECHIA, 2003, p. 74).

É importante ainda apresentar as discussões realizadas por Sánchez (1997), que relaciona a criação dos novos espaços na cidade de Curitiba e o lazer. Para a autora, os novos espaços públicos criados na cidade imprimiram novas marcas à materialidade urbana, incorporando como valor a ética e a estética do lazer na cidade. Os novos espaços, especialmente parques urbanos, constituíram-se em locais de sociabilidade, apresentados à população como espaços-sínteses da vida coletiva dos curitibanos, apropriados sob a égide do lazer.

Como parques urbanos, Macedo e Sakata (2003) compreendem

[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 14).

Os parques públicos urbanos surgem enquanto uma das possibilidades de pensar uma cidade mais humanizada, vale dizer, uma cidade onde a relação entre o homem e a natureza pode se transformar enquanto um movimento conciliador entre participação, encontro, liberdade e ludicidade. Uma cidade em que se reconhece a identidade do espaço público. Especialmente em Curitiba, os parques tornaram-se um

ponto de encontro, a “praia dos curitibanos”⁴, perpassado pelas mais diferentes maneiras de apropriação pela população, destacando-se aquelas marcadas por um caráter lúdico e desportivo, destacando-se, dentre elas, a prática da corrida.

Em relação à prática da corrida, ela tem sido apontada por seus entusiastas como o segundo esporte mais popular no Brasil (SALGADO & CHACON-MIKAHIL, 2006; PAZIN et al., 2008). No entanto, é importante ressaltar que há diferentes maneiras de praticar a corrida. Nem todos que correm, por exemplo, participam de competições de corridas de rua ou são alunos de assessorias esportivas. Há aqueles que correm casualmente e, nesse contexto, existe uma diversidade de intenções e objetivos entre seus praticantes. Dentro dessa diversidade, a corrida pode ser entidade tanto como esporte quanto como lazer. A corrida possui todas as características de um esporte⁵, mas a partir do momento em que é desenvolvida no tempo e espaço de lazer pode assumir a conotação de uma atividade de lazer.

Mais recentemente, há a presença de um agente social, estabelecendo novas práticas nestes espaços públicos do município: as “assessorias esportivas”. Trata-se da utilização dos espaços públicos de Curitiba por empresas privadas, a fim de desenvolver atividades físicas a grupos restritos que remuneram as empresas por estes serviços prestados. As assessorias esportivas constituem, assim, empresas com fins lucrativos, que desenvolvem atividades físicas aos contratantes de seus serviços, especificamente nos espaços públicos. Ressalta-se que as atividades físicas propostas pelas assessorias estão relacionadas à prática da corrida e da caminhada, sendo que muitas destas empresas já estão atrelando essas atividades ao ciclismo e exercícios funcionais.

Estas empresas não dispõem, de um modo geral, de espaços privados para a realização de suas atividades. A infraestrutura para a prática esportiva proposta é, desta forma, basicamente aquela proporcionada pelo espaço público, e por alguns materiais utilizados pelas empresas, tais como caixa térmica, caixa guarda volumes,

⁴ A Prefeitura Municipal de Curitiba na matéria “Nossos parques são nossas praias” publicada em seu site, afirma que “Curitiba não tem mar, mas um mar de verde está à disposição da população, em 30 parques e bosques municipais e dezenas de praças, jardins e jardinets”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, s/d., s/p.).

⁵ Para Melo (2004, p. 84) esporte “[...] é uma manifestação cultural poderosa, influente, que envolve emocionalmente um grande número de pessoas e que hoje se apresenta como uma eficaz forma de negócios, capaz de mexer com sonhos e difundir ideias, comportamentos, atitudes”.

colchonetes, *kettelbell*⁶, elásticos, cordas, barreiras e materiais para fortalecimento de pequeno porte e guarda sol.

O surgimento destas empresas é relativamente recente no ambiente urbano de Curitiba. Segundo entrevista do fundador da Associação das Assessorias e Técnicos de Corrida de Curitiba (AATCC), o Professor de Educação Física Fabio Morales Alonso, ao Jornal Gazeta do Povo (2009)⁷, pode-se identificar como marco temporal o ano de 2008, visto que neste foi criada a AATCC. Entretanto, há que se destacar que a presença de professores nos parques da cidade prestando serviços de treinamento esportivo de forma privada teve seu início em 2002, segundo o mesmo professor.

Nesse sentido, o precursor de uma das primeiras assessorias esportivas da cidade que utilizam os espaços públicos, descreve como surgiu a ideia da criação da empresa: “Na época, foi um tiro no escuro. A corrida estava crescendo no mundo inteiro, mas eu não sabia se teria mercado aqui. As pessoas colocavam o tênis e saiam correndo. Ninguém, até então, ‘comprava’ a corrida” (GAZETA DO POVO, 15 ago. 2009, s/p.).

Tais empresas constituem uma nova estratégia de apropriação de espaços públicos no município, em que empresas privadas desenvolvem suas atividades a partir da estrutura pública de lazer e esporte existente na cidade, sendo que há, pelo menos, 40 empresas atuando nos espaços públicos do município⁸. Diariamente assiste-se à atuação dessas empresas nesses espaços públicos, ao mesmo tempo em que os demais usuários mantêm o seu cotidiano de atividades físicas.

Já em diversos feriados e finais de semana, empresas de maior porte de diversos segmentos propõem atividades físicas, principalmente corridas e caminhadas, inseridas em estratégias empresariais de marketing, tendo normalmente como ponto de partida e/ou chegada parques do município. O trecho retirado da reportagem “Grandes Lucros com as corridas”⁹, do Jornal Gazeta do Povo, explicita bem essa realidade:

⁶ Equipamento utilizado para exercícios musculares. Trata-se de uma bola de ferro fundido com uma alça.

⁷ Reportagem “Grandes Lucros com as corridas”, publicada em 15 de agosto de 2009, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/grandes-lucros-com-as-corridas-bs33mvob8n4rb6rrqjllwsj0u>>.

⁸ Número contabilizado durante a realização da pesquisa de campo, no ano de 2016.

⁹ Reportagem disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/grandes-lucros-com-as-corridas-bs33mvob8n4rb6rrqjllwsj0u>>.

O movimento na pista que contorna o Parque Barigui dá uma ideia de como a corrida de rua ganhou adeptos em Curitiba ao longo dos últimos anos. Mas é no gramado, especialmente nos sábados de sol, que se percebe como o segundo esporte mais praticado no país, atrás apenas do futebol, também criou muitos negócios rentáveis. É nele que se multiplicam os guarda-sóis das assessorias esportivas – parte de um mercado cuja receita estimada só com provas é de R\$ 3 bilhões anuais. (GAZETA DO POVO, 15 ago. 2009, s/p.).

Essa forma de apropriação do espaço público sugere diversos questionamentos, podendo-se destacar duas questões principais: a presença destas empresas, de um lado, pode estimular a população em geral à apropriação destes espaços e, de outro, podem concorrer com o seu uso.

Nesse sentido, Maffesoli (2004) aponta a língua, os costumes, a culinária, as posturas corporais, as práticas discursivas e a maneira de representação como fatores de agregação, assim, grupos sociais particularizam suas atitudes, e não são engolidos pela globalização, fugindo da “babelização potencial” apontada pelo autor. As práticas de atividades físicas, dentre elas a corrida, nesse contexto, evidenciam a globalização e a “babelização” simultâneas, ao ponto que a busca pelo condicionamento físico é quase onipresente (MANDELL, 1999). Aos finais de semana, especialmente, milhões de pessoas andam, nadam, jogam bola, pedalam, correm. Entretanto, as formas de encontro, os locais, os horários atendem a hábitos e condições de cada lugar.

A principal interface entre a presença das assessorias e os usuários refere-se, do ponto de vista midiático, ao estímulo à prática esportiva como estratégia de apropriação dos espaços públicos, além de ser momento de encontro, de sociabilização. Alguns trechos retirados de reportagens publicadas demonstram essa posição:

Foi-se o tempo em que as praças e os parques de São Paulo eram ocupados apenas por corredores solitários e pais que observavam as crianças andarem de bicicleta enquanto permaneciam placidamente sentados. Agora, esses espaços começam a ser ocupados por grupos organizados por academias e assessorias esportivas, que estão criando programas específicos para os adeptos dos exercícios ao ar livre. (FOLHA DE SÃO PAULO, 26 set. 2002, s/p.).

Fazer parte de uma assessoria esportiva para corrida de rua vai muito além de seguir planilhas de exercícios e comparecer aos treinos uma vez por semana. Mais do que o apoio técnico oferecido pelos profissionais, quem busca um grupo como esses quer também fazer amizades. (EU ATLETA, 06 dez. 2012, s/p.).

A facilidade em praticar a qualquer momento e lugar tem atraído mais pessoas para a modalidade, realizada muitas vezes em grupos. Para os especialistas, correr com amigos tende a ser mais benéfico que sozinho, pois cria laços de amizade, mantém a perseverança e gera uma competição saudável. (GAZETA DO POVO, 10 out. 2013, s/p.).

Esta concepção recente de uso do espaço público por empresas privadas tem sido observada em diversas cidades de maior porte do país, que dispõem de mercado consumidor para este serviço e espaços apropriados para a sua implantação. Em Curitiba, o Parque Barigui é exemplar nesta nova estratégia de ocupação, a maior parte das assessorias esportivas atuantes no município realizam atividades em pelo menos um dia na semana no parque. O Parque Ibirapuera e a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, em São Paulo, e a orla marítima em Fortaleza, Rio de Janeiro e em Vitória são também testemunhas da expansão desta atividade privada em espaços públicos de lazer.

A presença destas empresas pode concorrer com o uso e apropriação dos espaços públicos. Estas empresas utilizam os mesmos espaços disponibilizados para todos os cidadãos, sem qualquer tipo de regulamentação pelos organismos públicos. Os espaços públicos são instâncias destinadas a garantir o acesso à cidadania. A presença das assessorias, neste contexto, enquanto agentes privados apropriando um espaço público, pode interferir na dinâmica do local, moldando (ou não) as práticas de lazer enquanto direito à cidade. A apropriação do espaço do Parque Barigui por essas empresas perpassa uma discussão entre a esfera pública e privada, visto a tensão entre o público e o privado e a apropriação do público pelo privado.

A presença das assessorias esportivas nestes espaços, enquanto agente econômico privado, muitas vezes dissociado dos princípios da cidadania e do acesso aos espaços públicos como elemento norteador da cidadania e do direito ao lazer, traz à tona a discussão sobre como a presença dessas empresas privadas molda (ou não) maneiras específicas na apropriação do Parque Barigui no tempo e espaço de lazer, enquanto direito à cidade, ou seja, até que ponto a apropriação privada através da atuação das assessorias esportivas interfere no acesso ao lazer dos cidadãos.

Para responder tais questionamentos, utilizou-se metodologia de cunho qualitativo, assentada na elaboração de pesquisa de campo, composta pela observação das diversas práticas do Parque Barigui no primeiro semestre de 2016, e realização de entrevistas semiestruturadas com gestor público da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, usuários do parque, assessorias esportivas e seus alunos que

utilizam o Barigui para desenvolver suas atividades. A análise das informações coletadas se baseou na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

A compreensão das estratégias de apropriação dos espaços públicos de Curitiba está perpassada e diretamente relacionada pelo tempo e espaço do lazer. Compreende-se, nesse sentido, que o lazer compõe uma esfera da vida cotidiana, influenciada pelas mesmas forças que atuam sobre a sociedade em sua totalidade e interagem com as dinâmicas da economia, da política e da cultura. Ressalta-se, ainda, que na sociedade contemporânea há uma íntima ligação entre a atividade física¹⁰ e o lazer.

Partindo do pressuposto do espaço enquanto o pulsar da vida urbana, a apropriação dos parques urbanos de Curitiba, no tempo e espaço do lazer, revela uma articulação entre espaço e tempo, tendo como consequência primordial a apropriação do espaço. Nesse sentido, a tese desse estudo se baliza na compreensão que o uso e apropriação dos espaços públicos no âmbito do lazer insere-se como elemento essencial no acesso à cidadania, como direito à cidade. A interação do tripé lazer - cidadania - espaços públicos confere à pesquisa caráter interdisciplinar à medida que envolve a análise de variáveis que transcendem o olhar de uma única disciplina.

Tem como local de destaque, nesse contexto, os parques e as diferentes formas de apropriação realizadas pelos indivíduos. As diferentes estratégias de apropriação destes espaços públicos constituem, nesse contexto, elemento fundamental de conexão entre estes componentes. Os espaços públicos, então, são uma espécie de síntese do aspecto físico da cidade. A partir da sua apropriação, os mesmos podem se transformar de espaço em lugar, assim como o acesso ao espaço público é condição necessária para o exercício da cidadania. Dessa forma, a apropriação do Parque Barigui pelas assessorias esportivas e seus alunos, enquanto uma prática de lazer, pode corroborar, ou não, para o exercício da cidadania.

Partindo de tal concepção, esta tese busca compreender como se dá a relação entre o lazer, a cidadania e o espaço público no contexto do Parque Barigui, considerando a relação público-privado na apropriação deste espaço por meio das

¹⁰ Compreende-se como atividade física “todas as formas de movimentação corporal, com gasto energético acima dos níveis de repouso (Caspersen et al., 1985). Inclui os exercícios físicos e esportes, deslocamentos, as atividades laborais, os afazeres domésticos e outras atividades físicas no lazer. É importante destacar que a atividade física do ser humano tem características determinantes de ordem biológica, cultural, demográfica e ambiental, igualmente significativas nas escolhas e nos benefícios derivados desse comportamento” (NAHAS; BARROS; FRANCALACCI, 2000, p. 50-51).

assessorias esportivas. Para tanto, busca-se compreender de que forma a apropriação dos espaços públicos do município de Curitiba, em especial do Parque Barigui, por meio de assessorias esportivas, molda (ou não) formas específicas de acesso ao lazer enquanto direito à cidade. Partindo deste objetivo, busca-se compreender a relação entre o lazer na cidade e os espaços públicos de Curitiba; historicizar a criação dos espaços públicos do município de Curitiba, a partir de estratégias específicas de planejamento e desenvolvimento urbano; e analisar a inserção das assessorias esportivas, um agente privado, no contexto das diversas estratégias existentes de apropriação de um espaço público, o Parque Barigui.

A tese em questão se dividiu em cinco capítulos a fim de responder as questões e objetivos identificados. Inicialmente, foram apresentados os percursos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Destaca-se que se iniciou pela apresentação da metodologia utilizada, em virtude da importância desta no desenvolvimento da pesquisa e da tese, tal que a mesma foi delineada a partir dos dados empíricos. Nesse momento, é realizada uma descrição dos aspectos metodológicos utilizados para o levantamento dos dados empíricos, por meio da pesquisa de campo, a qual é composta pela observação das diversas formas de apropriação do Parque Barigui, em especial das assessorias esportivas, e realização de entrevistas semiestruturadas com gestor público da Secretaria de Meio Ambiente de Curitiba, usuários do parque, assim como alunos e representantes de assessorias esportivas. Ressalta-se que os dados coletados durante a pesquisa de campo foram utilizados para contextualizar as discussões delineadas nos capítulos seguintes.

Em um segundo momento, é apontada a inter-relação entre os conceitos de lazer e espaço. Para tanto, o capítulo é dividido em três momentos, sendo que os dois primeiros apresentam os principais conceitos destas temáticas, lazer e espaço, respectivamente. No primeiro tópico neste capítulo, pretende-se apontar as diferentes compreensões de lazer apontadas nas entrevistas realizadas. Para tanto, a partir dos discursos dos usuários entrevistados, emergiram três categorias, as quais foram analisadas com base em autores que auxiliam compreender as mesmas. No que tange a discussão sobre o espaço, são apresentados os principais conceitos relacionados ao mesmo, tais como lugar, território e espaço público. O último tópico deste capítulo busca aproximar os principais conceitos abordados em relação ao lazer e espaço, com vistas a demonstrar que ambos caminham em paralelo,

complementando um ao outro. Ressalta-se que neste capítulo, começam a ser inseridas informações de caráter empírico, obtidas por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e observações, a fim de relacionar a discussão teórica desenvolvida com aspectos empíricos.

No terceiro capítulo procedeu-se uma contextualização do município de Curitiba. Neste é desenvolvida uma apresentação da constituição dos espaços públicos de Curitiba, dentre eles parques, praças e bosques, assim como se busca discutir como a inserção desses espaços no município influencia no tempo e espaço de lazer do curitibano. Há, ao final, uma exposição mais aprofundada do Parque Barigui, apresentando suas peculiaridades e elementos, por exemplo, como o mesmo foi constituído historicamente e seus equipamentos, visto que o levantamento dos dados empíricos da pesquisa ocorreu neste espaço.

O capítulo quatro busca apresentar as diferentes estratégias de apropriação do espaço do Parque Barigui, especialmente de que forma as assessorias esportivas atuam no mesmo. No primeiro momento deste capítulo é realizada uma descrição sucinta das diferentes forças envolvidas na dinâmica social e espacial, por meio de uma descrição das principais formas de apropriação observadas no parque ao longo da pesquisa de campo, de forma a contextualizar a inserção das assessorias esportivas. Em seguida, há uma descrição da forma de apropriação das assessorias esportivas no parque, apresentando os principais aspectos que marcam a presença dessas empresas no espaço, de forma a buscar compreender se a inserção das mesmas influencia na dinâmica do mesmo. Por fim, a partir de fatos identificados durante a realização da pesquisa de campo, percebeu-se que as pistas são um dos principais equipamentos de utilização do parque, em especial das assessorias esportivas, adquirindo grande importância para a compreensão da sua dinâmica. Dessa forma, foi realizada uma discussão das formas de apropriação das pistas (de corrida, caminhada e uso misto) presentes no local.

No capítulo cinco, tem como objetivo compreender a relação entre a cidadania e a apropriação do espaço público, a partir das relações e tensões estabelecidas pela presença das assessorias esportivas no Parque Barigui. Para tanto, o capítulo foi dividido em dois tópicos, a fim de abarcar as duas principais discussões que perpassam essa apropriação: a presença das assessorias esportivas enquanto um recuo da cidadania, a partir do duelo entre o público e o privado; e, por outro lado, a

apropriação do espaço do parque por essas empresas e a conquista da cidadania pela utilização do espaço público.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas [...] A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista.

(Milton Santos)

No contexto desta tese, que tem por objetivo compreender como se dá a relação entre o lazer, a cidadania e o espaço público no contexto do Parque Barigui, considerando a relação público-privado na apropriação deste espaço por meio da presença das assessorias esportivas, será utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2010), a abordagem qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, adequando-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos.

Neste âmbito, os dados pesquisados compõem-se de descrições detalhadas de fenômenos e comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes, profundidade e interações entre indivíduos, grupos e organizações. Conforme afirma Minayo (2012), a pesquisa qualitativa trabalha com o conjunto de fenômenos humanos, aprofundando o mundo dos significados levantados pela pesquisa quantitativa.

Na montagem do estudo de caso, com base nas informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba, no Portal Curitiba em Dados¹¹ e Secretaria do Meio Ambiente¹², foi possível identificar os parques urbanos existentes no município.

No que se refere ao levantamento das assessorias esportivas atuantes no município, não há dados oficiais disponíveis. Em função disto, foi utilizada a ferramenta da pesquisa exploratória para estabelecer um quadro mais completo possível das empresas em atuação nos parques públicos de Curitiba. Para tanto, utilizou-se essencialmente a Rede Mundial de Computadores, visto que as próprias

¹¹ A homepage do Portal Curitiba em Dados pode ser acessada pelo endereço eletrônico <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>.

¹² A homepage da Secretaria Municipal do Meio Ambiente pode ser acessada pelo endereço eletrônico <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-smma/267>>.

assessorias disponibilizam em seus *websites* e/ou *fanpage* em mídias sociais (como *Instagram* e *Facebook*) informações sobre locais e horários de atuação.

O resultado desta pesquisa possibilitou a elaboração de um mapeamento dos parques públicos urbanos que possuem assessorias esportivas atuando em seu espaço e a periodicidade desse uso. O resultado deste trabalho consistiu na definição do Parque Barigui enquanto o principal espaço em que estas empresas atuam, podendo interferir nas estratégias de uso e ocupação deste espaço público. O quadro disponível no tópico “1.1.1 Observação” apresenta o conjunto de informações obtidas a partir do levantamento delimitado anteriormente. Neste quadro é possível observar a maior concentração de empresas em atuação e de horários disponíveis para a contratação dos serviços esportivos no Parque Barigui. De 40 assessorias esportivas identificadas, 30 delas atuam no parque em algum período e/ou dia da semana¹³.

Ressalta-se, ainda a relevância deste espaço para o município, visto que o Parque Barigui apresenta a maior frequência de visitantes, em relação aos parques Alemão, Barigui Jardim Botânico, João Paulo II, São Lourenço e Tanguá (HILDEBRAND, 2001¹⁴). O Plano de Manejo (2007) contabilizou uma média de 23.708 frequentadores por dia no parque.

No que se refere ao estudo de caso, Quimelli (2009, p. 64) define o mesmo como “um estudo sistemático ou investigação e, em particular, uma ‘investigação sistemática de um caso específico’”. Ao mesmo tempo, enfatiza que as principais características de um estudo de caso podem ser resumidas sob a forma de estudo empírico. Para tanto, “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 33).

Compreende-se o estudo de caso, apoiado nas discussões de Yin (2005), como uma estratégia de pesquisa que envolve a investigação empírica de um fenômeno contemporâneo, inserido em um contexto da vida real, o qual utiliza diversos métodos de coleta de dados.

Nesse âmbito, vale ainda apresentar as características de um estudo de caso apresentado por Molina (1999):

¹³ Informações acerca dos espaços públicos de Curitiba onde atuam assessorias esportivas, e a relação das assessorias esportivas que realizam atividades no Parque Barigui.

¹⁴ Pesquisa desenvolvida na Tese de Doutorado intitulada “Avaliação econômica dos benefícios gerados pelos parques urbanos: estudo de caso em Curitiba-Pr”, defendida no Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal do Paraná.

A) particular, porque mesmo sendo similar a outros sempre guarda um interesse próprio, singular. B) descritivo, porque oferece uma rica e densa descrição do fenômeno estudado [...] Geralmente, a descrição é qualitativa e, para isso, utiliza as técnicas da prosa e da literatura para descrever e analisar situações, apresentando uma cuidadosa documentação dos acontecimentos. C) heurístico, enquanto amplia a compreensão do leitor sobre o caso em questão, podendo, ao mesmo tempo que provoca o descobrimento de um novo significado, ampliar a experiência de alguém sobre aquele fato ou, ainda, confirmar o que já se sabe. D) indutivo. As afirmações, as categorias ou os conceitos surgem de um exame dos dados fundamentados no próprio contexto. As expectativas e os ensaios de suposições, que o investigador tem no princípio de um estudo de caso, estão sujeitas à reformulação conforme prossegue o estudo. Caracteriza-se pelo descobrimento de novas relações, conceitos e compreensões e não pela verificação de hipóteses pré-determinadas. (MOLINA, 1999, p. 97).

As características do estudo de caso, conforme apresentado por Molina (1999), permitiram estabelecer as conexões entre o Parque Barigui e a presença das assessorias esportivas de tal forma a enquadrar a pesquisa enquanto estudo de caso. O Parque Barigui constitui um caso particular, visto a presença de maior parte das assessorias identificadas no município, ali desenvolverem as suas atividades. A pesquisa de campo demonstrou que, excetuando-se o domingo, em todos os dias da semana pode-se observar a presença de assessorias esportivas neste parque. Caracteriza-se como um caso descritivo em função de um elevado número de assessorias esportivas ser associado à prática de esporte, que melhor será possível perceber a influência destas. Heurístico, pois permite vislumbrar um novo conhecimento sobre esta forma de apropriação do espaço público. Indutivo, à medida que o conhecimento se produz a partir de dados captados no próprio ambiente.

A partir do estabelecimento do Parque Barigui enquanto estudo de caso, dadas as características específicas de uso e apropriação deste espaço público, foi desenvolvida a pesquisa de campo, a qual foi composta pela realização de observações e de entrevistas semiestruturadas com atores relacionados ao espaço definido. Num segundo momento, a partir dos dados levantados, foi delineada uma análise da estratégia de apropriação dos espaços públicos em Curitiba, no tempo e espaço de lazer, e a relação com o direito à cidadania, a partir da triangulação e análise dos dados coletados objetivando relacionar as informações, buscando identificar os pontos relevantes.

Nesse processo, os dados foram analisados e interpretados, identificando suas diferenças e aproximações. No decorrer da coleta e análise dos dados surgiram as categorias de análise, as quais corroboram para a interpretação dos dados. Minayo (2010) define esse método como uma dinâmica de investigação que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados.

A construção do texto procurou intercalar dados empíricos com a discussão teórica, a fim de propiciar maior clareza teórica e aprofundar a discussão interdisciplinar. Esta forma de desenvolvimento, entrelaçando observação e teoria, busca compreender a realidade observada a partir de múltiplas vertentes teóricas, principalmente ao considerar o caráter multifacetado do fenômeno em análise. Conforme propõe Maffesoli (1998),

Vivemos em um momento dos mais interessantes, em que a notável expansão do vivido convida a um conhecimento plural, e em que a análise disjuntiva, as técnicas de segmentação e o apriorismo conceitual devem ceder lugar a uma fenomenologia complexa, que saiba integrar a participação, a descrição, as histórias de vida e as diversas manifestações dos imaginários coletivos. (MAFFESOLI, 1988, p. 244).

Tem-se, assim, a essência da metodologia utilizada, em que a partir da realidade observada procurou-se desenvolver uma análise que priorizasse a integração entre teoria e prática, partindo-se do princípio que a realidade social é contraditória e que sua compreensão não pode estar engessada a determinados conceitos.

Por fim, é válido enfatizar que se constitui como elemento essencial da pesquisa a análise do espaço e suas diferentes apropriações, especialmente em relação ao tempo e espaço de lazer. Nesse sentido, Milton Santos enfatiza o espaço como

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

Para o autor, os sistemas de objetos influenciam os sistemas de ações e, os sistemas de ações influenciam os sistemas de objetos. Os sistemas de objetos e os

sistemas de ações estão indissolivelmente juntos, a soma e a interação compreendem o espaço.

Para analisar o espaço, então, é necessário verificar as relações e influências existentes entre os sistemas de ações e os sistemas de objetos. O espaço, ao constituir uma realidade objetiva, um produto social e permanente transformação, impõe sua própria realidade. Como consequência, para estudá-lo, é necessário apreender sua relação com a sociedade (SANTOS, 2014). Visto que, para o autor, o ponto de partida para o estudo do espaço é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. A qual ocorre sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.

Partindo dessa concepção, optou-se por desenvolver um diálogo entre os aspectos teóricos delineados ao longo dos capítulos, e os elementos empíricos identificados durante a realização da pesquisa de campo, de forma a indissociar o estudo do espaço e da sociedade. Dessa forma, a teoria e a realidade encontrada caminharam lado a lado no desenvolvimento da tese, dotando de importância essencial a pesquisa de campo para o desenvolvimento da mesma, visto que a partir desta emergiram os elementos para a discussão teórica.

1.1 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo é aqui compreendida como o momento de aproximação entre o pesquisador e a realidade sobre a qual formulou sua problemática, assim como, estabelece uma interação com os sujeitos que conformam a realidade, construindo um conhecimento empírico (MINAYO, 2012). Por campo na pesquisa qualitativa, assumindo o entendimento da autora, entende-se como “o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (MINAYO, 2006, p. 201).

O trabalho de campo, então, constitui-se como uma etapa essencial da pesquisa qualitativa. Ressalta-se ainda, que este deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e de aspectos operacionais, ou seja, não há trabalho de campo neutro. Minayo (2012) destaca que a forma com que a pesquisa de campo é realizada revela as preocupações científicas do pesquisador, o qual seleciona tanto os fatos a

serem observados, coletados e compreendidos, quanto a forma que irá reconhecê-los.

O trabalho de campo foi composto por duas etapas: a observação no Parque Barigui, e a realização de entrevistas semiestruturadas com atores relacionados às assessorias esportivas (alunos e professores das mesmas), à gestão do parque e usuários do parque que não possuem relação direta com as assessorias esportivas¹⁵. Ressalta-se ainda que estas duas etapas foram realizadas de maneira concomitante, ou seja, no mesmo intervalo de tempo autorizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba para realização da pesquisa durante o ano de 2016, foram realizadas as observações e entrevistas. No entanto, não ao mesmo tempo. Isto é, dentro desse lapso temporal, alguns dias ou períodos foram utilizados apenas para a realização da observação ou da realização das entrevistas. Isso auxiliou na melhor compreensão dos fatos analisados, assim como das falas dos entrevistados.

1.1.1 Observação

A observação se reveste de extrema significância no conjunto do trabalho realizado, visto que a partir deste instrumento será possível obter informações de caráter qualitativo da relação entre a cidadania, o lazer e a apropriação dos espaços públicos e compreender as diferentes formas de utilização e compreensão desses espaços. Auxilia, segundo Minayo (2012), com a busca da compreensão das relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações, ou seja, com a análise e interpretação da realidade a partir do conjunto de fenômenos gerados socialmente.

A discussão estabelecida por Mainardes (2009) auxilia esta concepção ao afirmar que os dados básicos da pesquisa qualitativa são reunidos por meio da observação, sendo esta a principal estratégia de coleta de dados nessa proposta metodológica. Nesse âmbito, a realização das observações no Parque Barigui busca perceber se a presença das assessorias esportivas interfere e/ou influencia na dinâmica e formas de apropriação do parque, partindo da compreensão que o

¹⁵ A pesquisa foi autorizada pela Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme pode ser consultado no ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP.

processo de uso e apropriação de um espaço público, está diretamente relacionado com a cidadania.

A realização das observações tomou como base a interpretação cultural, proposta por Geertz (2011), ao buscar compreender as práticas corporais juntamente com seu entorno, visto que a proposta da pesquisa em questão não é apenas entender como um grupo se relaciona com o espaço a partir da prática da corrida, mas como a inserção de várias empresas interfere na dinâmica do parque, utilizando para isso, de vários pontos de vista além dos professores e alunos das assessorias esportivas.

Nas investigações sobre lazer no contexto urbano há uma relação dialética entre o estranho e o familiar: se por um lado as práticas no tempo e espaço de lazer são familiares para o pesquisador, o mesmo precisa estranhar-se a ela por meio de uma visão próxima/distanciada que lhe permite perceber aspectos relevantes para a análise da mesma; por outro lado, para compreendê-las de uma forma mais abrangente, essas atividades realizadas e cada universo particular, necessita tornar-se familiar ao pesquisador.

Para a realização da pesquisa e compreensão das práticas dentro do espaço do parque, foram delimitados grupos a serem analisados, os quais foram determinados conforme algumas de suas características levantadas anteriormente. Para definição destes grupos foram utilizados os seguintes critérios:

- A pesquisa foi realizada nos horários em que as assessorias esportivas exercem suas atividades no Parque Barigui (principalmente nos períodos da manhã e da noite¹⁶);
- Foram contemplados grupos que realizam atividades físicas, especialmente de corrida, orientadas por assessorias esportivas no Parque Barigui, ao menos uma vez por semana.

As observações foram realizadas de forma sistemática¹⁷, durante o período temporal de sete meses, no Parque Barigui, entre os meses de janeiro e julho de 2016,

¹⁶ O levantamento de horários foi realizado durante a pesquisa de campo, assim como a partir de consulta aos sites das assessorias esportivas. Esses dados serão apresentados a diante no QUADRO 1.1 – Espaços públicos de Curitiba onde atuam assessorias esportivas, com seus respectivos horários de atendimento.

¹⁷ Considerando que as assessorias esportivas desenvolvem suas atividades em períodos pré-determinados, concentrando-se no início da manhã e no final da tarde, o levantamento de dados procurou acompanhar esta periodicidade. Isto foi feito de segunda feira a sexta feira e no sábado pela manhã (as assessorias só desenvolvem atividades pela manhã no sábado). Durante o levantamento de dados seguiu-se a sistemática de todo a observação ser descrita em diário de campo e, quando necessário, registrada por meio fotográfico.

conforme a autorização cedida pela prefeitura¹⁸. Ressalta-se que este espaço temporal determinado não inviabilizou a análise, tendo em vista que as assessorias esportivas não alteram sua forma de trabalho e apropriação do espaço ao longo do ano¹⁹. Nesse período temporal, foram realizadas 58 observações, sendo geralmente realizadas duas de segunda-feira à sexta-feira, e uma aos sábados, nos dias e horários em que há a maior concentração das assessorias esportivas no parque.

No que se refere à periodicidade da realização das observações, foram feitas pesquisas concentradas, sendo uma semana por mês, de forma não sequencial, de forma a não se repetir a semana do mês de realização da pesquisa, visando observar diferentes momentos do uso e apropriação do parque em função de situações específicas do período de levantamento dos dados. Visto que as empresas que atuam no Parque Barigui realizam contratos mensais com seus alunos, mantendo o mesmo padrão de atendimento em todas as semanas do mês.

É importante destacar, ainda, que no espaço temporal de janeiro a julho é possível acompanhar os usuários em diferentes climas e períodos de alta e baixa temporada de utilização, tais como férias escolares/trabalho, dias ensolarados, frios ou chuvosos. Curitiba apresenta bruscas diferenças de temperaturas ao longo do ano, sendo que os meses de junho a agosto se destacam em relação às baixas temperaturas, o que pode interferir na apropriação dos espaços públicos, inclusive no Parque Barigui. A partir dessa sistemática foi possível realizar as observações em dias frios, em dias quentes, em feriados e/ou vésperas e em dias chuvosos, situações que apresentaram variações em relação ao uso e apropriação do parque.

Como pode ser observado no quadro a seguir, que apresenta a relação das assessorias esportivas atuantes nos espaços públicos de Curitiba²⁰, no Parque Barigui, assim como nos demais espaços públicos, há uma concentração da atividade das assessorias esportivas nos períodos da manhã e da noite, especialmente das 6h às 8h, e 18h às 20h durante a semana, e das 8h às 10h aos sábados. Visto essa

¹⁸ Disponível para consulta no ANEXO B – Autorização para pesquisa em parques e bosques de Curitiba.

¹⁹ Não há um levantamento formal disponível realizado pelo Conselho Regional de Educação Física ou pela Associação dos Técnicos de Corrida de Rua de Curitiba sobre os dias, horários e locais em que as assessorias esportivas atuam nos espaços públicos de Curitiba. Visto isto, foi realizado um levantamento dessas informações por meio de pesquisa exploratória (utilizando essencialmente informações disponíveis na internet e pesquisa de campo), as quais possibilitaram compreender como estas se organizavam, em especial, quando e onde atuavam dentro do Parque Barigui.

²⁰ As informações das assessorias esportivas contidas no quadro são relativas ao espaço temporal em que as observações foram realizadas, ou seja, de janeiro a julho de 2016.

concentração, tais períodos foram determinados para a realização das observações, a fim de compreender as diferentes forças que influenciam e são influenciadas por esta forma de apropriação.

QUADRO 1.1 – Espaços públicos de Curitiba onde atuam assessorias esportivas, com seus respectivos horários de atendimento no ano de 2016

	MANHÃ (6h30-11h)	TARDE (12h-17h00)	NOITE (17h00-22h)
Eixo de Animação Arthur Bernardes	Fix Run (sábado 8h30)		ARS Running (terça-feira e quinta-feira 18h30 – 21h00) Sportsul (segunda-feira e quarta-feira 19h30)
Jardim Ambiental			Meirelles Assessoria (terça-feira e quinta-feira 18h30 – 19h30)
Jardim Botânico	Connect Sports (quarta-feira e sexta-feira 6h30 – 8h30) Equipiazza (terça-feira, quinta-feira 7h00 – 10h00) Fix Run (sábado 8h30) Four One Assessoria Esportiva (quarta-feira e sexta-feira 6h15 – 7h45) GF Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 6h45 – 7h45) Meirelles Assessoria (terça-feira e quinta-feira 6h30 – 8h30) Trainer Assessoria Esportiva (terça-feira, quarta-feira e quinta-feira 6h30 – 8h30) Web Treino (quinta-feira 7h00 – 8h30)	Web Treino – kids (quarta-feira 14h30)	BPM Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 19h30) Carbono Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 20h00) Trainer Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 17h30 – 19h30)
Parque Bacacheri	Carbono Assessoria Esportiva (terça-feira 6h30 – 8h00) Four One Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 6h00 – 7h30)		Four One Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h45 – 20h45) Fun Sport

	G5 Esportes (terça-feira e quinta-feira 7h00 – 9h30) Maxxyma Assessoria Esportiva (segunda-feira e quarta-feira 6h30 – 9h00) Meirelles Assessoria (quarta-feira e sexta-feira 6h00 – 7h15) Web Treino (segunda-feira, quarta-feira 6h30 – 8h30)		(quarta-feira, quinta-feira) G5 Esportes (segunda-feira e quinta-feira 18h50 – 20h30) Maxxyma Assessoria Esportiva (terça-feira, quinta-feira e sexta-feira 17h00 – 19h30)
Parque Barigui	4Run Assessoria Esportiva (terça-feira, quinta-feira 6h30 – 10h00, e sábado 8h00 – 11h00) 40~es (Quarentões) (segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira 7h00 – 10h00, sábado 8h00 – 11h00) ARS Running (terça-feira e quinta-feira 6h45 – 9h00, sábado 7h30 – 11h00) BPM Assessoria Esportiva (segunda-feira e quarta-feira 6h45, sábado 8h00) Carbono Assessoria Esportiva (quarta-feira 6h30 – 8h15, sábado 8h00 – 10h30) Connect Sports (sábado 8h00 – 11h00) Corrida Legal (segunda-feira e quarta-feira 7h00 – 8h00, sábado 8h00 – 9h00) Divas Running (terça-feira e quinta-feira 7h10 – 8h40) DX Assessoria Esportiva (segunda a sexta-feira 7h00, sábado 9h00 – 12h00) Fix Run	Divas Running (segunda-feira e quarta-feira 15h00 – 16h30) KP Training (segunda-feira e sexta-feira 15h30) Saia para correr (segunda-feira e quarta-feira 16h00 – 17h50) The Running Moms (quarta-feira 16h00 – 18h00) Web Treino – kids (sexta-feira 16h30)	4Run Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h30 – 20h30) 40~es (Quarentões) (terça-feira e quinta-feira 17h00 – 20h00) ARS Running (segunda-feira e quarta-feira 18h30 – 21h00, terça-feira e quinta-feira 17h30 – 21h00) BPM Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h00) Carbono Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h15 – 20h30) Connect Sports (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 20h00) Corra+Km (segunda-feira e quarta-feira 19h30 – 21h00) Divas Running (terça-feira e quinta-feira 19h00 – 20h30) DX Assessoria Esportiva

	(sábado 8h30) HP Sports (terça-feira e quinta-feira 6h30 – 8h30, sábado 7h00 – 10h00) João Andarilho Inteligência Outdoor (quarta-feira e sexta-feira 7h00 – 9h00) Kaluanã Assessoria de Corrida (terça-feira e sexta-feira 6h30 – 7h30, sábado 9h00 – 10h00) KP Training (segunda-feira e quarta-feira 8h00) Maxxyma Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 6h30 – 9h00, sábado 7h00 – 11h00) MIX3 Assessoria Esportiva (sábado 8h00 – 11h00) Pé no Asfalto (sábado 7h00 – 10h00) Perdão Team (terça-feira e quinta-feira 7h00 – 8h30, sábado 9h00 – 11h00) Saia para correr (segunda-feira e quarta-feira 8h45 – 10h45) Team Vanuza Maciel (terça-feira e quinta-feira) The Running Moms (terça-feira e quinta-feira 7h30 – 8h30, sábado 9h00 – 10h30) Trainer Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 6h00 – 8h00, sábado 8h00 – 11h00) (Kids – sábado 9h30 – 10h30) V8 Assessoria Esportiva		(segunda-feira e quarta-feira 18h00 – 19h30, terça-feira e quinta-feira 18h30 – 19h15) G5 Esportes (segunda-feira 18h00 – 19h40, e quarta-feira 18h00 – 20h30) HP Sports (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 20h00) João Andarilho Inteligência Outdoor (terça-feira e quinta-feira 18h30 – 20h00) Kaluanã Assessoria de Corrida (terça-feira e sexta-feira 18h30 – 19h30) Manocchio Team (segunda-feira 18h30 – 20h00) Maxxyma Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 20h00) MIX3 Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 17h45 – 20h00) MTS Performance (terça-feira) Pé no Asfalto (terça-feira e quinta-feira 17h30 – 20h30) Perdão Team (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 20h00) The Running Moms (terça-feira e quinta-feira 17h00 – 20h00, quarta-feira 18h00 – 19h00) Trainer Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 20h30)

	(segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira 6h00 – 9h00, terça-feira e quinta-feira 6h30 – 9h30, sábado 8h00 – 11h00) VK Run (terça-feira e quinta-feira 6h00 – 9h00, sábado 7h30 – 9h30) Web Treino (quarta-feira 6h30 – 8h30)		(Kids – quinta-feira 18h30 – 19h30) V8 Assessoria Esportiva (segunda-feira a sexta-feira 18h00 – 20h30) Web Treino (segunda-feira a sexta-feira 18h – 20h)
Parque Cambuí	ARS Running (segunda-feira, quarta-feira, sexta-feira 7h15 – 9h00)		
Parque São Lourenço	Carbono Assessoria Esportiva (quinta-feira 6h30 – 8h00) Chronos Assessoria (terça-feira e quinta-feira 6h30 – 9h00) Sulgiro (sábado 7h00 – 9h00) The Running Moms (segunda-feira e quarta-feira 7h30 – 8h30, sábado 9h00 – 10h30) Triax (terça-feira, quinta-feira)		Chronos Assessoria (segunda-feira e quinta-feira 17h00 – 18h30) Sulgiro (segunda-feira e quarta-feira 18h30 – 20h00) The Running Moms (terça-feira e quinta-feira 17h00 – 18h00)
Passeio Público			Carbono Assessoria Esportiva (quarta-feira 18h15 – 19h45)
Praça Alfredo Hauer			Trainer Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 17h45 – 19h45)
Praça do Japão	Fix Run (sábado 8h30) Meirelles Assessoria (quarta-feira e sexta-feira 7h30)		Trainer Assessoria Esportiva (terça-feira e quinta-feira 18h00 – 21h00) VK Run (segunda-feira e quarta-feira 18h00 – 20h00)
Praça Nossa Senhora de Salete	4Run Assessoria Esportiva (segunda-feira e quarta-feira 6h30 – 9h00)		4Run Assessoria Esportiva (segunda-feira e quarta-feira 18h30 – 20h30)

			Carbono Assessoria Esportiva (segunda-feira 18h15 – 19h15, quarta-feira 18h45 – 19h45) V8 Assessoria Esportiva (segunda-feira, quarta-feira, sexta-feira 18h00 – 20h00)
Praça Oswaldo Cruz	Equipiazza (segunda-feira e quarta-feira 7h00 – 8h00) Manocchio Team (segunda-feira, sexta-feira 6h45 – 8h00)		Equipiazza (segunda-feira a quinta-feira 19h00 – 20h00) Montecelli Sports (terça-feira, quinta-feira)

Obs.: As informações utilizadas para a elaboração deste quadro foram obtidas através de consulta à internet e durante a realização do trabalho de campo.

Fonte: pesquisa de campo (2016); 40ões – Quarentões (<http://www.quarentoes.com.br/>); 4Run Assessoria Esportiva (<http://www.4runassessoria.com.br/site/>); ARS Running (<http://arsrunning.com.br/>); ASSESSOCOR (<http://www.assessoria.com.br/>); BPM Assessoria Esportiva (<http://www.bpmonline.com.br/>); Carbono Assessoria Esportiva (<http://www.carbonoonline.com.br/index.php>); Chronos Assessoria (<http://www.assessoriachronos.com.br/>); Conect Sports (<http://connectsports.com.br/>); Corra+Km (<http://www.corramaiskm.com.br/index.php>); Corrida Legal – OAB/PR (<http://www.caapr.org.br/index.php>); Divas Running (<https://www.facebook.com/assessoriadivasrunning/timeline>); DX Assessoria Esportiva (<https://www.ativo.com/buscador-esporte/dx-assessoria-esportiva/>); Equipiazza (<http://equipiazza.com.br/>); Fix Run (<http://www.fixrun.com.br/>); Four One Assessoria Esportiva (<http://fourone41.com.br/>); Fun Sport (<http://www.funSPORT.com.br/treinos/>); G5 Esportes (<https://g5esportes.wordpress.com/>); GF Assessoria Esportiva (<http://www.gfassessoriaesportiva.com.br/>); HP Sports (<http://hpsports.esp.br/site/>); João Andarilho Inteligência Outdoor (<http://www.joaoandarilho.com/#!planos/c1viv>); Kaluanã Assessoria de Corrida (<http://www.kaluanacrossfit.com.br/assessoria-corrida>); KP Training (<https://www.facebook.com/grupodecaminhadacuritiba?fref=nf>); Manocchio Team (<http://www.manocchio.com.br/>); Maxxyma Assessoria Esportiva (<http://maxxyma.com/>); Meirelles Assessoria (<http://meirellesassessoria.wix.com/>); MIX3 Assessoria Esportiva (<http://www.mix3assessoria.com.br/>); Montecelli Sports (<http://amigosdoparquebarigui.blogspot.com.br/2013/06/amigo-do-parque-barigui-diego-montecelli.html>); MTS Performance (<https://www.facebook.com/MTS-Performance-486541128031005/>); Pé no Asfalto (<http://www.penoasfaltoassessoria.com/>); Perdão Team (https://www.facebook.com/perdaoteam/info?tab=page_info); Saia para correr (<https://www.facebook.com/saiapracorrer/>); Sportsul (<http://sportsul.com.br/assessoria/>); Sulgiro Assessoria Esportiva (<http://www.sulgiro.com.br/Home>); Team Vanuza Maciel (<http://teamvanuzamaciel.com.br/>); The Running Moms (<http://therunningmoms.com.br/v2/home>); Trainer Assessoria Esportiva (<http://www.trainerassessoria.com.br/>); Triax (<http://triax.esp.br/>); V8 Assessoria Esportiva (<http://www.v8assessoria.com.br/>); VK Run Assessoria Esportiva (<https://www.facebook.com/VK-RUN-Assessoria-Esportiva-867642639924405/>); Web Treino (www.webtreino.com.br/).

Outro aspecto importante em relação à observação, diz respeito ao local dentro do parque onde foram realizadas as observações, visto que o parque é extenso, e apresenta inúmeros pontos com características físicas que garantem diferentes possibilidades de apropriações, assim como diversas assessorias esportivas em variados pontos do parque²¹. Em busca de tentar compreender os diferentes contextos em que as assessorias estão localizadas, assim como as relações estabelecidas entre alunos, professores e usuários do parque, foram realizadas observações “itinerantes”, ou seja, ao longo do parque sem determinar um local fixo, assim como em locais pontuais, estabelecidos a partir das “caminhadas” realizadas pelo parque, visto que a localização das assessorias esportivas se modifica conforme o dia e o horário.

Estas “caminhadas” permitem

[...] treinar e dirigir o olhar por uma realidade inicialmente tida como familiar e conhecida. Para tanto, devia obedecer a um *timing* que a distinguisse do andar apressado e alheio do usuário habitual, assim como do passante descomprometido. No primeiro caso, o do usuário, o percurso é um meio para atingir algum ponto: assim ele recolhe apenas as informações estritamente necessárias para seu objetivo, como sinais de trânsito, fluxo de carros, obstáculos, transeuntes etc. Para o usuário habitual, o espaço é familiar. No caso do turista ou do passante, existe a observação do entorno, só que sujeita ao sabor dos imprevistos e ao caráter errático da caminhada. O pesquisador, ao contrário, mesmo numa caminhada de reconhecimento, tem um plano preestabelecido, e seu caminhar, mais lento que o do usuário e mais regular do que o do passeante, deve permitir uma observação contínua e seguir o fluxo do andar e parar. (MAGNANI, 2000, p. 36-37).

Para tanto, partiu-se da compreensão, pautada em Magnani (2002) que, a utilização da cidade pelos cidadãos (do espaço, dos equipamentos e das instituições), no âmbito do trabalho, da religiosidade, do lazer, da cultura e das estratégias de sobrevivência, é responsável pela dinâmica cotidiana. Assim, se propõe olhar a dinâmica do parque a partir dos arranjos dos atores sociais, ou seja, das formas de transitar pelo parque, usufruir de seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas. Assim, se serão observados dois polos, os atores sociais e a paisagem: de um

²¹ No tópico “4.2 Assessorias esportivas e a prática da corrida de rua: uma estratégia de apropriação do Parque Barigui”, é apresentado o mapa com a localização das assessorias esportivas no Parque Barigui.

lado, em relação aos atores sociais e a prática que estão sendo estudados/observados; de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, compreendida não como apenas um cenário, mas enquanto parte constitutiva do recorte de análise.

Buscou-se registrar regularmente os fatos observados em diário de campo²², assim como muitos momentos foram fotografados, a fim de auxiliar no desenvolvimento da pesquisa durante o processo de construção da tese. Nesse sentido, Mainardes (2009) e Minayo (2012) enfatizam que o registro das informações por meio do diário de campo é essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Este instrumento foi utilizado para registrar o que o pesquisador considerar mais relevante para a pesquisa *in loco*, por meio de anotações no próprio local de pesquisa. Mainardes (2009, p. 109) destaca algumas informações essenciais para o diário de campo: “data, local, dados sobre o espaço físico, pessoas envolvidas, atividades realizadas, objetos utilizados, ações, eventos, tempo empregado, objetivos das atividades, emoções sentidas ou expressadas pelos participantes, duração da observação”.

No que se refere à utilização de fotografias, juntamente com as notas de diário de campo, estas visam documentar a investigação com registros da realidade observada, apoiando sua caracterização e problematização. Loizos (2002), em relação à utilização da fotografia enquanto uma ferramenta dentro da pesquisa qualitativa, afirma que a imagem possibilita um registro restrito das ações temporais e dos acontecimentos reais. No entanto, o mesmo autor também afirma que as imagens

[...] não são nada mais que representações, ou traços, de um complexo maior de ações passadas. Devido ao fato de os acontecimentos do mundo real serem tridimensionais e os meios visuais serem apenas bidimensionais, eles são, inevitavelmente, simplificações em escala secundária, dependente, reduzida das realidades que lhes deram origem. (LOIZOS, 2002, p. 138).

As fotografias, partindo dessa compreensão, são utilizadas nesta pesquisa enquanto uma das ferramentas, dentre outras, para analisar e documentar alguma ação no tempo e espaço do parque. Neste sentido, a

²² O modelo de diário de campo utilizado na pesquisa de campo encontra-se no APÊNDICE A – Modelo de diário de campo.

imagem pode ser compreendida, então, como uma maneira de evidenciar os fatos e situações, complementando as informações levantadas pelas observações sistematizadas diário de campo e pelas entrevistas.

Ressalta-se que a investigação desenvolvida no âmbito desta tese é uma análise que visa conhecer a peculiaridade do objeto de pesquisa, e não possui, desse modo, pretensões generalizadoras, no sentido que suas conclusões que possam ser estendidas a outros contextos culturais. Destaca-se ainda que, o processo de análise dos dados e desenvolvimento de referencial teórico, ocorre paralelamente ao trabalho de campo, visto que, conforme o pesquisador avança na pesquisa *in loco*, amplia sua compreensão do que está ocorrendo.

1.1.2 Entrevistas semiestruturadas

A importância da entrevista na compreensão da realidade de um determinado universo de pesquisa tem sido enfatizada por autores como Stigger (2007), o qual destaca que a entrevista visa desvelar e alargar a possibilidade de acesso ao universo cultural, a partir da visão dos participantes das atividades e dos usuários dos espaços públicos de lazer. Discursos e ações não são realidades que se opõem, mas formas diferentes e complementares de expressão de um mesmo universo simbólico que se concretiza por meio da especificidade de cada situação. Dessa forma, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas, sendo que Minayo (2012, p.64) define a mesma como aquela que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada possui como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses, as quais se relacionam ao tema da pesquisa. Ainda segundo o pesquisador, as respostas dos questionamentos, realizados pelo mesmo, poderiam gerar novas hipóteses. Assim, em uma

pesquisa semiestruturada, o foco principal é colocado pelo pesquisador, mas não é necessário seguir apenas as questões propostas, havendo uma maior flexibilidade para o pesquisador e os atores envolvidos no processo.

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que irão compor o quadro de entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*, visto que a qualidade, a profundidade e o grau de ocorrência e divergência das informações obtidas nos depoimentos não podem ser mensuradas com antecedência (DUARTE, 2002). Entretanto, para fins de organização do trabalho científico, o número de entrevistados foi estimado em um primeiro momento. Nesse âmbito, foi proposto *a priori* um número de entrevistas a serem realizadas. Esse número, contudo, pode sofrer alterações conforme as informações se apresentem nos relatos.

À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos. (DUARTE, 2002, p. 144).

Destaca-se ainda, nesse âmbito que, na pesquisa qualitativa, o número da amostra depende do pesquisador. E de certa forma, a determinação desse valor é arbitrária. Segundo Triviños (2001, p. 85) “em geral, depende do pesquisador determinar o número de sujeitos que participará na amostra, ainda que se recomende que a quantidade de sujeitos não seja inferior a cinco por grupos diferentes de pessoas que participam na pesquisa”. O mesmo autor argumenta que esta recomendação seria apropriada pelo fato de existir a preocupação de obter “generalidades, ideias, tendências, [...] entre as pessoas que participaram do estudo” (TRIVIÑOS, 2001, p. 85).

Com base na argumentação apresentada até o momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com:

- Gestor público associado à administração dos espaços públicos de lazer de Curitiba²³ (Secretaria Municipal de Meio Ambiente – optou-

²³ APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada – Gestores Públicos.

se em realizar entrevista apenas com a SMMA por ser esta responsável pela gestão dos parques, pela autorização para atuação de outras entidades nestes espaços);

- Representantes das assessorias esportivas que utilizam o Parque Barigui para realizar suas práticas²⁴;
- Alunos das assessorias esportivas que utilizam o Parque Barigui²⁵
- Usuários do Parque Barigui, que não utilizam os serviços prestados pelas assessorias esportivas²⁶.

A tabela a seguir demonstra quantos atores foram entrevistados de cada grupo determinado anteriormente durante a realização da pesquisa de campo:

TABELA 1.1 – Descrição do número de atores entrevistados durante a pesquisa de campo no ano de 2016

	Gestor público	Representantes das assessorias esportivas	Alunos das assessorias esportivas	Usuários do parque	Total
Quantidade	1	11	22	20	54

Fonte: autora.

Antes de iniciar uma descrição mais aprofundada acerca do desenvolvimento e realização das entrevistas, é importante destacar que todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²⁷. Assim como a pesquisa, antes de ser iniciada, foi aprovada pela Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria do Meio Ambiente e Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa. As entrevistas, diferentemente das observações, foram realizadas entre os meses de janeiro a dezembro de 2016.

Trechos das entrevistas utilizadas ao longo dos capítulos foram identificados de diferentes maneiras para cada grupo: o nome do gestor público da SMMA manteve-se preservado, sendo denominado apenas de “gestor público

²⁴ APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada – Profissionais das Assessorias Esportivas.

²⁵ APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada – Alunos das assessorias esportivas.

²⁶ APÊNDICE E – Roteiro de entrevista semiestruturada – Usuários do Parque.

²⁷ APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido (T.C.L.E.) pesquisas com seres humanos.

SMMA”; os nomes das assessorias esportivas que participaram também não foram utilizados, as mesmas foram identificadas por letras em ordem alfabética conforme a realização das entrevistas; já para identificar os alunos e usuários do parque, utilizou-se três informações pessoais dos mesmos: o primeiro nome, a profissão e a idade.

A construção dos roteiros para as entrevistas foi apoiada inicialmente na formulação de perguntas que procurassem responder as indagações da pesquisa, ou seja, estavam fundamentadas no arcabouço teórico desenvolvido. Após as entrevistas iniciais foram identificadas novas necessidades para abarcar todo a complexidade da questão em estudo, sendo acrescentadas novas perguntas, buscando suprimir lacunas na estrutura das entrevistas com as assessorias esportivas, seus alunos e demais usuários do parque.

É importante destacar que o objetivo das entrevistas consistiu em compreender as forças envolvidas no processo de apropriação dos espaços públicos pelas assessorias esportivas e seus alunos. Por fim, é importante destacar a afirmação de Duarte (2002), a qual coloca que a pesquisa tem o objetivo de compreender as redes de significados com base no ponto de vista do “outro”.

Para o desenvolvimento e estruturação dos roteiros das entrevistas semiestruturadas realizadas com os diferentes atores sociais, inicialmente, os mesmos foram divididos em duas partes: primeiramente a identificação do entrevistado, e em seguida os questionamentos acerca da apropriação do Parque Barigui e sua relação com as assessorias esportivas presentes no mesmo. A “identificação” teve como objetivo caracterizar os diferentes entrevistados, auxiliando na compreensão sobre público pesquisado, especialmente em relação às assessorias esportivas, seus alunos e usuários do parque. Enquanto os questionamentos propriamente ditos, colocados aqui como a segunda parte do roteiro, foram estruturados pautados nos objetivos com que cada grupo foi escolhido.

No caso dos Gestores Públicos, os questionamentos realizados procuraram investigar e avaliar como a Prefeitura Municipal de Curitiba compreende as novas práticas desenvolvidas nestes espaços públicos do município pelas assessorias esportivas, e até que ponto a sua utilização por essas empresas pode interferir na apropriação dos demais usuários.

Os questionamentos estruturados para os representantes das assessorias esportivas que utilizam o Parque Barigui para realizar suas práticas procuraram perceber a compreensão desses profissionais sobre a relação dos espaços públicos com o lazer e a prática da corrida, buscando identificar se a sua presença interfere na apropriação do espaço por seus alunos e dos demais usuários. Para tanto, as perguntas são voltadas para a forma que estas se estabeleceram no parque e as possíveis mudanças no mesmo a partir do início de suas atividades. Propõe-se, em princípio, a realização de entrevistas com dez assessorias esportivas, seguindo a metodologia “*snowball*”, visto que no momento do planejamento e da realização da pesquisa não havia uma delimitação formal do número de indivíduos que utilizavam os serviços prestados pelas assessorias esportivas, assim como de quantas empresas atuavam neste ramo no município²⁸.

A metodologia “Bola de Neve” ou “*snowball*” consiste na técnica de amostragem em que um ator social pesquisado indica outro participante do processo, que indica outro, e indica outro, até as informações começarem a se repetir, atingindo o ponto de saturação. Nesta sistemática, o grupo da amostra cresce como uma “bola de neve”. A “*snowball*”, dessa forma, é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, em que se vão identificando os casos de interesse a partir da própria população que está sendo pesquisada (COLEMAN, 1958; GOODMAN, 1961). Nesse aspecto, esta técnica gera um efeito positivo em termos de receptividade das assessorias esportivas para a realização da pesquisa, em função de terem sido indicadas por outras empresas do mesmo ramo.

Em relação aos alunos das assessorias esportivas que utilizam o Parque Barigui, as questões foram desenvolvidas buscando identificar como esses usuários compreendem a sua apropriação dos espaços públicos e as práticas de lazer, a relação dos mesmos com os demais usuários, e como a presença dessas assessorias interfere na dinâmica social do parque. Como não há um

²⁸ No site da AATCC, após o término da pesquisa de campo, foi disponibilizada uma listagem das assessorias esportivas e academias de ginástica associadas. Mas, ressalta-se que nem todas as empresas que atuam no Parque Barigui, assim como nos demais espaços públicos de Curitiba, fazem parte dessa associação. Apesar disso, a metodologia utilizada não perde a sua validade, principalmente ao permitir identificar as empresas chaves no processo de uso e ocupação do Parque Barigui, mesmo que não filiadas à AATCC.

dados concretos sobre o número de participantes *a priori*, propõe-se a realização, em média, de dois alunos por assessoria esportiva participante da pesquisa.

Por fim, para os usuários do Parque Barigui, que não utilizavam os serviços prestados pelas assessorias esportivas, as questões presentes no roteiro possuíam como objetivo compreender de que forma a presença das assessorias esportivas e seus alunos poderiam interferir, ou não, na dinâmica do parque, e na apropriação dos frequentadores. Ou seja, objetivou-se perceber a visão do “outro”, do não aluno das assessorias esportivas, sobre a apropriação do parque por essas empresas e seus alunos. Assim como buscou-se identificar como esses usuários compreendiam a sua apropriação dos espaços públicos e as práticas de lazer. Se propôs, em princípio, a realização de aproximadamente vinte entrevistas, a fim de estabelecer uma continuidade do número de entrevistas realizadas com os alunos das assessorias esportivas.

Para realizar o primeiro contato com o grupo a ser entrevistado, utilizou-se de um interlocutor da área de Educação Física, o qual indicou um profissional que atuava no espaço pesquisado. A primeira assessoria esportiva participante indicou mais dois profissionais que realizavam atividades no parque, iniciando dessa forma, uma rede com os sujeitos participantes da pesquisa. Já para a entrevista com os alunos das assessorias, estes também foram indicados pelos profissionais de educação física atuantes nas empresas que participaram da pesquisa, sendo os entrevistados alunos dos profissionais anteriormente citados.

O contato com os profissionais indicados ocorreu por telefone (cujos números foram cedidos pelos profissionais entrevistados) ou pessoalmente enquanto os mesmos prestavam seus serviços no Parque Barigui. Em geral, os professores das assessorias, ao serem questionados em sobre qual seria o melhor momento para participar da pesquisa, preferiram ser entrevistados no parque, durante ou ao final de suas atividades, mas em um período em que haviam outros instrutores para auxiliá-los. Duas assessorias esportivas requisitaram que a entrevista com os responsáveis fosse em um horário diferente daquele em que os mesmos se encontravam no parque, no escritório da empresa. Há ainda o caso de uma assessoria esportiva que, ao ser abordada no parque, requisitou que enviasse um e-mail para combinar uma data para realizar a pesquisa, mas não retornou o mesmo.

As entrevistas com os profissionais das assessorias esportivas foram realizadas, em geral, no local onde realizam suas atividades no parque, após o aquecimento dos alunos, momento em que os mesmos saíam para realizar o treinamento proposto. De modo a interferir pouco no atendimento e rotina das empresas. No que se refere aos alunos das assessorias esportivas, em geral, as entrevistas foram realizadas após o término do treinamento, por indicação dos professores. Nesse sentido, uma assessoria esportiva requisitou o envio do projeto de pesquisa por e-mail, para então perguntar a seus alunos se alguém gostaria de participar da pesquisa, mas não foi obtido retorno da mesma. Já outra, afirmou que a empresa não tem como política a realização de pesquisas externas à empresa com seus alunos.

É relevante destacar ainda que, na grande maioria dos casos, tanto as assessorias esportivas quanto seus alunos foram solícitos em relação à participação na pesquisa. Em muitos casos, os próprios alunos se propunham a participar, sendo realizadas mais que as duas entrevistas propostas com cada assessoria. Houve apenas um caso de um aluno que “levou na brincadeira”, respondendo de forma sarcástica alguns dos questionamentos realizados ao longo da entrevista, mas optou-se por analisar as falas dessa entrevista, visto que nem todos os questionamentos foram respondidos com deboche.

Em relação ao gestor público não ocorreu esse processo pela metodologia “*snowball*”, visto que há profissionais designados para a gestão dos Parques da cidade. Ressalta-se que a entrevista foi realizada no ano de 2016, na gestão do Prefeito Gustavo Fruet²⁹, sendo que apenas um profissional da Secretaria de Meio Ambiente responsável pelos parques aceitou realizar a entrevista. No que se refere aos demais usuários do parque, as entrevistas foram realizadas no Parque Barigui, nos mesmos horários em que estão presentes assessorias esportivas, com sujeitos que estão frequentando o parque, e teve como critério de exclusão a participação nas atividades das assessorias esportivas presentes no parque ou não.

Conforme as entrevistas foram sendo realizadas e transcritas, o conteúdo das falas foi analisado, a fim de traçar possíveis ajustes nos caminhos da pesquisa. Vale destacar que algumas colocações dos atores entrevistados

²⁹ A gestão de Gustavo Fruet como prefeito de Curitiba ocorreu entre os anos de 2013 a 2016.

perpassam diferentes aspectos analisados ao longo da pesquisa, de forma que, uma mesma fala, pode ser analisada a partir de diferentes olhares.

Por fim, é válido colocar ainda que todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes da pesquisa, e em seguida, transcritas pela autora³⁰. Ao inserir as entrevistas no processo de investigação, objetivou-se levantar elementos do universo de significações dos participantes dos grupos determinados, compreendendo que

[...] discursos, por uma parte, e ações, por outra, não são realidades que se opõem, nem que uma opera distorcendo a outra: seriam antes formas diferentes mas complementares de expressão de um mesmo universo simbólico que só pode ser apreendido como sistema abstrato, mas que se manifesta através da especificidade de cada situação concreta. (MAGNANI, 1998, p. 196-197).

Assim, a análise dos dados foi desenvolvida a partir da articulação entre as duas realidades, as falas dos atores entrevistados e as observações realizadas no parque, as quais foram transformadas em evidências empíricas, e criadas as categorias de análise.

1.2 Análise dos dados

As entrevistas semiestruturadas após transcritas foram categorizadas, e analisadas juntamente com fatos e acontecimento descritos no diário de campo. Dessa forma, os dados obtidos na pesquisa empírica serão analisados conjuntamente, buscando compreender as diferentes apropriações do espaço público e sua inter-relação com o acesso à cidadania e às diferentes formas de lazer, tendo como pano de fundo a presença das assessorias esportivas e seus alunos no Parque Barigui. Stigger (2007, p. 8-9) corrobora com essa colocação, ao afirmar que discursos e ações não devem ser consideradas realidades que se opõe, “mas seriam formas diferentes e complementares de expressão de um mesmo universo simbólico que se manifesta através da especificidade de cada situação concreta”.

³⁰ Nas transcrições foram respeitadas as formas que cada ator entrevistado falava, ou seja, não foram realizadas correções gramaticais nas falas durante as transcrições, mantendo expressões utilizadas na comunicação oral.

Para melhor organização dos dados, inspirou-se na técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), visto que esse método se propõe ao estudo das motivações, valores, atitudes, crenças e tendências de compreensão das concepções que podem existir nos dispositivos legais, princípios e diretrizes que norteiam uma sociedade. O mesmo autor ainda afirma que a análise de conteúdo se refere a um conjunto de técnicas da análise dos “discursos” (conteúdos) diversificados. Nas palavras da autora, termo análise de conteúdo designa:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 37).

Bardin (2011) indica que a análise de conteúdo segue três fases: pré análise, análise do material e tratamento dos resultados. Essa ferramenta de análise caracteriza-se como um conjunto, demonstrando o conteúdo das mensagens enunciadas e inferindo possíveis informações pertinentes a elas.

A primeira fase, a pré análise, pode ser identificada como uma fase de organização. Nela, se inicia o trabalho, determinando os documentos a serem analisados, no caso dessa pesquisa, entrevistas semiestruturadas e observação, já descritas anteriormente, de forma a constituir um *corpus*. Bardin (2011) compreende como *corpus* o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras” (BARDIN, 2011, p. 126).

A constituição desse *corpus* deve seguir alguns critérios: a exaustividade, dando conta do roteiro proposto; a representatividade, de forma a dar conta do universo pretendido; a homogeneidade, de forma a apresentar coerência interna de temas, técnicas e interlocutores; e, a pertinência, por meio da adequação ao objeto e objetivos do estudo.

Com os dados transcritos em mãos, inicia-se a leitura flutuante. E, a partir dos objetivos propostos para a pesquisa, há a construção inicial de indicadores para a análise: definição de unidades de registro (temas); e de unidade de contexto.

Na fase de análise do material, são escolhidas as unidades de codificação, de forma que

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto. (BARDIN, 2011, p. 133).

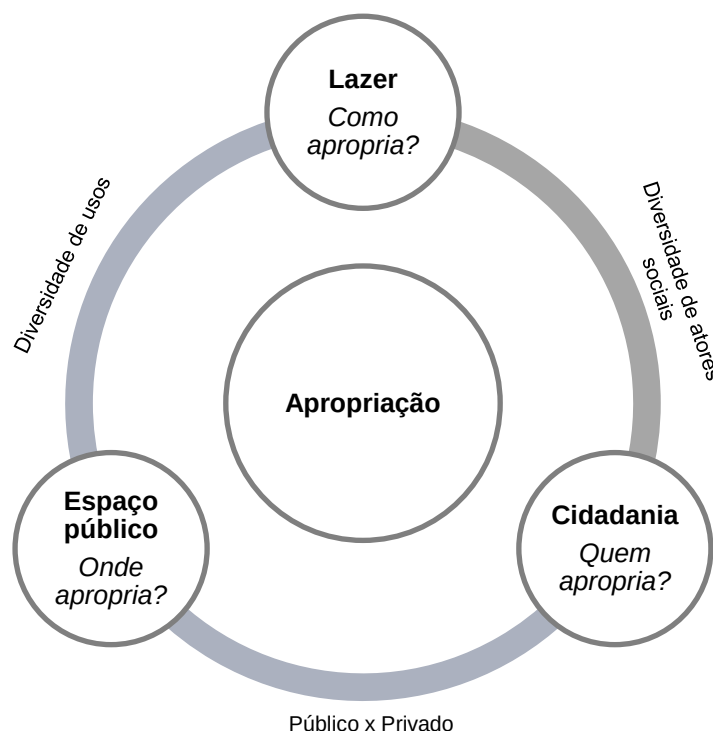
Para a codificação dos dados coletados em pesquisa de campo, foram escolhidas as unidades de codificação, adotando-se os seguintes procedimentos de codificação: classificação por temas e categorização, a qual permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização, e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los.

Nesse âmbito, realizar uma análise temática consiste em descobrir “núcleos de sentido”, os quais compõem o discurso, e sua presença ou frequência, pode significar algo para a análise do problema. O tema, dessa forma, “enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas” (BARDIN, 2011, p. 135).

Com a unidade de codificação determinada, o passo seguinte foi a classificação em blocos que expressem determinadas categorias, que confirmam ou modificam aquelas, presentes nas hipóteses, e referenciais teóricos inicialmente propostos. Para tanto, foram retirados trechos das falas dos entrevistados que representam cada temática determinada. Assim, em um movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as categorias vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo.

Seguindo estes procedimentos metodológicos, a partir da perspectiva de Bardin (2011), foram compostas três categorias de análise: espaço público, lazer e cidadania, que se mantiveram as mesmas para cada um dos grupos de atores sociais. A análise da interação entre os três temas apontou o estabelecimento de nuances diferenciadas para cada grupo de ator social, a partir das relações sociais subjacentes a cada grupo.

FIGURA 1.1 – Esquema explicativo da temática do estudo e suas categorias de análise



Fonte: autora.

A terceira fase do processo de análise do conteúdo, o tratamento dos resultados, compõe-se pela inferência e interpretação. Neste momento, a partir dos resultados brutos, o pesquisador procura torná-los significativos e válidos. Esta interpretação deve ir além do conteúdo manifesto dos documentos, visto que, interessa ao pesquisador o conteúdo oculto, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido. Bardin (2011) coloca, nesse sentido, que durante a interpretação dos dados, é preciso voltar atentamente aos marcos teóricos, pertinentes à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, é que dotou de sentido a interpretação.

Partindo dessa concepção, onde o marco teórico e a interpretação dos dados caminham concomitantemente, se optou por trabalhar ao longo de todos os capítulos essa inter-relação, de forma que não há uma divisão do texto entre o desenvolvimento inicial de uma fundamentação teórica e, posteriormente, a apresentação e interpretação dos dados. Dessa forma, buscou-se desenvolver um diálogo entre a fundamentação teórica e os dados obtidos na pesquisa de

campo ao longo da tese, apontando trechos do diário de campo e das entrevistas realizadas para contextualizar a realidade analisada.

2 O LAZER NO CONTEXTO DO ESPAÇO PÚBLICO

Não se pode escapar à importância cultural do lazer. Ao contrário, pela confirmação que fazem do “lado sério” da vida, as atividades e práticas de lazer, resgatadas ao ônus estigmatizante que as manteve ausentes das agendas de investigação sociológica, constituem-se hoje num elemento crucial do conhecimento da sociedade.

(Carlos Fortuna)

A cidade como paisagem artificial criada pelo homem é composta por ruas, praças, avenidas, casas, edifícios, parques e praças, constituída por objetos e imagens, influenciados pela dinâmica entre a vida pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, lazer, entre outras dimensões. É neste sentido que se entende que as grandes cidades contemporâneas se constituem em múltiplas práticas sociais. Para Park (1967), citado por Harvey (2014, p. 28), a cidade é

[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma constância bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.

No tecido social das metrópoles, ao observar o universo das práticas de lazer, é possível notar que, apesar da inserção de práticas relacionadas ao consumo, ainda sobrevivem as conversas de botequim, o almoço de domingo, o circo, o salão de dança do bairro, a festa junina, a folia de reis, o futebol de várzea, a brincadeira de peão, o soltar pipa, a roda de samba, o churrasco depois do mutirão, o passeio na praça e demais hábitos tão comuns, embora também avancem a prática da ginástica de academia, o espetáculo esportivo, os shows de música, a audiência da TV, a locação de filmes, o acesso à internet, as viagens de turismo, os passeios no shopping, os jogos eletrônicos, as pistas de caminhada, o domingo no parque temático, dentre outros.

Em todas estas atividades, o lazer pressupõe a existência de um espaço. É possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Santos (1981) avança no sentido de relacionar lazer e espaço urbano. Para este autor, assim como o espaço para o

lazer é o espaço urbano, as cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer.

Se o mundo urbano é um equipamento potencial de lazer, quanto mais complexo e diversificado, tanto mais plenamente pode ser apropriado para esse fim. Planejar espaços para fins de lazer não é construir campos de futebol, ciclovias ou criar áreas verdes. É cultivar um meio urbano cujas ruas permitam jogar uma 'pelada', andar de bicicleta, ou simplesmente passear à sombra. (SANTOS, 1981, p. 142).

A partir desta concepção, pode-se afirmar que pensar o lazer pressupõe considerar o espaço como categoria de análise, que apresenta relevância para a compreensão da realidade, ao ponto que o mesmo é determinado pelo sujeito, assim como pode determinar as ações dos sujeitos. Dessa forma, lazer e espaço são indissociáveis e complementares no contexto atual.

O lazer, partindo das colocações de Gomes (2004) que compreende que a sociedade não é composta por dimensões neutras e desconectadas umas das outras, mas sim relacionadas e interdependentes, é uma dimensão cultural construída socialmente a partir de quatro elementos inter-relacionados: tempo, espaço-lugar, manifestações culturais e ações (ou atitude). Para a autora, o tempo refere-se ao usufruto do momento presente, não se restringe a períodos institucionalizados para o lazer (férias, finais de semana, etc.); o espaço-lugar enquanto ao "local" onde os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro e de convívio social para o lazer, indo além do espaço físico; as manifestações culturais são conteúdos vivenciados como fruição da cultura; e as ações (ou atitude) são fundadas no lúdico (compreendido pela autora como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade).

A partir desses elementos, o lazer se insere no contexto das relações que se estabelecem com as inúmeras dimensões da vida (a educação, a economia, o trabalho, a política, etc.), e institucionalizado na contemporaneidade como uma esfera dotada de características próprias. O lazer, então, não deve ser compreendido como um fenômeno isolado, pois está inter-relacionado com o contexto no qual está inserido. Corrobora-se com a autora ao afirmar que o lazer deve ser compreendido como um fenômeno complexo, permeado por conflitos, tensões e contradições.

Não obstante, pode-se afirmar que o lazer é uma categoria em constante construção (MARINHO; PIMENTEL, 2010). Dessa forma, para compreender o significado do fenômeno do lazer, é necessário recorrer à cultura, política, economia, diferentes formas de saber, crenças, mas, acima de tudo, ao momento histórico vivido. Compreende-se o lazer, então, como um fenômeno sociocultural, complexo e amplo, variável historicamente, e essencial para a análise da sociedade. O mesmo envolve questões identitárias, políticas e de sociabilidade dos sujeitos, numa perspectiva orgânica e processual.

A inserção da temática do lazer na Constituição Federal brasileira de 1988 conferiu nuances mais claras à sua relação com a cidadania. No Capítulo II, Dos Direitos Sociais, art. 6º é definido como um direito social³¹: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). O artigo 7º (inciso IV) prevê que os trabalhadores urbanos, rurais e outros sujeitos têm o direito de receber um salário mínimo que dê conta de suprir suas necessidades vitais básicas e as de sua família, incluindo o lazer.

No Título VIII, Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção III, do Desporto, o lazer é tratado no art. 217, § 3º, da seguinte maneira: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...] O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Essa atribuição do Estado é reforçada no artigo 227, o qual configura o direito ao lazer como dever do Estado, e o coloca como dever da família e da sociedade, que devem assegurá-lo como prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem.

O direito ao lazer apresentado na Constituição de 1988 é reafirmado na Política Nacional do Esporte, atrelando lazer ao desporto no acesso à cidadania:

A Constituição Cidadã de 1988, ao inserir no seu texto, de forma inédita, deveres do Estado, no que concerne à afirmação do Esporte e do Lazer como direitos, assim como na sua perspectiva emancipatória,

³¹ A cidadania costuma ser desdobrada em três conjuntos de direitos: os direitos civis, relacionados à liberdade individual (ir e vir, liberdade de pensamento e fé, direito à propriedade, entre outros); os direitos políticos, relacionados ao direito de exercício do poder político (participação no governo, direito de votar e ser votado); e os direitos sociais, definidos por Marshall (1967), como o direito de participar por completo da herança social, levando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevalecentes na sociedade (MENICUCCI, 2006).

defende um conceito de cidadania que inclui, necessariamente, o direito a essas práticas sociais e exige o protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação. [...] O acesso ao esporte e ao lazer é direito de cada um e dever do Estado, pelo qual deve se garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda a população, combatendo todas as formas de discriminação e criando igualdade de oportunidade, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados, como negros, índios, deficientes e mulheres das camadas mais pobres. A garantia de acesso ao esporte será um poderoso instrumento de inclusão social, considerando a sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania, favorecendo sua inserção na sociedade e ampliando sobremaneira suas possibilidades futuras. (BRASIL, 2005, p. 11-21).

Vale ressaltar a conexão apresentada entre o lazer e o desporto na Constituição de 1988, bem como na Política Nacional do Esporte. Essa maneira de pensar, conectando lazer e desporto na Constituição de 1988 e na Política Nacional do Esporte, relacionando assim a um único conteúdo cultural – o esporte e a atividade física –, segundo Cheibub (2015, p. 208), “está, historicamente presente em boa parte da produção científica do campo”. A Constituição brasileira de 1988, entretanto, não define princípios, diretrizes, objetivos e regras institucionais que orientem a concretização do lazer na vida da população.

2.1 Lazer e suas múltiplas concepções

[...] no momento, o lazer é antes de tudo para todos, ou quase todos, a ruptura (momentânea) com o cotidiano.

(Henry Lefebvre)

O desenvolvimento da pesquisa de campo no Parque Barigui, especialmente das entrevistas, demonstrou que os atores pesquisados apresentam semelhanças e diferenças entre si, especialmente na sua compreensão acerca das formas de utilização do parque enquanto tempo e espaço de lazer. Mesmo no âmbito interno de cada grupo, foram identificadas diferentes maneiras de relacionamento com essa prática social. Assim, foram identificados indivíduos e grupos que se apropriam do lazer com uma perspectiva séria, relacionada à ideia de conquistar, produzir algo nesse momento; há aqueles que associam esse momento ao divertimento e fazem dele um fim em

si mesmo; há também aqueles que compreendem o tempo e espaço de lazer como um momento de relaxamento, catarse, fuga dos problemas diários.

A partir disto, a fala dos atores entrevistados delineou a escolha dos autores que serão abordados de forma a se compreender as diversas concepções do lazer, visto a diversidade de concepções colocadas pelos mesmos. Nesse âmbito, compreende-se que a utilização de uma única corrente teórica não será capaz de abarcar estas diferentes compreensões acerca do lazer. O próprio caráter multifacetado deste fenômeno, captado no decorrer do trabalho de campo, levou à necessidade de uma abordagem mais abrangente, envolvendo diversas correntes do pensamento, sem a pretensão de unificá-las na presente tese. Dito de outra maneira, as formas de compreensão do lazer apresentadas nesta tese respeitam o contexto teórico de cada autor, sem a pretensão de aproximá-los enquanto teoria.

Além da sua compreensão como um direito, inserido na Constituição Federal, o lazer é debatido por diversas correntes teóricas. Por ser um fenômeno multifacetado e inserido nas transformações que ocorrem na sociedade, há inúmeras concepções acerca do lazer. Algumas características apontadas por diferentes autores, mesmo que divergentes, podem auxiliar na busca pela compreensão deste fenômeno em uma perspectiva sociológica. Ressalta-se que o fato da pesquisa apresentar um caráter interdisciplinar³² corrobora para a ebulição de diversos olhares sobre a mesma temática.

A observação da realidade, com suas características extremamente dinâmicas, demanda a construção de um percurso metodológico que considere a contínua interação entre teoria e prática, de tal forma a não engessar a compreensão do fenômeno social a um único conjunto teórico. Conforme Maffesoli (2001), todas as observações empíricas compõem o contexto social, que podem assumir características contraditórias, devendo-se evitar esse engessamento que o conceito lhe impõe. A partir dessa forma de entender a realidade e com base nas entrevistas realizadas adotou-se a compreensão do lazer a partir de três concepções: como um momento de prazer, catarse do dia-

³² Para Japiassu (1976, p. 75) “[...] a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior do projeto específico de pesquisa”.

a-dia; enquanto uma prática “séria”, no qual se busca alcançar um objetivo; ou relacionado ao afeto, ao cotidiano vivido.

É de suma importância destacar que, apesar de terem sido delineadas essas três principais concepções de lazer, definidas a partir das falas e compreensões observadas no trabalho de campo, há inúmeras outras maneiras de compreender as relações estabelecidas nesse tempo e espaço, visto a diversidade de compreensões perpassadas nesse contexto. Nesse sentido, segundo Deleuze e Guattari (2007, p. 27), “não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles”. Assim, nunca é algo fechado em si, mas possui um caráter de multiplicidade (por isso, os conceitos diferentes sobre o mesmo objeto parecem tão semelhantes). Um conceito, mesmo que universal, não abrange tudo. É preciso fugir do “caos” para delinear um “universo que os explica” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 27). Os autores ainda colocam que os conceitos nominais são de compreensão finita e, por esse motivo, parece inevitável que seu contorno seja irregular, necessitando revisão e diálogo permanente com outros conceitos, incluindo a possibilidade de sobreposição e justaposição.

2.1.1 Lazer enquanto fuga do cotidiano

No discurso apresentado pelos atores sociais entrevistados durante a pesquisa de campo realizada no Parque Barigui, foi possível perceber uma aproximação com as colocações feitas por Elias e Dunning acerca do lazer (1992), visto que os usuários do parque, em especial os corredores, associam as práticas no tempo e espaço de lazer à fuga da rotina.

Em sua sociologia configuracional, Norbert Elias (2008) entende a sociedade como uma sociedade de indivíduos, ou seja, aborda a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade, buscando ultrapassar este debate em relação às teorias sociais e psicológicas. O homem até então, segundo o autor, tinha sido compreendido enquanto um sujeito fechado, determinado por seu meio. Estas abordagens, partindo dessa concepção, limitavam, na sua concepção, a compreensão do objeto das Ciências Humanas. O olhar epistemológico que Elias propõe vai além dos limites dos sujeitos, abrindo possibilidades intrínsecas

a estes sujeitos do ponto de vista individual e coletivo. Cada indivíduo, então, está diretamente relacionado com as semelhanças de “nós” e com as relações de “eles” (ELIAS, 2008, p. 139).

O conceito de civilização para Elias é diretamente relacionado ao padrão comportamental que historicamente transforma as formas de pensar e agir em determinadas situações cotidianas. O comportamento humano, então, é perpassado por relações de poder intrínsecas às experiências emocionais que caracterizam a fruição do homem no mundo, ou seja, a gênese das experiências seria produzida no âmbito de configurações sujeitas a estruturas sociais e estruturas psíquicas, que vinculariam os indivíduos a concepções de mundo. São estas concepções de mundo que Norbert Elias denomina de interdependências.

Partindo dessa concepção, Norbert Elias e Eric Dunning (1992), compreendem o lazer como uma atividade que se insere no tempo livre, colocando o indivíduo como transformador da sua realidade. Para os autores, lazer pode ser compreendido como “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 107). E o indivíduo, enquanto sujeito social, pode dotar de sentido a atividade de lazer e aproximá-la da busca da excitação ou do prazer. Pensam o lazer por seu caráter decisional. O mesmo funcionaria na forma de estimulação social, sendo essa estimulação fonte essencial da atividade de lazer e, como consequência, do prazer.

O lazer, então, tem como função fazer oposição às rotinas da vida social, dentre as quais se encontram as ocupações profissionais. Defendem que o lazer só pode ser compreendido se analisado a partir da rotina dos indivíduos, não somente em relação ao trabalho, mas também em relação a outras atividades do tempo livre. Dessa forma, pode-se afirmar que a reflexão delineada pelos autores sobre as atividades de lazer afasta-se da oposição entre trabalho e lazer, deslocando-a para outro nível de referência: a oposição entre lazer e não lazer.

O tempo livre, na compreensão moderna, segundo Elias e Dunning (1992), é o tempo liberto das ocupações de trabalho, bem como apenas uma parte deste pode ser voltado para as atividades de lazer. Ou seja, “todas as atividades de lazer são atividades de tempo livre, mas nem todas as de tempo livre são de lazer” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 145). Para melhor esclarecer

essa afirmativa, os autores classificaram as atividades de tempo livre da seguinte maneira: trabalho privado e administração familiar, repouso, provimento das necessidades biológicas, sociabilidade e atividades miméticas ou jogo. Essa tipologia é denominada “espectro do tempo livre”³³, uma maneira de diferenciar as atividades realizadas nesse período.

No âmbito do “espectro do tempo livre”, no que se refere às atividades de lazer, a fim de auxiliar nas reflexões acerca das atividades de lazer dentro do tempo livre, os autores (1992, p. 148-149) realizaram uma classificação das mesmas, as quais são divididas em três categorias:

- “*Atividades pura ou simplesmente, sociáveis*”. Exemplos: reuniões formais e informais, encontros familiares, festas;
- “*Atividades de jogo ou miméticas*”. Exemplos: teatro, dança, filmes, esportes;
- “*Miscelânea de atividades de lazer menos especializadas, com o caráter vincado de agradável destruição da rotina e com frequência multifuncional*”. Exemplos: viagens, comer fora para variar, passeios.

A partir das classificações apresentadas no “espectro do tempo livre”, Elias e Dunning (1992) argumentam que na sociedade em que a grande parte das atividades humanas estão submetidas à rotina, as atividades de lazer proporcionam, mesmo com limites, oportunidades para experiências emocionais e excitações agradáveis excluídas da vida rotineira. Dessa maneira, uma das principais funções do lazer é a quebra da rotina, gerando uma tensão, excitação agradável.

As atividades de lazer, nessa concepção, acabam representando o momento no qual os indivíduos podem fugir da rotina e buscar uma elevação agradável dos níveis de tensão-excitação, que se apresentam reduzidos ou contidos nas atividades rotineiras. Muitas atividades de lazer destinam-se, então,

[...] a movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sob a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitamento de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e

³³ Os autores optaram por este termo fazendo analogia ao espectro das cores “devido aos diversos tipos de atividades de tempo livre [...] se confundirem entre si; sobrepõem-se e fundem-se com frequência. Muitas vezes, combinam características de várias categorias. Mas as propriedades de tais amálgamas, de todas as fronteiras e tipos em transição, só podem ser compreendidas a partir das suas próprias características” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 146).

que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 79).

Nas atividades de lazer, as restrições cotidianas de emoções podem ser reduzidas de forma pública, com aprovação social, possibilitando ao indivíduo passar por emoções agradáveis. Nas atividades de lazer, em oposição à maior parte das outras atividades, a satisfação pessoal, individual, pode ser prioridade. Ou seja, são as ocupações de lazer que oferecem maiores oportunidades de momentos agradáveis, estímulo de emoções e excitação que podem ocorrer em público e serem partilhadas por outros com a aprovação social. Ou seja, o aspecto fundamental da busca do prazer por meio do lazer seria uma “agradável” fusão entre tensão e excitação.

As atividades de lazer modernas, partindo da concepção dos autores, são um meio de produzir um “descontrole” controlado de emoções agradáveis, possibilitando a vivência em público de fortes emoções. O elemento principal em grande parte das atividades de lazer, portanto, é a excitação e não o relaxamento. Elias e Dunning (1992) afirmam que o ingrediente fundamental para as sensações prazerosas provocadas por estas atividades é um determinado tipo agradável de tensão-excitação, o qual é buscado voluntariamente pelos indivíduos, bem diferente da tensão estressante, extenuante e desagradável derivada das situações rotineiras da vida. Ressalta-se, ainda, que essas noções são consideradas pelos autores como um “denominador comum” entre as práticas de lazer, embora se diferenciem umas das outras, visto que em cada contexto há um nível de tensão-excitação particular.

Segundo Elias e Dunning (1992), com base no quadro “espectro do tempo livre”, é possível perceber que não há nenhuma atividade de lazer que não esteja perpassada pelos elementos de sociabilidade, mobilidade e imaginação, os quais podem ser eficazes como meio de atenuar controles exercidos fora do lazer. Para comentar as funções desses três “elementos de lazer”, são discutidas as duas esferas principais do lazer nas sociedades atuais: a “sociabilidade” e a “mimética”. Tais elementos, para Elias e Dunning (1992, p. 184), possuem a função de “antídotos para as rotinas da vida”, haja vista a busca

de prazeres e excitações, mesmo controlados por regras, os quais as pessoas não podem manifestar em outros momentos.

As atividades de lazer, especialmente aquelas de caráter mimético, caracterizam-se pela procura de manifestação de sentimentos fortes, reprimidos pelo autocontrole dos indivíduos, assim como pelo controle colocado pela sociedade no processo civilizador. Como caráter mimético, entende-se a busca de reproduzir no lazer sensações semelhantes às aquelas experimentadas na realidade, mas sem os riscos inerentes às mesmas, combinadas com uma espécie de prazer. As atividades de lazer de caráter mimético apresentam em comum algumas características:

[...] despertam emoções de um tipo específico, que estão intimamente relacionadas de uma forma específica, diferente, com aquelas que as pessoas experimentam no decurso da sua vida ordinária de não lazer. No contexto dos factos miméticos, as pessoas podem experimentar e, em alguns casos, representar medo e riso, ansiedade e amor, simpatia e antipatia, amizade e ódio e muitas outras emoções e sentimentos que também podem experimentar na sua vida de não lazer. Mas no contexto mimético todos os sentimentos e, no caso de isso suceder, os atos dominados pelas emoções com eles relacionados transpõem-se. Perdem o seu ferrão. Mesmo o medo, o horror, o ódio e outros sentimentos que estão longe de serem agradáveis, e as ações correspondentes no quadro mimético, associam-se em maior ou menor dimensão a sentimentos de prazer [...]. No contexto mimético, o comportamento emocional e as experiências da vida ordinária adquirem uma tonalidade diferente. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 183-184).

No contexto mimético, então, o indivíduo pode expressar, mesmo que de maneira controlada por regras, sentimentos que, de outro modo, não seriam possíveis numa sociedade que impõe um estilo de vida no qual a rotina é destituída de quase toda emoção. O esporte pode exemplificar esse processo enquanto atividade de lazer, visto que pode gerar essa “excitação controlada”. Para os autores, ele apresenta, em todas as suas formas, direta ou indiretamente, um caráter de luta entre os seres humanos.

A Sociologia Configuracional de Elias permite uma nova perspectiva de compreensão sociológica das relações entre o lazer e o não-lazer a partir de uma teoria das emoções, especialmente pelo entendimento da existência de uma relação de interdependência entre os sentimentos vivenciados pelos seres humanos nas denominadas relações “sérias” da vida e em seus momentos de lazer. Assim,

A estimulação emocional peculiar e a renovação de energias proporcionada pelas atividades de lazer da categoria mimética, culminando numa tensão agradável, representam um equivalente mais ou menos institucionalizado face ao poder e à uniformidade das restrições emocionais exigidas por todos os tipos de ações intencionais dos indivíduos nas sociedades mais diferenciadas e civilizadas. A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer, representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas “racionais” da vida. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 115).

Para discutir os aspectos agradáveis das atividades de lazer Elias e Dunning utilizam dois conceitos-chave desenvolvidos na tradição filosófica aristotélica, a catarse e a mimese. Aristóteles, em sua teoria, se baseia na compreensão que a música e o drama são centrais no conceito de catarse. Nesse mesmo sentido, pode-se considerar as diversas práticas de lazer como momentos que, em sentido figurado, possibilitam expulsar substâncias nocivas do corpo por meio de uma purga, ou melhor, que “[...] possuem um efeito curativo desencadeado não através dos intestinos, mas através de um movimento da alma” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 122).

O conceito de mimesis não se refere apenas à imitação de situações da vida real por meio dos próprios fatos miméticos, mas, essencialmente, que as próprias “[...] emoções – os sentimentos desencadeados por elas – estão relacionadas com as que se experimentam em situações da “vida real” transpostas apenas e combinadas com uma espécie de prazer” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 125).

Ainda em relação aos conceitos de catarse e mimese, Cantorani destaca que esses se fundem e se complementam, de tal forma que se deve recorrer a uma para explicar a outra. Além disso, são conceitos inseridos na discussão de lazer, de tal forma que as atividades de lazer são “atividades que podem ser miméticas, e, por essa razão, capazes de gerar catarse – e, por conseguinte, o equilíbrio emocional” (CANTORANI, 2006, p. 48).

As atividades de lazer, para Elias e Dunning (1992), são, assim, elaboradas buscando favorecer a erupção de emoções e sentimentos variados, os quais estão, nesse momento específico, autorizados a serem expressos publicamente com aprovação social. A maioria das atividades de lazer, portanto, é realizada em um tempo/espço social em que se permite manifestar e

expressar sentimentos (embora também de forma regrada e controlada) com aceitação pública.

[...] uma esfera da vida que oferece mais oportunidades às pessoas de experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em público, partilhada com outros e desfrutada com aprovação social e boa consciência (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 151).

As atividades de lazer, por serem atividades sociais, são, dessa maneira, construídas por meio de “comunicações recebidas ou enviadas por pessoas dentro de configurações de grupo específicas” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 157). A sociabilidade, nessa concepção, é um dos elementos fundamentais para a satisfação nos momentos de lazer, ou seja, um sentimento agradável produzido pelo prazer desinteressado da companhia com outros seres humanos: “este tipo de estimulação desempenha um papel se alguém vai às corridas, a um clube de jogo de azar, a uma caçada, a um pequeno baile e, até mesmo, se alguém vai a um restaurante com seu marido ou sua mulher” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 179). Dessa forma, as atividades inseridas no tempo e espaço do lazer oferecem possibilidades, mesmo que regulamentadas, de trocas afetivas intensas, assim como de transmissão/recepção de mensagens cobertas de emotividade.

Neste caso, em contraste com as instituições miméticas de lazer, as pessoas reúnem-se sem possuírem necessariamente qualquer competência técnica especializada, sem “atuação” para os outros ou para si próprias (embora isso possa acontecer acidentalmente), só para desfrutarem a companhia um dos outros, para terem prazer, isto é, um nível mais elevado de calor emocional, de integração social e de estimulação através da presença de outros – uma estimulação divertida, sem obrigações sérias e os riscos inerentes a elas – do que aquele que é possível experimentar em qualquer outra esfera da vida. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 180-181).

A sociabilidade no lazer, para Elias e Dunning, se contrapõe às características das sociedades industriais, nas quais a rotina dominante demanda um contato impessoal entre as pessoas, formando, assim, barreiras emocionais construídas por meio de restrições. A pesquisa junto aos corredores, que são orientados por assessorias esportivas, demonstrou que, em geral, estes consideram que a prática regular de atividades esportivas é uma eficiente forma

de aliviar as tensões da vida, assim como é um local para a sua socialização e um momento de contato com a natureza.

Nessa perspectiva, a busca pela apropriação do Parque Barigui é colocada pelos usuários entrevistados enquanto um momento de “fuga” do cotidiano, especialmente por meio da prática da corrida:

Vir aqui no Barigui, e treinar aqui, é como se fosse uma válvula de escape. Você fica o dia inteiro pilhado lá com o trabalho, com estudo e tudo mais, e aqui você pelo menos desliga um pouquinho do cotidiano da cidade. Você fica voltado para o treino e para o lazer. Então dá um alívio, uma válvula de escape. (Marcelo, 37 anos, Projetista, aluno assessoria esportiva).³⁴

Fundamental na minha vida, eu não teria o pique que eu tenho para trabalhar manhã, tarde e noite se eu não corresse. Isso é fundamental para a saúde, para você equilibrar a glicemia, a pressão, tudo. A disposição que você tem para trabalhar é outra depois que você faz atividade física. (Ivete, 53 anos, Professora, aluna assessoria esportiva).³⁵

Pela minha profissão, por eu ficar conversando com muita gente, a parte da corrida é um momento que eu estou sozinha pensando na minha vida sem ter que escutar ninguém. Então eu gosto muito da corrida porque é assim que eu consigo extravasar o meu dia-a-dia do trabalho. (Andressa, 29 anos, Psicóloga, aluna assessoria esportiva).³⁶

Tanto para o bem-estar, como um escape do só trabalhar, trabalhar. Sou enfermeira, então, trabalho em escala de 12 horas, e tenho que ter algum tipo de escape, e a corrida é o meu, para desestressar mesmo. (Gisele, 28 anos, Enfermeira, aluna assessoria esportiva).³⁷

A prática da corrida é compreendida pelos corredores, então, como a busca de um descontrolado controlado, discurso esse que pode ser relacionado à teoria defendida por Elias e Dunning (1992). Essa busca pela fuga do cotidiano colocada pelos entrevistados, enquanto um momento de “válvula de escape”, pode-se relacionar à procura de superação de um desafio próprio, de ir além dos seus limites, percorrendo distâncias maiores em menores intervalos de tempo. Nesse âmbito, é válido ressaltar que a corrida se enquadra dentro de uma pequena lista de atividades de lazer, segundo os autores, que pertencem à categoria mimética (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 101).

³⁴ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

³⁵ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

³⁶ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

³⁷ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

As considerações de Souza, Starepravo e Marchi Júnior (2014, p. 435) auxiliam a compreender a importância da catarse e da mimese no contexto da sociedade contemporânea:

Conforme expresso nas palavras dos autores e no uso das categorias delimitadas, é possível então afirmarmos que essas são as duas noções centrais para o entendimento dos significados/funções sociais do esporte e das demais atividades de entretenimento e lazer nas sociedades modernas, tendo como ponto de sustentação a matriz teórica configuracional.

Pode-se elencar, além da corrida, as seguintes atividades de lazer: ir ao teatro ou a um concerto, ao cinema, à caça, à pesca, fazer montanhismo, apostar, dançar ou ver televisão. A prática da corrida, neste caso no Parque Barigui, proporciona possibilidades, mesmo que limitadas, para emoções e excitações agradáveis que não fazem parte do cotidiano.

[...] o esporte pode resultar numa agradável excitação mimética, que é suscetível de contrabalançar as tensões, normalmente desagradáveis, das pressões derivadas do stress inerente às sociedades, proporcionando uma forma de restauração de energias. (ELIAS;DUNNING, 1992, p. 73).

Essa mesma colocação foi identificada por Lima (2007, p. 55) em relação aos corredores: “para eles, a corrida proporciona benefícios não apenas para o corpo, mas também a mente”. Elias e Dunning (1992), em relação ao tempo e espaço da prática da corrida estarem relacionados à questão da sociabilidade de seus praticantes, coloca que esta é um elemento básico presente praticamente em grande parte das atividades de lazer, estando associada com o despertar do prazer emocional, proporcionando ao participante um estímulo agradável, experimentado pelo fato de estar acompanhado de outras pessoas, sem nenhuma obrigação ou compromisso com elas.

A partir da análise do comportamento dos indivíduos, Elias e Dunning (1992) compreende o lazer enquanto uma atividade que se insere no tempo livre, conferindo ao sujeito o caráter de transformador da sua realidade, podendo dotar de sentido a atividade de lazer, aproximando-a da busca da excitação e do prazer.

Sob a perspectiva dos dois autores, duas características básicas podem ser atribuídas às atividades de lazer: a mimética e a sociabilidade. As atividades

de lazer proporcionam, mesmo com limites, oportunidades para experiências emocionais e excitações agradáveis excluídas da vida rotineira. Nesse contexto, uma das principais funções do lazer é a quebra da rotina, gerando uma tensão, excitação agradável.

As atividades de lazer modernas, partindo da concepção dos autores, são um meio de produzir um “descontrole” controlado de emoções agradáveis. O elemento principal, em grande parte das atividades de lazer, portanto, é a excitação e não o relaxamento. Ressalta-se, ainda, que essas noções são consideradas pelos autores como um “denominador comum” entre as práticas de lazer, embora se diferenciem umas das outras, visto que em cada contexto há um nível de tensão-excitação particular.

É possível perceber que não há nenhuma atividade de lazer que não esteja perpassada pelos elementos de sociabilidade, mobilidade e imaginação, que podem ser eficazes como meio de atenuar controles exercidos fora do lazer. Tais elementos, para Elias e Dunning, possuem a função de “antídotos para as rotinas da vida” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 184).

O trabalho de campo realizado no Parque Barigui permitiu identificar uma série de experiências que tem aderência com as postulações de Elias e Dunning, principalmente no que concerne ao lazer, especificamente a prática da corrida, enquanto fuga do cotidiano. Como já assinalado anteriormente, a pesquisa junto aos corredores, que são orientados por assessorias esportivas, demonstrou que, em geral, estes consideram que a prática regular de atividades esportivas é uma eficiente forma de aliviar as tensões da vida, assim como o Parque Barigui é um local para a sua socialização, permitindo ao mesmo tempo o contato com a natureza.

Nessa perspectiva, a busca pela apropriação do Parque Barigui é colocada pelos usuários entrevistados enquanto um momento de “fuga” do cotidiano, especialmente por meio da prática da corrida, um dos elementos característicos da mimese. Conforme Elias e Dunning (1992, p. 157), o desenvolvimento das atividades de lazer está associado à disponibilidade de “oportunidades construídas antecipadamente”, podendo-se associa-las à existência do Parque Barigui e a sua apropriação pelas assessorias esportivas.

2.1.2 Lazer sério

Dentre os atores sociais entrevistados, especialmente aqueles que praticam a corrida no Parque Barigui, foi possível identificar em suas falas elementos que associam a prática de atividade física, no tempo e espaço de lazer, a aspectos que caracterizam essas práticas como “sérias”.

Associando a essa característica de seriedade, atrelada às práticas no tempo e espaço de lazer, o canadense Robert Stebbins (2008), na década de 1970, especificamente entre os anos de 1973 e 1976³⁸, formulou um conceito de “lazer sério”, ou *serious leisure*, o qual, segundo Stadnik (2008), foi o primeiro no mundo acadêmico a utilizar a definição de “lazer sério”. No Brasil, são poucos aqueles que discutem a concepção desse autor, podendo-se citar os seguintes: Assis (2014), Bramante (1999, 2004), Costa (2000, 2005), Lacerda e Veiga (2008), Oliveira (2010, 2012, 2014, 2016), Stadnik (2008), Pacheco & Stigger (2016) e Teixeira (2007, 2008, 2009).

Stebbins tem sua análise teórica a respeito do lazer baseada na Sociologia Positiva. Segundo o autor (STEBBINS, 2009, p. xi), a Sociologia Positiva com a qual trabalha consiste no “estudo de como as pessoas fazem para organizar suas vidas de modo que estas vidas se tornem, em combinação, substancialmente recompensadoras, agradáveis e gratificantes” (tradução livre). Este arcabouço teórico difere substancialmente do tradicional, que trabalha centrado em aspectos problemáticos da vida. O arcabouço teórico utilizado por Stebbins trabalha com premissas diferentes, “explicando o positivismo a partir de um modelo não problemático” (STEBBINS, 2009, p. xi). É neste sentido que a sociologia do lazer se insere na Sociologia Positiva. Nas palavras do autor, a sociologia do lazer é um campo ao qual tem designado como “*happy science*”, em função do seu foco central no lado atrativo da vida. Parte, assim, da perspectiva do desenvolvimento de “atividades positivas”. Sob o ponto de vista do lazer, a base conceitual do lazer sério está assentada na Sociologia Positiva.

Partindo dessa concepção, ressalta-se que o autor compreende o lazer como uma atividade realizada espontaneamente e desenvolvida durante o tempo livre, em que as pessoas, por meio de suas habilidades e recursos, as

³⁸ A pesquisa ficou conhecida como “*Fifteen-year Project*”.

realizam de maneira satisfatória. Especificamente acerca do conceito de tempo livre, Stebbins (2008) enfatiza que o mesmo está longe de ser uma obrigação desagradável, mas como algo agradável, assim como o mesmo não é sinônimo de lazer.

Ainda sobre o conceito de lazer, o autor compreende que o trabalho e o lazer, diferentemente do conhecimento convencional, não são nem totalmente separados, muito menos esferas mutuamente antagônicas da vida moderna (STEBBINS, 2014). A partir dessa concepção, afirma que as atividades principais do trabalho e do lazer oferecem recompensas semelhantes, muitas vezes idênticas.

Especificamente o conceito de “lazer sério” foi delineado a partir de uma pesquisa que o autor realizava em relação a amadores e profissionais. Os participantes considerados amadores, deixavam claro para o pesquisador que as atividades que praticavam não eram lazer, visto que essas atividades eram sérias, com uma participação diferenciada e com alto comprometimento, diferente daquelas que as pessoas faziam “por lazer”, relacionado à diversão e ao descanso.

As teorias clássicas não davam conta desse posicionamento “sério” observado por Stebbins (2008) em sua pesquisa, visto que colocavam o lazer em oposição ao trabalho e como um tempo de fruição, distantes da seriedade e comprometimento expressados pelos participantes da pesquisa. Essas teorias compreendiam o lazer em contraposição ao trabalho, uma semelhança que também pôde ser observada nos estudos de lazer no Brasil, influenciados pelos pensamentos de Dumazedier³⁹, na década de 1970.

No mesmo período, na década de 1970, Stebbins formulou um conceito em oposição ao de “lazer sério”, o “lazer casual”. Este conceito o auxiliou na explicação do “lazer sério”, a partir dos contrastes identificados entre os dois tipos de lazer. No entanto, foi apenas a partir da década de 1990 que o conceito recebeu atenção acadêmica (STEBBINS, 2008, p. 37). E, décadas depois após a definição do conceito de “lazer casual”, o autor propôs o “lazer baseado em projeto”.

³⁹ Dumazedier compreende o lazer enquanto um “conjunto de ocupações”, restringindo a prática à determinadas atividades. Assim como coloca o lazer em oposição às necessidades e obrigações da vida cotidiana, especialmente do trabalho (1973, 1979).

Dessa forma, ao lado do “lazer sério”, o “lazer casual” e o “lazer baseado em projeto” são as outras formas de lazer identificadas por Stebbins (2008). Nesse sentido, ressalta-se que esses tipos de lazer não se tratam de um mapa tipológico do mundo do lazer, embora afirme que todo o lazer na sociedade ocidental poderia ser classificado conforme uma destas três formas identificadas.

O autor define como “lazer sério”:

[...] a prática sistemática de uma atividade central por amadores, praticantes de hobby ou voluntários, considerada substancial, interessante e realizadora que em casos típicos, lança lhes numa carreira (de lazer) centrada na aquisição e expressão de uma combinação de habilidades especiais, conhecimento e experiência. (STEBBINS, 2008, p. 5)⁴⁰.

O lazer sério, então, pode ser compreendido como uma atividade voluntária, amadora ou um hobby, que, sistematicamente, busca adquirir ou expressar as habilidades, conhecimentos e experiências de seus participantes. É uma atividade apaixonante, praticada de maneira a despertar o gosto em realizar algo significativo, com um objetivo a ser alcançado.

O autor elencou cinco critérios que contextualizam o lazer sério:

- 1) A atividade deve ser significativa, a sua realização requer uma habilidade considerável, conhecimento, experiência ou uma combinação de dois ou três destes;
- 2) A atividade deve ser diversificada;
- 3) A atividade também deve oferecer uma oportunidade significativa para o trabalho criativo ou inovador, como uma forma importante de valorizar a personalidade do indivíduo;
- 4) O indivíduo deve ter um controle razoável sobre a quantidade e disposição do tempo dedicado a atividade (o valor da liberdade de ação) de forma que ele pode impedir que esta se torne um fardo;
- 5) O indivíduo deve trabalhar num ambiente físico e social que o encoraje a prosseguir constantemente e sem restrição significativa na atividade. (STEBBINS, 2014, p. 44).

O adjetivo “sério” (termo utilizado frequentemente pelos entrevistados de Stebbins) agrega qualidades como seriedade, comprometimento, importância e zelo, ao contrário de solenidade, falta de alegria, angústia e ansiedade. Apesar deste segundo conjunto de termos descrever ocasionalmente as atividades no *serious leisure*, estes não caracterizam as atividades e falham ao anular, ou em diversos casos, atenuar a falta de satisfação global obtida pelos participantes. O

⁴⁰ Tradução realizada por Oliveira e Doll (2014, p. 4).

serious leisure, nesse âmbito, é diferente do “lazer casual”, ou seja, a atividade de relativa curta duração, a qual proporciona recompensas intrínsecas imediatas, exigindo pouco ou nenhum treinamento especial para desfrutá-la.

Para Stebbins, “lazer casual é uma atividade imediata, de valor intrínseco, com satisfação relativamente curta, que requer pouca ou nenhuma habilidade especial para ser aproveitada” (2008, p. 38). O jogo, o relaxamento, o entretenimento passivo e ativo, conversação social, estimulação sensorial, voluntariado casual e atividades aeróbicas se enquadram enquanto “lazer casual” para o autor.

Já o “lazer baseado em projeto” abarca tanto atividades regulares, como aniversários, festivais religiosos, festas de fim de ano, quanto atividades relacionadas ao envolvimento na proposição e organização de eventos que ocorrem excepcionalmente, como eventos esportivos, festas de confraternização, etc. O autor ressalta a possibilidade dos participantes se sentirem fortemente atraídos a buscar o lazer sério, a partir do desenvolvimento de uma “carreira”.

Nos últimos anos, Robert Stebbins denominou o conjunto formado por essas três formas de lazer como “Perspectiva do Lazer Sério” (STEBBINS, 2008, p.101), a qual não se refere apenas ao “lazer sério”, mas às três formas mencionadas anteriormente. Stebbins (2008) ressalta o fato de que a presença do termo “lazer sério” no nome da “Perspectiva” não significa que o “lazer sério” possua uma maior importância que as demais maneiras de lazer possíveis.

Na proposta de Stebbins (2008) acerca da “Perspectiva do Lazer Sério”, pode-se destacar o termo “atividade central” apresentado pelo autor na definição de “lazer sério”. O mesmo compreende a “atividade central” como “uma configuração de ações ou passos inter-relacionados que devem ser seguidos para obter os resultados ou produtos que os participantes procuram” (STEBBINS, 2012, p. 07).

As práticas desenvolvidas pelas assessorias esportivas e seus alunos no parque, em especial, se enquadram nessa compreensão, visto a motivação dos alunos dessas empresas e a busca pela superação em suas atividades. Os materiais utilizados por esses grupos podem demonstrar a “seriedade” das práticas desenvolvidas pelos mesmos:

Os alunos das assessorias, em sua totalidade, vestem roupas, calçados e acessórios específicos para a prática esportiva. Assim como utilizam equipamentos para controlar o ritmo da corrida e frequência cardíaca, tais como relógios, frequencímetros e GPS. (DIÁRIO DE CAMPO, 01 de fevereiro de 2016).

Uma das características do “lazer sério” demonstrada pelos praticantes se refere ao empenho de recursos financeiros e/ou de tempo além do disponível para desenvolvimento de suas atividades de “lazer sério”. Stebbins (2008) exemplifica esse aspecto com praticantes que compram os melhores equipamentos para as atividades, ou quando buscam por renomados professores. Alguns trechos das entrevistas demonstram que muitos alunos passaram a frequentar o parque em busca do atendimento das assessorias esportivas:

A escolha do parque acho que foi mais por causa da assessoria. É onde o pessoal ministra os nossos treinos, é aqui no Parque Barigui. (Freddy, 46 anos, Consultor de Tecnologia em Telecomunicações, aluno de assessoria esportiva).⁴¹

Seis qualidades auxiliam na definição do “lazer sério” e o distingue entre todas as possíveis formas de lazer, sendo elas: perseverança, carreira, esforço substancial, benefícios duráveis, *ethos* único ou *ethos* específico, e a identificação. Ressalta-se que tais qualidades ajudam a explicar algumas práticas observadas durante a pesquisa de campo.

Segundo Stebbins (2008), a *perseverança* é uma necessidade ocasional, que surge e se apresenta aos praticantes do “lazer sério”, de forma que estes enfrentam situações adversas resultantes de suas práticas. No âmbito da pesquisa, aspectos como lesões dos corredores e condições climáticas adversas (uma característica marcante em Curitiba) explicitam essa característica. Em um dia com condições climáticas adversas, durante o trabalho de campo foi observada a seguinte situação:

Há poucas pessoas no parque, aproximadamente 30. Sendo que grande parte desse número é composta por alunos das assessorias esportivas presentes. (DIÁRIO DE CAMPO, 04 de fevereiro de 2016).

⁴¹ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

Oliveira (2010) encontrou situação semelhante em sua pesquisa com corredores de rua, na qual alguns corredores passavam por situações temporariamente limitantes, nas quais não podiam correr pois estavam lesionados, necessitando fazer um treino adaptado para permitir e promover uma recuperação rápida para que pudessem logo voltar às atividades. Uma característica semelhante se observou na primeira pessoa entrevistada: a mesma estava grávida e seguia um treinamento individualizado por conta de sua condição.

Alguns trechos das entrevistas realizadas também demonstram a característica da *perseverança* relacionada à prática da corrida pelos alunos das assessorias esportivas:

[...] eu prefiro estar ao ar livre, corro com chuva, corro com sol, à noite, normalmente. (Mauro, 50 anos, Bancário, aluno de assessoria esportiva).⁴²

A gente fala que de manhã rola uma preguiça geral e a gente não atende pela chuva, ou à noite de qualquer maneira ou condição climática a gente está aqui. (Assessoria Esportiva B).⁴³

Se tu for lá em dia de chuva, só vão estar as assessorias. Se for lá 9h da noite, com um tempo tipo hoje, só vão estar as assessorias, porque vai estar muito frio. Então as pessoas que forem lá, são das assessorias, os avulsos não vão. (Assessoria Esportiva J).⁴⁴

Este trecho, se comparado ao discurso de usuários do parque, que o utilizam sem esse caráter sério, demonstram a dissonância de visões:

Quando eu venho, ou é para caminhar ou é para correr, e eu confesso que se estiver frio ou chovendo eu amarelo, eu vou só para a academia. (Alice, 27 anos, Dentista, usuária do parque).⁴⁵

A perseverança, essencial aos praticantes do lazer sério, segundo Stebbins (2008), trabalha como o motor que impulsiona sua segunda qualidade distintiva, a *carreira*. A *carreira*, para o autor, está relacionada à continuidade na atividade. Sendo considerada a qualidade central do “lazer sério”, é composta por quatro estágios: a iniciação, o desenvolvimento, o estabelecimento e a

⁴² Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

⁴³ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

⁴⁴ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

⁴⁵ Entrevista concedida à autora em 27 de dezembro de 2016.

manutenção. Nesse sentido, ao longo da pesquisa, muitos entrevistados enfatizaram o tempo que utilizavam o parque para a prática da corrida, em relação ao tempo que utilizavam para a realização de diferentes práticas. Para Stebbins (2008) o lazer sério se torna uma “paixão”, assim como o trabalho pode ser “apaixonante” para aqueles devotados a ele. Assim, o senso de *carreira* aparece no lazer sério, assim como naqueles que praticam a corrida.

Para Stebbins (2008, p. 13-17), a “carreira” é um curso típico, ou passagem, através de uma atividade de lazer, que molda a busca contínua por determinadas recompensas, mas também é moldado por ela. Também afirma que a “carreira de lazer” é o principal recurso de motivação para continuar realizando a atividade (STEBBINS, 2012, p. 14). Assim, a centralidade da carreira de lazer expressa na “aquisição e expressão de uma combinação de habilidades especiais, conhecimento e experiência” (STEBBINS, 2008, p. 5), incorpora à definição do “lazer sério” os sentidos como de comprometimento, empenho e seriedade presentes nas práticas de lazer.

O *esforço substancial* pode ser compreendido enquanto a qualidade necessária para os indivíduos desenvolverem seu conhecimento, treino ou habilidades. O mesmo representa o empenho dos corredores no sentido de desenvolverem seu conhecimento, experiência ou habilidades baseadas em suas práticas de lazer. Esse esforço poderia representar o conjunto de ações que os corredores praticam em torno do desenvolvimento da corrida, como por exemplo, na busca pelo melhor tempo, realizar o treinamento dentro do solicitado pelo treinador.

Os *benefícios duráveis*, para Stebbins (2008) são alcançados a partir dos avanços percebidos pelos praticantes do “lazer sério” com o esforço substancial e há, como consequência, os benefícios como reconhecimento e integração social, melhoria da autoimagem, dentre outros. Alguns alunos, nas entrevistas, pontuam o aspecto de integração social relacionado à prática da corrida orientada pelas assessorias esportivas:

Acho que a assessoria no parque facilita as pessoas se encontrarem, a gente acaba fazendo mais amizade, você começa a dar “oi” para uma assessoria, “oi” para outra, daí quando você vê, você está correndo junto. (Andressa, 29 anos, Psicóloga, aluna de assessoria esportiva).⁴⁶

⁴⁶ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

O *Ethos único*, ou *ethos específico*, se refere ao “mundo social específico” que se desenvolve em torno das práticas do “lazer sério”, ou seja, “compartilhar de atitudes, práticas, valores, crenças, objetivos e assim por diante” (STEBBINS, 2008, p. 12). Dessa forma, esse mundo estaria marcado pela presença de elementos relacionados à linguagem dos corredores, servindo de estratégias para lidarem com diferentes desafios na busca de conferir sentido às suas práticas.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar a forma que os corredores se comunicavam, verbal ou não verbalmente, através da utilização de um vocabulário especializado (associado a questões mais técnicas da corrida, como “rodagem”, “tiros”, “trote”) e cotidiano dos corredores (“correr na pipoca”, “endurecer”). Especialmente o Parque Barigui, nesse âmbito, se destaca por uma contagem específica de distância:

Curitiba é o único lugar que existe uma unidade de medida que não existe em qualquer outro lugar no mundo: é uma volta no Barigui, duas voltas no Barigui, três voltas no Barigui, meia volta no Barigui, é uma unidade de medida para o corredor. É uma unidade de medida, o cara “antigamente eu fazia uma volta no Barigui”, o que significa isso? É 3 km? É 5 km? Mas em Curitiba todo mundo conhece essa linguagem. (Assessoria Esportiva J).⁴⁷

De acordo com Stebbins (2008), ao compartilhar desse mundo social, os participantes do “lazer sério” tendem a identificarem-se uns com os outros, caracterizando assim a última qualidade distintiva do lazer sério: a *identificação*. Essa qualidade do “lazer sério” surge a partir das outras cinco qualidades. A pesquisa de campo permitiu observar a presença dessa característica através da criação de grupos de amizades dentro das próprias assessorias esportivas:

A gente repara que tem muitas pessoas que vem, e depois do treino elas ficam 20-30 minutos conversando e não vão embora. Elas ficam aqui, elas gostam de estar no meio do pessoal, no meio do nosso público, e ficam aqui conversando, batendo papo. (Assessoria Esportiva B).⁴⁸

[...] você conhece muitas pessoas interessantes, eu fiz vários amigos aqui, acho que uns 20 nesse ano que estou aqui com a [...]. A [...]

⁴⁷ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

⁴⁸ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

mesmo já não é mais nem professora, é mais amiga. (Marcelo, 37 anos, Projetista, aluno de assessoria esportiva).⁴⁹

[...] aqui você faz amizades. (Francine, 29 anos, Farmacêutica, aluna assessoria esportiva).⁵⁰

Stebbins (2008) destacou a importância dessa relação dos amadores com as instituições ou organizações em que o lazer sério é desenvolvido. Essa também foi uma realidade observada na prática da corrida, dentro das diferentes possibilidades de participação que os corredores dispunham. “Para esses, a continuidade da carreira se origina do aumento de suas reputações como praticantes habilidosos e experientes, e”, Stebbins (2012, p. 82) continua, “baseada nessa imagem, [a continuidade da carreira se origina] do encontro cada vez maior de melhores oportunidades de lazer, disponíveis através de várias alternativas” (STEBBINS, 2012, p. 82, tradução livre), como nas movimentações dos praticantes entre diferentes times e equipes, orquestras, organizações, torneios, conferências, competições, e assim por diante.

Segundo o autor, é possível observar combinações dessas qualidades em outros tipos de lazer, mas é somente no lazer sério que estas se apresentam em sua totalidade. Algumas falas de entrevistados, destacadamente daqueles que são alunos das assessorias esportivas e utilizam o parque especialmente para correr, demonstram essas características apresentadas por Stebbins (2008):

Não venho para “relaxar”, sempre para praticar atividade física. (Rafaela, 26 anos, Nutricionista, aluna assessoria esportiva).⁵¹

A importância mais é para treinar, por causa do treinamento que eu faço. (Ronaldo, 47 anos, Servidor Público, aluno assessoria esportiva).⁵²

As formulações de Stebbins (2008), e a definição que propõe, sistematiza que poderiam ser considerados praticantes do “lazer sério” aqueles que praticam atividades de forma “sistemática”, de modo que viabilizassem a

⁴⁹ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

⁵⁰ Entrevista concedida à autora em 14 de fevereiro de 2016.

⁵¹ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

⁵² Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

“aquisição e expressão de uma combinação de habilidades, conhecimento e experiência específicos” (STEBBINS, 2008, p. 43).

A apresentação de elementos levantados durante a pesquisa de campo auxiliou a enquadrar a prática da corrida enquanto um “lazer sério”. Nesse âmbito, no lazer sério, o indivíduo é guiado por meio e para um papel social de lazer, que se expressa na “aquisição e expressão de uma combinação de habilidades especiais, conhecimento e experiência” (STEBBINS, 2008, p. 5), no caso, a corrida de rua.

Oliveira e Doll (2014) apresentam algumas dificuldades em relação à utilização acadêmica do conceito “lazer sério” no Brasil, tais como a ausência de publicações em português do autor, dificultando o diálogo com outras proposições acerca do lazer. Para os mesmos autores, a perspectiva defendida por Stebbins (2008), ao mesmo tempo em que indica interfaces complexas de lazer e do trabalho, a seriedade, a apropriação do tempo livre a partir de uma lógica do capital, ela apresenta enquadramentos restritos sob a forma de olhar o lazer. No entanto, é importante ressaltar que a questão da seriedade, apesar de não ser nova no contexto brasileiro, não entra de forma muito expressiva em discussão entre os conceitos que compõem o grande debate acerca do lazer no país.

2.1.3 Lazer e socialidade

A relação entre lazer e socialidade foi percebida em diversas falas dos atores sociais entrevistados, no sentido que estes destacaram, muitas vezes, aspectos associados ao prazer de conviver com a natureza e com outras pessoas no tempo e espaço de lazer, propiciado pela apropriação do Parque Barigui.

As considerações de Maffesoli (1985, 1988, 1996, 1998, 2001, 2005), nesse sentido, constituem importante contribuição à reflexão sobre as interações em torno do lazer, especialmente nas dimensões que perpassam o corpo, a cultura e a ludicidade, assim como as compreensões de sociabilidade e “coletivo vivido”.

O sociólogo francês Michel Maffesoli, que introduziu a noção do neotribalismo, trabalha com a emergência de novas sociabilidades no período da pós-modernidade⁵³. A supremacia do “Eu” estaria cedendo lugar a uma nova socialidade, que, como defende Quaresma (2005, p. 83), em relação ao trabalho de Maffesoli, “diz respeito ao tribalismo que está se tornando, nos grandes centros urbanos, um dos maiores expoentes dessas alterações nas relações sociais pelas quais estamos passando”. Maffesoli parte da concepção de uma relação mais emotiva diante do mundo. E nesta nova relação, há a substituição do “Eu” pela solidariedade e proteção que caracterizam as tribos. Nestas tribos, em que pode-se elencar as esportivas, as artísticas, as religiosas, entre outras, “o *ethos* comunitário é designado pelo conjunto de expressões que remete a uma subjetividade comum, a uma paixão partilhada” (QUARESMA, 2005, p. 86).

A socialidade⁵⁴, para o autor, enquanto uma das vertentes do lazer, é compreendida como o somatório de ações, dissociadas do controle institucional, que respondem por nutrir a vida em sociedade. Entre as categorias que poderiam compor as práticas cotidianas envolvidas na sociabilidade estão as atividades esportivas e aquelas ligadas à natureza.

Dessa forma, se está privilegiando uma compreensão do lazer guiada pelo que Maffesoli identifica como “razão sensível”, ou seja, um conhecimento mais aberto, incorporando o imaginário, o prazer dos sentidos, a emoção, o lúdico, de forma a analisar parâmetros não-rationais, em que diversas possibilidades se apresentam e não mais se agrupando numa matriz única.

A sociedade, a partir dessa compreensão, pode ser vista como um conjunto de práticas aglutinadoras, permeadas a partir de emoções compartilhadas em comum, além do pensamento racional. Nesse sentido, as

⁵³ A pós-modernidade é colocada por Giddens e Sutton (2016) como o período histórico seguinte à modernidade, a partir dos anos 1970. Este período, para os autores, “o mundo pós-moderno não está fadado a ser socialista, mas será irrevogavelmente pluralístico e diversificado. [...] Tudo parece estar em um fluxo contínuo” (p. 28-29).

⁵⁴ Na obra de Maffesoli (1985) é feita referência aos termos social, societal e socialidade. O termo “social” é empregado para assinalar “a relação mecânica dos indivíduos entre eles próprios”, em um sentido ideológico, assim como ao “conjunto social” como um todo, de maneira neutra. “Societal” diz respeito à dimensão holística da sociedade, indo além da associação racional. No que se refere à socialidade, entende-se enquanto a manifestação do impulso societal (enquanto o desejo das pessoas de estarem juntas) em maneiras culturais dinâmicas. Assim, “é ela uma expressão cotidiana da solidariedade da base, vale dizer, do societal em ato” (MAFFESOLI, 1985, p. 17).

“tribos” da sociedade contemporânea, como, por exemplo, os corredores de rua, são grupos que caracterizam de maneira clara a socialidade. Estas não são formadas por identidades fixas, mas são procedentes de identificações em relação a gostos, estilos, contatos, afinidades e territórios fluidos. Assim, a noção de sociedade pode ser compreendida não apenas como um sistema mecânico de relações político-econômicas ou sociais, mas como um conjunto de relações interativas, formado de afetos e emoções.

Pimentel (2010, p. 166) coloca, nesse âmbito, que o arcabouço discursivo do autor identifica algumas categorias pouco utilizadas para analisar o objeto lazer: “ludismo, ética da estética, teoria erótica, socialidade, tribalismo, enraizamento dinâmico, nomadismo, sensibilidade teórica, entre outras”. No entanto, enfatiza que essas reflexões são insuficientes para uma abordagem ampla e irrestrita da realidade, mas enriquecem a leitura de diferentes fenômenos contemporâneos pouco compreendidos, tais como cibercultura, pornolazer, a espetacularização da vida cotidiana nos *reality shows*, a busca pela aventura e o retorno do lúdico à natureza.

Em relação à compreensão do lazer nas discussões de Maffesoli (1998), o prazer se apresenta como um aspecto relevante para a análise do mesmo. A busca pelo hedonismo, nesse âmbito, se insere em um conjunto de transformações no modo de ser contemporâneo, retomando o sentido greco-romano do equilíbrio e a somatória entre o desenvolvimento somático e espiritual. Essa busca, atualmente, se reflete na necessidade de estar junto conforme as afinidades, sem um compromisso de estabilidade em nome do progresso. Para o autor, essa busca, permeada pela criação das tribos, é compensada pela efervescência ao redor de temáticas que vão além da noção política e institucional e corroboram na formação de grupos, tais como as festas, os esportes, a moda, as viagens e a natureza.

Acerca do hedonismo, o autor enfatiza que “a busca pelo prazer que se esgota no ato, por meio da sucessão de instantes intensos”, paradoxalmente, “permite que a vida social se estruture” (MAFFESOLI, 1988, p. 121). Nesse âmbito, o lazer tem sido local privilegiado do hedonismo, no qual as relações breves e aceleradas não produzem nada a se apegar, a não ser a própria vivência, que se basta a si mesma. Como exemplo, o autor apresenta a imaterialidade das viagens à natureza, dentro do “*ethos ecológico*”, que, com

suas “potencialidades afetivas e sentimentais, é um modo de tecer os laços, de estabelecer os contatos, de fazer circular a cultura entre os homens” (MAFFESOLI, 1988, p. 123).

A essas colocações de Maffesoli (1988) pode-se associar os relatos apresentados pelos atores sociais entrevistados, ao relacionarem o contato com a natureza e a socialização, a utilização do parque no tempo de lazer:

Eu gosto disso aqui, tanto que eu chego e já tiro o sapato, gosto desse contato com a natureza, com a grama, com o bicho, com a capivara. (Loren, 45 anos, Professora, aluna de assessoria esportiva).⁵⁵

Na verdade, onde você possa encontrar pessoas, conviver com a natureza um pouco, então eu acho que esse é o sentido da importância do parque para mim. (Erasto, 65 anos, Economista, usuário do parque).⁵⁶

Para caminhar, para ficar em contato com a natureza, contemplar a natureza. (Amauri, 58 anos, Administrador, usuário do parque).⁵⁷

A sensação de liberdade, de contato com a natureza. [...] Eu passei a sentir uma necessidade de cuidar mais da minha saúde, as caminhadas me fazem muito bem, não só para o físico, mas para a parte psicológica. (Raquel, 47 anos, Gerente da área de atendimento, usuário do parque).⁵⁸

Essa vontade de “estar junto”, destacada por alguns entrevistados, pode ser relacionada ao tribalismo, de tal forma que essa socialidade está integrada a uma “cultura do sentimento”, caracterizada por formas coletivas de empatia. A presença de uma “ética da simpatia” possibilita o fortalecimento da ligação social, por meio da comunhão com a natureza. Novos vínculos sociais são constituídos, emergidos a partir da emoção e do sentimento coletivo, estabelecendo conexões entre a ética e a estética. Assim, se busca no tempo e espaço de lazer “fruir, com os outros, dos bons momentos que passam, da beleza no que ela tem de evanescente, do corpo, do qual se pressente a decadência futura. Portanto, é preciso raptar tudo o que for possível, aqui e agora” (MAFFESOLI, 2001, p. 108).

Maffesoli (1996) aponta também que a sensibilidade e a afetividade, aspectos associados ao tribalismo, tendem a privilegiar uma espécie de

⁵⁵ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

⁵⁶ Entrevista concedida à autora em 29 de novembro de 2016.

⁵⁷ Entrevista concedida à autora em 14 de dezembro de 2016.

⁵⁸ Entrevista concedida à autora em 08 de dezembro de 2016.

“brandura existencial”, de contornos um pouco indefinidos, mas que com solidez não pode deixar dúvidas:

Essa brandura, não é preciso compreendê-la de um lado pejorativo, mas antes como a expressão de um poderoso querer viver, que tende a se afirmar por meio das diferentes expressões de uma afetividade partilhada. Deste ponto de vista, emoções, paixões, sentimentos não seriam características secundárias da ordem política, mas, ao contrário, o substrato de um vitalismo irreprimível que às vezes, assumiria a forma do político. Ficando bem entendido que o primordial no caso é o sentimento de vida, a sensação do viver. Isso obriga-nos a focalizar nosso olhar sobre os sentidos constitutivos da vida humana, e a lembrar que, na sua simplicidade, esses são incontornáveis, e que determinam a matriz de toda a vida social. (MAFFESOLI, 1996, p. 83-84).

As colocações dos atores sociais participantes da pesquisa demonstram essa busca por essa afetividade partilhada, conquistada no âmbito do contato com a natureza, nas socializações, no tempo e espaço do lazer.

Às vezes cria um vínculo por estar ali sempre, a gente conversa, a gente participa junto, anda junto, caminha junto, é muito bom. (Sônia, 54 anos, Manicure, usuário do parque).⁵⁹

E aí tem essa interação com outras pessoas, você vai conhecendo outras pessoas também, a gente tem também uma interação com outras assessorias [...]. (Mauro, 50 anos, Bancário, aluno de assessoria esportiva).⁶⁰

Maffesoli (2005b, p. 22) ainda ressalta que o corpo social se desloca de uma “lógica da identidade” (fundamentalmente individualista) para uma “lógica da identificação” (muito mais coletiva). Desta forma, a cultura do sentimento é reflexo da atração: os grupos se constituem conforme as circunstâncias ou os desejos. São características peculiares às pessoas e aos grupos envolvidos com a prática de atividade física, em especial, a corrida orientada pelas assessorias esportivas, por exemplo.

[...] o curitibano tem a fama de ser muito fechado, então é um espaço que a gente vai socializar, de certa forma, conversar, ver amigos, e principalmente fazer atividades físicas. (Andressa, 29 anos, Psicóloga, aluna de assessoria esportiva).⁶¹

⁵⁹ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

⁶⁰ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

⁶¹ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

Eu pratico atividade física desde sempre, e quando eu me mudei para cá era uma forma também de conhecer outras pessoas, de participar de um grupo, de ter uma rotina. (Mauro, 36 anos, Engenheiro Químico, aluno de assessoria esportiva).⁶²

A utilização do espaço do Parque Barigui no tempo de lazer, em especial para a realização de práticas corporais em meio à natureza, dentre elas a corrida, se enquadra nessa compreensão, enquanto *otium* destacado por Maffesoli (2005a). Nesse sentido, o autor indaga se seriam as coisas inúteis (enquanto as vivências no âmbito do lazer) as mais significativas da vida:

Pode-se imaginar que, na longa duração, numa espécie de equilíbrio cíclico, conheça-se a influência alternada do *otium* e do *negotium*: o lazer de um lado, com os valores que lhe são próprios, o 'negócio', de outro, com o estilo de vida, as maneiras de ser e as representações que não deixa de impulsionar. Tendo isso em mente, pode-se apreciar na justa medida essa pulsão social que força a busca, em todos os domínios, do inútil, do que não tem sentido. (MAFFESOLI, 2005a, p. 126).

De uma forma sintética, as considerações do autor permitem evidenciar que a sociabilidade, possibilitada pelas práticas de lazer, promovem um senso de coletividade, indo em contramão ao individualismo. Neste sentido, as falas dos atores sociais entrevistados na pesquisa de campo no Parque Barigui sugerem a importância da sociabilidade no âmbito das práticas do lazer, principalmente sob o ponto de vista da identificação, numa ótica menos individualista, mas eminentemente coletiva.

2.2 O espaço em questão

[...] não há uma só criação do espírito humano que não esteja, de alguma forma, relacionada com o mundo do espaço e que não busque, de alguma maneira, sentir-se à vontade dentro dele.

(Ernest Cassier)

Conforme já apontado anteriormente, o lazer pressupõe a existência de um espaço. É possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas

⁶² Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

não é possível o lazer sem a existência de um espaço. É fundamental, neste sentido, a compreensão do conceito de espaço e das relações que o envolvem.

Autores que discutem o lazer sob a ótica do comportamento dos indivíduos, como Elias, Stebbins e Maffesoli, pressupõem a existência de um espaço. Nesse âmbito, Elias trabalha com espaços em sua concretude. No mesmo sentido, Maffesoli também analisa o espaço enquanto lócus do tribalismo.

Retomando o início das produções científicas, a compreensão de espaço era concebida, segundo Elias (1994), apenas pela forma concreta, definida pela largura, profundidade e altura. No entanto, com o avanço dos estudos, esse conceito foi ampliado e associado à categoria tempo. Segundo o autor, a localização de um fato em um espaço não é possível a menos que ela esteja acompanhada de sua localização no tempo. Nessa perspectiva, os acontecimentos devem estar situados não só no espaço, mas no tempo para que tenham sentido.

O espaço, para o autor, configura-se como um espaço relacional, como um sistema de espaços de coordenadas, onde os seres humanos se relacionam entre si, em um determinado momento. Nesse sentido, os destinos urbanos (compreende-se neste estudo como espaços de lazer) são ao mesmo tempo produto e condição de processos sociais de transformação vigentes nas diferentes fases do capitalismo. O espaço é compreendido, nessa ótica, como uma produção humana.

O espaço é, assim, um elemento dado, sujeito à produção humana, onde se estabelecem e desenvolvem as relações sociais. A partir desse contexto, buscou-se compreender a produção humana do espaço, e, num segundo momento, a sua relação com o lazer. Tendo como parâmetro as categorias de análise lazer, espaço público e cidadania inicialmente definidas, a compreensão do espaço enquanto resultado da produção humana mostrou-se importante para a apreensão das relações sociais que estabelece com o lazer. Para isso, buscou-se autores que têm como foco a análise do espaço partindo da concepção do mesmo enquanto resultado da produção humana e das relações sociais subjacentes, dentre eles pode-se destacar Henry Lefebvre, Milton Santos, Claude Raffestin, Yi-Fu Tuan e Jordi Borja.

Conforme Milton Santos (1988), é a própria sociedade que se faz e se pensa espacialmente. Nas palavras do autor,

O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que a evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço. (SANTOS, 1988, p. 14).

Dessa maneira, o espaço deve ser considerado um conjunto indissociável em que participam objetos geográficos, naturais e sociais, bem como a sociedade em movimento. Ou seja, o espaço deve ser considerado como fator social, instância da sociedade, e não um reflexo social. A análise espacial, então, deve ser concebida como um diálogo entre a morfologia e as práticas sociais, de forma que “o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 12). O espaço, a partir dessa concepção, é definido como um composto de “formas-conteúdo”, ou seja, formas que só existem em relação aos usos e significados em que há nelas a mesma condição de existência.

Nesse âmbito, as estruturas espaciais são, ao mesmo tempo, segundo Santos (2006), um estado provisório e um objeto de movimento que modifica seu conteúdo. Cada transformação na sociedade corresponde a uma modificação do espaço e de sua organização. Os espaços são reflexos dos acontecimentos, fenômenos, ações e relações realizadas pelos sujeitos que os planejam, constroem, e que deles se apropriam. O espaço deve ser visto como um importante instrumento para a compreensão da realidade e não como um “palco inerte”, onde os indivíduos executam suas ações. Luchiari (1996) coloca, nesse âmbito, que o espaço não deve ser visto como um “palco inerte”, pois este caracteriza-se como um cenário em que se desenvolve a história do ser social, e é responsável pela definição das ações dos indivíduos.

Santos (2006, 2014) ainda pondera que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em um processo permanente de transformação. O espaço, então, impõe sua própria realidade e, como consequência, para pensá-lo é necessário apreender sua relação com a sociedade. Nesse âmbito, o autor

aponta que espaço e tempo são categorias indissociáveis, permitindo uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Assim, em um mesmo espaço coabitam tempos diferentes, resultando diversos ritmos e coexistências nos lugares, constituindo inúmeras maneiras de coexistir, materializações diversas, por consequência espaços complexos e carregados de heranças e de novas possibilidades.

O espaço, então, é composto por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, mas não considerados isoladamente. Há, nesse sentido, a “condição de inseparabilidade” entre sistemas de objetos e sistemas de ações defendida por Milton Santos:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. [...] A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. (SANTOS, 2006, p. 39-61).

Assim, o espaço é a síntese, provisória⁶³, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Os movimentos da sociedade, os quais dotam novas funções às formas geográficas, modificam a organização do espaço, criando novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento. Ou seja, é a sociedade, o homem, que atribui conteúdo, vida, aos espaços geográficos. O espaço é a síntese, provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais.

Para Lefebvre (2013), a compreensão do espaço é construída a partir da ideia de triplicidade, entre o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido. O primeiro se refere ao espaço físico, que se expressa nas práticas urbanas, nos objetos, nas atividades praticadas. O segundo diz respeito ao espaço abstrato, aquele elaborado intelectualmente, considerado pelo autor como dominante numa sociedade. E o terceiro, ao espaço que as pessoas utilizam por meio de símbolos e imagens, ou seja, onde as ações das pessoas podem ser condicionadas. O autor enfatiza que o espaço vivido, o concebido e

⁶³ Compreende-se que o espaço é a síntese provisória entre a condição do social e do físico, visto que este processo está fundado tanto na lógica da história passada (sua datação, sua realidade material e causação original), quanto na lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presente).

o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, transite de um ao outro sem se perder.

A relação social, segundo Lefebvre (2013), só ocorre no meio espacial, ou seja, o espaço constitui o meio em que se concretizam as relações sociais. Dessa forma, o espaço é espaço social e intrínseco à existência, tal que pessoas fazem os lugares, e os lugares fazem as pessoas. Nesse âmbito, para compreender o espaço social nos três âmbitos (percebido, concebido e vivido) deve-se reportar ao corpo, visto que a prática social considerada globalmente supõe um uso do mesmo.

Dessa maneira, o “espaço em si” pode ser primordialmente dado, mas sua organização e sentido são produtos da transformação e experiências sociais. Os sentidos e significações da organização do espaço, construídos socialmente, são sempre decorrentes de um todo relacional: entre coisas espacialmente distribuídas, entre os objetos e suas funções, entre esses objetos e as práticas que aí possuem lugar, dos lugares com as coisas, e assim sucessivamente (GOMES, 2014).

Corroborando com essa discussão, Luchiari (1996) afirma que as sociedades se articulam no espaço e no tempo, sendo que no espaço elas se inscrevem criando lugares singulares, produtos de desenvolvimentos e processos sociais desiguais. O espaço, concomitante com o tempo e o ser social, para Luchiari (1996), é composto por dimensões existenciais abstratas que são dotadas de vida como uma construção social, bem como moldam a realidade empírica e são simultaneamente moldadas por ela.

Essa articulação do homem no tempo e no espaço ocorre por meio do corpo, colocado por Carlos (2014) como elemento essencial para a relação dos sujeitos com o mundo e com os outros, relação esta, determinada no cotidiano. Dessa maneira, o corpo transita por diferentes escalas, ligando-as. Todas as relações humanas acontecem, então, em lugares no espaço, marcados por tempos definidos. A cidade, como lugar da apropriação da vida, através do corpo e de todos os seus sentidos, marca uma presença.

O corpo, como ponto de partida, dota a cidade de vida, como materialidade, visto que as relações sociais possuem uma existência real como existência espacial concreta. Ou seja, as relações sociais se desenvolvem em um lugar específico, sem o qual não se concretizariam, em um tempo fixado ou

determinado, que marca a duração da ação. Desse modo, espaço e tempo surgem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, revelando uma ação que se realiza como modo de apropriação. Compreende-se a inserção do corpo na sociedade, com base nessa discussão, enquanto:

[...] produto social e histórico, produzido no decurso do processo civilizatório – como momento do processo de constituição da humanidade do homem –, o qual contempla um mundo objetivo que só tem existência e sentido a partir do e pelo sujeito – apropriando-se dos lugares de realização da vida humana. Nessa direção, o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, pelos modos de apropriação do ser humano visando a produção de sua vida (e o que isso implica). Ela é um lugar que se reproduz como referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que sustenta a memória, revelando a condição do homem. (CARLOS, 2014, p. 475).

Relacionando ao termo espaço, projeta-se o território, compreendido enquanto um conceito que pode atuar como uma das chaves de acesso à interpretação de práticas sociais circunscritas a uma dada porção do espaço.

Segundo Santos (2006), em um sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país, de forma que a existência de um país supõe um território. Entretanto, de modo geral, em diversos campos do saber, o conceito de território esteve quase sempre relacionado com as relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais e, destes, com a natureza (RAFFESTIN, 1993). O território se forma, então, a partir do espaço, resultado de uma ação conduzida por um ator, que, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, “territorializa” o espaço. Ou seja, a sua definição se faz pela apropriação/dominação de uma área por um determinado grupo social. Nas palavras do autor,

O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Assim, o território “são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255).

O mesmo pode ser identificado, então, como limite das práticas sociais, terreno onde se concretizam e condição para que as mesmas existam.

[...] o conceito de território é antes de mais nada uma classificação, não simplesmente uma classificação de coisas, mas de coisas dentro do espaço. Visto dessa forma, o território é definido pelo acesso diferencial do qual ele é objeto, por uma certa hierarquia social da qual é a representação e finalmente por um certo exercício do poder do qual é produto e um dos principais instrumentos. (GOMES, 2014, p. 139).

O território, dessa forma, se apresenta como uma categoria de análise social, como o recorte ou fração do espaço qualificado por seu sujeito. Assim, “a categoria analítica é o território usado pelos homens, tal qual ele é, isto é, o espaço vivido pelo homem [...]” (SANTOS, 2003, p. 310). Uma vez que o território é determinado pelas diferentes funções espaciais ou pelos diferentes usos espaciais, não é possível pensá-lo ignorando as relações políticas e econômicas que se estabelecem no modelo capitalista de produção (SANTOS, 2014).

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Outro aspecto importante que deve ser considerado nas análises territoriais urbanas é o sentido da palavra territorialidade, enquanto sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence. O território passou a ser compreendido enquanto espaço mobilizado como elemento decisivo às relações de poder (RAFFESTIN, 1993), e territorialidade como a(s) estratégia(s) utilizada(s) para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, ou seja, a fim de estabelecer, manter e reforçar esse poder (GOMES, 2014).

Enquanto o território é a expressão do controle do espaço geográfico por meio de uma rede de relações de poder, a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as inúmeras pessoas e instituições configura-se em lugar. Espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. O que inicia como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar conforme o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Ou seja, é a partir da

apropriação do espaço pelos sujeitos que o mesmo adquire sentidos e significados. Essa apropriação do espaço, segundo Tuan (1983), faz com que o espaço se transforme em lugar, preenchido por experiências e vivências. Dessa forma, a constituição de um lugar depende da criação de um vínculo, de uma relação afetiva entre a pessoa e o ambiente.

O mesmo autor afirma existir uma dialética entre o espaço e o lugar: enquanto o espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação, já o espaço fechado e humanizado é lugar. “O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade”, de forma que os indivíduos estão ligados ao lugar, mas desejam a liberdade do espaço (TUAN, 2013, p. 72). Dessa forma, para o autor, as concepções de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. Os lugares são geralmente constituídos por experiências diretas, sensoriais (como um cheiro, uma textura, uma vista), e por experiências indiretas da mente, que abstrai o conhecimento advindo da experiência.

O lugar, como base da reprodução da vida, pode ser compreendido, então, como o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivenciado por meio do corpo. A discussão sobre o significado de “lugar”, nesse âmbito, é essencial para a compreensão do conceito de “espaço público”, visto que

São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. (CARLOS, 2007, p. 18).

A cidade, como prática social, é espaço-tempo da ação que embasa a vida humana em sua objetividade/subjetividade, indo além de um simples campo de experiência. Os espaços públicos, nesse contexto, caracterizados pela centralidade do encontro e desencontro constitui uma identidade e uma história coletiva, realizadas na esfera pública. No âmbito dessa discussão, o conceito de “espaço público” pode ser conceituado como o local onde as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas (GOMES, 2014). O autor delimita o espaço público como aquele que apresenta ligação com a vida pública, que estabelece uma presença conjunta de indivíduos, com capacidade de estabelecer diálogos e exprimir opiniões.

Espaço público, nesta perspectiva é um espaço político e social, perpassado por dimensões simbólicas, que se materializam, culturalmente, no cotidiano das percepções, imaginários sociais, identidades, subjetividades, sentimentos, atitudes, visões de mundo, projetos políticos de sociedade, construções intelectuais e modos de intervir em cada contexto. Lugar de conflitos, de problematização da vida social, onde se exercita a arte da convivência. Tais espaços correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade, são o próprio pulsar da vida urbana. É através dele que se estabelece o vínculo entre participação ativa e vida na cidade.

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo. (GOMES, 2014, p. 163).

Os principais espaços públicos de uma cidade constituem lugares de sociabilidade, como espaços-síntese da vida coletiva. De acordo com Borja (1998, 2006), a cidade, em seu conjunto, merece ser considerada um espaço público, o qual vai além de seu estatuto jurídico, constituindo-se, essencialmente, a partir de seu uso e apropriação:

El espacio público es em concepto *jurídico*: un espacio sometido a una regulación específica por parte de la administración pública, propietaria, o que posee la facultad de dominio del suelo, y que garantiza su accesibilidad a todos y fija las condiciones de su utilización y de instalación de actividades. El espacio público moderno proviene de la separación formal (legal) entre la *propiedad privada urbana* [...] y la *propiedad pública* [...] y cuyo destino son usos sociales característicos de la vida urbana [...]. El espacio público también tiene em dimensión socio-cultural. Es um lugar de relación y de identificación, de contacto entre las gentes, de animación urbana, a veces de expresión comunitaria. [...] En todos estos casos lo que define la naturaleza del espacio público es el *uso* y no el estatuto jurídico. El espacio público supone, pues, dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad [...]. (BORJA, 1998, p. 14-15, grifos do autor).

Assim, a cidade é essencialmente espaço público, bem como o espaço público é a cidade. É ao mesmo tempo uma condição e uma expressão da cidadania, dos direitos dos cidadãos. Borja (2006) afirma que o espaço público deve ser compreendido como uma área de relacionamentos e coesão social, referências estas que dão sentido à vida cívica e que, simbolicamente, marcam

o território, e proporcionam segurança e elementos de identidade. Para o autor, o espaço público é o lugar da cultura e da festa, da mesma forma que é o local da manifestação política (ou cívica), do protesto e da revolta, resultando que a qualidade formal do espaço público não é uma questão secundária. Jordí Borja (2006, p. 47) ressalta ainda que “investir na qualidade do espaço público, de seu desenho, de seu enriquecimento e de sua manutenção nunca será um luxo, senão justiça democrática”.

O espaço público, então, para o autor, é o espaço capaz de permitir a realização da vida urbana por meio do seu uso, podendo ser um elemento-chave para a cidadania em uma cidade. Mas para tanto, ele deve ser um lugar que permita além da acessibilidade, visto que o planejamento do espaço público irá influenciar a intensidade e qualidade das interações sociais, assim como a capacidade de identificação simbólica, a expressão e integração cultural. Desse modo, necessitamos de inúmeros locais de encontro, visto que a relação com a cidade e entre os cidadãos é constituída de contato, oral e sensorial, de falar e de ser visto, ouvir e tocar, cheirar e observar.

Nesse sentido, Sennett (2003, p. 24) coloca que “a cidade tem sido um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem”. A relação entre os sujeitos e seus corpos no espaço estabelece como se veem e se ouvem, como se tocam e se afastam, suas reações. Assim, a compreensão e a atuação que se tem sobre o espaço é indissociável das relações entre as experiências corporais.

A utilização e a apropriação dos espaços públicos, no entanto, só se mantêm conforme o significado que a comunidade lhes atribui. Tal significado diversas vezes está relacionado com as maneiras de apropriação e utilização na esfera da vida cotidiana do sujeito, geradas ao longo do tempo, tornando-se referencial para o lugar.

Conforme a cidade se transforma, modifica-se também a configuração e morfologia espacial e, com isso, o sentido dos lugares e os modos de uso, revelando uma nova relação espaço-tempo. Uma nova forma de viver o espaço público decorre de uma nova forma de viver a/na cidade. Para Carlos (2011), o lugar apresenta-se como condição de realização da vida cotidiana, o que envolve a articulação espaço-tempo pelos usos do lugar. Nas palavras da autora: “a relação entre o habitante e a cidade pela vida cotidiana se realiza como ação

relacionada às possibilidades e aos limites do uso do lugar, em determinado momento histórico" (CARLOS, 2011, p. 34). Assim, as relações sociais adquirem existência, inscrevendo-se no espaço, produzindo-o constantemente, em seus limites e possibilidades.

Pode-se afirmar, então, que o processo da produção da vida ocorre através das formas de apropriação do espaço. E seu uso envolve o indivíduo e seus sentidos, seu corpo. É por meio dele que o sujeito marca sua presença, que constrói e se apropria do espaço. A análise da vida cotidiana abarca o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida, das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, os jogos, o caminhar, as brincadeiras, o encontro. As práticas cotidianas compostas por pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido, criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, e habitante-lugar, marcadas pela presença.

As relações sociais se materializam enquanto relações espaciais, ou seja, a vida cotidiana se realiza num espaço/tempo passível de ser apropriado, vivido, representado. O espaço se transforma ao longo do tempo, determinando e sendo determinado pela realização da vida social no território, revelando, assim, em suas transformações, modificações importantes na sociedade.

A sociedade, ao produzir-se, realiza em um espaço determinado, como condição de sua existência.

[...] as relações sociais têm sua realização ligada à necessidade de um espaço onde ganha concretude a casa como universo do homem privado; a rua como acessibilidade possível aos espaços públicos, lugar dos encontros, dos percursos, bem como as possibilidades de uma miríade de trocas (...); os lugares de trabalho; os pontos de lazer, etc., lugares onde se realiza a vida humana em determinado tempo. (CARLOS, 2001, p. 34).

No entanto, por meio dessa ação, também produz um espaço que lhe é próprio, dotado de uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo. Assim, a produção do espaço se realiza no cotidiano social, e surge como forma de ocupação e/ou utilização de um determinado lugar, em um momento específico. No mesmo sentido, a autora enfatiza que a vida na metrópole traz consigo um acúmulo de novos fatos, os quais criam uma série de consequências, possibilitando pensar a sociedade urbana em sua complexidade com base na vida cotidiana.

A produção do espaço, segundo Lefebvre, ocorre ao ponto que a sociedade se apropria do espaço preexistente, já modelado anteriormente, de forma que a organização anterior se desintegre, e o modo de produção integra os resultados. O modo de produção organiza e produz o espaço, no mesmo momento que determina as relações sociais. Para o autor, o espaço é condição para a reprodução do capital. Assim, a reprodução da sociedade sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço. O espaço acumula as transformações ocorridas na sociedade, em um processo permanente de renovação, em que processos globais (econômicos, sociais, políticos e culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade.

Carlos (2002) complementa ao identificar os diversos níveis que perpassam o processo de produção e reprodução do espaço:

[...] o processo de produção/ reprodução do espaço se realiza de modo ininterrupto, apresentando, em cada momento da história, características específicas – um processo que envolve vários níveis; o político que produz o espaço de dominação (posto que o poder político se realiza no espaço); o econômico que produz o espaço como condição e meio da realização da acumulação e, finalmente, o social, isto é, a realização da vida cotidiana enquanto prática sócio espacial. Esses três planos articulados e justapostos revelam a dinâmica espacial iluminando os conflitos e contradições em torno desta produção. (CARLOS, 2002, p. 170).

A produção do espaço é condição, meio e produto da reprodução da sociedade. E, assim como a própria sociedade, pode ser definido como um processo/movimento em constituição. A cidade, nesse âmbito, é fruto de um contexto social, caracterizando-se pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos.

2.3 O lazer na perspectiva do espaço

Com base nas discussões apresentadas até o momento pode-se afirmar que, por mais que as dimensões espaciais sejam responsáveis por dar forma ao espaço, é por meio dessa apropriação que o mesmo adquire sentido e significado. Santos (2006, p. 34) coloca que o espaço se impõe por meio das combinações que ele oferta para “a produção, para a circulação, para a

residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de ‘viver bem’”.

Magnani (2015) destaca que pensar o lazer atrelado à paisagem urbana vai além de identificar espaços e equipamentos de encontro e entretenimento. A discussão deve ser ampliada, abrangendo o direito ao lazer na cidade, visto que este não é nem superficial, nem supérfluo, pois faz parte dos elementos constitutivos e definidores de determinados modos de vida. Para o autor, o lazer, como direito social, potencializa o exercício da cidadania com fim em si mesmo e não se constitui como parte de outras ações políticas.

Compreendendo o espaço como fruto das práticas sociais, as formas de uso e práticas de lazer nos espaços públicos dotam-no de uma dimensão qualitativa, capaz de identifica-lo como democratizante ou elitizado. O lazer, neste contexto, destaca-se como uma importante dimensão social do espaço público contemporâneo, tendo em vista o seu caráter de promotor de cidadania e de direito social.

Segundo Muller (2002), o espaço de lazer “tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio”:

Através desse convívio, pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem em um direito dos brasileiros. (MULLER, 2002, p. 25).

Assim, compreender o lazer como direito, significa pensa-lo em conjunto com outros direitos, dentre eles, a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, direito de ir e vir, o direito a transporte, segurança, e o direito à cidade e aos espaços públicos de qualidade e democráticos, entre outros. A efetivação do direito ao lazer, seguindo os princípios contidos na Constituição Federal de 1988, encontra na cidade o *locus* propício para a sua efetivação, tendo em vista que pensar o lazer necessariamente conduz a um pensamento sobre o espaço urbano.

Compreendendo que o espaço público possibilita a realização da vida urbana por meio de sua apropriação, o lazer encontra-se como caminho para a cidadania na cidade, possibilitando experiências emocionais e excitações

agradáveis. Assim como nesse momento é despertado um sentimento agradável pelo prazer da companhia de outras pessoas.

Nesta direção, as colocações acerca do espaço público realizadas por Gomes (2014) complementam as discussões sobre o tempo e o espaço de lazer. O autor enfatiza que, no espaço público, a sociabilidade se transforma em civilidade,

[...] em comportamento que extrapola a simples maneira convencional que uma sociedade atribui ao homem educado de se apresentar e se conduzir, a “etiqueta”. Ela ganha uma dimensão nova nesse espaço, que é um universo de trocas e de encontros [...]. (GOMES, 2014, p. 163).

Os espaços públicos constituem, assim, lugares de sociabilidade, espaços-síntese da vida coletiva, onde os sujeitos podem extrapolar suas emoções, especialmente no tempo de lazer, mas ainda de forma regrada. É nesse momento de mimese e socialização dos indivíduos que ocorre a apropriação do espaço público.

A dinâmica do espaço e tempo do lazer pode gerar uma gama de emoções, refletindo em transformações no modo de ser e de viver, restabelecendo redes de sociabilidades, abrindo caminhos para transformar os espaços públicos a favor dos interesses sociais. As falas dos entrevistados, demonstram, no mesmo sentido, a importância da apropriação do parque para o seu tempo e espaço de lazer, assim como um momento para sociabilização:

O parque como um lazer para Curitiba [...]. (Freddy, 46 anos, Consultor de Tecnologia em Telecomunicações, aluno de assessoria esportiva).⁶⁴

Eu acho os parques muito importantes para o lazer em Curitiba. É um local de lazer onde o pessoal vem com a família, já que aqui não tem praia. (Marcelo, 37 anos, Projetista, aluno de assessoria esportiva).⁶⁵

[...] você fica o dia inteiro fechado no escritório, e aí você vai para a academia e fica fechado na academia, não conversa com ninguém, e aqui você faz amizades. (Francine, 37 anos, Farmacêutica, aluna de assessoria esportiva).⁶⁶

⁶⁴ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

⁶⁵ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

⁶⁶ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

[...] você conhece muitas pessoas interessantes, eu fiz vários amigos aqui, acho que uns 20 nesse ano que estou aqui [...]. (Marcelo, 37 anos, Projetista, aluno de assessoria esportiva).⁶⁷

[...] como a assessoria hoje gera um vínculo social muito grande, então tem um grupo de interesse, um grupo de pessoas que buscam a mesma coisa, isso facilita pelo fato das pessoas buscarem as mesmas coisas, terem companhia, terem a orientação adequada, e estar realizando isso em um local agradável de espaço aberto. (Assessoria Esportiva A).⁶⁸

[...] as pessoas procuram a assessora esportiva para se divertir, porque gostam de correr em grupo, gostam do grupo, gostam das pessoas, sabem que é gostoso ter essa vida social [...]. (Assessoria Esportiva G).⁶⁹

A prática da corrida, no ambiente do parque, está inserida no tempo e espaço de lazer dos sujeitos, proporcionando a apropriação do parque pelos mesmos, e assim, para muitos, um momento de contato com a natureza. É por meio da convivência com o outro, no espaço do parque, que se permite sentir a sensação mais intensa de liberdade. Nesse sentido, a colocação de Villaverde (1999, p.127) pode corroborar com essa questão ao afirmar que:

A realidade dos espaços da cidade, especialmente os de lazer ao ar livre, parecem não escapar à lógica da cultura de consumo [...], mas talvez seja possível experimentar nesses espaços públicos uma relação mais aproximada com outros elementos da natureza e com uma considerável diversidade de práticas culturais, podendo aí ser encontrados elementos para uma outra perspectiva na vivência do lazer.

O tempo e o espaço de lazer mostram-se, também, como uma brecha de diálogo com a existência cotidiana, por meio da interação entre a vida urbana e os sujeitos. Muitos entrevistados afirmam que a apropriação do parque está diretamente relacionada a uma possibilidade de questionamento e conscientização acerca dos direitos e deveres enquanto cidadãos:

Eu acho que é muito importante, porque se você não frequentar, acaba tendo um descaso da própria prefeitura na manutenção, como tem parques aí. (Ivete, 53 anos, Professora, aluna de assessoria esportiva).⁷⁰

⁶⁷ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

⁶⁸ Entrevista concedida à autora em 10 de janeiro de 2016.

⁶⁹ Entrevista concedida à autora em 04 de março de 2016.

⁷⁰ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

É importante sim, para obrigar o poder público a investir mais em espaço público. Se não usar eles abandonam e daí é que não investem mesmo. Acho fundamental. (André, 40 anos, Advogado, aluno de assessoria esportiva).⁷¹

[...] eu percebo que quanto mais é usado, mais o poder público cuida. Então, por exemplo, esses dias nós fizemos uma passeata com as assessorias pedindo mais segurança. Já melhorou, a prefeitura já botou mais segurança. Então, se você não usa, o troço fica esquecido. E a gente vê aqui que eles estão sempre roçando a grama, estão cuidando, porque nós estamos sempre aqui, se não, não acontecia. (Loren, 45 anos, Professora, aluna de assessoria esportiva).⁷²

Depois que a gente começou a usar mais o parque, ele está um pouco mais cuidado. A questão de lixeiras, de limpeza. [...] As pessoas que iam no domingo sujavam o parque, e era horrível ir, você ia correr em um lugar sujo. Hoje já não, hoje você percebe que não só a consciência das pessoas mudou um pouco, quanto acho que a prefeitura começou a cuidar um pouco mais. Isso é uma coisa que melhorou bastante. (Assessoria Esportiva D).⁷³

Assim, o lazer pode possibilitar aos indivíduos novas perspectivas de agir, pensar e comportar-se no cotidiano no qual se constrói uma interligação e, ao mesmo tempo, complementa uma relação dialética, ao realizar essas práticas propostas por uma empresa em um espaço público, estabelecendo um duelo entre o público e o privado. Apesar dessa relação dialética, o espaço de lazer pode ser compreendido como um ambiente que possibilita diferentes emoções por meio das vivências lúdicas, práticas de atividades físicas e relações sociais.

Os espaços de lazer das cidades são, segundo Rechia e Beltrán (2010), uma das preocupações mais presentes nas políticas públicas, visto que são considerados lugares de socialização na cidade por excelência, de potencialização de identidades culturais, de possibilidades de estabelecer relações multiculturais e integração social, aspectos que compõem uma comunidade de convivência. Rolnik (2000), no mesmo sentido, destaca o fato que pensar o lazer nos espaços urbanos é pensar em um espaço de dimensão pública como um grande instrumento ante exclusão na cidade.

Os espaços públicos, então, podem ser compreendidos como locais legítimos de sociabilidade, palco de transformações sociais e de resistências. Os espaços públicos são uma espécie de síntese do aspecto físico da cidade, sendo que a partir da sua apropriação, que pode vir a transforma-lo em lugar, torna-se

⁷¹ Entrevista concedida à autora em 02 de fevereiro de 2016.

⁷² Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

⁷³ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

possível desvelar o pulsar da vida urbana, ou seja, a vida na cidade. Esses espaços são uma proposta para viabilizar o direito de todos, indo além do espaço físico, visto que os espaços de lazer assumem uma importância singular para a sociedade, se caracterizando como um lugar de ponto de encontro e convívio social.

3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CURITIBA

Curitiba, que não tem pinheiros, esta Curitiba eu viajo. Curitiba, onde o céu azul não é azul, Curitiba que viajo. Não a Curitiba pra inglês ver, Curitiba me viaja. [...] Curitiba sem pinheiro ou céu azul, pelo que vosmecê é – província, cárcere, lar –, esta Curitiba, e não a outra para inglês ver, com amor eu viajo, viajo, viajo.

(Dalton Trevisan)

No contexto em que a sociedade atual está inserida, as definições sobre a cidade e o lugar que os cidadãos nela ocupam, ou podem ocupar, são influenciadas por diversos fatores internos e externos. O planejamento, uso e apropriação dos espaços públicos geram identidades para a cidade, não apenas pela integração à paisagem local, mas pelas maneiras de uso do espaço no cotidiano, construindo as diversas faces da cidade.

A política de planejamento urbano é um instrumento público de controle das relações sociais, à medida que contribui para disciplinar o uso e ocupação do solo, sendo realizada mediante medidas e procedimentos de disciplinamento e regulamentação da ação dos agentes públicos e privados no processo de produção do espaço urbano.

Curitiba é entendida neste estudo enquanto síntese do processo de criação e transformação dos espaços públicos, principalmente ao se considerar as políticas urbanas mais recentes. Rechia (2007) sintetiza esse processo de produção e transformação urbana atrelado à criação de espaços públicos.

[...] a cidade adquiriu identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano, centrado em parques, com a acentuada preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil peculiar da cultura local por meio dos usos cotidianos desses espaços. Assim, o ambiente urbano de Curitiba e de outras cidades do Paraná está marcado por um intenso planejamento que associa, entre outras dimensões, cultura, lazer, esporte e preservação da natureza. (RECHIA, 2007, p. 91).

A análise e compreensão da cidade de Curitiba se inserem nesta perspectiva, levando em consideração seus habitantes frente às transformações provocadas pelo urbanismo contemporâneo. Baseando-se nessa concepção objetiva-se compreender neste capítulo, a relação entre as transformações no espaço urbano e sua apropriação enquanto espaço de lazer. Para tanto, será

necessário analisar o processo de produção do espaço urbano de Curitiba, realizar uma contextualização do município, por fim, avaliar as diferentes formas de apropriação dos espaços públicos urbanos da cidade.

3.1 Curitiba e a construção dos espaços públicos

As primeiras modificações no espaço urbano no município de Curitiba tiveram início em função da emancipação política do Paraná, em 1853, quando a cidade se transformou na nova capital da Província do Estado. Para adequá-la à condição de capital, o engenheiro francês Pierre Taulois fez recomendações quanto ao traçado e alinhamento das ruas existentes na vila.

A partir da segunda metade do século XIX, acompanhando o movimento que ocorria no restante do país e na Europa⁷⁴, houve o início do desenvolvimento do município com a implantação de vários empreendimentos associados à infraestrutura urbana, entre os quais a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá na década de 1880, que levou a cidade a receber um grande número de imigrantes europeus. Ainda na mesma década, ocorreram grandes transformações no cenário urbano além da Estrada de Ferro: a inauguração do Passeio Público, do Teatro São Theodoro, da Santa Casa de Misericórdia e da primeira linha de bondes.

Especialmente em relação ao Passeio Público, o mesmo pode ser considerado o primeiro espaço público destinado a vivências no tempo/espaço de lazer de Curitiba. Inaugurado em 1886, o primeiro parque urbano da cidade foi criado por Alfredo Taunay, quando presidente da Província do Paraná. O parque em questão nasceu da drenagem, calçamento e arborização de um terreno pantanoso, próximo do Marco Zero da cidade.

Ainda no mesmo século, em decorrência do crescimento urbano, em 1895 foi criado o Código de Posturas de Curitiba ⁷⁵, um instrumento para a

⁷⁴ A partir da metade do século XIX com o crescimento acelerado das cidades, a impossibilidade de expansão na área central das cidades forçou uma redistribuição da população no entorno destas, criando áreas sem planejamentos, nos subúrbios e bairros próximos ao assentamento urbano inicial, e também áreas planejadas, com ampliações e planos urbanísticos.

⁷⁵ Antes da criação do Código de Posturas, ainda em 1721, Ouvidor Pardinho definiu as primeiras posturas urbanas de Curitiba: as ruas deveriam ser abertas e largas, retas e contíguas. Assim como as casas só poderiam ser edificadas com alvará da Câmara, e cobertas com telhas de

manutenção da ordem da cidade, que previa padrões de higiene e aperfeiçoamento da estrutura urbana.

Até a década de 1940, o município passou por um grande crescimento populacional, de forma que o início do século XX representa um momento de transformações de caráter físico, econômico e cultural em Curitiba. As transformações sociais e políticas, assim como o desenvolvimento tecnológico, auxiliaram as mudanças nas formas de viver nas cidades e nas tipologias decorrentes dos espaços públicos gerados.

Para adaptar a cidade a essa transformação, algumas políticas de cunho urbanístico foram adotadas, dentre as quais se destacam: o Código de Posturas, em 1905, de forma a criar eixos onde somente eram aceitas construções em alvenaria; e a da Comissão Especial para Melhoramentos Urbanos, em 1913. Entretanto, entre a década de 1910 a 1940, com o declínio da atividade ervateira, que era a geradora de riqueza nesse período, as grandes obras urbanísticas foram deixadas de lado e a cidade foi dividida em zonas, segundo as funções, conforme o modelo europeu: central com comércio e moradias de alto padrão; fábricas e moradias para operários mais qualificados; e moradias de operários menos qualificados e pequenos sitiantes.

Apesar da implantação dessas políticas, a história formal do planejamento urbano inicia em 1943 com o Plano Agache, ou Plano Diretor de Urbanização de Curitiba. Este começou importantes transformações por meio de um planejamento urbano diferenciado. O plano determinou normas técnicas e diretrizes, com o intuito de ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade – por meio de disciplinamento do tráfego, organização das funções urbanas e zoneamento específico. Nesse momento começam as primeiras preocupações em relação aos “espaços livres”.

O plano expressa as aproximações com os pensamentos que nortearam os de Haussmann para Paris⁷⁶, assim como as Cidades-Jardim propostas por

barro, sendo proibidas choças e coberturas de palha dentro do Rocio da Vila. Também coloca que terrenos baldios e abandonados não devem persistir no quadro urbano. São ao todo 129 determinações de Ouvidor Pardinho aos habitantes de Curitiba, que foram úteis até a elevação da Vila à condição de Cidade, em 1842, após isso caíram em esquecimento (MACEDO, 2016).

⁷⁶ Georges-Eugène Haussmann, administrador do Sena entre 1853 e 1869, projetou e implantou o que é considerado plano regulador para uma metrópole moderna, em Paris, o Plano Haussman. Tal plano promoveu a racionalização das vias de comunicação, criando grandes *boulevards*, que conjugavam artérias radiais e anelares, provocando a divisão administrativa da cidade em bairros e distritos e a espacialização dos setores urbanos. E como sistema de controle

Ebenezer Howard⁷⁷. A primeira consiste na criação de uma malha urbana baseada em bulevares e avenidas perimetrais, circundando o centro e interligando os setores da cidade, de forma a convergir a perspectiva das ruas em um ponto de mira (praças ou terminais de transporte coletivo). A segunda se refere também à lógica da disposição do sistema viário e do zoneamento de funções, sendo um núcleo central com anéis externos e avenidas radiais que o cruzam.

O período em que ocorreu a implantação desse Plano coincide com o advento da Segunda Guerra Mundial. A princípio, o Brasil não estava diretamente envolvido nas questões centrais que desencadearam os fatos, no entanto, sua posição de não neutralidade acabou estipulando as consequências econômicas que resultariam no alinhamento político que se desenhava por sua aliança com os Estados Unidos.

Não terá sido mera coincidência histórica o surto de industrialização havido no país, no período do pós-guerra. Houve investimentos significativos no processo industrial brasileiro, como a implantação da Siderúrgica de Volta Redonda, que causou reflexos na economia em escala nacional. Embora a economia do Paraná fosse, na época, de natureza basicamente agrícola, também será lógico supor que havia a preocupação com o impacto da virtual mudança do perfil econômico do país. Desta maneira podemos entender melhor o contexto favorável à implantação de projetos de desenvolvimento em áreas urbanas, tendo em vista a possibilidade de crescimento acelerado, em função dos eventuais processos migratórios do campo para as cidades, que são fenômenos esperados em economias agrícolas como a nossa, onde as máquinas acabam, cedo ou tarde, substituindo a mão-de-obra no campo. (PLANO DIRETOR DE CURITIBA, 2004, p. 24).

Curitiba, nesse período, foi definida pelo próprio plano como uma cidade “agradável”, mas sem a impressão de que era a capital do estado: possuía ruas que se cruzavam em um traçado mais ou menos xadrez, sem uma preocupação com a topografia do terreno, e seus problemas urbanos se entrelaçavam de forma que uns tornavam-se decorrentes dos outros.

A divisão da cidade em zonas especializadas, proposta pelo plano, seria pela implementação de centros funcionais setorizados: um militar (no bairro

das áreas edificadas utilizou as leis municipais. As indústrias implantaram-se nos arredores das cidades, as classes média e operária deslocaram-se para os subúrbios.

⁷⁷ Ebenezer Howard (1850-1928) propôs o conceito de cidades-jardim, o qual buscava a integração entre cidade e natureza, propondo que cada cidade-jardim, limitada a 30 mil habitantes e rodeada por um cinturão verde, deveria fazer parte de uma constelação de cidades-jardim rodeadas pelo campo.

Bacacheri), um esportivo (no bairro Tarumã), um de abastecimento (Mercado Municipal no Centro), um de educação (Centro Politécnico), um industrial (no bairro Rebouças), um administrativo (no bairro Centro Cívico), e alguns centros de esporte e lazer.

Segundo Trindade (1997), Agache⁷⁸ entendia a cidade como um sistema complexo, enquanto um organismo, numa perspectiva funcional, em que cada parte pertence a um todo que deve funcionar sincronicamente, a favor de seus habitantes. Ou seja, este compreendia a cidade como um conjunto arquitetônico que deveria atender a um determinado número de funções, como circulação, habitação e trabalho. Dessa forma, a cidade foi pensada como um conjunto arquitetônico fundamentado sobre o tripé saneamento, sistema viário e uso do solo, procurando a integração de habitação, circulação, trabalho e recreação.

- 1) saneamento, com a drenagem dos banhados, canalização dos rios e ribeirões e construção da rede de abastecimento de água e coletora de esgotos; arborização de ruas e avenidas, criação de parques nos extremos da cidade e criação de um horto municipal;
- 2) circulação: descongestionamento do centro da cidade e criação das perimetrais externas (0, 1, 2 e 3);
- 3) órgãos funcionais: construção de um centro destinado às atividades administrativas, criação de um centro comercial, de um centro militar e de uma cidade universitária na periferia da cidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 98).

O plano dispôs sobre “Espaços Livres”, contemplando tanto largas avenidas quanto praças, jardins e parques públicos, com atenção voltada para a questão da arborização urbana e dos locais destinados à recreação e lazer da população.

No tocante a praças, também a cidade é bem servida, possuindo número razoável de praças e jardins, alguns dos quais, entretanto, ainda sem tratamento.

A Praça Tiradentes – o coração da cidade e seu mais importante Centro Comercial – tem praças muito próximas.

Quanto a parques, a cidade sente falta quase absoluta. Foram previstos no plano 4 parques de proporções médias e que, juntamente com a Avenida Parque (AP-3), poderão ser consideradas suficientes para a cidade, para a etapa urbanizada no atual plano.

Claro é que, na proporção que forem sendo edificadas as áreas atualmente vazias dentro do perímetro AP-3, mais praças, mais jardins,

⁷⁸ Alfred Hubert Donat Agache (1875-1959), arquiteto francês formado na *Ecole des Beaux-Arts* [Escola de Belas-Artes] em Paris, planejou a urbanização de cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba entre as décadas de 1940 e 1950, em um amplo projeto financiado pela ditadura de Getúlio Vargas.

mais parques deverão ser previstos. Não é, entretanto, prudente fixar-lhes posição ou dimensão desde já. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/BOLETIM PMC, nº 12, 1943, p. 69).

Os espaços livres e a vegetação deveriam estar a serviço dos habitantes, tanto para a contemplação, quanto para a “recreação ativa”, especialmente das crianças. Além da reforma das praças, foram projetados outros parques maiores: “Cemitério Parque”, “Parque da Lagôa do Rio Barigui”⁷⁹, “Parque do Ahú”, e “Parque do Capanema”. Tais parques, embora previstos no Plano Agache, só vieram a ser realmente implantados depois da década de 1970, por meio do Plano Serete, como será discutido posteriormente. O Alfred Agache afirmava que Curitiba carecia de bons parques de proporções maiores, visto que o Passeio Público, apesar de bem localizado, por suas dimensões, não poderia ser considerado um parque. “A cidade necessita parque para veraneio e esportes de preferência do tipo florestal que contribuirão para a conservação de espécies vegetais de grande porte e situados fora do centro” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/BOLETIM PMC, nº 12, 1943, p. 74).

Na sequência, foi implantado também o “Plano de Avenidas”, um sistema radial de vias (artérias) a partir do centro, ou seja, ligações entre os setores realizadas pela implantação de vias expressas. As propostas de Agache, embora implantadas parcialmente na cidade, deixaram marcas que perduram até hoje, como as grandes avenidas, as galerias pluviais, entre outros.

Ao final da década de 1940, se iniciava em Curitiba sua verticalização, vista, naquela época, como sinal de progresso. Juntamente a isso, a remodelação e o embelezamento dos jardins e praças existentes era uma forma de demonstrar o desenvolvimento vivido pela cidade. Em continuidade a esse pensamento, na década de 1950, o Estado do Paraná encontrava-se em um momento de crescimento econômico ascendente, impulsionado pelo cultivo de café. Os sinais dessa prosperidade econômica refletiram na capital Curitiba, que deveria se constituir como uma nova metrópole, no entanto, a partir dos anos 1950, parte desse conceito deu lugar ao discurso do paradigma da modernização

⁷⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Boletim PMC – Plano de Urbanização de Curitiba**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, n. 12, nov.-dez. 1943. Capítulo I: Resumo histórico-fisiográfico de Curitiba; Título VI: Espaços livres, Seção IV, p. 74-75.

(que havia norteado seu desenvolvimento até então) ao “Brasil diferente”, da imigração de origem europeia (OLIVEIRA, 2001).

Nesse período, as elites locais começavam a enquadrar Curitiba, como uma das maiores metrópoles do país⁸⁰, de forma que a preocupação com o embelezamento da cidade se tornou primordial: Curitiba se queria europeia, uma cidade colonizada por europeus, construída e dinamizada por europeus. Uma cidade nova com o futuro de muita grandeza. As intervenções urbanas, especialmente no centro da cidade, buscavam embelezar a cidade para o visitante, escondendo os problemas relacionados à falta de infraestrutura básica para a maioria da população.

Em meio a esse processo, o Plano Agache começou a se tornar obsoleto, seja em virtude de sua rigidez, seja pelo rápido e imprevisível crescimento da cidade. “[...] na hora em que foi feito era bom, mas ninguém acompanhou o crescimento da cidade e as mudanças que se faziam necessárias para tentar deixá-lo *up to date*. Então ficou velho, ultrapassado” (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 1990, Depoimento de Saul Raiz, p. 56). Curitiba, nesse momento, segundo Trindade (1997), ainda encontrava-se organizada em moldes tradicionais, com uma reduzida atividade industrial e quase nenhuma preocupação com as condições ambientais.

Mesmo assim, a paisagem da cidade encontrasse profundamente marcada pelas intervenções do Plano Agache. Desde o atual Centro Cívico, onde foram construídos os Palácios da Prefeitura e do Governo, ao Bairro Rebouças, onde a princípio estava definida a área industrial; do Parque Lagoa, atual Barigüi, à área esportiva do Tarumã; da Cidade Universitária, atual Centro Politécnico da UFPR, à Área militar, atual Quartel do Bacacheri. Além desses aspectos, o Plano também estabeleceu parâmetros construtivos para as edificações e orientações de ordem sanitária, como a drenagem por meio do recuo frontal e a implantação de galerias cobertas em edifícios comerciais, como existem implantados atualmente nos Setores Estruturais da cidade em função das exigências do Plano Diretor vigente. (PLANO DIRETOR DE CURITIBA, 2004, p. 24).

Em 1953 foi estabelecido um novo Código de Posturas e Obras do Município (Lei Municipal nº 699/53), proposto no plano de 1943. Nesse mesmo

⁸⁰ A década de 1950 foi vivida na capital e no estado, (assim como no Brasil como um todo) como uma época de euforia e enorme possibilidade de progresso. E este Estado próspero e moderno, necessitava ter uma capital com a mesma roupagem. Pelo menos se tentava passar a ideia de que estava se constituindo uma das maiores metrópoles do Brasil.

período, entre os anos de 1940 a 1960, a população curitibana passou de 140 mil para mais de 360 mil habitantes. Tal aumento associa-se, segundo Trindade (1997) à sua dinâmica econômica, demandando crescentes investimentos públicos e uma constante oferta de novas moradias. O contexto de crescimento urbano, atrelado à implantação de forma parcial na cidade das obras propostas pelo Plano Agache, fez com que, em 1954, esse plano sofresse revisão através da criação do Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo, que tinha como função exercer o controle urbanístico da cidade.

A partir da década de 1960, período decisivo em relação ao processo de planejamento de Curitiba, as transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram no país e a opção pela estratégia desenvolvimentista como modelo de gestão econômica, criaram as condições para a implantação de uma série de políticas urbanas em algumas cidades. Nesse momento, Curitiba era a única cidade de porte no Estado, capaz de receber o contingente humano que saía das áreas rurais em direção aos centros urbanos. Nas décadas de 1950 e 1960, houve um rápido crescimento da população em consequência da economia cafeeira do norte do Paraná. Curitiba passou de 140.656 habitantes em 1940, para 180.575 em 1950, atingindo 362.309 em 1960 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE). A sua média de crescimento na década de 1950, especificamente, foi maior que a da cidade de São Paulo, como pode ser observado na tabela abaixo.

TABELA 3.1 – Crescimento da população dos municípios de Curitiba/PR e São Paulo/SP entre os anos de 1940 e 1960

Municípios	População			Taxa anual de crescimento (%)	
	1940	1950	1960	1949/1950	1950/1960
Curitiba	140.656	180.575	356.830	2.53	7.05
São Paulo	1.326.261	2.198.096	3.781.446	5.18	5.58

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO/IBGE (1940, 1950, 1960).

Diante da realidade cultural, estrutural e econômica da cidade, algumas soluções foram propostas, dentre elas as ideias de um grupo de arquitetos e urbanistas da Universidade Federal do Paraná, sobre circulação e trânsito. Como não havia recursos financeiros na prefeitura, o então prefeito Ivo Arzua Pereira (ficou à frente da prefeitura de Curitiba entre 1962 a 1967) solicitou

recursos financeiros à Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), antecessora do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP), e foi atendido com a condição da realização de planejamento global que justificasse a utilidade e a validade das propostas. Para tanto, o prefeito, em 1964, promoveu um concurso nacional para a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo, pautado em três transformações urbanas: física, econômica e cultural.

Vale ressaltar que a CODEPAR impôs que este plano refletisse uma realidade socioeconômica assim como pudesse ser implementado. Para tanto, deveria apresentar instrumentos fiscais e jurídicos que possibilitassem à prefeitura a realização dos objetivos do plano urbanístico, sendo adicionada uma cláusula determinando a presença de um grupo local de acompanhamento, constituído por técnicos do departamento de urbanismo, de forma a possibilitar que esse grupo se encarregasse futuramente da administração do plano, assegurando sua continuidade. Tal grupo constituiu o núcleo gerador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), constituído em 1966 (FERNANDES, 1979).

Em 1965, por meio dessa concorrência pública, a empresa Serete Engenharia S.A., em associação com Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, ambos de São Paulo, criou o Plano Preliminar de Urbanismo para a cidade de Curitiba, também denominado Serete-Wilhelm. Tal plano propunha uma estruturação global para a cidade, combinando diretrizes de uso do solo, transporte coletivo, localização industrial e de áreas de lazer, com a adoção de um modelo linear de expansão urbana. No Plano Serete-Wilhelm, há uma descrição da cidade nesse momento: “o que encontramos em Curitiba é a típica vida urbana de uma cidade terciária prestes a ter um salto qualitativo” (1965, p. 128).

Jorge Wilhelm realiza um testemunho sobre a criação do Plano Diretor de 1965:

Não se tratava, naquele momento, de projetar uma cidade nova e, sim, de intervir em uma cidade existente, em acelerado crescimento, acumulando problemas não resolvidos e outros criados no futuro pelo aumento de sua população e pelas previsíveis mudanças de funções e de modos de vida. O desafio profissional consistia em “ler” adequadamente a cidade, detectando suas características e

problemática, e de avaliar hipóteses de mudanças, escolhendo as diretrizes que pudessem orientar o seu desenvolvimento. Mas o novo plano consistia também em propor o formato de um planejamento contínuo e sustentável (esta palavra ainda não estava na moda, nem tinha uma conotação “verde” [...]).

A proposta era inovadora, pois deixava de considerar urbanismo como mero desenho urbano acompanhado de uma legislação impositiva. Do ponto de vista da prática urbanística, dependia do acerto na leitura da cidade existente, na sensibilidade de perceber problemas, separando o substantivo do adjetivo. Fator importante foi a criação de um grupo local de acompanhamento capaz de tornar-se um núcleo permanente de planejamento local, que viria a ser o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba, cuja direção ficou a cargo de Jaime Lerner, jovem membro do grupo local de acompanhamento. (WILHEIM, s/d., s/p.⁸¹).

Em 1965 são realizados debates públicos, que ocorrem no Seminário Curitiba de Amanhã, para discussão da proposta com a população e, em 1966, o novo Plano Diretor (denominado também como Plano Serete-Wilheim) é aprovado sob a Lei Municipal nº 2.828, de 31 de julho.

O plano propôs a orientação de desenvolvimento urbano a partir de eixos lineares, em contraposição à cidade concêntrica do Plano Agache:

Preferimos buscar a linearidade de expansão, ao longo de certas diretrizes dominantes, espontâneas e fortemente marcadas. Chamamos essas diretrizes de linhas estruturais e as identificamos na já existente trama viária, conferindo-lhe, no entanto, em nossa proposta, uma escala, uma função, um uso e uma possibilidade de crescimento, adequadas à importante função que deverão ter. [...] Em segundo lugar [...] procuramos criar centros secundários de atração; esta polinucleização urbana [...]. (WILHEIM; SERETE, 1965, p. 145).

O mesmo também retomou a especialização funcional dos espaços da cidade, por meio dos zoneamentos. Também propôs a revitalização dos espaços públicos tradicionais da cidade e a criação de novos pontos de encontro para seus habitantes. Em paralelo, enfatizaram o transporte coletivo, desestimulando o transporte individual. Durante a implantação do novo modelo urbanístico, uma das preocupações básicas foi equipar a cidade com áreas de lazer, tais como parques, bosques, praças e áreas públicas ajardinadas, buscando criar espaços que refletissem qualidade de vida urbana.

⁸¹ Texto retirado do site do arquiteto, disponível em: <<http://www.jorgewilheim.com.br/legado/Projeto/visualizar/1662>>, acesso em: 07 de fevereiro de 2017.

É importante ressaltar que a criação desse plano foi determinante para a transformação das ideias em ações concretas. O Plano Serete-Wilhelm, dentre outros objetivos, buscou controlar o crescimento urbano de forma a proporcionar o crescimento linear de um centro servido de vias tangenciais de circulação rápida, de forma a induzir o desenvolvimento da cidade no sentido Nordeste-Sudoeste, com a adequação das áreas verdes, a criação de uma paisagem urbana própria.

Com base na convicção de que a cidade deveria ser feita para o homem, buscando criar novos pontos de encontro para as pessoas, a implementação de parques e áreas verdes tradicionais foi adotada, pensando também na questão ambiental, visto que a cidade possuía índices muito baixos de área verde por habitante. Um trecho retirado ainda na introdução auxilia a contextualizar essa questão:

Nos bairros periféricos há falta de reservas de terrenos para uso coletivo e de áreas verdes, sendo a impressão de verde dada pela ainda baixa ocupação do solo. O déficit em áreas verdes para a população jovem foi avaliada em mais de 115.000 m². (WILHEIM; SERETE, 1965, p. xiii).

Foram desapropriadas as áreas de várzea de rios, não indicadas para construções devido ao risco permanente de enchentes, as quais foram destinadas à criação de parques e áreas de lazer. Ainda foram detalhados os formatos mais adequados às paisagens nas vias estruturais, configurando um padrão de urbanização que fosse caracterizado como típico de Curitiba. A determinação do *petit pavê* compondo desenhos de araucárias e pinhas para pavimentar as calçadas de Curitiba, presente até os dias de hoje nas ruas da cidade, colocado no plano como “elemento plástico característico” pode exemplificar essa proposta de padronização.

Vale destacar, que, segundo Dziura (2011), embora o Plano Diretor tenha sido aprovado em 1966, sua implantação foi retardada até o final dos anos 1970. A gestão municipal entre os anos 1967 a 1971 ficou a cargo do engenheiro Omar Sabbag, o qual tinha um posicionamento oposto ao do Plano, especialmente em relação aos Eixos Estruturais. Essa situação só se alterou com a posse de Jaime Lerner na Prefeitura, em 1971, como será explicitado posteriormente.

Em 1966, foram criados a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB) e o IPPUC⁸². Vale apresentar a descrição apresentada no Plano Preliminar de Urbanismo de como deveriam “funcionar” essas instituições:

[...] bem como definindo as funções do Escritório do Plano Diretor, Divisão do Departamento de Urbanismo. Este órgão será encarregado da elaboração do Plano Diretor que deverá seguir esse Plano Preliminar e do controle de sua execução. Suas relações com os outros órgãos da Prefeitura, responsáveis por parte do desenvolvimento da cidade, foram delimitados aos Departamento de Obras, onde caberão as obras normais da Prefeitura e à URBS, para a qual a natureza jurídica permite a elaboração de projetos e realização de obras especiais, como por exemplo, a realização dos centros secundários. (1965, p. xvi).

Especialmente o IPPUC, em relação à sua criação, desvinculou as tarefas de pesquisa e planejamento dos órgãos da administração direta do município. O mesmo apresentou-se com o objetivo de “preparar a cidade para o futuro”, transcendendo a burocracia dos departamentos municipais, com um *staff* técnico qualificado. O IPPUC seria o órgão responsável pela implantação do projeto modernizador previsto pelo Plano Diretor. Suas principais tarefas seriam: a elaboração e o detalhamento de projetos; o controle e a implementação do Plano Diretor; e a execução de projetos em cooperação com outros órgãos da administração.

A nova autarquia preparou o texto definitivo do “Plano Diretor de Curitiba”, enviado pelo prefeito Ivo Arzua à Câmara Municipal dia 20 de junho de 1966, e sancionado no dia 31 de julho do mesmo ano, pela Lei nº 2.828. Ressalta-se ainda que ambas instituições apresentavam fundamental importância para o desenvolvimento do Plano Diretor de Curitiba, o qual apresentava um modelo linear de expansão urbana por meio dos “eixos estruturais”.

Nos anos de 1970, assistiu-se a profundas transformações nas relações estabelecidas entre as atividades agropecuárias e industriais, que se consubstanciaram em significativas mudanças na estrutura produtiva do Estado. Nesse contexto, o Paraná foi o estado brasileiro que mais perdeu população rural nos anos de 1970, passando de 4,4 milhões nesse período para 3,2 milhões em

⁸² O IPPUC foi criado por meio da Lei Municipal nº 2.660, promulgada em 1º de dezembro de 1965.

1980, um decréscimo de 3,4% ao ano na década. Por sua vez, nesse período foi instituída a Região Metropolitana de Curitiba, em 1973, composta por 14 municípios. Destaca-se que a mesma foi a que mais cresceu em termos populacionais dentre as demais regiões metropolitanas brasileiras. Sua população passou de 821 mil pessoas em 1970 para 1.442 mil em 1980.

Desse período em diante a cidade foi marcada pelas inovações urbanísticas devido à implantação do plano de 1965 em sua totalidade, mas com algumas alterações, sem perder seu caráter original, por meio das ações do IPPUC.

A partir de meados dos anos de 1970 e durante a década de 1980, a modernidade urbana significou “equipar a cidade”. A diretriz foi dotar Curitiba de “instrumentos urbanos em todos os setores da recreação, educação, terminais de transportes e de abastecimento” (PMC, 1989-92 apud OLIVEIRA, 2001, p. 99). Foi nesse momento que o município passou por suas grandes transformações físicas, econômico-sociais e culturais. Datam desse período os principais projetos na área de transportes coletivos, embelezamento, restauração e preservação dos sítios históricos, padronização da paisagem urbana, implantação de áreas de lazer (como parques e bosques).

É importante destacar ainda que na década de 1970 foi criado o Departamento de Parques e Praças, que atuava inicialmente na implantação de parques lineares, com o intuito de proteção do sistema de drenagem natural e preservação das matas ciliares.

Jaime Lerner expôs a diretriz básica que orientou o desenvolvimento do planejamento urbano nos anos setenta na Revista de Administração Municipal:

O conceito fundamental do modelo de desenvolvimento que a cidade de Curitiba adotou, em meados da década de 60, foi o do crescimento linear, em contraposição à formação concêntrica que ela adquiriu naturalmente. Ou seja, ao invés de crescer dentro de um círculo em torno de um ponto, deveríamos promover o adensamento ao longo de uma linha ou eixo.

A partir dessa definição, tornou-se possível orientar e dirigir o crescimento da cidade segundo a diretriz básica de se limitar a expansão da área central e estimular o desenvolvimento do setor comercial e de serviço ao longo dos eixos.

A adoção concreta dessa diretriz e dos demais princípios posteriormente desenvolvidos iniciou-se na década de 70, quando o planejamento deixou de ser meramente normativo, para assumir o papel de agente promotor do desenvolvimento urbano. (REVISTA DE

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 1983, p. 13 apud TRINDADE, 1997, p. 70).

A transformação física se deu pela criação de eixos estruturais e pela implantação de um sistema de transporte que poderia se adaptar ao progressivo adensamento. Quanto à transformação econômica, em 1972 foi criada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), uma área de 43 milhões de metros quadrados, 10% do território municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2004).

Sua criação teve como pano de fundo uma política de atração de investimentos industriais, as quais tinham como objetivo aproveitar as vantagens comparativas da cidade em relação aos meios de transporte, comunicação e infraestrutura urbana, somadas à concessão de suntuosos subsídios, de forma a atrair um grande número de novos investimentos industriais, a fim de alterar a face da economia urbana, assegurando o desenvolvimento do capital.

A transformação social que acompanhou a implantação do plano se fez com a promoção de uma identidade própria para a cidade, baseada em referenciais urbanos. Inicialmente, foram utilizados instrumentos que buscavam a revitalização dos setores tradicionais e históricos da cidade, além de um programa cultural que conectava lazer e cultura por meio da apropriação de parques públicos. Para tanto, a prefeitura promoveu a criação acelerada de novos espaços de cultura e lazer na cidade.

A partir desse momento, diversos parques e bosques começaram a ser criados na cidade. A questão ambiental ganhou status e passou a ser incorporada ao discurso político na gestão Lerner. No período 1972-82 foram criados três parques (São Lourenço, Barreirinha e Barigui) e três bosques (João Paulo II, Capão da Imbuia e Martin Lutero), correspondendo a quase 10 milhões de m² de área verde criados.

Ressalta-se ainda, que havia uma preocupação em conter desastrosas enchentes, ocasionadas pelas cheias dos principais rios que irrigavam a cidade, como os rios Belém, Passaúna, Iguaçu e Bacacheri, que não davam suporte à drenagem natural.

No início dos anos 70, foi tomada uma decisão estratégica em relação aos vazios urbanos: em vez de loteá-los, a Prefeitura optou por fazer dessas áreas uma 'reserva de mercado' ecológica. Nelas foram implantados, a partir de 1972, parques e bosques com funções de

preservação, saneamento, lazer e contenção de enchentes. Na época havia apenas um parque, o velho e central Passeio Público, de 1886. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, s.p., s.d.)⁸³.

Relacionando o contexto político-econômico desse período com a cidade, é possível identificar importantes elementos da implementação de políticas urbanas. Segundo García (1997, p. 27), “Curitiba foi eleita, a partir daquele período, a mais genuína expressão do “milagre brasileiro” em sua versão urbana”. O Estado encontrou no projeto de modernização urbano do município a expressão de desenvolvimento capitalista pretendido para o país. Nesse sentido, o quadro político do Brasil naquele momento foi positivo para a instauração e agilização da intervenção planejadora.

É importante destacar que a eficiência da estrutura administrativa criada para o IPPUC, a partir de sua criação, garantiu condições político institucionais para a implementação do Plano Diretor a partir da segunda metade da década de 1960. Essa importância é ressaltada pelo estudo encomendado pelo Ministério do Interior ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ/MINTER, 1975), o qual pretendia avaliar “as razões do êxito de Curitiba no campo do planejamento urbano”. Os autores desse estudo delinearam a seguinte resposta explicativa para o que afirmaram ser sucesso do planejamento urbano da cidade:

O que deu a notoriedade ao experimento curitibano de planejamento foi a implantação de soluções tais como o sistema de ônibus expresso, o sistema de circulação, as áreas verdes e o equipamento e estrutura de animação [...] E a ênfase foi sempre colocada na dimensão técnica destas soluções. Esta dimensão é, entretanto, o que há de menos original no experimento e de menor relevância na explicação de seu sucesso. É razoável supor que outros centros urbanos maiores e mais desenvolvidos – ou de escala idêntica – possuem capacitação técnica para elaborar as mesmas soluções ou soluções mais adequadas aos seus problemas. Nem mesmo são originais as próprias soluções curitibanas. O que há de notável no “caso de Curitiba” é que tais soluções puderam ser implementadas enquanto propostas idênticas, ou equivalente, têm abortado em outros centros urbanos. Em resumo, a originalidade do experimento curitibano está em sua dimensão político-institucional. (IUPERJ/MINTER, 1975, p. 2-3).

As transformações do espaço urbano promovidas pela Prefeitura a partir da segunda metade da década de 1960, segundo Trindade (1997, p. 73),

⁸³ Disponível na *homepage* oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba, no link: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/nossosparques>>.

estavam sendo planejadas para seus habitantes, suas necessidades e seus lazeres. A cidade foi repensada como um todo, realizando modificações nos setores que determinavam essa totalidade: circulação, lazer, saúde, educação e industrialização. A justificativa apresentada nos documentos oficiais apoiava-se no argumento de que o objetivo era integrar as funções da cidade, valorizando a presença do homem no seu meio ambiente (RECHIA, 2003).

Para Jaime Lerner, nesse aspecto, “A cidade não é o emaranhado de suas ruas, nem uma soma de unidades produtivas, nem um conjunto de casas e edifícios: a cidade é o cenário do encontro”⁸⁴. Na mesma direção, em seu discurso de posse, em 1971, o então prefeito afirmava que:

Dessa necessidade de assegurar conteúdo humano ao progresso, agora e amanhã, é que decorrem as obras que pretendemos realizar. Realce especial, por isso, será dado à recreação que envolve não apenas a criação de uma estrutura de animação da cidade, do ponto de vista social e cultural, como também a construção de novas praças e de grandes parques, a preservação das áreas verdes expressivas, a execução de um plano de arborização da cidade e uma nova política de ocupação do solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e da água. (LERNER, 1971 apud RECHIA, 2003, p. 97).

Analisando algumas metas anunciadas em seu discurso, destaca-se que Jaime Lerner modificou a cidade que, no final dos anos de 1960, possuía 1m² de área verde por habitante, ao passo que no final de 1974, já eram 16m² por habitante – índice mínimo estipulado para as cidades pela Organização Mundial de Saúde. Segundo Dudeque (2010). Especialmente entre os anos de 1971 e 1972, a prefeitura plantou cerca de 60 mudas de árvores autóctones ao longo de ruas, enquanto a propaganda pedia à população: “nós damos a sombra e você dá a água fresca”. Pela primeira vez buscou-se aquilo que os dirigentes do IPPUC denominaram como “envolvimento da população”: uma ideia simples que quase todos entendiam, mas difícil de realizar, pois necessitava do apoio coletivo.

A preocupação ecológica marcou a “genética” do IPPUC, de forma a constituir a fórmula: novo homem + ecologia = lazer urbano próximo à natureza. Nesse sentido, três grandes parques foram implantados em regiões com

⁸⁴ Jaime Lerner (Revista de Administração Municipal, 1983, p. 14), citado por Trindade (1997, p.73).

nascentes e cobertas de mata nativa: Parque Barreirinha (275.380m²) criado oficialmente em 1959, mas implantado em 1972; ainda em 1972 foram implantados os parques São Lourenço (203.918m²) e Barigui (1.400.000m²).

Identificada por certo avanço em relação às questões ambientais e desenvolvimento urbano, a cidade de Curitiba passou a ser conhecida como uma das mais “inovadoras” cidades do país (RECHIA, 2003). A criação de diversos espaços públicos ligados à preservação do patrimônio natural e cultural, nesse sentido, visava potencializar um processo de identificação da comunidade local aos novos espaços. Este processo colaborou para a divulgação de um repertório de imagens simbólicas e rótulos associados à competência técnico-urbanística de seus gestores. Dentre essas imagens e rótulos, ressalta-se aquelas relacionadas aos parques e áreas verdes de Curitiba, como por exemplo, “metrópole verde,” o que coloca o conjunto dessas áreas, especialmente parques e bosques, como modelo a ser seguido por outras capitais do país.

Observa-se a partir desse discurso que a prefeitura buscou uma mudança na compreensão do cidadão sobre a cidade, o que García (1997) enfatiza como o início de um projeto de veiculação de uma nova imagem da cidade, como cidade modelo e cidade planejada, um dos elementos centrais do projeto de modernização urbana. Procurou-se criar no imaginário da população um sentido de “identificação” com a cidade, um sentido de orgulho em “pertencer” à cidade de Curitiba.

Buscava-se, com esse projeto, a mudança na mentalidade do cidadão, a criação de uma identidade coletiva, utilizando-se, conforme Trindade (1997) da oferta de oportunidades de cultura e lazer. A identidade almejada pode ser traduzida nos seguintes objetivos: promover a “integração do homem à cidade”, fazer com que o “cidadão tivesse orgulho dela”, integrar “o homem no projeto de revitalização dos valores tradicionais da cidade”, fazer de “cada curitibano um urbanista”, e produzir uma cidade “humana”.

Corroborando com essa discussão, Oliveira (2000) aponta que a criação dos diferentes espaços de cultura e lazer no município, utilizando ao máximo os equipamentos disponibilizados pela reforma urbana, juntamente com a política de preservação do patrimônio histórico, foram utilizados pelos administradores para alcançar o objetivo pretendido.

Cabe destacar que as transformações urbanas colocadas até esse momento – vias estruturais com o sistema trinário, criação da Cidade Industrial de Curitiba, pedestrianização do centro, criação do setor histórico, parques, áreas verdes, ônibus expresso, etc. – tiveram sua implementação numa única gestão, a do primeiro mandato de Jaime Lerner como prefeito, entre 1971 a 1975. Em poucos anos essa gestão idealizou e materializou estratégias de intervenção no espaço urbano no plano diretor da cidade, de modo a garantir que essas reformas fossem irreversíveis.

Ressalta-se ainda que Jaime Lerner era ex-diretor-presidente do IPPUC, ex membro do grupo de acompanhamento da Serete-Wilheim e, conseqüentemente, completamente identificado com o plano e o propósito de implementá-lo. A fala de Saul Raiz⁸⁵ deixa claro como foi o processo de implementação das políticas de urbanismo:

O Jaime Lerner [...] assim que assumiu a prefeitura, teve uma atitude extremamente inteligente: pegou todo o pessoal que compunha aquela estrutura que vinha preparando programas e projetos há quatro anos e praticamente designou todos para chefias de departamentos da prefeitura [...] aquelas pessoas eram as que planejaram as obras que deveriam ser feitas, portanto, não precisavam ser convencidas de que eram necessárias. Assim, no dia seguinte em que assumiu a prefeitura, o Jaime saiu fazendo obras, porque os programas, os projetos estavam prontos [...]. (IPPUC, 1990, p. 55-66).

Logicamente o plano não foi implementado como um todo nessa única gestão, entretanto destaca-se o fato de ter sido iniciado em um mesmo período administrativo, tornando complexa a reversão das ações propostas por Jaime Lerner. Seu sucessor, Saul Raiz, que ficou à frente da gestão do município entre os anos de 1975 a 1979, possuía ampla identificação com as propostas.

O segundo mandato de Jaime Lerner, de 1979 a 1982, foi marcado pela ampliação dos sistemas de transporte, com a construção da “Conectora Cinco”; pela renovação do Centro Histórico; e pela reciclagem de edifícios e parques urbanos.

Nos anos de 1980, a participação popular se intensificou e a cidade se voltou às ações sociais. Pode-se afirmar que a política de planejamento urbano de Curitiba manteve uma mesma direção ao longo da década de 1970, mas em

⁸⁵ Prefeito de Curitiba entre os anos de 1975 a 1979.

1980 novos atores entraram em cena. Nesse momento, a administração da cidade estava nas mãos do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), entre os anos de 1983 a 1988.

Em 1983 assumiu a prefeitura Maurício Fruet, candidato da oposição, indicado pelo então governador José Richa. Ressalta-se que em 1983, tanto o governador quanto o prefeito de Curitiba eram do PMDB, bem como a maioria dos deputados federais, estaduais do Paraná e vereadores de Curitiba. Dudeque (2010) enfatiza que a oposição ao governo militar e a economia quebrantada modificaram a administração urbana de Curitiba.

No ano de 1986, o radialista Maurício Fruet entrega o cargo de prefeito ao advogado e jornalista Roberto Requião, também do PMDB. Esse período correspondente às duas gestões do PMDB foi marcado pela ruptura da hegemonia anterior, caracterizado pela reorientação das políticas urbanas para a urbanização das regiões periféricas, com a construção de equipamentos sociais e o denominado “planejamento participativo”, em contraposição ao “planejamento tecnocrático”, associado às administrações anteriores.

De 1962 até o ano de 2010, estes foram os únicos prefeitos de Curitiba que não possuíam diploma de engenheiro. Para Dudeque (2010, p. 297), as mudanças na formação intelectual alteravam as referências para se pensar a cidade:

Na década de 1960, governar Curitiba significava construir obras. De 1971 a 1983 (com Jaime Lerner e Saul Raiz), o desenho recriou o espaço urbano. Com Maurício Fruet e Roberto Requião, os indicadores sociais passaram a embasar o planejamento urbanístico.

É importante pontuar que nesse período o país encontrava-se numa conjuntura de volta à democracia, o que contribuiu para a vitória de Roberto Requião para a prefeitura de Curitiba entre os anos de 1985 a 1988. Nesse período, o Prefeito lançou mão de uma série de políticas setoriais, com forte apelo “social”. Realizações como a criação de creches, mercados populares, recuperação de menores abandonados, entre outros, marcaram a gestão do PMDB. A eficiência técnica, tão celebrada até então, ficou em segundo plano, sendo condenada pelos novos governantes, cuja representação política em relação à cidade era de oposição ao chamado “lernismo”.

A mudança de ênfase adotada pelo então prefeito não significava desprezo ao espaço construído, mas a arquitetura e a engenharia passavam a se submeter às ciências sociais. Roberto Requião não pretendia negar os conceitos norteadores do Plano Serete-Wilheim, mas para Dudeque (2010), ele e seus assessores consideravam que os vícios conceituais e administrativos impregnaram o IPPUC. O vício conceitual seria que os técnicos do IPPUC transformaram a cidade em uma abstração técnica, preferindo manusear mapas a compreender a realidade social de Curitiba. O vício administrativo se devia aos 12 anos em que os funcionários do IPPUC acumularam acervos de informações sobre a capital e as cidades vizinhas. Como o PMDB tinha as suas diretrizes calcadas no planejamento participativo, passava-se de uma discussão técnica, onde a população era alijada dos processos de decisão, para uma na qual a população era fator determinante.

Para o então prefeito Roberto Requião, alguns dos principais funcionários do IPPUC teriam deturpado a continuidade e o processo do Plano Serete-Wilheim o qual deveria ser “aberto”, se adaptando a diversas situações possíveis. A continuidade desse plano parecia degenerada em continuísmo para Requião. As críticas e as propostas resultariam no Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), finalizado em 1988, o qual partia do histórico da aplicação do Plano Serete-Wilheim.

Enquanto objetivos gerais, o plano propunha: a melhoria na qualidade de vida da população; a distribuição de renda; a democratização de uso da cidade e de seus equipamentos; a participação da população na gestão da cidade e principalmente a renovação e atualização dos instrumentos de planejamento e de desenvolvimento urbano. Em síntese, o PMDU pretendia ser, um instrumento de caráter estrutural, articulador do processo de planejamento e orientador do atendimento às necessidades de equipamentos, infraestrutura e serviços nos próximos 15 anos, ou seja, tendo como horizonte o ano 2000 (IPPUC, 1985, p. 2).

O PMDU, ao contrário das propostas antecessoras, preocupava-se mais com problemas sociais do que com a infraestrutura. De forma que, pela primeira vez, uma pesquisa dirigida por urbanistas, delineou num mapa a distribuição de renda da cidade. Até então, os levantamentos urbanísticos desprezavam as disparidades sociais, como se os habitantes de Curitiba possuísem interesses

comuns. Evidenciou-se, a partir deste plano, a existência de uma dissonância entre a tendência linearizante de Curitiba, apresentada por Jorge Wilhelm e convertida em lei, e a realidade cotidiana dos bairros.

Essa característica do plano pode ser observada neste trecho introdutório do mesmo:

[...] o plano deve transcender o traçado de normas urbanísticas e ser entendido como meio de controlar o ordenamento urbano e operar intervenções do poder municipal e da sociedade civil. [...] O PMDU, como instrumento que visa possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população, deve privilegiar, dentre outros aspectos, a humanização da cidade e a defesa de seu patrimônio cultural. (IPPUC, 1985, p. iv).

Os autores do PMDU queriam que a urbe deixasse de ser composta por “regiões de passagem”, e pretendiam organizar a cidade a partir dos núcleos de convergência das atividades cotidianas da população. Essa estrutura facilitaria a compreensão do espaço urbano, possibilitando ganhos democráticos ao criar “condições para a intervenção da população na gestão da cidade”. Nas áreas dos “polos de atração”, eram previstas moradias populares, equipamentos de lazer, esporte e cultura, além de “padrões paisagísticos adequados”⁸⁶.

O PMDU realizou uma série de críticas aos planos anteriores, afirmando que a ocupação do espaço urbano não teria se configurado conforme o proposto no planejamento anterior (Plano Serete-Wilhelm). Em relação aos eixos estruturais, foi constatado que o adensamento populacional dos eixos estava “abaixo da prevista em sua maior parte, tornando ociosa a infraestrutura já implantada” (IPPUC, 1988, p. 106). Coloca também que os parâmetros considerados pela legislação de uso do solo eram genéricos, sendo a paisagem urbana padronizada, visto que cortavam a cidade em cinco direções, e ainda atravessavam aspectos naturais e socioeconômicos diferenciados.

Os principais pontos destacados no diagnóstico do plano foram:

a) ocupação do espaço urbano diferenciado daquela preconizada pelo Plano Diretor;

⁸⁶ Os autores do PMDU pretendiam relacionar o paisagismo à cultura, ao clima, à topografia, à vegetação e ao assoalho natural, a fim de ressaltar as características das várias regiões.

b) reforço do papel do centro principal que aglutinaria serviços e comércios. Estes deveriam estar localizados em subcentros ao longo das vias estruturais;

c) presença de grandes vazios urbanos ao longo de áreas com vasto serviço de infraestrutura básica. Esses podiam ser encontrados do Setor Estrutural Norte, na Zona Nova Curitiba;

d) deterioração de antigas zonas residenciais situadas no centro e em sua periferia;

e) generalismo da própria Lei de Zoneamento e Uso de Solo que regia a cidade, e que não levou em conta os aspectos sócio culturais de cada área;

f) falta de critérios objetivos do poder público para a aplicabilidade das diretrizes que foram propostas, levando-se em conta as mutações da dinâmica de desenvolvimento;

g) ausência de instrumentos do poder público para atuar com prioridade junto à iniciativa privada. Se o valor do uso do solo é regulado pelo mercado imobiliário, em Curitiba tal realidade não foi diferente. O mecanismo de intervenção racional, via planejamento, não foi suficiente para assegurar que a principal diretriz proposta, ou seja, a linearização do crescimento, se cumprisse à risca, possibilitando novamente o crescimento radial.

A ocupação real destas zonas, no entanto, nem sempre se processou na intensidade e com a orientação desejada. O exame deste processo nas zonas que permitem maior densidade populacional, revela que a ocupação destas áreas tem sido realizada de forma radiocêntrica a partir do centro tradicional ou nas proximidades de certos subcentros, com intensidade regulada pelo custo dos terrenos [...] Ao mesmo tempo em que não houve o esperado adensamento das zonas mais equipadas, ocorreu um acelerado processo de periferação de sua ocupação, realizada principalmente por conjuntos habitacionais e loteamentos para a população de baixa renda.[...] O que se pode concluir da análise da legislação de zoneamento e uso de solo, em comparação com a real ocupação do solo urbano de Curitiba, é que, ainda que esses instrumentos tenham sido fundamentais para consolidar as diretrizes básicas do Plano Diretor, eles foram insuficientes para garantir muitos de seus objetivos. (IPPUC, 1985, p. 98-99).

A fim de suprir os aspectos evidenciados enquanto negativos no plano, o mesmo propôs que o poder municipal deveria atuar de maneira indutora, com medidas definidas conforme cada área e os objetivos a serem alcançados. A fim de “corrigir” os problemas destacados, propôs diversas orientações, dentre elas

pode-se destacar a alteração no zoneamento da cidade, de forma a reduzir a polarização no centro tradicional de Curitiba, hierarquizando áreas que exercem uma função polarizadora. Nesse sentido, foram estabelecidos os subcentros de comércio e serviços, divididos em três níveis. Subcentros são definidos pelo plano como “[...] uma concentração de atividades terciárias (comércio e serviço) que por seu porte e abrangência constituem ou podem vir a constituir alternativa à área central para a aquisição de bens e serviços [...]” (BAPTISTA, 1988, p. 19). Destaca-se que as diretrizes colocadas no PMDU estão pautadas, essencialmente, na organização da cidade em subcentros, e estímulos para esse modelo se consolidar.

Em relação ao transporte, o plano propõe que deve ser reestruturada a gestão e operação do transporte coletivo, diminuindo a pressão existente sobre os eixos do transporte coletivo, provocados pela polarização do centro tradicional, bem como integrar o transporte com a Região Metropolitana. Arelado a este aspecto, colocava de deveria haver um ordenamento da circulação e determinação dos locais dos terminais de transporte de passageiros. Em relação ao sistema viário, determinou a implantação de um sistema de vias metropolitanas de contorno, e a transformação de vias que passavam pela malha urbana, em vias expressas urbanas. Estabeleceu, também, a construção e aperfeiçoamento de vias perimetrais interbairros, evitando a passagem obrigatória pelo centro tradicional da cidade, a fim de reduzir os problemas da estrutura radial.

Outra proposta que vale ser enfatizada refere-se ao desenvolvimento uma legislação de uso do solo que considerasse as características naturais e antrópicas ao longo de eixos estruturais. Para tanto, identificou regiões em que o ordenamento de solo deveria ser promovido, sendo uma delas áreas em que a urbanização deveria ser impedida, a fim de preservar os recursos ambientais, tais como zonas agrícolas, fundos de vale, áreas de proteção aos mananciais e parques. Nessas regiões deveria ser estimulada a implantação de chácaras de produção, de lazer e hotéis, e criação de parques (colocados no plano como áreas verdes de recreação e preservação de fundos de vale). Ressalta-se ainda que, além dos aspectos urbanísticos, diferente dos anteriores, estabelecia diretrizes para a economia, educação, saúde e cultura, colocados como dimensões socioeconômicas.

Tendo estas análises da cidade de Curitiba como premissas, o PMDU pretendia ultrapassar os limites de um plano de intervenção que traçasse normas urbanísticas. Pretendia orientar e dirigir ações oriundas de interesses conflitantes e fragmentados para atingir os objetivos propostos pelo poder público como de interesse da população (PMDU, 1985). Em linhas gerais, queria corrigir o descompasso entre o ritmo de ocupação do solo e a implantação de infraestrutura básica, democratizando o uso da cidade para finalmente obter a participação da população na gestão da cidade. Ressalta-se, entretanto, que o PMDU teve continuidade até fim do mandato do Prefeito Roberto Requião, em 1988, visto que a gestão seguinte, a terceira de Jaime Lerner, não deu prosseguimento às propostas do plano.

O quadro a seguir traça uma comparação entre os três planos, buscando estabelecer as principais características quanto à organização da cidade, tráfego e transporte e espaços públicos e áreas verdes.

QUADRO 3.1 – Quadro comparativo entre os Planos Agache, Serete-Wilheim e PMDU

	Plano Agache (1943)	Plano Serete-Wilheim (1965)	PMDU (1985-1988)
Organização da cidade	Organização das funções urbanas de forma concêntrica. Divisão da cidade por meio de setores especializados/zoneamentos: militar, esportiva, abastecimento, educação, industrial, administrativos, e de esporte e lazer	Estruturação global para a cidade por meio de transformações urbanas: física, econômica e social. Modelo linear de expansão urbana. Criação de centros secundários de atração, por meio de zoneamentos. Indução do crescimento linear da cidade no sentido Nordeste-Sudoeste por meio de vias tangenciais. Criação de um padrão de urbanização característico de Curitiba.	Evidenciou a dissonância entre a linearização proposta e a realidade dos bairros. Organização da cidade a partir dos núcleos de convergência das atividades cotidianas da população: polos de atração, os subcentros.
Tráfego e transporte	Disciplinamento do tráfego: anéis externos e rodovias radiais que conectam os setores um núcleo central (Plano de Avenidas). Concepção radiocêntrica, com sistema viário hierarquizado.	Ênfase no transporte coletivo. Crescimento linear a partir de um centro servido de vias tangenciais de circulação rápida (eixos estruturais direcionados ao norte e ao sul da cidade).	Reestruturação da gestão e operação do transporte coletivo. Integração das vias urbanas e transporte coletivo com a RMC. Construção e aperfeiçoamento de vias perimetrais interbairros.
Espaços públicos/áreas verdes	“Espaços livres”: praças, jardins e parques públicos destinados à recreação e lazer Projetados os parques: “Cemitério Parque”, “Parque da Lagôa do Rio	Revitalização dos espaços públicos tradicionais da cidade e a criação de novos pontos de encontro para seus habitantes.	Criação de equipamentos de lazer, esporte e cultura nos polos de atração. Preservação de fundos de vale e criação de parques.

	Barigui” ⁸⁷ , “Parque do Ahú”, e “Parque do Capanema”.	Equipar a cidade com áreas de lazer: áreas públicas com jardins, bosques, parques e praças. Criação de parques em áreas de várzea de rios.	

Fonte: autora.

⁸⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Boletim PMC – Plano de Urbanização de Curitiba**. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense, n. 12, nov.-dez. 1943. Capítulo I: Resumo histórico-fisiográfico de Curitiba; Título VI: Espaços livres, Seção IV, p. 74-75.

No final da década de 1980 e início de 1990, desenvolveu-se a terceira administração de Jaime Lerner (1989-1992). Essa sua terceira gestão foi marcada pela imagem de “Curitiba, capital ecológica”, tendo concluído seu mandato com 92% de popularidade (SANCHÉZ, 2010). Nesse mandato, algumas orientações do Plano Diretor foram repensadas, visto o crescimento substancial da cidade, optando por uma mudança no mesmo, e com ênfase em realizações de ordem estética e uma política voltada ao meio ambiente.

Ressalta-se ainda que a hegemonia do grupo político liderado por Jaime Lerner se manteve por toda a década de 1990 e início dos anos 2000: Rafael Greca (1993-1996) e Cássio Tanigushi (1997-2000, 2001-2004). Jaime Lerner foi eleito governador do Paraná em 1994 e reeleito em 1998. Verifica-se, então, que, em pouco mais de 30 anos de governos municipais, houve apenas um período (1983-1988) de ruptura com o denominado “lernismo”, que permaneceu no poder desde o início da década de 1970. Com isso, alguns mecanismos institucionais, e longos períodos contínuos de prefeitos e governadores alinhados no mesmo projeto garantiram a sustentação do Plano Diretor de Curitiba até os dias atuais. Para Sánchez (2010), o plano assumiu um caráter tão emblemático, que décadas depois o governo municipal continua a considerá-lo uma peça sagrada e fundamental para a cidade, com uma aura de intocabilidade.

Adaptando-se aos novos tons da “modernidade urbana”, Curitiba foi apresentada pela prefeitura em 1992 como uma verdadeira “capital ecológica”. Conforme coloca Oliveira (2001), o paradigma da modernidade urbana, que norteou o planejamento urbano até então, incluía em seu ideário a questão ambiental. No cerne do ambicioso programa municipal, o “urbanismo” transformava-se então em “urbanismo ecológico”.

Dessa forma, seguindo o “modismo” da ecologia e sustentabilidade, a cidade passou por uma multiplicação de áreas verdes, passando a ser divulgada, então, como “capital ecológica”. Esta imagem foi concebida como síntese, acompanhada de uma logomarca, uma folha verde, lançada no primeiro dia da gestão de Jaime Lerner, e exposta nos veículos de transporte coletivo, nos táxis, nos veículos oficiais, nos painéis de mobiliário urbano e em todo material impresso pela prefeitura.

FIGURA 3.1 – Logomarca “Curitiba, capital ecológica”



Juntamente a isso, marcos urbanos foram construídos, parques implementados e “maquiagens urbanas” realizadas. A cidade recebeu nesse momento um tratamento estético para torná-la atrativa a turistas e investidores. Com essa perspectiva, diversos parques foram instalados, em especial ao longo dos cursos d’água de maior porte, e continham equipamentos de esporte e lazer, proporcionando para a população cenários de encontro.

Nos anos de 1990, Curitiba continuou com um intenso crescimento populacional, observado desde os anos 1970, porém em menor ritmo, tornando necessário um maior planejamento quanto à sua expansão, principalmente na ocupação das áreas urbanizadas ao sul da cidade, ampliando o número de escolas, creches, unidades de saúde e programas sociais. Nesse sentido, Ermínia Maricato (2001) desenvolveu uma discussão sobre o crescimento populacional de Curitiba a partir dos anos de 1980:

Curitiba, aliás, vai ser saldada na próxima década com os pobres, que ela não teve agora. De acordo com estudo de Sônia Rocha, pesquisadora do IPEA, Curitiba foi a única metrópole brasileira em que a pobreza não cresceu na década de 80, mas o Censo de 1991 mostra que a periferia de Curitiba está crescendo 4% ao ano. Por isso, Curitiba que se prepare. (MARICATO, 2001, p. 95).

Corroborando com essa crítica tecida por Maricato (2001), Moura (2014) coloca que o modelo adotado Curitiba resultou numa cidade desigual, de forma que sua mancha de ocupação foi além das fronteiras político-administrativas, penetrando por municípios vizinhos, apropriando-se de seus espaços lindeiros, colocando em xeque a autonomia desses e impondo um novo desafio: a gestão conjunta de um espaço que se adensava e se complexificava. Assim, ao lado da “cidade modelo”, dos diversos parques e das novas indústrias⁸⁸ que se implantavam no município, emergiram inúmeras ocupações irregulares (muitas

⁸⁸ Desde a década de 1970 a base econômica de Curitiba é pautada em um projeto industrial, com atividades da Metalmeccânica, mas a partir da década de 1990 com a incorporação de novos segmentos, essencialmente multinacionais do setor automotivo, como a Renault, a Audi/Volkswagen e a Chrysler.

delas em áreas de mananciais). Essa expansão da mancha urbana Curitiba sobre a Região Metropolitana de Curitiba - RMC⁸⁹ pode ser percebida pela tabela abaixo, a qual demonstra a evolução do percentual da população de Curitiba na RMC, e da RMC no Estado entre os anos de 1960 e 2016:

TABELA 3.2 - Evolução percentual da população de Curitiba na RMC e da RMC no Estado do Paraná, 1960-2016

Localidade	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2016*
Absoluto							
Curitiba	361.309	624.362	1.024.980	1.315.035	1.587.315	1.751.907	1.893.997
RMC	512.929	838.390	1.703.819	2.319.526	3.053.313	3.493.742	3.831.872
Paraná	4.296.375	6.997.682	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.444.526	11.242.720
%							
Curitiba/RMC	70.4	74.5	60.2	56.7	52.0	50.1	49.4
RMC/Paraná	11.9	12.0	22.3	27.5	31.9	33.5	34.1

Fonte: CENSO DEMOGRÁFICO/IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010); ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO (2016).

Obs.: * estimativa.

Dalton Trevisan (1985), perplexo e revoltado com as transformações ocorridas em Curitiba sugere que, por trás das certezas vazias construídas pela Curitiba oficial, há elementos da outra Curitiba, repletos de significados. O consenso é apenas aparente; as contradições existem. Em sua Curitiba Revisitada, questiona:

[...] que fim ó cara você deu à minha cidade? Uma das três cidades do mundo de melhor qualidade de vida segundo uma comissão da ONU. Ora, o que significa uma comissão da ONU? Ó cidade sem lei. Capital mundial de assassinos no volante. Essa é a cidade irreal da propaganda. Dessa Curitiba eu não me ufano." "Não te reconheço Curitiba, a mim já não conheço". "Essa tua cidade não é minha. Bicho daqui não sou. O que fica da Curitiba perdida? Curitiba foi, não é mais. (TREVISAN, 1992, p. 89).

O espaço urbano de Curitiba e sua Região Metropolitana, especialmente a partir da década de 1990, caracteriza-se como contraditório: se de um lado a “qualidade de vida”, o “padrão urbanístico inovador” e os equipamentos urbanos que deram notoriedade à Curitiba enquanto cidade-modelo se concentram nas

⁸⁹ Quando criada a RMC, em 1988, foi composta por 14 municípios. Nos anos 1990, passou a integrar 26 municípios, cinco resultantes de desmembramentos e sete incorporados pela faculdade constitucional adquirida pelo Estado de instituir ou alterar a composição das unidades regionais. Mais recentemente outros três municípios foram inseridos, levando a composição da RMC a 29 municípios. Destaca-se, ainda, que atualmente a RMC estende-se entre os limites estaduais do Paraná com São Paulo, ao norte, e com Santa Catarina, ao sul.

áreas centrais e nobres; por outro, há uma extensa periferia desprovida de infraestrutura, interna e externa ao município, distante do “modelo”.

Em paralelo a essas transformações, utilizando o discurso de proporcionar qualidade de vida, além das áreas verdes, a prefeitura de Curitiba buscou explorar iniciativas de lazer e cultura. Como exemplo é possível citar a Ópera de Arame, inaugurada em 1992. Parques e bosques temáticos foram criados no intuito de valorizar a história, a cultura e a identidade de diversas etnias, da mesma forma que revelava, aos de fora, uma Curitiba cosmopolita, multicultural e europeia.

Dessa forma, observa-se que as transformações urbanas da década de 1990 deixaram de ser estruturais, e passaram a ser fragmentadas, centradas em obras urbanísticas de construção de parque étnicos; novos centros culturais e áreas de lazer, como o Memorial da Cidade e a Ópera de Arame; ruas de serviço, denominadas “Ruas da Cidadania”; bibliotecas de bairro, os “Faróis do Saber”; o Jardim Botânico; a Universidade Livre do Meio Ambiente; e a “Rua 24 Horas”. Junto a essas ações fragmentadas de renovação urbana, foram implantados alguns programas ambientais, como o programa “lixo que não é lixo” e o “câmbio verde”, os quais auxiliaram a construir a imagem síntese de “capital ecológica”.

A partir de 1993, quando Rafael Greca assumiu a Prefeitura, a questão ambiental passou a associar-se à cultura, de forma a enfatizar a construção de uma identidade social para Curitiba. Os parques, nesse processo, tornaram-se os espaços ideais para manifestações culturais, incentivando-se ali festas étnicas, folclóricas e religiosas. Até o ano de 1996, término de sua gestão, haviam sido criadas mais dez novas áreas públicas, além de diversos memoriais em homenagem às raças e culturas que constituíram a população curitibana. Foram inaugurados os memoriais de Portugal, da Ucrânia, da Imigração Alemã, da Imigração Italiana e da Cidade, a Fonte de Jerusalém, o Memorial Árabe e a Casa da Cultura Japonesa, quando da revitalização da Praça do Japão, no Bairro do Batel (CASTELNOU, 2006).

Ainda em relação à década de 1990, ressalta-se que o governo municipal passou a fazer um investimento em marketing de cidade mais incisivo, em diferentes escalas. Este projeto de cidade almejado foi inscrito no cenário local, regional, nacional e internacional, a fim de explicitar os “modelos” de gestão e reestruturação urbana. Curitiba era apontada no cenário nacional, como

espaço condensador dos anseios ligados ao modo de vida e de usufruir da cidade das classes dominantes.

Entre os anos de 1970 a 1990, o município projetou uma imagem positiva de sua gestão urbana, ao ponto que passou de “laboratório de experiência científicas” a “Capital Ecológica”, alcançando, conforme Oliveira (2000), a condição de modelo para o país, como é possível observar na reportagem abaixo.

Capital ecológica, cidade-modelo e cidade laboratório são algumas das expressões empregadas para definir a metrópole brasileira que mais prêmios e elogios colheu no exterior. [...] Os curitibanos podem deixar o carro em casa para ir trabalhar, já que há ônibus rápidos e eficientes que os levam a qualquer lugar. As ruas são limpas, a coleta de lixo funciona, não há congestionamento de trânsito nem poluição, os funcionários públicos são educados e nos fins de semana pode-se frequentar parques, teatros e cinemas sem medo de ser assaltado (VEJA, 31 de março de 1993, p. 68).

A ideia da “cidade que deu certo” está enraizada no imaginário social de forma a dificultar o desenvolvimento de leituras alternativas sobre a cidade por parte da academia, dos profissionais de planejamento e dos cidadãos de Curitiba. Fato que acaba por legitimar e reforçar a imagem construída da cidade.

Curitiba, então, constitui um lugar onde se instaurou nos anos de 1990 um processo de consolidação de uma identidade social-espacial positiva em relação ao país e à escala internacional, identidade esta que está relacionada ao processo de construção da imagem de cidade modelo, cujo início tem como marco a década de 1970. Há, segundo Garcia (1997), uma articulação entre o conjunto de valores que compõem a linguagem mítica sobre Curitiba e o espaço condensado em alguns símbolos urbanísticos (quadro a seguir).

QUADRO 3.2 - Transformações nas políticas, intervenções e imagens, Curitiba 1971-2001

Período/gestão	Políticas	Intervenções	Imagens síntese
1971-1975 – Jaime Lerner	Zoneamento Transporte	Eixos Estruturais Sistema de transporte de massa	Cidade planejada Cidade modelo
1975-1979 – Saul Raiz	Uso do solo Atração de indústrias Renovação do Centro	Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	Cidade moderna e humana
1979-1982 – Jaime Lerner	Transporte Revitalização	Ampliação do sistema de transportes	Cidade moderna e humana

		Renovação do Centro Histórico Reciclagem de edifícios e parques urbanos	
1989-1992 – Jaime Lerner	Políticas Ambientais: reciclagem de lixo, áreas verdes Políticas de atração de empresas	Renovação do sistema de transportes, parques, ciclovias, equipamentos culturais e de lazer: Jardim Botânico, Ópera de Arame, Rua 24 Horas, Universidade Livre do Meio Ambiente	Capital ecológica Cidade de Primeiro Mundo Capital da qualidade de vida
1993-1996 – Rafael Greca	Política de equipamento e animação cultural Turismo urbano	Equipamentos culturais e de lazer: Faróis do Saber, Ruas da Cidadania, Memorial da Cidade	Capital da cultura Cidade-luz
1997-2000 – Cássio Taniguchi	Zoneamento Uso do solo Reestruturação industrial do plano estratégico de gestão Atração de empresas: comércio, serviços	Infraestrutura viária Contornos Infraestrutura de apoio às empresas Empresariamento da gestão municipal Eficiência dos serviços	Capital tecnológica Melhor cidade para fazer negócios
2001-2004 – Cássio Taniguchi	Atração de empresas Políticas sociais		Capital social

Fonte: SÁNCHEZ (2010).

Nesse sentido, para García (1997), o processo de modernização urbana, buscando uma nova paisagem urbana não se constrói a partir das estruturas da cidade, dos tecidos existentes, e sim a partir de uma nova ordem que se impõe. As formas espaciais modernas, então, seriam capazes de realizar essa sociedade. Assim, Curitiba seria moderna, pois passaria a se expressar por formas modernas. Processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos de práticas sociais foram utilizados como forma de envolvimento e mobilização da sociedade para a sustentação de uma imagem socialmente imposta.

Enfatizando projetos pontuais mais do que planos gerais, tais intervenções buscaram melhorar a imagem urbana, tanto criando novos espaços como revitalizando antigos, o que atestava uma ação por vezes fragmentada e a transformação da cidade – ou da “noção” da sua qualidade de vida – num produto a ser vendido aos seus cidadãos. Como descreve Santos (1996) em sua análise das relações entre sociedade de consumo, cidadania e estratégias de poder, confundia-se cidadão com consumidor e cidade com mercado:

criaram-se novos *slogans* e uma nova identidade para Curitiba, ao passo que esses marcos simbólicos no tecido urbano colaboraram para a formação de um novo modo de vê-la. Os novos bosques e parques implantados tornaram-se, mais do que nunca, instrumentos de marketing no processo de divulgação da cidade, ou seja, obras que iriam incrementar a economia local, o desenvolvimento do turismo e a atração de novos investimentos, assim como otimizariam suas potencialidades naturais, históricas e culturais. (CASTELNOU, 2006, p. 64).

As obras arquitetônicas e urbanísticas tornaram-se mercadorias, produto de consumo que acompanhou o ritmo acelerado de “renovação de ideias”. Cada intervenção era anunciada como uma renovada celebração à técnica como marco espetacularizado da “cidade que não para de inovar”. Percebe-se, então, a busca do desenvolvimento de um “mito de cidade modelo”, o qual, segundo Sanchéz (2010) é produzido sobretudo pela seleção de determinadas partes da paisagem urbana e por sua expressiva referência à totalidade urbana.

A construção de espaços de cultura e lazer no município pode exemplificar esse processo de “mitificação”, ao ponto que o projeto de modernização do espaço incorpora como valor a ética e a estética do lazer na cidade. Esses espaços imprimiram novas marcas à materialidade urbana. E as formas de apropriação de tais espaços respondem a valores culturais fortemente associados ao estilo de vida ditado pela sociedade, estilos de vida, estes, conforme García (1997), próprios das camadas médias.

Nesse sentido, há um grupo de obras que imprimiram novas marcas à materialidade urbana, aqueles espaços relacionados com as atividades de lazer e cultura. Visualiza-se essa questão na implantação de inúmeros espaços de lazer na cidade nas décadas de 1990, como a Rua 24 Horas, a Ópera de Arame e o Jardim Botânico, e nos anos 2000, com a implantação das academias ao ar livre.

Até a década de 2000, especificamente 2004, o Plano Diretor de Curitiba de 1966 não havia passado por grandes análises acerca de sua aplicabilidade e possíveis mudanças. Em decorrência do Estatuto da Cidade⁹⁰, o mesmo teve que ser adequado, visando a orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município e sua região Metropolitana. Nesse processo, o IPPUC se

⁹⁰ Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que entrou em vigor apenas em outubro de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

mantém como locus do planejamento urbano da cidade, ao ser colocado na Lei nº 11266 de 16 de dezembro de 2004 da seguinte maneira:

Art. 5º. O processo de planejamento municipal dar-se-á de forma integrada, contínua e permanente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta lei, sob coordenação e monitoramento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC.

Essa adequação do Plano Diretor de 1966 mantém a proposta de crescimento linear do município ao longo de eixos de adensamento, hierarquizando o eixo viário. Propõe também a requalificação do centro tradicional, estimulando a implantação de habitações e atividades econômicas, de animação e de lazer. Em relação aos espaços públicos, não propõe a criação de novos, mas a preservação e valorização dos já existentes:

III - promover a preservação dos espaços públicos livres, que proporcionam à população o contato com ambientes naturais amenizando o ambiente urbano construído;

IV - compatibilizar o uso dos espaços públicos com sua vocação e demais funções, valorizando sua importância para a circulação e encontro da população; (Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004).

Este plano, de modo sintético, aponta as diretrizes gerais para que o Município busque o desenvolvimento sustentável. Tais diretrizes apontam aspectos como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento e à qualidade ambiental, à mobilidade e transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. A lei do plano inclui, além do instrumento Solo Criado, já utilizado em Curitiba, as parcerias público-privadas, audiências públicas e proteção ao meio ambiente. Também propõe debates com a comunidade, nas nove administrações regionais, para definição da infraestrutura necessária para seu desenvolvimento. Foram propostos seis planos setoriais: Mobilidade e Acessibilidade; Habitação de Interesse Social; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Social, Segurança e Defesa Social; Desenvolvimento Sustentável e Controle Ambiental.

Em 2014 é realizada uma nova revisão do Plano Diretor de 1966. No texto, há a proposta pelo estímulo da moradia mais próxima do trabalho, do comércio, dos serviços e do lazer por meio da implantação de polos de desenvolvimento nos bairros, favorecendo os deslocamentos não motorizados.

Os ajustes do Plano Diretor se dividem em três diretrizes: mobilidade urbana, macrozoneamento e mudanças climáticas:

- Mobilidade urbana: extensão de eixos de transporte coletivo para cidades da região metropolitana; implantação de novos eixos de estruturação viária, transversais aos atuais eixos estruturantes, constituídos preferencialmente por sistema trinário, com densidade de ocupação média e priorização do deslocamento não motorizado com o redesenvolvimento regional;
- Macrozoneamento: definição dos valores brutos de habitações por hectare para as macrozonas e alteração das zonas visando priorização de ocupação para regiões dotadas de estrutura urbana e proteção de áreas ambientalmente frágeis;
- Mudanças climáticas: melhoria da drenagem do solo, em mitigação às chuvas intensas, e fortalecimento da Defesa Civil.

Apesar das mudanças realizadas nas últimas duas atualizações do Plano Diretor (2004 e 2014), é possível perceber que não há grandes transformações nas propostas de 1966. Há, essencialmente, atualizações no mesmo, a fim de adaptá-lo ao contexto de Curitiba nos últimos anos. Dudeque (2010), nesse mesmo sentido, afirma que o esquema básico das avenidas estruturais propostas por Jorge Wilhelm, 40 anos depois, “[...] após mudanças e acréscimos de eixos estruturais, aquele esquema ainda organizava parte considerável da administração urbanísticas de Curitiba” (p. 389). Pode-se afirmar, então, que as principais modificações urbanas da cidade ganharam forma especialmente a partir da década de 1970, e se mantiveram até os dias atuais, sem profundas modificações.

3.2 Contextualização de Curitiba e seus parques

O município de Curitiba possui atualmente 23 parques, 15 bosques, 468 jardinetes⁹¹ e 454 praças⁹². O primeiro espaço público destinado a vivências no tempo/espaço de lazer na cidade foi o Passeio Público. Criado por Alfredo Taunay, quando presidente da Província do Paraná, e inaugurado em 1886, teve origem da drenagem de um terreno pantanoso, próximo ao Marco Zero da cidade. Sua entrada principal foi tombada como Patrimônio Histórico da cidade e é cópia fiel do portão que existiu no Cemitério de Cães de Paris.

Até o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba (que posteriormente transformou-se no Plano Diretor, em 1966), não havia uma definição regulamentada pela prefeitura sobre áreas verdes e, apesar de possuir bosques e matas particulares, a população curitibana contava apenas com o Passeio Público para uso geral. Este plano descreve a escassez de áreas verdes de grandes dimensões na cidade:

A planta revela ainda a ausência de atrações contemplativas em escala metropolitana ou mesmo na atual escala urbana. [...] Percebe-se igualmente a ausência de espelhos de água e a existência de vastas áreas urbanas sem recreação alguma. (PMC/IPPUC, 1965, p. 114).

É grande a falta de parques, recreações ativas e passivas (espetáculos) em escala urbana. A atomização em clubes fechados não é suficiente para o habitante de uma urbe. Assim, carece a vida do curitibano de uma afirmação claramente identificadora com símbolos citadinos. (PMC/IPPUC, 1965 p.130).

A criação dos parques no município, como já discutido anteriormente, teve sua ênfase a partir da década de 1970, relacionada a diversas questões ambientais, sociais e econômicas. Para melhor compreender a inserção dos parques no município nesse período, a análise dos Planos de Recreação propostos pelo IPPUC pode auxiliar a estabelecer uma relação entre as políticas urbanas, no caso, a criação dos parques, e espaços de lazer em Curitiba. Tais planos são datados de 1968, e revistos em 1973 e 1974. Estes planos

⁹¹ O Decreto nº 427/83, da Prefeitura Municipal de Curitiba, que define critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas, estabelece que jardinetes são áreas de até 2.500m², enquanto praças possuem área superior a 2.500m².

⁹² Fonte dos dados: Curitiba em Dados, disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>.

apresentavam propostas buscando a resolução de problemas ocasionados pelo avanço da urbanização, e ampliação da oferta de espaços ao ar livre para o lazer, sendo necessária, segundo os mesmos, uma gestão do tempo livre.

É interessante destacar que havia uma conexão das ideias entre o Plano de Recreação e os demais planos referentes à problemática mais ampla da cidade. A justificativa de implantação de áreas verdes e equipamentos de recreação na cidade, conforme os planejadores urbanos da época, estava embasada na seguinte questão: "[...] somente a integração do Plano de Recreação na solução global dos problemas gerais de Curitiba poderá propiciar a máxima fluidez da vida urbana e eficiência das áreas, equipamentos e incentivos programados para a vida dos lazes" (IPPUC, 1968, p.3). Em termos conceituais, a recreação se enquadraria para o desenvolvimento físico e mental, que não se daria nem na escola nem no trabalho.

Segundo Matiello (2000, p. 139),

A estrutura de recreação urbana era concebida no plano como conjugação de um elemento estático (espaços e equipamentos) e outro elemento dinâmico (veículos de comunicação), este último como incentivo à utilização do outro. Sendo assim, o plano indicava a urgência de uma “política de desenvolvimento cultural”, para a qual o papel de “animadores qualificados” para as atividades de lazer seria imprescindível.

Os Planos Estruturais de Recreação de 1968 indicavam as seguintes etapas:

- Pesquisa e previsão: descrição dos fatores positivos e negativos; avaliação das condições existentes e possibilidades e da expectativa de demanda e detecção de zonas de grande densidade de utilização, naturais de utilização variada, naturais, selvagens e, histórico-culturais;
- Definição de objetivos: previsão de implantação das infraestruturas; preservação das áreas de interesses (por meio de uma política de aquisição); integração rural/urbano para utilização dos equipamentos e coexistência entre tradicional e moderno, evitando ruptura cultural;
- Ação: avaliação da evolução da demanda; aquisição e reserva dos espaços; estabelecimento de uma política de equipamentos técnicos

e com forças dinâmicas locais; criação de comissão de animação; execução de programas para parques e praças; execução de projetos paisagísticos para ruas; plano de prioridades para novos espaços; estudos para pré-fabricação de elementos e contatos com órgãos extramunicipais (plano metropolitano).

O plano abarcava também especificações de equipamentos e materiais, levantamento dos espaços existentes e dos espaços que se pretendiam desapropriar para tais finalidades. Ressalta-se ainda que a “comissão de animação”, a qual seria composta por um comitê de animação formado por sociólogos, psicólogos, educadores e especialistas em recreação e em comunicação, nunca se efetivou.

Os Planos de Recreação de 1973 adicionaram aos planos de 1968 alguns outros pressupostos teóricos, especificando melhor a função da “comissão de animação”, enfatizando a implantação e a potencialização de equipamentos em centros de recreação de bairros. A dinamização desses espaços é justificada nos documentos da seguinte maneira:

A recreação tem sentido de promover o desenvolvimento físico e mental dos homens, substituindo o trabalho e a escola nas horas de lazer como centro de gravidade visando manter o equilíbrio psíquico e a satisfação na vida humana. [...] Os espaços e equipamentos de recreação devem estar integrados no planejamento regional ou urbano, onde encontram sua infraestrutura de apoio, nas normas de utilização do solo, sistema viário, estrutura dos transportes de massa e paisagem natural. (IPPUC, 1973, p. 6).

Esses documentos deixavam claro que “cabia ao poder público a manipulação das ofertas de lazer”, assim como era necessário não ignorar a necessidade de se preparar para essa demanda das cidades modernas, como Curitiba, oferecendo opções para o tempo livre da população mesmo que fosse para “contornar os perigos potenciais do ócio”.

Nos Planos de Recreação de 1973 é possível identificar a produção de um lazer voltado para interesses sociais, promovendo programas, espaços, equipamentos, de forma a estigmatizar determinados usos do tempo livre. Nesse âmbito, especificamente em relação aos espaços destinados à recreação e ao lazer em Curitiba, este plano coloca que a quantidade considerada ideal de áreas

livres destinadas à recreação, conforme “índices mundialmente aceitos”, seria de 16m²/habitante. Curitiba, nesse período, possuía como área disponível para tanto, 500.000 m², correspondendo a 0,5 m²/habitante. Nesse contexto, a cidade necessitaria de 11 milhões de metros quadrados para conseguir alcançar o valor considerado como ideal.

Ainda em relação às áreas de recreação em Curitiba, o Plano de Recreação de 1973 afirma que aquelas existentes no município até a década de 1970 possuíam equipamentos insuficientes e inadequados, provocando o “desvirtuamento de seu uso”, de forma que “quase todas as praças centrais de Curitiba são usadas como terminais de linhas de ônibus e ponto de encontro de marginais” (IPPUC, 1973, p. 14). Essas afirmações tecidas no plano demonstram a compreensão da recreação enquanto ferramenta para “corrigir” as formas de apropriação dos espaços, assim como orientar o lazer da população.

[...] a Prefeitura Municipal de Curitiba, procurou estimular a recreação orientada, considerando como prioritário a criação de condições do aproveitamento adequado das horas de lazer da população infantil, jovem e adulta, prevendo a reconstrução e construção de parques: praças, tanques e centros esportivos, atendidos por professores e estagiários da Escola de Educação Física, através convênio firmado (PMC, EFF) em 1971. (IPPUC, 1973, p. 15).

A partir de critérios de densidade, zoneamento e saneamento, em função das necessidades da população, o plano propôs os seguintes projetos de recreação: Centros Esportivos Comunitários; construção de parques e hortos urbanos; construção de novas praças; construção de jardins; remodelação e complementação de praças; convênio com clubes para atendimento comunitário; reserva de áreas verdes; Santa Felicidade e outros polos de animação.

No que se refere aos parques, o plano ressaltou que os mesmos foram planejados não apenas em relação à carência da população por áreas de recreação e de fácil tratamento paisagístico, mas visando aliar o paisagismo, recreação e regularização da vazão de água e saneamento. Para tanto, foram destacados os rios Atuba, Bacacheri, Belém e Barigui enquanto afluentes do Rio Iguaçu, e responsáveis por enchentes na cidade. Sendo concebidos, então, os Parques Bacacheri (1988), Barigui (1972) e São Lourenço (1972), que funcionariam como controladores da vazão por meio de tanques, e assegurariam sua utilização como área de recreação. O Parque Iguaçu (1978) teria estações

de tratamento de esgoto, por meio do aproveitamento das cavas de extração de areia já existentes na região, visando corrigir os problemas de poluição já existentes. Além destes parques, foram propostos também o Parque da Cidade⁹³ e o Parque e Horto da Barreirinha.

Já o Plano de Recreação de 1974 reavaliava e especificava as determinações e metas dos planos anteriores de 1968 e 1973. Assim como as anteriores, afirmou que Curitiba seria carente de áreas de recreação, e que as existentes seriam equipadas inadequadamente, provocando o desvirtuamento de sua utilização pela população. Também manteve a compreensão que o poder público deveria incentivar a recreação, visto que

[...] numa sociedade industrial moderna como a nossa, onde os recursos tecnológicos proporcionam cada vez maior espaço de tempo livre aos indivíduos, deve-se procurar dotar as cidades de equipamento físico e cultural para que cada um disponha de meios adequados para utilização de suas horas de lazer; onde, pela livre expansão do espírito, poderão fugir da massificação que essa sociedade impõe. (IPPUC, 1974, s/p.).

O plano estabeleceu uma hierarquia e classificação para os espaços de recreação, dividindo-os em: largos, jardinetes e praças; ruas de recreio; núcleos ambientais; pontos de encontro; centros recreativos educacionais integrados; centros esportivos; convênio com clubes; e áreas verdes.

- *Largos, jardinetes e praças*: áreas com arborização, com objetivo de atender a vizinhança, sendo dotados de algum equipamento;
- *Ruas de recreio*: localizadas em vias de circulação restrita e de uso residencial, haveria o alargamento das calçadas e estreitamento das pistas para veículos, favorecendo a lentidão do tráfego para utilização do lazer;
- *Núcleos ambientais*: construídos na interseção de duas ruas residenciais, propiciando a utilização por crianças na idade escolar;
- *Pontos de encontro*: espaços referenciais do bairro (igrejas, clubes, zonas de concentração de comércio);

⁹³ O mesmo se localizaria entre o Capanema e Centro Politécnico, e previa a construção de um Jardim Botânico e Zoológico.

- *Centros recreativos educacionais integrados*: propunha a utilização da capacidade ociosa da estrutura recreativa das escolas;
- *Centros esportivos*: proporcionavam Educação Física sistemática a todas as faixas etárias, por meio de equipamentos infantis e adultos, aquáticos e terrestres, pavilhão de esportes e ginásios;
- *Convênio com clubes*: através da contrapartida da prefeitura em obras de melhoria, os clubes cederiam sua estrutura para comunidade;
- *Áreas verdes*: amparadas pela Lei nº 4.857/74, que dispunha sobre a proteção às áreas verdes, 93 áreas foram selecionadas, para que tivessem seus bosques e águas protegidos. A mesma lei traz benefícios fiscais e tributários aos proprietários de imóveis dentro dessas áreas de interesse, dentre elas estavam as que serviriam ao uso dos parques, que além de cumprirem a função de recreação, viabilizariam também o controle das enchentes.

Em relação às áreas verdes, estas foram colocadas no plano enquanto um dos fatores mais importantes na criação de um meio sadio, ao ponto que atuariam sobre a população como agentes regeneradores de suas forças físicas e mentais, evitando a sobrecarga do sistema nervoso, colocado no plano enquanto um fenômeno comum na sociedade tecnológica. Dentre as áreas verdes, especificamente os parques, o Plano de 1974 mencionava cinco parques concebidos para o fim de controle de vazão dos rios: Parque da Barreirinha (1972), Barigui (1972), São Lourenço (1972), Iguaçu (1978) e da Criança⁹⁴.

Diante desse contexto, é possível perceber que, mesmo não implementados em sua íntegra, os Planos de Recreação foram essenciais para a implantação dos espaços públicos de lazer na cidade, especialmente os parques. Sua elaboração, somada a outros fatores, influenciou a política de criação, planejamento, gestão e apropriação de áreas verdes, estabelecendo uma nova dinâmica do lazer em Curitiba.

Jaime Lerner tinha a hipótese que os habitantes de Curitiba sofriam de carência de paisagens horizontais e da nostalgia do mar distante. Para suprir tal carência, restava apelar ao paisagismo, compreendido não apenas como as

⁹⁴ O projeto do Parque da Criança não foi implementado.

jardinagens que complementam a arquitetura ou o urbanismo, mas no sentido de projeto da paisagem. O arquiteto propunha parques com lagos, que concederiam paisagens horizontais aos habitantes de Curitiba.

No primeiro mandato de Jaime Lerner, entre os anos de 1971 e 1974, os parques Barigui, Barreirinha e São Lourenço foram inaugurados. A soma da ecologia (proteção das nascentes), lazer e paisagismo, previa-se que esses parques aumentariam as possibilidades de lazer urbano próximo à mata preservada, e criariam lagos com paisagens aquáticas inéditas em Curitiba.

Em seu segundo mandato (1979 a 1983), Jaime Lerner inaugurou o Bosque do Papa. No terceiro (1989 a 1992), inaugurou o Jardim Botânico, o bosque Zaninelli, a Ópera de Arame e o Parque Passaúna. Na gestão do prefeito Rafael Greca, entre os anos de 1993 e 1996, foram inaugurados o bosque Alemão, os parques Tanguá e Tigui. Esse conjunto paisagístico, além de proporcionar o lazer próximo à natureza, atendiam a quatro objetivos técnicos: 1) reduzir os danos da enchentes (parques Barigui e São Lourenço); 2) resguardar os reservatórios de água que abasteciam Curitiba (Parque Passaúna); 3) recompor áreas agredidas pela exploração mineral (Bosque Zaninelli, Parque Tanguá e o conjunto Ópera de Arame-Pedreira Paulo Leminski); 4) proteger a vegetação nativa remanescente (Bosques do Papa e Alemão, Jardim Botânico e Parque do Passaúna).

No decorrer da história de Curitiba, foi possível perceber a preocupação com a estrutura urbana da cidade, sendo observado nas últimas décadas um projeto de modernização urbana, perpassado pela implantação de parques, em que há veiculação de imagens síntese da cidade pela mídia local, nacional e internacional. São elas: “cidade modelo” e “cidade planejada” no início da década de 1970, “capital do primeiro mundo” nos anos de 1980, “capital ecológica” na década de 1990 e, finalmente, “capital social”, neste início de século, e “capital humana” na segunda década do século XXI. Nesse âmbito, Rosa Moura (2007) coloca que a história do planejamento de Curitiba confunde-se com a construção da imagem como “cidade-modelo”.

Pode-se atrelar a constituição dos parques a este processo de construção do mito de “cidade-modelo”, o qual possui sua ênfase na década de 1990, com a implantação de oito parques. Relaciona-se esse processo de

construção dos parques, com a construção das imagens síntese do município, como pode ser visualizado no quadro a seguir.

QUADRO 3.3 – Distribuição cronológica da criação dos Parques em Curitiba/PR

Imagem síntese	Cidade Modelo	Capital do Primeiro Mundo	Capital Ecológica	Capital Social	Capital Humana
Prefeitos	Jaime Lerner	Maurício Fruet e Roberto Requião	Jaime Lerner, Rafael Greca e Cassio Taniguchi	Cassio Taniguchi e Beto Richa	Gustavo Fruet
Década	1970	1980	1990	2000	2010
Parques	Parque Barigui (1972)	Parque Bacacheri (1988)	Parque das Pedreiras (1990)	Parque Nascentes do Belém (2001)	Parque Italiano (2010)
	Parque Barreirinha (1972)		Jardim Botânico Municipal (1991)	Parque Linear Cajuru (2003)	Parque Centenário da Imigração Japonesa (2012)
	Parque São Lourenço (1972)		Parque Passaúna (1991)	Parque Atuba (2004)	Parque Vista Alegre (2015)
	Parque Iguaçu (1978)		Parque dos Tropeiros (1994)	Parque Tulio Vargas (2008)	
			Parque Tingüi (1994)	Parque Cambuí (2008)	
			Parque Diadema (1994)	Parque Lago Azul (2008)	
			Parque Caiuá (1994)		
			Parque Tanquá (1996)		

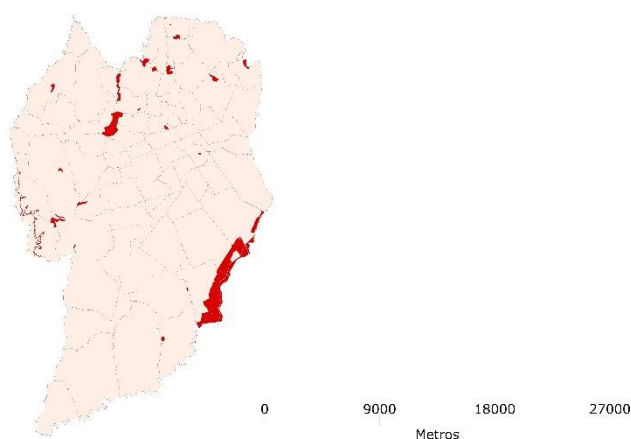
Fonte dos dados brutos: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/CURITIBA EM DADOS (2013).

Nesse âmbito, na década de 1980 foi instituído o Decreto nº 471, de 27 de outubro de 1988, que dispõe sobre os Parques Municipais e dá outras providências, o qual determina, em seu art. 1º, os parques como setores especiais:

[...] constituídos por reservas de áreas de interesse público, criados visando a proteção e conservação dos recursos naturais existentes, a formação e manutenção de bens de uso comum, aliados à promoção de atividades científicas, educacionais, lazer contemplativo, recreativas e culturais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1988, s/p.).

Atualmente, há 23 parques implantados no município. São eles: Parque Iguaçu, Parque das Pedreiras, Parque Iberê de Mattos (General), Parque Barreirinha, Parque Nascentes do Belém, Parque Tanguá, Parque Atuba, Parque São Lourenço, Parque Linear Cajuru, Parque Centenário da Imigração Japonesa, Parque Passaúna, Parque dos Tropeiros, Parque Tulio Vargas, Parque Caiuá, Parque Diadema, Passeio Público, Jardim Botânico Municipal, Parque Cambuí, Parque Italiano, Parque Tingüi, Parque Barigui e Parque Lago Azul; e mais recentemente, o Parque Vista Alegre, inaugurado em setembro de 2015, conforme pode ser observado no mapa a seguir.

FIGURA 3.2 – Mapa da localização dos parques implantados em Curitiba/PR em 2016



Fonte dos dados brutos: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/CURITIBA EM DADOS (2013).

Nesse sentido, é válido ressaltar que, apesar da função social atribuída aos parques, a sua apropriação pela população local não necessariamente é um processo automático, inerente à sua criação. Jacobs (2000)⁹⁵ pondera que tais espaços são geralmente criados para solucionar problemas pontuais na cidade e a utilização ou não desses espaços por parte da população depende de uma série de motivos.

⁹⁵ Jane Butzner Jacobs foi escritora e ativista política, nascida em 4 de maio de 1916 em Scranton, Pensilvânia. Conseguiu, como nenhum urbanista, explicar a cidade com clareza, simplicidade e sabedoria. Autodidata, nunca se formou em Urbanismo, Arquitetura, Jornalismo ou em qualquer outra área, mas, inspirada contra a visão modernista do conceito urbanista da época, estudou e apresentou suas reflexões sobre o dia a dia dos bairros americanos. Estudou as ruas e as calçadas como sendo a visão que a população tem da cidade.

Os parques de bairro ou similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. (JACOBS, 2000, p. 97).

Nesse sentido, o *city marketing* pode ter sido elemento fundamental para condicionar a apreensão de determinados parques, desenvolvidos como elementos de diferenciação e valorização destes espaços. No que se refere à relação destes locais com a sociedade, os espaços públicos de lazer podem ser considerados como áreas de encontros, desencontros e reencontros, de conflitos e negociações. Ou seja, colocam em evidência diversas expressões e inúmeras formas de usos individuais e coletivos.

Ressalta-se ainda outro estudo acerca dos parques do município, desenvolvido pela Professora Simone Rechia, da Universidade Federal do Paraná, no ano de 2003⁹⁶, o qual identificou aspecto peculiar entre os moradores de Curitiba, a relação afetiva com a cidade, sinalizando a existência de um típico modo de vida, no qual está presente a admiração pelos espaços públicos, especialmente os parques. Para Rechia (2003), atualmente, os parques públicos marcam a identidade da cidade, na qual ocorreu a construção estética da paisagem urbana como uma das marcas identitárias de Curitiba. Conforme a autora, destaca-se nesse processo a estratégia de agregar paisagens naturais, modelos arquitetônicos modernos e projetos culturais em espaços públicos destinados às práticas de lazer.

Para a autora, os parques, as praças e os bosques viraram “praias” dos curitibanos, e nestes espaços as pessoas “[...] aliam caminhadas, corridas e exercícios com pontos de encontros, principalmente nos fins de semana, às famílias de diferentes camadas sociais que buscam espaços para as mais diversas vivências no âmbito do lazer” (2005, p. 60).

A fala de um dos gestores públicos da Prefeitura Municipal de Curitiba descreve esse processo de construção e apropriação:

⁹⁶ Tese de Doutorado defendida em 2003, pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, intitulada “Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer”. Esta buscou problematizar o modelo de parques públicos adotado pela cidade de Curitiba.

E no final da década de 80 isso vai ter um “boom” maior, a grande explosão que vem com o terceiro mandato do Lerner como prefeito aqui de Curitiba, que tornou isso uma marca mercadológica da administração dele, uma marca mercadológica para a cidade de Curitiba. Tornando o curitibano um cidadão de dupla via, ao mesmo tempo que o cidadão se orgulha daquele merchandising, ele ainda serve como parte dessa mercadoria que ele tenta vender da cidade verde e tudo mais. E a partir daí os parques começam a ter um posto bem maior, de uso, frequência de pessoas no parque, a demanda por serviços nos parques começam a ficar bastante acentuadas, começa a ficar muito grande, e chegamos hoje no momento em que temos um pico de visitação nos parques nos finais de semana, domingo, numa situação que já nos preocupa, porque assim como tem o bom uso, tem o mal-uso. (Gestor Público SMMA).⁹⁷

Complementando essa informação, Cassou (2009), em sua dissertação de mestrado, realizou um levantamento acerca do perfil e motivos de utilização dos parques e praças de Curitiba. Os dados coletados demonstraram que os parques são utilizados principalmente por homens, entre 18 e 39 anos. A pesquisa ainda demonstrou uma maior proporção de frequentadores habituais a estes espaços. Por fim, no que se refere às atividades desenvolvidas, tanto em parques quanto em praças, as atividades mais realizadas são caminhada (46,6%), alongamento (32,0%) e corrida (21,8%).

Nesse sentido, é possível encontrar em jornais da cidade reportagens que falam sobre a prática de atividades físicas nos parques, como a reportagem intitulada “Parques de Curitiba: perfeitos para quem gosta de correr”⁹⁸, e na “Em que parque eu vou?”⁹⁹, que coloca os parques São Lourenço, Tingui, Atuba, Bacacheri, Barigui, Passeio Público, Lago Azul e Jardim Botânico como lugares excelentes para a prática de exercícios, especialmente para a caminhada e corrida.

Analisando os parques por outro enfoque, em pesquisa desenvolvida pelo Instituto Paraná Pesquisas no ano de 2012, 49,5% dos curitibanos afirmaram que o que mais gostam na cidade é algo relacionado com a beleza paisagística ou arquitetônica, sendo que 31% destes dizem respeito aos

⁹⁷ Entrevista concedida à autora em 11 de janeiro de 2016.

⁹⁸ Publicada no dia 16 de outubro de 2011, no Jornal Gazeta do Povo, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viverbem/saude-bem-estar/conteudo.phtml?id=1184297&tit=Parques-de-Curitiba-perfeitos-para-quem-gosta-de-correr>>.

⁹⁹ Publicada no dia 08 de novembro de 2009, no Jornal Gazeta do Povo, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=941910&tit=Em-que-parque-eu-vou>>.

parques. Nesse sentido, na reportagem “As cidades feias que nos desculpem... mas beleza é fundamental”, do Jornal Gazeta do Povo¹⁰⁰, o arquiteto e urbanista Clóvis Ultramari coloca que “O morador urbano não quer apenas viver; quer viver bem. Isso demanda não apenas uma moradia, emprego e transporte público. Viver bem exige uma boa paisagem urbana, uma boa arquitetura, e grandes espaços de convivência”. A mesma pesquisa ainda demonstrou que, para os curitibanos, passear nos parques é programa preferido com 35%, seguido por passeios nos shoppings com 12%. E que a maioria dos entrevistados (62%) levaria um parente ou amigo que nunca esteve em Curitiba para conhecer um ou mais parques.

Esses dados indicam a noção de pertencimento dos parques para os cidadãos de Curitiba, em que a identidade cultural da cidade passou a gerar um perfil da cultura local por meio da utilização dos parques. Tal discurso é possível observar nos depoimentos de usuários desses espaços, disponível em matéria sobre os parques de Curitiba no Jornal Gazeta do Povo: *“O parque é um espaço de lazer gratuito; de qualidade de vida ao ar livre. Não troco este lugar por nada [...] A gente torce para que a prefeitura consiga comprar áreas vizinhas para ampliar o nosso parque”*¹⁰¹. Corroborando com essa afirmação acerca da imagem da cidade, de sua identidade cultural, Hardt afirma que “os parques são a representação imagética de Curitiba para o cidadão e também para o visitante”¹⁰². É possível inferir, então, a importância dos parques para os moradores da cidade, não só para aqueles que residem ao redor desses espaços.

3.3 O Parque Barigui

Inaugurado em 1972, possui uma área de 1.400.000 m², o Parque Municipal Barigui foi uma antiga Sesmaria de Mateus Leme, no século XVII. O

¹⁰⁰ Reportagem publicada no dia 22 de setembro de 2012, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/as-cidades-feias-que-nos-desculpem-mas-beleza-e-fundamental-3u4be95udtrk8b2ojxocsci8e>>.

¹⁰¹ Trecho retirado da reportagem “Lugares que amamos” do Jornal Gazeta do Povo, com a opinião da advogada e professora universitária Alessandra Back.

¹⁰² Trecho retirado da reportagem “Lugares que amamos” do Jornal Gazeta do Povo.

parque é composto de três bosques, que abrigam um remanescente dos capões de araucária. O cenário do parque é constituído por diversas árvores como canela, cedro, erva-mate, pitangueira, vassourão-branco, guabiroba, guabirota, pinheiro do Paraná, juntamente com bromélias e orquídeas, que compõem a flora do parque. A vegetação serve de abrigo para pequenos animais, como o ouriço, a paca, a cutia, o tatu galinha, o gambá, além de aves como o pica-pau, a saracura, o jaçanã, o gavião e o sabiá laranjeira. O nome *Barigui* tem origem indígena, e significa “rio do fruto espinhoso”, em alusão às pinhas das araucárias nativas, assim como é o nome do rio que corta e constitui o lago do parque (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SMMA, 2017).

O parque é administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), por meio do Departamento de Parques e Praças. Localiza-se na porção noroeste do município de Curitiba. Encontra-se na confluência de quatro bairros: Bigorrião, Cascatinha, Mercês e Santo Inácio. É delimitado pela Avenida Manoel Ribas, ao norte, pela rodovia BR-277, ao sul, e interceptado, em sua porção central, pela Avenida Cândido Hartmann. É válido ressaltar que essa intercepção acaba por dividir o parque em “dois lados”, norte e sul, com características distintas, tanto em relação aos equipamentos existente, quanto às formas de utilização.

A proposta de criação do parque tem como origem o Plano Agache, o qual sugeria a construção de um parque ao redor de um lago formado pelo represamento do rio Barigui. O mesmo seria voltado à prática de esportes e lazer da elite: uma pista com largura de 20 metros circundaria o lago, isolando-o da mata, a fim de criar um cenário para a prática de *motoring*¹⁰³ (forma de recreação conhecida como “andar de automóvel”); “regatas de todos os páreos e passeios de lancha” perpassariam a superfície do lago.

Parque da Lagôa do rio Barigui – No trecho do rio Barigui em que o dito percorre área quase plana entre morros projetamos uma lagôa artificial que será conseguida facilmente com uma barragem na parte mais estreita do vale represando a água até a curva do nível 915 ou, se desejar maior extensão e profundidade até a cota 920. A lagôa assim obtida, será um belo centro de veraneio e esporte. A lagôa, com as proporções previstas comporta regatas com todos os páreos além de passeios de lanchas e barcos diversos. Foram previstos balneários,

¹⁰³ No Plano Agache os automóveis eram considerados como utensílios civilizadores. Para tanto, previa-se que o lago seria circundado por vias de 20 m de largura, que o isolavam da mata (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2007).

bares, restaurantes, etc. A lagôa é contornada por avenida de 20,00 de largura que a separa de um parque que envolve toda a lagôa, seguindo-se depois uma zona mais ou menos acidentada destinada a ser dividida em chácaras e pequenos sítios para repouso. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/BOLETIM PMC, nº 12, 1943, p. 75).

Posteriormente, na década de 1970, a ideia de implementar um parque ao redor das águas represadas do rio Barigui seria retomada novamente, mas sob pressupostos completamente diversos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2007). Na década em questão, como já mencionado anteriormente, teve início a preocupação com os problemas ambientais e, na tentativa de reduzi-los, começaram a ser divulgados programas de práticas ecológicas e de controle da poluição. Juntamente a isto, surgiu uma nova geração de planejadores urbanos, os quais uniram todas essas informações no conceito de um lazer urbano próximo à natureza, formulando a hipótese de que Curitiba era carente de paisagens horizontais. A solução seria planejar parques com lagos, que concedessem paisagens horizontais aos habitantes de Curitiba.

Nesse momento, na proposta desenvolvida pelo IPPUC e URBS, o parque receberia vias estreitas e sinuosas (que reduziriam a velocidade dos automóveis), assim como possibilitava a realização de atividades previstas na Paideia modernista: esporte, contato com o sol e convívio (proporcionado por churrasqueiras e bares em frente ao lago). Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, no Plano de Manejo do Parque Barigui, o mesmo foi planejado a partir dos conceitos de ecologia, de lazer urbano e de projeto da paisagem:

Ou seja: protegeria a mata nativa, aumentaria as possibilidades de ócio urbano próximo à natureza e criaria um lago que apresentaria paisagens urbanas inéditas em Curitiba. Em vez de grandes vias para automóveis, optou-se por uma solução inversa: vias estreitas, que diminuía a velocidade dos automóveis ou desincentivavam o seu uso. E em vez do elitismo do Plano Agache, o novo parque passou a sediar as atividades previstas pelos padrões modernistas vigentes desde a década de 1920: esporte, contato com o sol, exposições e convívio (em bares ou churrasqueiras). (2007, p. 52).

Em depoimento concedido por Cássio Taniguchi à Dudeque (2010, p. 254), é possível compreender como foi o processo de aprovação de criação do parque:

A prefeitura de Curitiba enviou os projetos dos três parques [Barreirinha, Barigui e São Lourenço] para o Ministério da Fazenda, com um pedido de financiamento. Mas aconteceu aquilo que os planejadores temiam que ocorresse quando calçadas cobriram a rua Quinze de Novembro: um militar aboletado ao ministério ofendeu-se. O procedimento normal seria devolver a papelada, com o carimbo da recusa. Mas o indignado coronel convocou o presidente da URBS, Cássio Taniguchi, para lhe esbravejar, ao vivo, em Brasília, que não aceitava investir recursos em “bobagens” como lazer, ecologia ou recreação. Aos berros, exigiu planos “sérios”.

Os berros do militar não alteraram os projetos, alteraram as justificativas do mesmo. Semanas depois, a equipe de Cássio Taniguchi apresentou o mesmo projeto, ao mesmo Ministério da Fazenda, mas na capa e ao longo da justificativa retiraram as palavras “recreação”, “lazer” e “ecologia”, e enfatizaram “saneamento” e “retenção de cheias”. A nova versão do projeto, “corrigida” pelo fetiche da técnica, abordou o saneamento e a retenção de enchentes como as sabedorias mais extraordinárias que um projeto urbanístico podia atingir. O militar leu o “novo” projeto, percebendo o cumprimento de suas ordens, emitiu um *nihil obstat* que garantia os recursos para a construção do Parque Barigui.

No Plano de Recreação de 1974, o Parque é descrito contendo 135 ha, com 95% de área verde, e constituindo-se enquanto o maior atrativo de Curitiba do ponto de vista da recreação, ao ponto que, em virtude de sua proximidade com o centro, sua “imensa área verde” e estrutura de animação que seriam capazes de atrair pessoas de todas as idades e faixas sociais. No documento há uma descrição do que se esperava para o parque, assim como o mesmo foi constituído:

Essa localização, próxima à área de grande atração turística que é Santa Felicidade¹⁰⁴ e ao mesmo tempo próxima ao centro da cidade, com acessos rápidos e diversificados, permitiu solução privilegiada para um problema maior que era o controle das enchentes através da barragem do rio Barigui.

A represa, junto a BR-277, possibilitou a formação de um lago para onde já estão sendo programadas atividades esportivas aquáticas e ao longo do qual estão sendo construídas outras unidades destinadas à animação do Parque. Assim, e sempre seguindo a filosofia de humanização do meio ambiente, conservação e valorização das áreas verdes da Cidade, na composição desse parque foram desapropriados bosques que se constituem em manchas verdes, da ordem de 500.000

¹⁰⁴ Santa Felicidade foi identificada no Plano de Recreação de 1973 como um distrito que possui características *sui generis* por seu povoamento de imigrantes italianos, assim como pelo grande número de restaurantes de pratos da mesma etnia, tornando-se um polo de atração turístico de Curitiba.

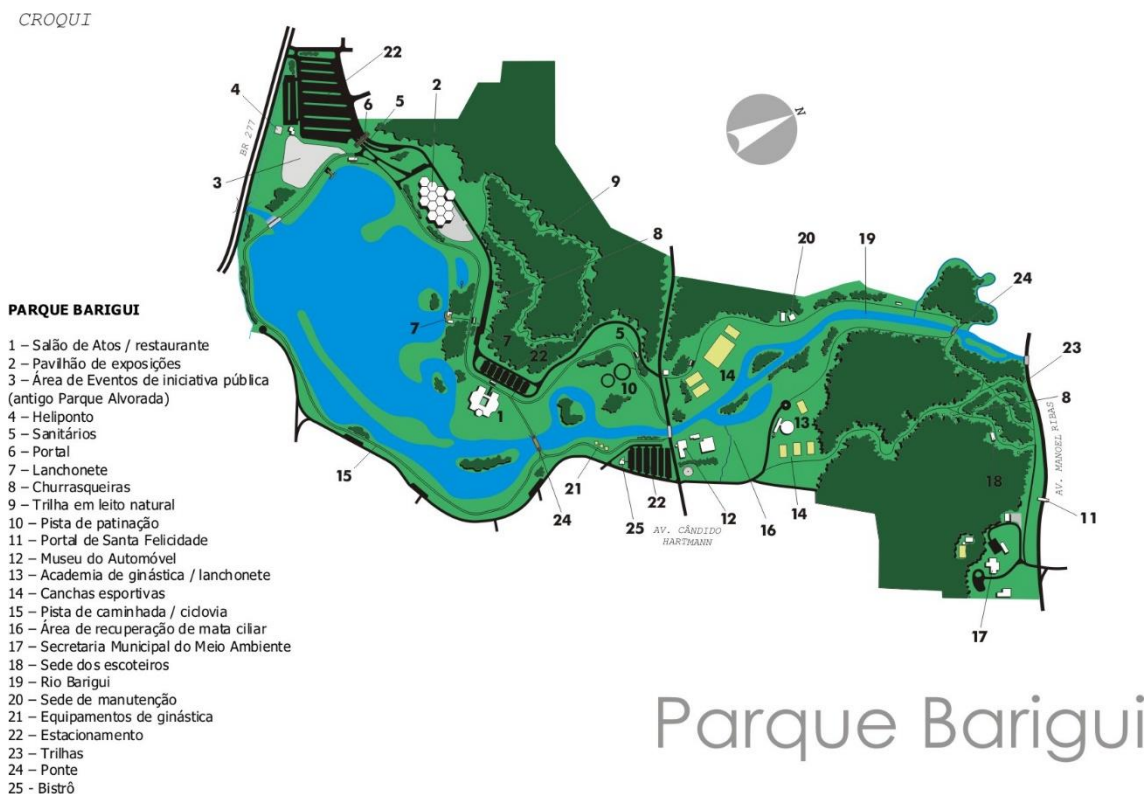
m² e à sombra dos quais foram construídos quiosques e churrasqueiras para os que buscam o local. (IPPUC, 1974, s/p.).

Partindo dessas concepções sobre o parque, os seguintes espaços e equipamentos foram programados no Plano de Recreação de 1974: pavilhão de exposição, conjunto gastronômico, centro de convenções, teatro ao ar livre, choperia e restaurante, velódromo, aeromodelismo, modelismo naval, ancoradouro, estações para um trenzinho que faria o percurso interno do parque, estacionamento, mirante, administração, alojamento para guarda florestal, pronto socorro e playgrounds e outros equipamentos secundários (IPPUC, 1974).

Atualmente, o Barigui possui os seguintes equipamentos de uso público: Pavilhão de exposições; Museu do Automóvel; Restaurante Maggiore; Salão de Atos e Centro de Convenções (Administrados pelo Instituto Municipal de Administração Pública); Sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Bistrô da Fundação de Ação Social; Academia Municipal Professora Judith Passos (Administrada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Juventude); Canchas esportivas (2 de futebol de areia, 1 de *Footsack*, 2 de Vôlei de areia e 1 poliesportiva); Pista de corrida (Percurso total de 5,2 quilômetros; Percurso da volta ao lago de 3,28 quilômetros); Ciclovia e pista de uso misto (Percurso equivalente ao da pista de corrida); Trilhas nos bosques; Sanitários públicos (além de um conjunto de sanitários gratuito o qual conta com sanitário adaptado para necessidades especiais, os sanitários das lanchonetes também são abertos ao público em geral, porém estes não têm sanitário adaptado); Sanitários pagos (Administrados pela URBS) - contam com banheiro adaptado para necessidades especiais; Pista de patinação; Pista de Aeromodelismo; Heliponto (Administrado pela empresa Yapó Aerotáxi através de contrato com a URBS); Parquinho infantil com 4 balanços, 2 gangorras, 1 escorredor, 2 bancadas e 1 escada de cordas; Churrasqueiras; Lanchonetes (Do Farol, Do Lago e Lanchonete Barigui); Equipamentos para exercícios físicos e treinamento esportivo: (2 conjuntos de barras em troncos; 3 conjuntos de barras em aço inox e 2 academias ao ar livre); Área destinada para a prática de *Slackline*; Sede do Grupo Escoteiro Tapejara; Estacionamentos (são 3 estacionamentos com capacidade para 1950 veículos); Rampas de acessibilidade para acesso às pistas de corrida e caminhada; Rede WI-FI gratuita (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SMMA, 2017). Os

equipamentos listados podem ser observados na figura a seguir. Assim como os outros parques da cidade, o Parque Barigui compõe uma política municipal de preservação de fundos de vale.

FIGURA 3.3 – Croqui do Parque Barigui



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (2017).

Na área do parque, além desses equipamentos apresentados, há aproximadamente 500.000 m² de bosque, cortados por ruas e trilhas nos bosques, os quais são constituídos por capões de floresta nativa e abrigam diversos animais nativos e migratórios, como garças-brancas, preás, quero-queros, tico-ticos, gambás e outros. Nesses espaços, segundo o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barigui (2007) é possível a realização de caminhadas (principalmente na sua porção nordeste), existindo também churrasqueiras.

Ainda conforme o mesmo documento, o lago presente no Parque Barigui é constituído pelo represamento de parte das águas do rio Barigui, e localizado na porção sul do parque, com a função de, além da de compor a paisagem, de

auxiliar na contenção das enchentes deste rio. Apresenta uma área de 230.000 m², que correspondem a 16,43 % da área total do parque.

Outro equipamento ressaltado pelo Plano de Manejo são as pistas de caminhada/cooper e ciclovias, apresentadas pelo mesmo como os grandes atrativos do Parque Barigui, onde inúmeros visitantes vão para praticar caminhadas, principalmente aos domingos. As vias são largas e com revestimento em anti-pó.

Por fim, as canchas de futebol de areia, de vôlei e polivalentes, juntamente com o playground, estão concentrados na porção norte da Avenida Cândido Hartmann, próximas à academia pública de ginástica denominada Academia Municipal Professora Judith Passos, sob responsabilidade da SMELJ. Dentre as atividades disponíveis na mesma, destacam-se musculação, alongamento, condicionamento físico, ginástica e reestruturação corporal.

Em relação aos diversos espaços e equipamentos disponíveis no parque, Rechia destaca que o Barigui “[...] reúne condições ímpares de representatividade do modelo de parques implantados em Curitiba” (2003, p. 128), de tal forma que há diferentes práticas e apropriações do parque em diferentes horários e dias da semana, e como consequência, diferentes perfis de usuários. O espaço do Parque, para a autora,

[...] assume um lugar estratégico e privilegiado para a potencialização destes encontros comunitários, suscitando descobertas, reflexões, discussões, sorrisos, cumprimentos e cordialidades, contemplando uma multiplicidade de significados no interior do convívio daquele espaço. (RECHIA, 2003, p. 170).

No que se refere à importância da existência de diversos equipamentos, assim como os disponíveis no Parque Barigui, Jane Jacobs (2000) enfatiza que a complexidade e diversidade de equipamentos em um parque são estimulantes e auxiliam no “sucesso” e popularidade do parque, o que a autora chama de “dar vida ao parque”. Dessa forma, se o parque, por exemplo, dispõe apenas de áreas para fins contemplativos e encontros sociais, como a utilização das churrasqueiras, ele estaria fadado a algumas vivências específicas. Entretanto, por conter equipamentos para a prática de atividades físicas, juntamente àquelas compreendidas como contemplativas, o parque possibilita a sua utilização com outras finalidades.

É importante ressaltar ainda outro aspecto enfatizado pela autora, que está indissociado dessa complexidade e diversidade de equipamentos: o objetivo de um parque é atrair o maior número de pessoas, com os mais variados horários, interesses e propósitos, sendo que o projeto do parque deve promover essa utilização. Conforme Jacobs (2000, p. 111),

A variação arquitetônica superficial pode parecer diversidade, mas só uma conjuntura genuína de diversidade econômica e social, que resulta em pessoas com horários diferentes, faz sentido para um parque e tem o poder de conceder-lhe a dádiva da vida". (JACOBS, 2000, p. 111).

Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, corroborando com a compreensão de Jacobs (2000), o parque, por sua localização e infraestrutura, é o mais frequentado de Curitiba. Essa informação é confirmada pelo Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barigui, realizado em 2007. Este plano contabilizou uma média de 23.708 frequentadores por dia no parque. Neste levantamento, o sábado é o dia com maior número de usuários: 42.611, representando 25,68% do total de visitantes contabilizados, sendo o dia de maior visitação.

TABELA 3.3 – Número de Visitantes ao Parque Barigui, semanal

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Total diário	20.348	19.730	21.866	17.666	20.185	42.611	23.555

Fonte: PLANO DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL BARIGUI (2007).

Dentre esses visitantes, o Plano de Manejo ainda apresenta mais algumas características relevantes para compreender o parque: a grande parte desses visitantes reside no bairro Bigorrião (14,10%), próximo ao Parque Barigui, e utiliza como meio de transporte o carro para chegar até o local (62,68%). Ressalta-se ainda que a maioria dos frequentadores do espaço são homens (62,74%), com nível superior de escolaridade (52,90%). Outro dado importante identificado pelo plano se refere à renda dos usuários do parque: o rendimento médio mensal é de aproximadamente 2 a 4 salários mínimos. Além disso, a sua maioria possui emprego formal. Essa característica demonstra que o Parque

Barigui é apropriado essencialmente pela classe média da cidade¹⁰⁵. Destaca-se que, apesar da relevância destes dados em termos sociais e econômicos, configurando um grupo social especificamente beneficiado em termos de sua apropriação, esse aspecto não será discutido mais profundamente nesta tese, visto que não se enquadra nos objetivos propostos.

Outra informação levantava pelo Plano de Manejo se refere à frequência de visita ao parque, a qual é realizada preferencialmente durante os finais de semana (15,98%), ou 3 vezes durante a semana (18,50%), tendo como principais finalidades caminhar, passear ou fazer *cooper* (29,30%, 26,70% e 12,40%, respectivamente). Por fim, no que se refere ao tempo de permanência no parque, mais de 40% dos usuários, especialmente nos finais de semana, permanecem de 1 a 2 horas no parque.

Juntamente a esses aspectos levantados, vale apresentar os resultados de uma pesquisa desenvolvida pela Paraná Pesquisas, em 2007, sobre qual o melhor parque da cidade, publicada pelo Jornal Gazeta do Povo¹⁰⁶. A mesma demonstra que o Parque Barigui é considerado o melhor parque de Curitiba, apontado por 45,9% dos entrevistados, assim como apresenta as principais maneiras de utilização do parque:

[...] os recantos naturais são, antes de mais nada, bons lugares para passear e encontrar os amigos: essa foi a resposta de 40,7% dos entrevistados. Mas o curitibano também vai ao parque para levar as crianças para brincar (19%), para descansar (13%), praticar esportes (11%) ou até mesmo paquerar (1%). (GAZETA DO POVO, 08 jan. 2007, s/p.).

Ressalta-se que as informações levantadas pelo Plano de Manejo do Parque Barigui (2007) caminham na mesma direção da pesquisa publicada pelo jornal Gazeta do Povo (2007), demonstrando que os usuários ao longo dos dias

¹⁰⁵ Neste sentido, desde o Plano Agache havia um direcionamento do Parque Barigui para atendimento das demandas das classes média e alta da cidade. Pode-se relacionar também a essa característica do Parque Barigui, a veiculação das imagens-síntese da cidade nas décadas de 1970, 1980 e 1990, as quais potencializavam a compreensão de plena utilização dos novos espaços, produtos da modernização, as quais sugeriam a existência de uma vida de classe média para todos os habitantes.

¹⁰⁶ A reportagem “Barigui é o parque favorito de quem mora em Curitiba”, está disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/barigui-e-o-parque-favorito-de-quem-mora-em-curitiba-absh85k0idtw54ghe3as7y1ji>>.

da semana e nos finais de semana utilizam o parque essencialmente para caminhar, passear ou correr.

4 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: EM FOCO O PARQUE BARIGUI

É a sociabilidade, o prazer de estar com o outro, que estabelece em definitivo a diferença urbana.

(Jacques Le Goff)

O termo “apropriar” e/ou “apropriação” possui diversos significados, nas diferentes áreas do conhecimento. De forma genérica, apropriação é a ação de tomar posse de algo exercida por um sujeito. Segundo Smolka (2000, p. 28), “o termo apropriação refere-se a modos de tornar próprio, de tornar seu; também, tornar adequado, pertinente, aos valores e normas socialmente estabelecidos”.

Quando associado ao espaço, o termo “apropriação” remete à questão do valor de uso dos espaços públicos. A apropriação do espaço, para Certeau (2014), acontece no momento em que uma pessoa estabelece um contrato com outros indivíduos e com o ambiente, por meio de diferentes formas de comunicação. Nesse sentido, pensar o espaço como prática social significa pensar sua apropriação, a qual não se reduz à representação física do espaço. Refere-se ao sentimento de pertencimento, à compreensão do mundo vivido além do espaço geométrico. A apropriação, então, pode ser entendida como:

[...] atividade humana que se realiza pelo homem em torno do ser humano e nele engloba seus sentidos, sensibilidade, necessidade e desejos. Realiza-se com base em uma estratégia que escapa à equivalência (imposta pela troca) e ao homogêneo (imposto pela norma) e faz aflorar o diferente – é a multiplicidade na heterogeneidade, o que acentua seu caráter apropriador, isto é, o homem apropria-se das condições exteriores, transformando-as. (CARLOS, 2001, p. 216).

Dessa forma, a relação entre o habitante e a cidade é perpassada por diferentes formas de apropriações e usos, os quais envolvem uma multiplicidade de possibilidades. A esfera da vida cotidiana, nesse contexto, ressalta relações de escalas e tempos: o que se passa no âmbito do processo de trabalho e fora dele; a produção de relações mais amplas, associando-se às relações que ocorrem no lugar do morar, nas horas de lazer, na vida privada, guardando o sentido do dinamismo das relações entre necessidades e desejos; ações que

fogem ao “poder estabelecido” ou se rebelam contra ele e contra tendências hegemônicas (CARLOS, 2014).

Apropriação entende-se como um sentido de interação física do sujeito com determinado local, associado a um sentimento subjetivo a esse espaço, ao pertencimento. Dito de outra forma, compreende-se como um “processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (CAVALCANTE; ELIAS, 2011). A apropriação se faz essencial na medida em que, quando um espaço é apropriado, se torna pleno de significado, influenciando a relação do sujeito com o ambiente.

Dentro da discussão do espaço, destacam-se os espaços públicos enquanto uma característica própria do processo de urbanização contemporâneo. Segundo Rolnik (2004, p. 53) “é da natureza da aglomeração urbana existir uma dimensão pública da vida cotidiana”. O espaço público é, então, o local onde as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas. Serpa (2009, p. 9) colabora para essa discussão ao afirmar que o espaço público é um “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

O espaço público apresenta-se, partindo dessa concepção, enquanto um desfile variado de cenas comuns em que se exercita a arte da convivência. Assim como é um lugar de conflitos, de problematização da vida social. Gomes (2014) afirma que todas as cidades dispõem de lugares públicos que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade, sendo por meio dos quais que há a produção de uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população, daquele lugar, transformando espaços em lugares.

O espaço público é assim apropriado, transformado e recriado a partir de novas e diferentes práticas cotidianas do cidadão. São os diferentes usos dos espaços, resultado da dinâmica social que, segundo Jacobs (2000), dotam esses lugares de vida.

O parque público, tal como se estrutura hoje, caracteriza-se enquanto um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo

de recodificação (MACEDO; SAKATA, 2003). A definição de parque não é precisa, mas de acordo com Macedo e Sakata (2003, p. 14) parque é

[...] todo o espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

Serpa (2009), em relação aos parques públicos, afirma que os mesmos, enquanto espaço de natureza e estruturador de vínculos e relações sociais, é colocado como antídoto de todos os males urbanos modernos. Ressalta ainda que a necessidade de “natureza” nunca foi tão evidente, colocando os parques públicos no centro das novas problemáticas urbanas e tornando o uso de “áreas verdes” um direito de todos os cidadãos. Em seu aspecto material, o parque público é mais do que nunca um “espaço de natureza” em ruptura com os “espaços minerais”, o ambiente construído e os ritmos urbanos.

Para compreender as diferentes estratégias de apropriação dos espaços públicos urbanos de Curitiba parte-se do pressuposto que estes se originam da necessidade de contato, comunicação entre os indivíduos. Os espaços públicos são áreas de encontro e desencontro, de conflitos e negociações, que colocam em evidência uma diversidade de expressões, assim como vários tipos de usos individuais e coletivos. Nesse espaço, ocorrem inúmeras práticas com lógicas diferenciadas, que coexistem em diversas formas de convivência e organização.

4.1 Diferentes estratégias de apropriação dos espaços públicos em Curitiba: em foco o Parque Barigui

Dentro do Parque Barigui há duas secretarias municipais atuando: a SMMA, responsável pela administração do Parque; e a SMELJ, que administra a Academia Municipal Professora Judith Passos e atua na organização e realização de eventos de esporte e lazer. Na entrevista realizada com gestor da SMMA, o mesmo explicou essa relação entre as duas secretarias de maneira clara:

[...] os eventos esportivos como caminhada, corrida, e eventos esportivos em geral, são regulamentados, existe uma legislação que está vigente desde 2012, onde a prefeitura estabelece o calendário de eventos, e lança um edital para a participação pela Secretaria de Esporte e Lazer. A legislação é dupla, tem um decreto do Esporte e Lazer, e tem um decreto do Meio Ambiente. O evento precisa da autorização do Esporte e Lazer para acontecer, e para o uso do parque, é necessária a autorização do Meio Ambiente para que ele possa acontecer. Não adianta ele ter só a autorização do Esporte e Lazer e não ter do Meio Ambiente. Ele precisa ter do Esporte e do Lazer porque ele precisa provar que está dentro das políticas de esporte do município, e ele tem que ter do Meio Ambiente para comprovar que ele está dentro das políticas ambientais do município. (Gestor Público SMMA).¹⁰⁷

No que se refere às ações desenvolvidas nos parques de Curitiba pelo poder público, destacam-se aquelas realizadas pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ). Em 1995, o Departamento de Esporte e Recreação vinculado à Secretaria de Educação, transforma-se em Secretaria Municipal do Esporte e Lazer¹⁰⁸ por meio da Lei nº 8.696/1995. Esta secretaria possui como competência formular, planejar e implantar a política municipal de esporte e lazer. Neste documento previam-se as seguintes ações na área do lazer:

I - articulação com entidades envolvidas com o desporto e lazer, objetivando harmonizar os assuntos de interesse comum;

II - incentivo à cultura esportiva e de lazer junto à população, desenvolvendo suas práticas cotidianas, como decorrência de valores de integração homem-natureza, identificação com o espaço urbano da cidade e exercício da cidadania;

III - assistência técnica às representações desportivas municipais, às entidades governamentais e não-governamentais esportivas e de lazer e órgãos representativos da comunidade;

IV - implementação de programas, projetos e pesquisas que promovam o desenvolvimento do esporte e do lazer no âmbito municipal;

V - definição de normas e critérios para o funcionamento dos Centros de Esporte e Lazer, bem como de suas atividades, extensivos aos espaços públicos adequados à prática esportiva e de lazer, potencializando estes recursos;

VI - estabelecimento de calendário esportivo e de lazer anual;

VII - articular a política da juventude com os demais órgãos da administração municipal. (Redação acrescida pela Lei nº 11.3865 3865/2011. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1995).

¹⁰⁷ Entrevista concedida à autora em 11 de janeiro de 2016.

¹⁰⁸ Atualmente denominada Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude - SMELJ.

Atualmente, dentro da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), há o Departamento de Lazer, o qual tem quatro princípios como alicerce de seus projetos: democratização, participação, informação e descentralização. Os programas desenvolvidos pelo departamento são: Lazer e Comunidade, Linha do Lazer, Lazer e Ação, Cicloatividade, Dança Curitiba e Grandes Eventos de Lazer. Dentro do respaldo desses programas está a realização de pedaladas, caminhadas e festividades (como o Dia da Criança e aniversário do município). Ressalta-se que muitos dos grandes eventos realizados gratuitamente pela prefeitura, como Dia da Criança e Aniversário da Cidade são realizados no Parque Barigui.

FIGURA 4.1 – Estrutura do evento do Dia das Crianças promovido pela Prefeitura Municipal de Curitiba / Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Há outro departamento dentro da estrutura da SMELJ, o de Esporte, o qual organiza corridas de rua e campeonatos, como os Jogos Escolares de Curitiba e Circuito de Corridas de Rua.

Dentro da estrutura organizacional da SMELJ há 24 Centros de Esporte e Lazer, quatro Centros de Atividade Física e cinco Portais do Futuro. Todas as unidades possuem programas voltados para todas as faixas etárias: criança, jovem, adulto e terceira idade. Segundo a Secretaria, as ações realizadas nestes espaços visam “o bem-estar, promoção social e inserção na sociedade com foco na qualidade de vida do cidadão curitibano” (SMELJ, 2016, s/p.). Os programas são desenvolvidos nos equipamentos da Secretaria, de segunda a sextas-feiras, nos períodos de manhã, tarde e noite, conforme disponibilidade funcional e de infraestrutura local.

As atividades são ofertadas gratuitamente à comunidade, conforme faixa etária e característica de cada Centro de Esporte e Lazer são: ginástica, caminhada e alongamento para terceira idade; ginástica, alongamento, condicionamento físico, caminhada, musculação, natação, hidroginástica para adultos; programa de atendimento sócio esportivo para crianças e adolescentes: futebol, basquetebol, voleibol, handebol, ciclismo, atletismo, xadrez, tênis de campo, ginástica artística, escalada, capoeira e boxe.

No Parque Barigui, em especial, há a Academia Judith Passos (Centro de Atividade Física Profª Judith Passos), como já mencionado anteriormente. O local é gerido pela SMELJ, assim como os demais Centros de Esporte e Lazer distribuídos pelo município. A mesma localiza-se atrás do Museu do Automóvel, atende de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 20h30, possui salas de ginástica e musculação, e oferta gratuitamente as seguintes atividades: ginástica para 3ª idade, peteca, alongamento, ginástica e condicionamento físico para adultos, musculação, e iniciação à corrida (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2016).

A SMELJ também é responsável pela gestão das corridas, caminhadas e pedaladas que ocorrem no município. Ressalta-se, nesse sentido, que em 2015 ocorreram 83 corridas, das quais a prefeitura organizou apenas 10. Dos 86 eventos de corrida ou caminhada previstos no município no ano de 2016 (de janeiro a dezembro)¹⁰⁹, 14 desses foram organizados pela prefeitura. Em 2017, pode-se observar um aumento do número de corridas e caminhadas, sendo que dos 96 previstos, 10 foram promovidos pela prefeitura. Os demais têm origem

¹⁰⁹ A SMELJ disponibiliza em seu site uma planilha com o cronograma dos eventos, locais onde serão realizados e empresa ou entidade organizadora.

privada, ou são organizadas por instituições do poder público estadual ou federal (por exemplo, COPEL e Exército). Pode-se observar um aumento do número de corridas no total, mas uma redução da atuação da prefeitura enquanto promotora e organizadora destes.

Outro aspecto importante é o local onde as provas serão disputadas: em 2015, 32 ocorreram em parque do município; em 2016, foram 37; e em 2017, 37 delas foram realizadas nesses locais. Em relação a esse aspecto, destaca-se que é necessária uma autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) para a realização desses eventos nos parques e praças¹¹⁰, assim como a autorização da SMELJ para a realização das mesmas. A partir dessas informações é possível perceber, além de um aumento no número de corridas de rua, e uma ampliação no uso especialmente dos parques para a realização desses eventos em Curitiba. A tabela abaixo ajuda a compreender essa evolução na quantidade de corridas de rua realizadas em Curitiba entre os anos de 2015 a 2017.

TABELA 4.1 – Relação das corridas de rua realizadas em Curitiba/PR entre os anos de 2015 a 2017*

	Corridas realizadas em parques	Corridas promovidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba	TOTAL
2015	32	10	83
2016	39	14	86
2017	37	10	96

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SMELJ (2015, 2016, 2017).

* O recorte temporal foi determinado a partir dos dados disponibilizados pela SMELJ.

Esses dados ajudam a demonstrar como, atualmente, os diferentes usos dos espaços públicos, especialmente dos parques, estão perpassados por iniciativas relacionadas ao esporte e lazer de âmbito público e privado (que oferecem seus serviços dentro dos mesmos). Como exemplo dessa apropriação privada pode-se citar a utilização do espaço do Parque Barigui pelas assessorias esportivas e pelos *personal trainers*.

¹¹⁰ Decreto nº 471/1988 - Dispõe sobre os Parques Municipais e dá outras providências. Decreto nº 525/2004 - Regulamenta o parágrafo único do Art. 2o, da Lei nº. 10.906/03, que dispõe sobre a promoção e realização de eventos no Município de Curitiba, estabelecendo critérios para utilização de espaços públicos.

A fala dos responsáveis por uma assessoria esportiva contextualiza essa discussão:

[...] nos últimos dois anos tem sido mais intensa a procura. Não precisa nem ver só o número de assessorias, precisa ver o número de eventos que está acontecendo em Curitiba. Antigamente tinha dificuldade em achar um evento para ir, agora caem 2-3 no mesmo final de semana, e está bem intenso isso. Se está tendo evento é porque está tendo procura. Se está tendo procura, as pessoas estão correndo. Se estão correndo, estão vindo para o parque. (Assessoria Esportiva C).¹¹¹

Nos últimos anos, em paralelo ao crescimento das corridas de rua, ocorreu o crescimento do número de assessorias esportivas atuando em espaços públicos do município. O atual presidente da AATCC, entidade que representa as assessorias esportivas e técnicos de corrida que atuam em Curitiba, descreve essas empresas da seguinte maneira:

A assessoria esportiva, se você pegar o termo dela, ele é totalmente abrangente. Ela pode ser confundida desde a questão de assessor, de um atleta por exemplo, da pessoa ser quase como um agente ou coisa assim, que pode girar para esse lado. Como pode ser usado no termo de assessoria esportiva voltado para corrida e triathlon, treinamento propriamente, que é o termo mais comum da assessoria esportiva em todo o país. [...] Uma definição mais clara para ela seria uma empresa que cuida da parte técnica da atividade esportiva de algumas modalidades, tendo capacidade técnica para isso: profissionais de educação física, parcerias com fisioterapeutas, uma rede de relacionamentos profissionais interligadas, para atender o cliente da melhor maneira possível, e atingir seus objetivos, seja ele qualidade de vida, rendimento. Esse seria o raciocínio sobre assessoria esportiva. A corrida apropriou-se do termo, foi mais ou menos isso, mais ninguém usa. (Presidente da AATCC).¹¹²

Estas empresas utilizam as áreas e equipamentos instalados nos espaços públicos, juntamente com alguns materiais transportáveis, como caixa térmica, guarda volumes, cordas, colchonetes, cestos para acondicionamento de lixo, guarda sol, banquetas e materiais de pequeno porte para fortalecimento muscular. Especialmente no parque, no momento da realização de campo, foram constatadas 30 assessorias esportivas atuando em diferentes dias e horários. Cada assessoria esportiva, no Parque Barigui, ocupa um ou mais espaços do

¹¹¹ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

¹¹² Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

parque, em dias específicos da semana. Em geral, essas empresas se posicionam no gramado, próximo às pistas.

FIGURA 4.2 – Assessorias esportivas presentes no Parque Barigui em 2016



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Além das assessorias esportivas, dedicadas especialmente às corridas e treinamento funcional há, em menor número, empresas que também prestam serviços esportivos, relacionadas a outras atividades físicas, como *personal trainers* e exercícios funcionais. Há também no parque, grupos organizados espontaneamente pela sociedade civil, como é o caso do Patins Barigui, e a prática de atividades físicas ofertadas gratuitamente por profissionais capacitados, como o Projeto Yoga No Parque.

No que se refere à treinamentos funcionais, há no parque, uma empresa que presta apenas esse tipo de treinamento, a qual localiza-se no gramado do parque, próximo ao antigo Parque de Diversões, e utiliza materiais semelhantes aos das assessorias esportivas.

FIGURA 4.3 – Alunos e professores de equipe de treinamento funcional no Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Por meio da pesquisa de campo, foram observadas algumas empresas que desenvolvem atividades relacionadas ao futebol no parque, tais como treinamento de goleiros e escolinhas. Tais empresas realizam suas atividades nos gramados do parque, principalmente, próximas ao Salão de Atos do Parque Barigui.

FIGURA 4.4 – Escolinhas de futebol utilizando a área do gramado no Parque Barigui

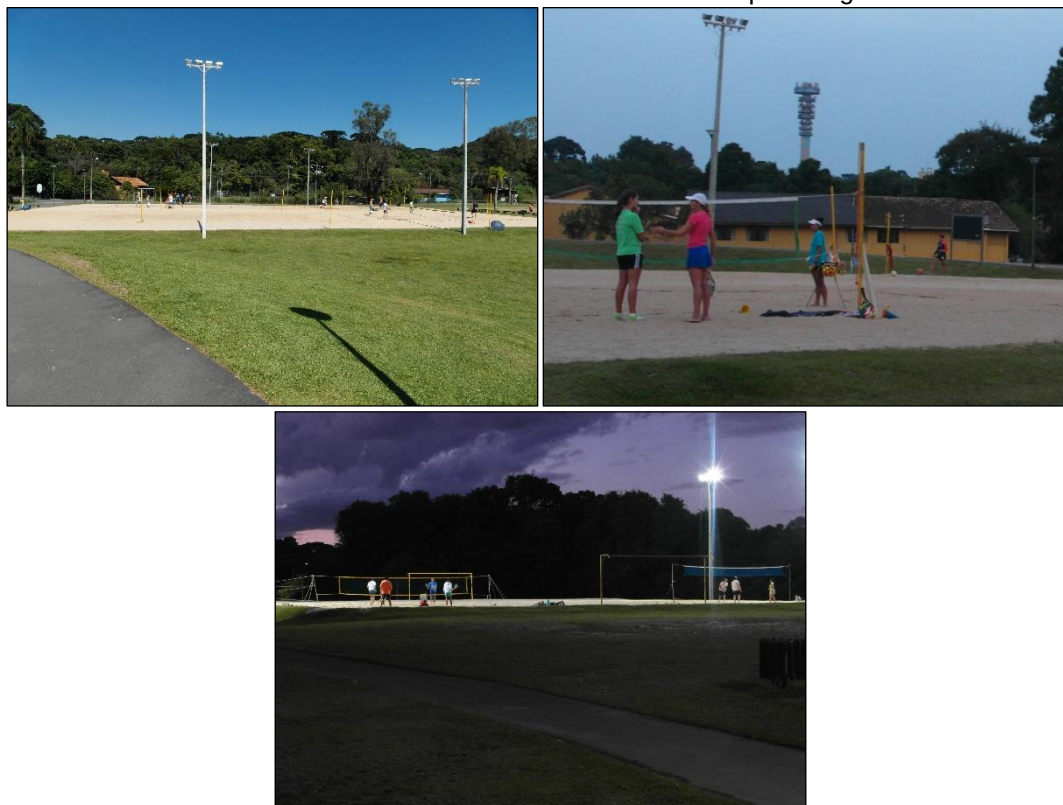


Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Outro esporte em que há a atuação de empresas no parque é o Beach Tennis, as quais utilizam as quadras de areia. É possível observar professores ensinando regularmente essa prática, tanto nos períodos da manhã quanto da noite. Durante as observações, foi possível perceber que os professores instalam as redes que utilizam durante as aulas, assim como levam as bolinhas

para a prática, mas são os alunos que levam suas raquetes. Em geral, as aulas são realizadas em grupos, com a orientação de pelo menos um profissional.

FIGURA 4.5 – Aulas de *Beach Tennis* no Parque Barigui



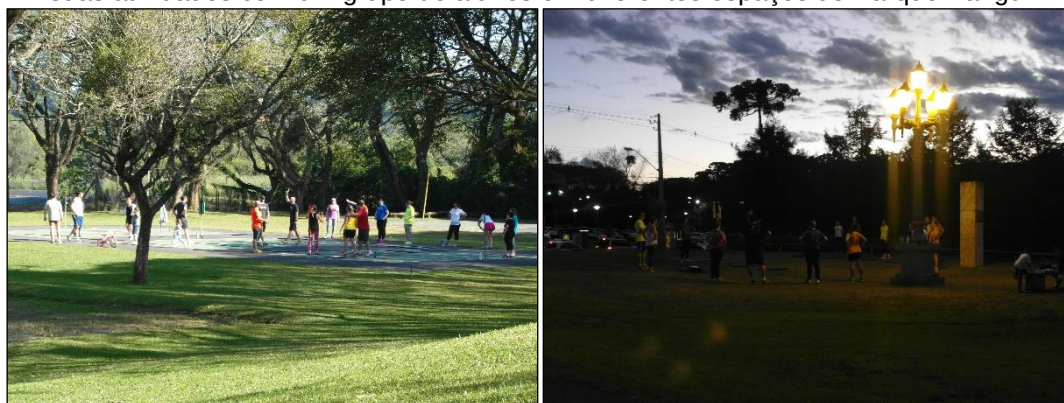
Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Outra atividade esportiva desenvolvida no Parque Barigui, são os treinos de *Rugby*. Uma equipe de *Rugby* realiza treinamentos femininos e masculinos no parque às terças-feiras e quintas-feiras, a partir das 20h. Os mesmos realizam seus treinos no gramado próximo ao Salão de Atos, no mesmo local onde há treinos de futebol.

Durante a pesquisa de campo, além da presença das assessorias esportivas no Parque Barigui, foi possível perceber também *Personal Trainers* utilizando o espaço do parque para desenvolver suas atividades, normalmente portando roupa com a identificação “*Personal Trainer*”. Nesse âmbito, há alguns profissionais que realizam atividades com grupos, utilizando, muitas vezes, a mesma estrutura proposta pelas assessorias esportivas. Destaca-se a realização de um trabalho diferenciado aos sábados, uma “*Personal Gestante*”, que realiza treinamentos funcionais e com os carrinhos de bebê, denominado *Fit Stroller*, neste dia pela manhã.

Nesta mesma linha, há no parque, a atuação de uma empresa que propõe um programa de emagrecimento, o qual atrela atividades físicas em grupo no parque a um programa de reeducação alimentar. Estes ocupam os mesmos espaços e equipamentos que, em geral, são utilizados pelas assessorias esportivas, mas possuem uma proposta de trabalho diferente destas. É importante destacar ainda, que não há uma continuidade e frequência em relação aos espaços utilizados pela empresa, ou seja, a cada dia o grupo está em um local do parque, diferente do que ocorre com as assessorias esportivas.

FIGURA 4.6 – Professor de empresa que propõe um programa de emagrecimento realizando suas atividades com um grupo de alunos em diferentes espaços do Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Destacam-se ainda outras formas de apropriação, desenvolvidas por grupos organizados da sociedade, tais como o Projeto Yoga no Parque, e o Patins Barigui, que não exigem nenhuma forma de pagamento de seus usuários.

O Projeto Yoga no Parque acontece desde outubro de 2013 no Parque Barigui, como uma iniciativa pessoal de um professor da modalidade. Atualmente, o projeto abrange, além do Parque Barigui, o Jardim Botânico, o Parque São Jose dos Pinhais, a Praça Nossa Senhora de Salete e as Ruínas do São Francisco. Segundo Assis (2014, p. 54), o projeto “reuniu cerca de 200 pessoas em uma aula e seu trabalho está sendo bem divulgado, inclusive em perfis da Prefeitura Municipal de Curitiba nas redes sociais”.

Especificamente no Parque Barigui, a Yoga no Parque localiza-se no gramado próximo à marcação de 700 metros das pistas de caminhada, corrida e bicicleta, distante das demais outras atividades que envolvem um grande

público, tais como assessorias esportivas e o grupo Patins Barigui. Após dias de chuva, o local ocupado para as aulas, geralmente, fica impróprio para a realização das mesmas, em função do acúmulo de água.

FIGURA 4.7 – Participantes do Projeto Yoga no Parque no gramado do Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Em entrevista ao Portal G1¹¹³, o diretor da Associação Yoga no Parque Silvio Lopes, em janeiro de 2015, afirma que o objetivo do projeto é proporcionar o autoconhecimento aos praticantes da atividade, assim como “[...] promover uma interação entre as pessoas oferecendo acesso à saúde e ao bem-estar por meio das aulas”. Entretanto, ressalta-se que o projeto ministra aulas durante a semana apenas no verão, entre os meses de outubro a fevereiro. Nos demais meses do ano as atividades nos finais de semana se mantêm.

A dimensão do programa pode ser percebida pela colocação de um dos integrantes do Yoga no Parque na página de uma das redes sociais do projeto, visto que em 4 meses, cerca de 5 mil pessoas praticaram yoga durante as aulas ministradas nos parques:

Os números mostram quão bonita foi a temporada de verão 2015/2016. Dezenas de aulas, mais de 5 mil pessoas em vários locais de Curitiba e São José dos Pinhais. No entanto, mais do que os números, ficam na memória as incontáveis experiências, os agradecimentos sinceros, as oportunidades de contato com nosso ser interior. Valeu Curitiba! Valeu São José dos Pinhais! Em outubro retornamos com uma nova temporada de verão (YOGA NO PARQUE, 2016, s/p.).¹¹⁴

¹¹³ A reportagem “Com aulas gratuitas, projeto ‘Yoga no Parque’ é retomado em Curitiba” está disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/ferias-verao/2015/noticia/2015/01/com-aulas-gratuitas-projeto-yoga-no-parque-e-retomado-em-curitiba.html>>.

¹¹⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/yoganoparque/photos/a.194234470592603.56303.194182653931118/1267115403304499/?type=3&theater>>.

Há outro grupo que utiliza o parque para realizar suas práticas, o Patins Barigui. Utilizam o espaço em frente ao Restaurante Maggiore ou à Pista de Patinação do parque. Segundo o Jornal Gazeta do Povo, em dias de pico chegam a mobilizar mais de 150 patinadores. É importante destacar que não há uma regularidade em relação a dias e horários de encontro do grupo. Ainda conforme o jornal, “Em uma rede social, o grupo Patins Barigui, que é voltado à patinação recreativa, possui mais de 1.700 membros” (Gazeta do Povo, 23 mai. 2015, s/p.¹¹⁵). Essas informações demonstram a relevância da participação desse grupo na dinâmica do parque.

FIGURA 4.8 – Membros do grupo Patins Barigui realizando manobras no Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Nesse sentido, ressalta-se que, além das práticas desenvolvidas no parque apontadas, há inúmeras outras formas de uso e apropriação. Diversas pesquisas contextualizam as inúmeras formas de apropriação do Parque Barigui,

¹¹⁵ A reportagem “Um novo empurrão para a patinação em Curitiba” está disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-novo-empurrao-para-a-patinacao-em-curitiba-82qiy4wlaun3qaua1h0a4g6v0>>.

tais como Assis (2014)¹¹⁶, Oliveira (2009)¹¹⁷, Rechia (2003, 2005)¹¹⁸. A partir dessas pesquisas, juntamente com a pesquisa de campo realizada no contexto deste estudo, é possível perceber uma diversidade de pessoas e formas de apropriação do parque. Pode-se afirmar que o parque se tornou a “praia dos curitibanos”. Em geral, as pessoas relacionam caminhadas, corridas e exercícios com locais de encontros. Especialmente nos fins de semana, há famílias de diferentes camadas sociais que buscam nos parques espaços para as mais diversas vivências no âmbito do lazer.

A reportagem “Sábado no Barigui tem de pic-nic gringo a partidas de “tênis de praia””, do Jornal Gazeta do Povo¹¹⁹, ressalta os diferentes espaços e equipamentos, e as várias formas de apropriação existentes no parque, muitas vezes atreladas a essa diversidade espacial, especialmente aos finais de semana:

Com temperaturas chegando aos 28 graus C pela manhã deste sábado (9), os curitibanos tomaram os parques da cidade para se divertir, se exercitar ou apenas para relaxar. E se o tempo continuar assim, a tarde promete bastante.

No mais tradicional deles, o Parque Barigui, não existe restrição de atividade: as amigas [...] se reúnem quase todos os fins de semana no mesmo espaço para jogar o inusitado beach tênis. [...] Quem quiser trazer a família inteira para o parque, inclusive os cachorros, a sugestão da família Dallastra é patinar ao mesmo tempo em que coloca os pets para correr! [...] Se a ideia é usar o parque para uma atividade mais tranquila e perfeita para as crianças, que tal empinar pipa e deixar que elas brinquem com os gansos? [...] O cenário bucólico do Parque Barigui chama a atenção até dos estrangeiros em Curitiba, que decidiram fazer um pic-nic nesta manhã de sábado. Depois de uma aula de ioga no parque, no estacionamento próximo ao píer, cada amigo levou um prato e a previsão é que fiquem por ali durante toda a tarde. [...] O parque também é o lugar ideal para treinar pesado uma modalidade, com o diferencial de ser ao ar livre e ter o frescor das sombras das árvores. (GAZETA DO POVO, 09 abr. 2016, s/p.).

¹¹⁶ ASSIS, Talita Stresser de. **A privatização no Parque Barigui: possíveis influências na apropriação dos espaços e equipamentos de lazer**. 2014, 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Marcelo Ponestki. **Práticas corporais em meio à natureza: o caso do Parque Barigui - Curitiba-PR**. 2009, 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

¹¹⁸ RECHIA, Simone. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, setembro/dezembro de 2005.

_____. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. 2003, 199 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

¹¹⁹ Reportagem disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/sabado-no-barigui-tem-de-pic-nic-tenis-de-praia/>>.

Pode-se afirmar que as diferentes formas de apropriação do parque se modificam conforme o horário, o dia da semana e o perfil dos usuários. No que se refere aos usuários do Parque Barigui, nos dias de semana, nas primeiras horas do período da manhã há um grande número de adultos e idosos, homens e mulheres, realizando, basicamente, atividades físicas. Com o avanço da manhã, a partir das 9h, famílias com crianças começam a dividir o parque com aqueles que o utilizam para praticar atividade física. No período da tarde e início da noite (entardecer), nos dias mais quentes, há mais jovens e crianças no parque, realizando as mais diferentes práticas, se comparado ao período da manhã: há pessoas sentadas no gramado próximas ao lago, crianças brincando no playground e nos gramados, *slacklines* instalados nas árvores, etc., mas a grande maioria dos usuários está praticando atividades físicas.

Especialmente entre as 18h e 19h, o parque encontra-se muito movimentado. Neste horário há pessoas correndo, caminhando, passeando, andando de *bike*, de skate, ou de patins, com carrinho de bebê, com animais de estimação, parados conversando, deitados na grama, andando de *slackline*. O horário de verão parece um convite à utilização do parque. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de janeiro de 2016).

Enquanto no verão o parque é utilizado pelas mais diferentes e espontâneas formas, no outono e inverno, especialmente nas primeiras horas da manhã e início da noite, se destacam aqueles que utilizam o parque para realizar atividades físicas. Um aspecto que chamou atenção durante a realização da pesquisa de campo se refere ao fato de que, com as temperaturas mais frias, há um esvaziamento do parque, assim como o anoitecer mais cedo, com o fim do horário de verão, parece afugentar do parque parcela expressiva dos usuários. No entanto, apesar dessa redução no número de usuários e formas de apropriação do parque com a mudança climática, característica de Curitiba, o mesmo ainda permanece apropriado, especialmente por aqueles que o utilizam para a realização de atividades físicas.

No período da noite dos dias mais frios, diferente dos dias mais quentes, não há uma infinidade de práticas no parque. Há apenas pessoas de bicicleta, caminhando ou correndo. [...] O parque está sendo apropriado, em geral, para a prática de atividade física. Há pouquíssimas famílias e pessoas “passeando” no parque. (DIÁRIO DE CAMPO, 28 de junho de 2016).

Ressalta-se que em ambos os períodos, manhã e entardecer, assim como nas mais diferentes condições climáticas, percebe-se a presença de muitos usuários utilizando equipamentos esportivos de marcas conhecidas, assim como vestindo roupas e tênis específicos para a prática de atividades físicas. Pode-se relacionar a essa característica o fato que, nestes horários, há a concentração de assessorias esportivas, *personal trainers*, empresas promovendo treinos funcionais, entre outros.

Em relação à grande utilização, para Jacobs (2000), a variedade de um parque pode ser importante para que este seja frequentado, pois um parque:

[...] que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia". E aí se estabelece um círculo vicioso. Mesmo que o vazio não seja atingido por várias espécies de praga, ele exerce pouca atração devido ao número restrito de frequentadores potenciais. Chega a entediá-los terrivelmente, porque a agonia é enfadonha. Nas cidades, a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida. "E este é um princípio crucial não apenas para o desempenho social das cidades, mas também para seu desempenho econômico. (JACOBS, 2000, p.110).

Assim, para a autora, quanto mais um lugar for apropriado, mais ele tende a permanecer apropriado. Este pode ser um dos fatores que proporcionam a grande frequência de pessoas no Parque Barigui. O fato de ser o parque mais visitado da cidade provavelmente atrai ainda mais frequentadores, que o utilizam para as mais diversas práticas, dentre as quais pode-se destacar as práticas corporais, visto que "nas cidades, a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem vida" (JACOBS, 2000, p. 108).

Outro aspecto que vale ser apresentado diz respeito aos locais em que os diferentes grupos apropriam o parque: aqueles que caminham, correm, andam de patins ou bicicleta, em geral, utilizam as pistas de caminhada, corrida e bicicleta; alguns espaços livres, como os gramados do parque, são utilizados como ponto de encontro das mais variadas práticas corporais. Ressalta-se, nesse sentido, que os locais com maior concentração de pessoas são aqueles próximos aos principais estacionamentos e/ou pontos com alguma infraestrutura, tais como banheiros, sombras e restaurantes. Um trecho do diário de campo evidencia essa relação:

Há alguns pontos de concentração no parque, e, em geral, os mesmos são próximos a estacionamentos:

- Academia da Terceira Idade – Bistrô/Casa Amarela
- Academia da Terceira Idade – BR-277
- Banheiros público e privado
- Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Curitiba
- Praça da Mamães
- Restaurante e lanchonete do lago

Neles é possível identificar que há sempre uma concentração maior de pessoas, em comparação com outros pontos do parque. Assim como são utilizados como ponto de encontro, visto que observa-se constantemente pessoas aguardando outras chegarem. (DIÁRIO DE CAMPO, 02 de fevereiro de 2016).

Há mais um ponto que chama atenção: as diferentes formas de apropriação de um mesmo espaço e/ou equipamento. É algo comum ver vários grupos utilizando o mesmo gramado com diferentes objetivos. A região no entorno do Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Curitiba exemplifica essa complexidade de usos:

No gramado, próximo ao Salão de Atos e ponte de madeira, há uma confluência de diversas formas de apropriação do espaço: duas escolinhas de futebol, treino feminino de Rugby, as assessorias esportivas [...] e [...], um grupo fazendo alongamento, e um pouco mais afastado algumas pessoas com aviões de aeromodelismo. Entre essas atividades, observa-se o pai dos alunos das crianças participantes das escolinhas de futebol, sentadas sob a sombra de algumas árvores observando seus filhos. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de março de 2016).

Outro trecho do diário de campo exemplifica essa diversidade de formas de apropriação do parque:

Nas canchas de areia há quatro formas diferentes de apropriação do espaço: usuários brincando com uma bola de vôlei; outros treinando futevôlei; alguns tendo aulas de beach tennis; e a assessoria esportiva [...] (que chegou por volta das 18h30). (DIÁRIO DE CAMPO, 09 de março de 2016).

Essas diferentes formas de apropriação de um mesmo espaço que ocorrem no parque, conforme Jacobs (2000), são necessárias para que um espaço possua uma diversidade de pessoas circulando por ele. Nesse sentido, a autora coloca que essa diversidade de apropriação do espaço está relacionada aos usos principais e combinados que existem na cidade: os usos principais funcionam como âncoras, atraindo as pessoas para determinados locais da

cidade; enquanto os usos derivados são resultados da dinâmica social que está atrelada a esses espaços arquitetônicos. É essa dinâmica, essa combinação de usos, que dá vida aos lugares.

Durante os finais de semana, especialmente aos domingos, o parque torna-se um grande espaço de diversidade. Nele é possível observar homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, realizando as mais diferentes práticas.

No sábado o parque é permeado por diversas formas de apropriação, muito além apenas das diversas práticas de atividade física, também presente e principal característica do espaço durante a semana. É possível observar pessoas andando, correndo, andando de patins, skate e bicicleta, praticando *slackline* ou yoga, jogando *beach tennis*, lendo, brincando com aviões de aeromodelismo, andando e brincando com cachorros, namorando, crianças brincando... (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de março de 2016).

Assis (2014) e Oliveira (2009) corroboram com essa discussão ao colocar que nos dias de semana os usuários buscam, prioritariamente, praticar atividades físicas (principalmente caminhar, correr e andar de bicicleta). Nos finais de semana, ressalta-se a existência da espontaneidade e liberdade nas escolhas e criação de novas formas de brincar, jogar, andar, correr, ou desenvolver outras práticas corporais. Caminhando em paralelo à essas percepções, a apropriação do parque nos finais de semana, especialmente à partir da metade da manhã, caracteriza-se pela presença de famílias, diferente dos dias ao longo da semana (de segunda-feira à sexta-feira). Nesse sentido, as colocações de DaMatta (1997, p. 33) auxiliam a compreender essa modificação: “Sábados e domingos são tempos muito mais internos, da casa e da família, ao passo que os “dias comuns da semana” são vividos como tempos externos, marcados pelo trabalho [...]”

Diversas formas de apropriação do parque, distantes da realização de atividades físicas, predominantes aos finais de semana, podem ser colocadas como um momento que permite aos usuários experiências mais sensíveis e menos marcadas pela produtividade. A utilização de tais práticas pode compreendida pelos usuários como um estímulo para a vida cotidiana, como "oxigenação" à rotina do trabalho, de forma a contemplar a natureza, ouvir os pássaros, ver o pôr-do-sol e entrar em sintonia com o corpo. O Plano de Manejo

do Parque Natural Municipal Barigui (2007), na mesma linha de pensamento, identificou a natureza e paisagem, além da prática de esportes, como os fatores mais relevantes para a apropriação do parque (24,00% e 9,40%, respectivamente). Também foram citados a tranquilidade e andar de bicicleta, skate ou patins (4,50% e 4,33%, respectivamente).

Nesse contexto, pode-se avaliar a importância das diferentes estratégias de apropriação para a vida dos espaços públicos, no sentido de que é a partir destas experiências que estes adquirem vida e significado. Recuperando a citação de Jacobs (2000, p. 97), ao colocar que “as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso”, é possível avaliar a dimensão da relevância das diferentes atividades realizadas no parque.

Em relação a esta compreensão do parque, assim como sua grande utilização, para Jacobs (2000), a variedade de um parque pode ser importante para que este seja frequentado:

Um parque de bairro genérico, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia”. E aí se estabelece um círculo vicioso. Mesmo que o vazio não seja atingido por várias espécies de praga, ele exerce pouca atração devido ao número restrito de frequentadores potenciais. Chega a entediá-los terrivelmente, porque a agonia é enfadonha. Nas cidades, a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida. E este é um princípio crucial não apenas para o desempenho social das cidades, mas também para seu desempenho econômico. (JACOBS, 2000, p.110).

Jane Jacobs (2000) assume uma interpretação de “vitalidade” voltada para a interação social, a diversidade de usos e a “qualidade vibrante dos lugares”. Dessa forma, incentivar a diversidade de usos seria a melhor maneira de combater a “grande praga da monotonia” (resultado do planejamento setorizado e monofuncional), promovendo segurança, atratividade e interação entre as pessoas. No entanto, a autora argumenta que não basta um parque existir para garantir vitalidade para si mesmo e para o entorno:

Espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere. (JACOBS, 2001, p. 104).

Algumas características dos parques, segundo a autora, podem fazer com que os mesmos sejam potenciais lugares de vida urbana coletiva: a complexidade, a centralidade, a insolação e a delimitação espacial.

No que se refere à complexidade, elemento mais abordado pela autora, diz respeito à diversidade de motivos que as pessoas possuem para frequentar os parques. Está relacionada a esse aspecto a complexidade visual, ou seja, diferenças sutis na paisagem, que são acentuadas pelas diferentes formas de apropriação do espaço. “Os parques bem-sucedidos sempre parecem mais complexos quando estão em uso do que quando estão vazios” (JACOBS, 2000, p. 113). Dessa forma,

Se o espaço puder ser apreendido num relance, como um bom cartaz, e se cada um de seus segmentos for igual aos outros e transmitir a mesma sensação em todos os lugares, o parque será pouco estimulante para usos e estados de espírito diversificados. Nem haverá motivo para frequentá-lo várias vezes. (JACOBS, 2000, p. 113).

A centralidade, para Jacobs (2000), é um elemento mais importante que a complexidade. Aqueles considerados como bons parques, possuem um local reconhecido por todos como um centro, de forma que os centros mais agradáveis servem de palco para as pessoas.

Da mesma forma, o sol faz parte do cenário para as pessoas, um outro aspecto apontado pela autora.

Por fim, a existência de construções em volta de um parque delimita uma forma definida de espaço, de modo que ele se destaca como elemento importante do cenário. Os frequentadores dos parques, para a autora, não procuram um cenário feito para os edifícios, mas um cenário feito para eles mesmos.

Pode-se relacionar o Parque Barigui a essa discussão, visto que o mesmo caracteriza-se pela existência de diferentes paisagens, espaços e equipamentos, com locais expostos ao sol, ou sombreados pelas diversas árvores existentes. Assim como é permeado por diferentes formas de apropriação de seus usuários, que são livres para utilizar os diferentes locais, de inúmeras formas. Apesar da existência de espaços específicos para a prática da peteca, por exemplo, o local é utilizado por outras diferentes maneiras. E como

já demonstrado anteriormente, apresenta alguns pontos de concentração, tais como o Bistrô e o Salão de Atos.

Nesse sentido, Jacobs (2000) destaca que os parques necessitam de pessoas que possuam propósitos diferentes, ou então serão usados apenas esporadicamente. O Parque Barigui relaciona-se a essa discussão ao ponto que possui inúmeras formas de apropriação ao longo do dia, nos seus diversos espaços e equipamentos, com públicos diferentes, como já apresentado anteriormente.

Com base nas afirmações de Jacobs (2000), é possível perceber a relação entre as diferentes práticas existentes no Parque Barigui e a apropriação do mesmo. O “lado” que apresenta uma maior diversidade de práticas e equipamentos, e com mais pessoas circulando, é mais utilizado em relação àquele permeado por bosques. Nesse contexto, pode-se avaliar a importância das diferentes estratégias de apropriação para a vida dos espaços públicos, no sentido de que é a partir destas experiências que estes adquirem vida e significado. Recuperando a citação de Jacobs (2000, p. 97), ao colocar que “as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso”, é possível avaliar a dimensão da relevância das diferentes atividades realizadas no parque. Os diferentes espaços do parque, então, são (re)significados a todo momento por seus usuários.

As inúmeras formas de apropriação do Parque Barigui, no âmbito da discussão delineada por Jacobs (2000), deixam clara a importância dos diversos usos de um espaço para sua vitalidade. Essa combinação de usos, para a autora, é um dos pontos que corroboram para a popularidade e, conseqüentemente, para um outro aspecto que muito tem sido debatido na atualidade, a segurança do espaço. Tal afirmação sustenta-se no fato de que a variedade de pessoas que circulam nos espaços públicos em horários diferentes contribui tanto para a diversidade de usos e usuários dos parques, praças e ruas, quanto para a sua segurança, visto que possibilitam constante movimentação, constituindo-se em espaços singulares dos bairros e trunfo econômico para a vizinhança.

Apesar das mais diferentes formas de apropriação do Parque Barigui apresentadas, essas, em geral, ocorrem na “volta maior do parque”. A região próxima à Academia Judith Passos (um dos equipamentos públicos presentes

no parque) possui características distintas do restante do parque, tanto em relação às formas de apropriação, quanto em relação aos espaços e equipamentos construídos.

As pistas de caminhada, corrida e bicicleta são cercadas por bosques, há algumas churrasqueiras, um parquinho e algumas quadras. Diferente da “volta maior do parque”, a qual se pode acessar facilmente qualquer ponto de automóvel, assim como é cercado por residências e há uma grande visibilidade entre os usuários, este local apresenta uma característica diferente, com acesso apenas a pé ou de bicicleta em determinados locais, cercado por mata nativa em quase sua totalidade.

As discussões de Jacobs (2000) auxiliam para compreender a dinâmica do parque, ao afirmar que nas cidades, animação gera animação, e apatia e monotonia repelem a vida. E já um lugar desapropriado, tende a permanecer desapropriado, a não ser que existam forças que alterem essa realidade. Ainda nessa mesma linha de pensamento, a autora afirma que a presença dos sujeitos nos espaços da cidade estimula o movimento, visto que os indivíduos têm o prazer de presenciar esse fluxo contínuo.

Em relação às formas de apropriação, é possível observar comumente alguns grupos realizando atividades nos locais “mais abertos”, com maior insolação, como nas quadras de areia (aulas de *beach tennis*) e na região em frente à Academia Judith Passos (assessorias esportivas). Apesar da presença desses grupos em alguns dias da semana, este trecho do parque apresenta, em geral, uma utilização bem menor, e com menos diversidade que o “outro lado”. Especialmente no período da noite, são raras as pessoas se apropriando deste “lado do parque”, e quando o fazem, estão correndo ou andando de bicicleta. Essa desapropriação foi descrita no diário de campo durante as observações:

Muitos carros estacionados próximos à chaminé, mas há poucas pessoas utilizando essa região do parque em relação ao número de veículos, provavelmente por conta da Academia Judith Passos. [...] A região próxima à chaminé encontra-se totalmente esvaziada de corredores e/ou caminhantes. O único movimento se dá por conta dos carros dos alunos da Academia Judith Passos. (DIÁRIO DE CAMPO, 18 de abril de 2016).

Essa diferença em relação à apropriação dos “dois lados do parque” pode estar associada aos elementos que corroboram para a sua vitalidade. Enquanto

há pouca diversidade de usos em um dos trechos do parque, a “volta maior do parque” apresenta uma característica oposta. Algumas colocações apontadas nas entrevistas explicitam essa diferença de utilização entre os “dois lados” do parque:

Tem alguns lugares mais ermos, que nem nessa ponta da cá lá no final, se você não tem ninguém andando por ali, e eu estou meio sozinha, eu fico com receio. Às vezes tem pessoas meio escondidas, eu fico com receio de vir. Se é muito cedinho, ou espero alguém chegar, ou eu fico correndo aqui só em volta, pertinho de medo mesmo. (Liliane, 55 anos, Aposentada, aluna de assessoria esportiva).¹²⁰

A volta maior é mais segura porque é mais iluminada, e tem mais segurança. A parte que é menor, depois da Cândido Hartmann, ela é mais escura, e de noite, eu particularmente, não frequento ela. Já teve até alguma situação que veio na mídia, de caso de tentativa de estupro. (Gisele, 28 anos, Enfermeira, aluna de assessoria esportiva).¹²¹

Acho que para o outro lado da Cândido Hartmann é perigoso, que é mais escuro e não é tão movimentado. O pessoal que vem só passear no parque não vai para lá. Então eu acho lá bem perigoso, um lugar que eu não costumo ir tanto. (Ana Paula, 23 anos, Engenheira Civil, aluna de assessoria esportiva).¹²²

[...] a gente vem treinar 6h da manhã está de noite, naquela parte de baixo do parque a gente não vai até amanhecer. E a gente sabe de tudo que tem acontecido no Parque Barigui, muito assalto, até morte, acharam um corpo aqui. Então a gente fica meio assim... (Rafaela, 26 anos, Nutricionista, aluna de assessoria esportiva).¹²³

Eu nunca me senti inseguro, mas eu sei que, por talvez eu nunca ter tido a infelicidade de passar por uma situação ruim, mas a gente sabe que essa parte do lado direito da Cândido Hartmann para quem está vindo do centro para o bairro, ou seja, atrás do Museu do Automóvel, esse laço de 2km aqui, principalmente nos horários que não tem iluminação natural, eu já ouvi casos de problemas. A gente sabe que teve esses dias um sequestro, tem algumas situações que falham na segurança. Eu não sei se já vi algum policial para esse lado aqui, acho que nunca vi, não me lembro de ter visto. Justamente nesses horários de ponta que a gente vem, porque ou eu venho no início do dia ou no final do dia, e acho que é bem carente de segurança pública. (Edson, 51 anos, Empresário, aluno de assessoria esportiva).¹²⁴

O esvaziamento de um dos trechos do parque pode estar relacionado à ausência dos “olhos vigilantes”, colocado por Jacobs (2000), como sendo mais eficazes que a iluminação pública. As presenças de assessorias esportivas

¹²⁰ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹²¹ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

¹²² Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

¹²³ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹²⁴ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

implantadas em diversos trechos do parque auxiliam a criar uma sensação de segurança nos locais em que estão localizadas, visto que aumentam o fluxo de pessoas. O trecho da fala de um entrevistado e do diário de campo exemplificam como a presença dessas empresas interfere positivamente nesse sentido no parque, em especial no período da noite e nos trechos em que há maior concentração delas:

[...] as assessorias como a gente tem várias, mais de 10-15 instaladas em algumas regiões do parque, eu vejo que isso é muito bom, porque você vê fluxo de pessoas fazendo o parque como local para exercício físico, então inibe a ação de bandidos e vândalos dentro do parque. (Carlos, 32 anos, Bancário, aluno de assessoria esportiva).¹²⁵

[...] observa-se que o parque é mais utilizado onde há a presença de assessorias esportivas e pontos de confluência, de forma que os corredores não utilizam toda a extensão do parque. É possível perceber que muitos corredores vêm e vão em um curto espaço de tempo, de forma a percorrer apenas um trecho do parque. Este trecho, em geral, vai da “pracinha das mamães” até o Pavilhão de Exposições. (DIÁRIO DE CAMPO, 14 de abril de 2016).

Dessa forma, quando os espaços públicos não possuem olhos, ou seja, não são apropriados, tornam-se inseguros, permeados por práticas ilícitas, tais como as citadas nas entrevistas (assaltos e estupros, por exemplo). Esses “olhos” só são possíveis com a diversidade de usos:

Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários do dia-a-dia nas ruas, mais a população conseguirá animar e sustentar com sucesso e naturalidade (e também economicamente) os parques bem localizados, que assim poderão dar em troca à vizinhança prazer e alegria, em vez da sensação de vazio. (JACOBS, 2000, p.121).

Pode-se afirmar, então, que a multiplicidade de usos de determinados trechos do parque, nos mais variados locais e horários, corroboram para que o parque mantenha-se apropriado, vivo, visto que o uso, a animação, atrai a vida. Os inúmeros espaços e equipamentos presentes no parque corroboram também para essa vitalidade, a arquitetura dos espaços pode gerar a diversidade de usos. Essas inúmeras formas de apropriação do Parque Barigui, dotam a ele de sentido e significado, enquanto lugar de vivência e experiência das pessoas. Dentre essas diversas maneiras de apropriação, pode-se destacar a prática da

¹²⁵ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

corrida, orientada pelas assessorias esportivas, enquanto uma das práticas mais marcantes do parque.

4.2 Assessorias esportivas e a prática da corrida de rua: uma estratégia de apropriação do Parque Barigui

Compreendendo a cidade como forma e concretização do meio social e constituída por relações socioespaciais que a transformam e a reproduzem, serão analisadas as práticas das assessorias esportivas, em especial, no Parque Barigui. Nesse sentido, o crescimento da prática de corrida de rua está intrinsecamente relacionado ao surgimento e fortalecimento das assessorias esportivas em Curitiba, principalmente aquelas presentes no Parque Barigui. A prática de corrida é um dos elementos que formam a paisagem do Parque.

A descrição realizada por Lima sobre as assessorias esportivas e seus alunos contextualiza essa nova prática:

Nas assessorias esportivas, ou grupos de corrida, como também são chamadas, os corredores iniciantes convivem com corredores mais experientes, ou “iniciados”, mas que estão longe de ser profissionais do esporte. O caráter amador está na essência da nova atividade. Os participantes dos grupos de corrida reconhecem suas limitações físicas e não possuem qualquer ambição de se tornar atletas profissionais, que vivem do e para o esporte. Não alimentam qualquer frustração por não ter vencido determinada corrida simplesmente porque têm total consciência de que não a vencerão. O objetivo para com a corrida é, basicamente, praticar o esporte e superar desafios pessoais. Ainda que não necessariamente, a participação em provas pode ser uma consequência desse objetivo. (LIMA, 2007, p. 1).

Pode-se compreender a corrida como um fenômeno sociocultural, inserida no âmbito da sociedade contemporânea. Ressalta-se ainda que a corrida pode ser entendida como uma forma de expressão da sociedade atual, marcada pela diversidade de valores e hábitos, visto que para correr em grupo, ou seja, com o acompanhamento das assessorias esportivas, é necessário:

[...] aprender algumas regras, rotinas e hábitos, fazer as coisas de um determinado jeito. Alongar-se antes e depois de correr, medir a frequência cardíaca e informá-la ao treinador, alimentar-se corretamente antes e depois dos treinos e provas etc. (LIMA, 2007, p. 16).

A prática da corrida, então, é perpassada pelos valores da sociedade atual, da mesma forma que o espaço e o lazer. Nesse sentido, Segalen (2002), coloca que a corrida de rua surgiu no final dos anos 1960, a partir de uma “influência ecológica que ressalta a alegria das corridas através dos bosques, mas é na cidade que ela se expande” (SEGALEN, 2002, p. 84). A autora ainda complementa que há uma divisão entre motivações racionais e emocionais para a opção pela prática da corrida: há, de um lado, a desnecessidade de infraestrutura para a prática, e o fato da corrida ser um excelente remédio natural para o sedentarismo imposto pela modernidade; de outro, aponta a necessidade fisiológica, a participação na vida urbana, assim como a afirmação pessoal que representa essa escolha. Nas palavras da autora:

A essas motivações, adiciona-se atualmente o espetáculo das corridas, que ano após ano atraem participantes. A televisão se deu conta disso e transmite as corridas (parcialmente, é verdade), a propaganda se multiplica nos cartazes dos trens do metrô, as camisetas comemorativas das corridas mostram a proliferação de provas organizadas pelas cidades, empresas, grupos de amigos, etc. Não corremos apenas para nós, para estar em forma, mas também para participar destas manifestações que são expressões da modernidade urbana. (SEGALEN, 1994, p. 84)¹²⁶.

As assessorias esportivas, enquanto empresas diretamente associadas à prática da corrida, podem ser compreendidas, atualmente, como constituintes de um novo fenômeno nos parques e praças de Curitiba, as quais buscam dar suporte ao treinamento físico, especialmente de corredores. A prática da corrida, especialmente no Parque Barigui, apresenta-se como uma das principais formas de apropriação durante a semana e sábados pela manhã.

O parque se transformou em um ícone da prática da corrida no município, visto o número de corredores observados durante a pesquisa de campo, assim como pelo grande número de assessorias esportivas que atuam no mesmo. Esse aspecto é enfatizado na fala de alguns alunos e profissionais das assessorias esportivas:

O Barigui é um ponto, vamos dizer assim, estratégico das assessorias, então praticamente, não sei dizer para você se todas as assessorias,

¹²⁶ Citado e transcrito por Lima (2007, p. 27-28).

mas grande parte das assessorias esportivas aqui de Curitiba tem um ponto aqui no Parque. Então eles oferecem o serviço para você, e o ponto aqui em si é bastante cômodo, tem para todos os gostos, eu diria que é uma vitrine, o Parque Barigui é uma vitrine para as assessorias. (Ivete, 53 anos, Professora Universitária, aluna de assessoria esportiva).¹²⁷

O parque de referência na cidade é esse, é o parque mais cheio de todos. Então eu acho que é o ponto inicial de quase todas assessorias, depois algumas vão migrando, buscando alguns parques onde não tem ninguém dando treino ainda, vai buscando também outros pontos de referência. Mas o ponto principal, a maioria começa aqui. (Assessoria Esportiva I).¹²⁸

As considerações de Maffesoli (2004) acerca da consolidação de “altares” na cidade contemporânea, auxiliam a compreender essa característica de utilização do parque, visto que a metrópole é constituída por uma sucessão de espaços de agregação, onde se vai em busca de observação e participação.

[...] a megalópole é constituída por uma série de “altares”, no sentido religioso do termo, nos quais são celebrados diversos cultos de forte componente estético-ético. São os cultos do corpo, do sexo, da imagem, da amizade, da comida, do esporte, etc. Nesse aspecto, a lista é infinita. O denominador comum é o lugar onde se realiza esse culto. Com isso, o lugar faz o elo. (MAFFESOLI, 2004, p.57, grifos do autor).

Apesar do grande número de assessorias presentes no parque, auxiliando o mesmo a ser visto na cidade como o principal espaço público para a realização de práticas corporais e atividades físicas, o surgimento dessas empresas no município, e sua maneira de utilização dos espaços públicos, se comparado ao tempo de instalação dos parques e principais praças da cidade, é relativamente novo. Enquanto a implantação dos principais espaços públicos data das décadas de 1970, 1980 e início de 1990, a Associação das Assessorias e Técnicos de Corrida de Curitiba (AATCC) foi fundada em 2008.

No que se refere ao início das atividades das assessorias esportivas no Parque Barigui, com base nas entrevistas realizadas no percurso da pesquisa, pode-se afirmar que a partir do ano de 2003 já haviam empresas prestando esse tipo de serviço no parque. Apesar do Parque Barigui ter sido foco de algumas teses e dissertações nesse período, somente a pesquisa desenvolvida por Assis

¹²⁷ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹²⁸ Entrevista concedida à autora em 12 de março de 2016.

identificou a presença das assessorias esportivas no parque, ao contrário de trabalhos desenvolvidos anteriormente sobre o espaço em questão¹²⁹:

Nos trabalhos de Rechia (2003) e Oliveira (2009), esse fenômeno não foi observado. No entanto, nas observações realizadas em outubro e novembro de 2013, esse fenômeno é recorrente em vários horários, principalmente no início da manhã [...]. (ASSIS, 2014, p. 47).

Um trecho da entrevista realizada com um Gestor Público da SMMA, apresenta, de forma clara, como esse tipo de serviço no Parque Barigui tem aumentado ao longo dos anos:

Que eu lembre, nós tínhamos no primeiro levantamento que foi feito das assessorias esportivas, de 2003 para 2004, eram de 7 a 8. O segundo levantamento que foi feito, se eu não me engano, de 2007 para 2008, já eram quase 15. E hoje o levantamento que nós fizemos aí tem mais de 27. Foi levantado 27 mas tem mais algumas que nós não conseguimos chegar na pessoa. Vestido com o colete, você vai conversando e o pessoal vai sumindo, vão recolhendo coisa para o carro, pensam “ih, vai dar em multa”, e no fim não é, a gente só está conversando com a turma, fazendo um levantamento. Então 3 ou quatro fugiram e não deu tempo, mas nós sabemos que tem mais 3 ou 4 além desses 27 que nós levantamos. (Gestor Público SMMA).¹³⁰

No ano de 2016¹³¹ foram contabilizadas 40 assessorias atuando nos espaços públicos de Curitiba, enquanto em 2017, já são 49, segundo a AATCC¹³². Nesse contexto, o Parque Barigui se destaca, como já apresentado anteriormente, pelo grande número de empresas que o utilizam para prestar esse tipo de serviço. No momento de realização da pesquisa foram contabilizadas 30 assessorias esportivas atuando no parque, especialmente nos períodos do início da manhã, e entre o final da tarde e início da noite.

No que se refere à distribuição destas no espaço do parque, a grande maioria está localizada em volta do lago, assim como procuram estar perto de equipamentos disponíveis no parque, tais como estacionamento, aparelhos de

¹²⁹ Rechia (2003), França (2007) e Oliveira (2009).

¹³⁰ Entrevista concedida à autora em 11 de janeiro de 2016.

¹³¹ Vale lembrar que a pesquisa de campo foi realizada no decorrer do ano de 2016, especialmente entre os meses de janeiro a julho. Neste período, não havia nenhuma informação institucional sobre as assessorias esportivas atuando no município.

¹³² Ressalta-se que, no momento da realização da pesquisa de campo, academias que ofereciam atividades como assessorias esportivas, não eram consideradas assessorias esportivas pela AATCC e demais assessorias presentes no parque. Na última contabilização, realizada em 2017, diversas academias já estavam credenciadas na AATCC.

alongamento e banheiros. Estas, então, estão posicionadas nos locais onde há maior concentração de pessoas no parque, como já apresentado anteriormente. Algumas ainda utilizam pontos diferentes conforme os dias da semana, horários e estações do ano. Alguns trechos das entrevistas realizadas com os responsáveis das assessorias esportivas demonstram alguns aspectos que motivam a localização das mesmas, tais como proximidade com banheiros e estacionamentos:

A gente teve bastante cuidado para escolher o espaço, pensando primeiramente e estacionamento. Então, o lado de lá já tinha muitas assessorias, e a gente queria sair um pouco daquilo, um espaço de grama grande para a gente fazer nossas atividades de alongamento e aquecimento, que tivesse banheiro perto, e estacionamento perto. Então a gente está do lado do banheiro, de frente para o estacionamento, em uma parte do Parque Barigui que não alaga, independentemente da quantidade de chuva esse ponto nunca alaga. (Assessoria Esportiva I).¹³³

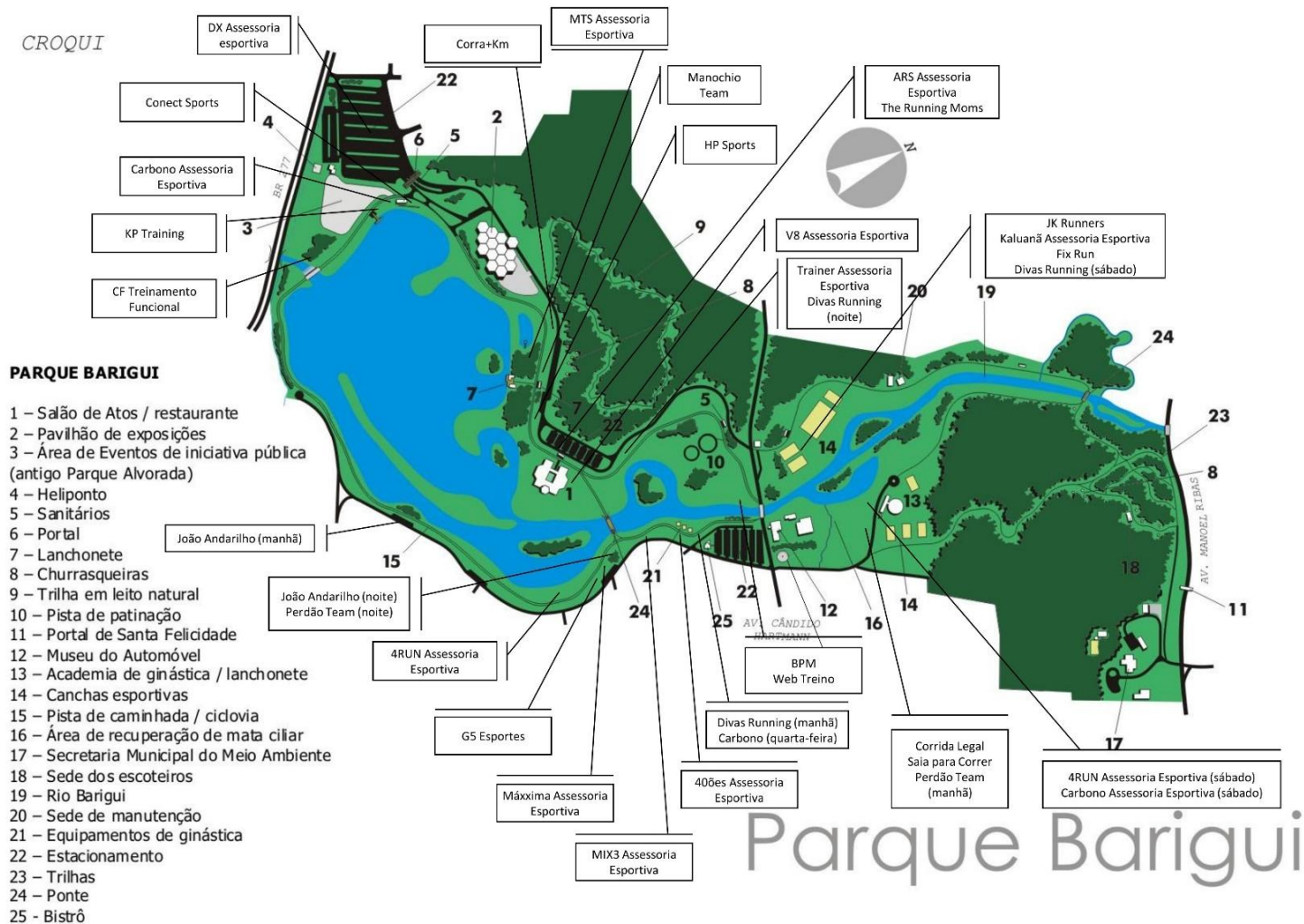
Nas terças e quintas a gente sempre esteve aqui no mesmo lugar, terça e quinta à noite. Porque a gente optou por aqui? 1º: porque é o lugar mais tranquilo, que não tem aquela muvuca de assessorias, porque se a gente for para o outro lado do parque, que é a Casa Amarela, lá se concentram o maior número de assessorias. Lá deve ter, chutando, umas 8 assessorias. Para esse lado aqui é só eu e mais o meu colega do lado ali. Então aqui o que a gente pode observar: tem banheiro de fácil acesso, tem o estacionamento que é fácil também. [...] No sábado, que é uma concorrência gigantesca aqui, desde corredores, caminhantes, ciclistas e pessoas que estão vindo passear, turistas e tal, e também assessorias, a gente escolheu a chaminé. Porque a chaminé era também um lugar que não tinha ninguém. Lá também tem banheiro de fácil acesso, tem estacionamento de fácil acesso. (Assessoria Esportiva G).¹³⁴

A figura abaixo, desenvolvida a partir da pesquisa de campo, demonstra essa distribuição no espaço do parque.

¹³³ Entrevista concedida à autora em 12 de março de 2016.

¹³⁴ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

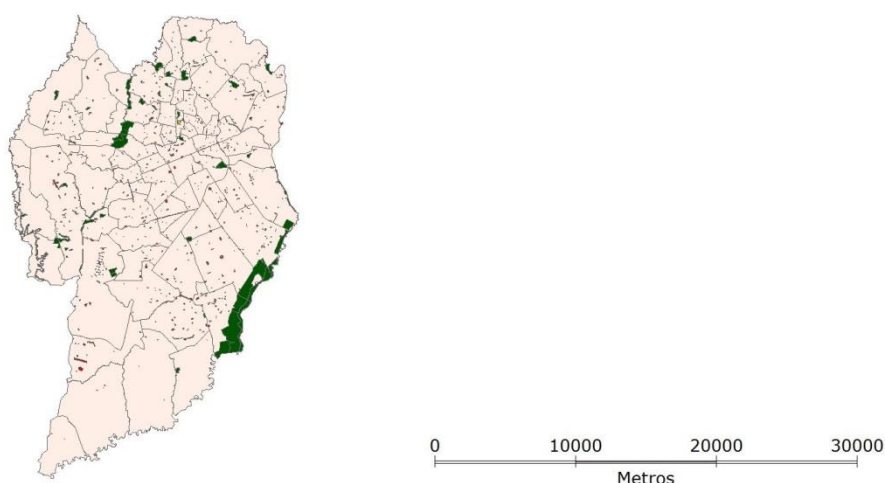
FIGURA 4.9 - Mapeamento das assessorias esportivas atuantes no Parque Barigui



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (2017); PESQUISA DE CAMPO (2016).

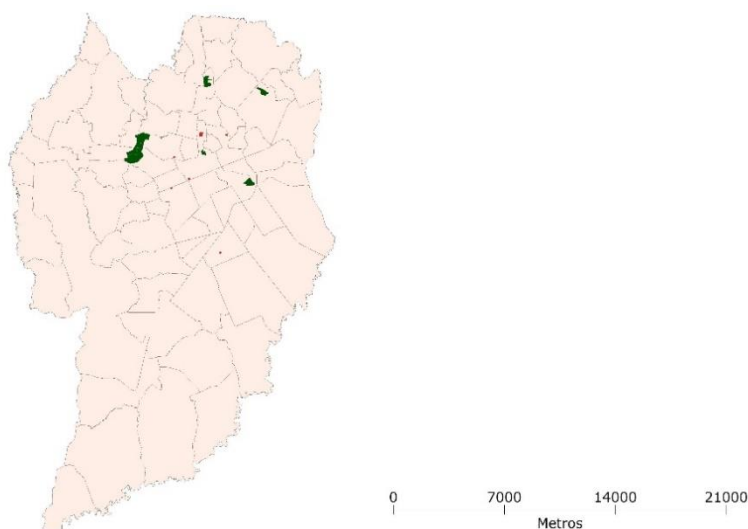
Outro aspecto interessante em relação a essas empresas refere-se à disposição dentro do município, visto que as mesmas prestam seus serviços essencialmente em espaços públicos na região norte, conforme pode ser observado pela comparação nos dois mapas abaixo: o primeiro apresenta apenas a localização dos bosques, parques e praças de Curitiba, já o segundo identifica apenas em quais desses espaços do município há atuação de assessorias esportivas.

FIGURA 4.10 – Localização dos parques, praças e bosques de Curitiba/PR



Fonte dos dados brutos: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/CURITIBA EM DADOS (2012).

FIGURA 4.11 – Espaços públicos de Curitiba/PR que possuem a atuação de assessorias esportivas em 2016



Fonte dos dados brutos: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/CURITIBA EM DADOS (2012); PESQUISA DE CAMPO (2016).

Ao discutir as assessorias esportivas em Curitiba, não se pode deixar de apresentar alguns aspectos em relação à AATCC, associação que normatiza e regulamenta essas empresas. Nesse sentido, a fundação da AATCC, datada de 11 de julho de 2008, pode ser colocada como um marco temporal, tendo em vista a demanda que já havia no período. A associação tem como finalidade principal “organizar a ocupação e a atuação dos associados nas corridas de rua, áreas públicas, definindo normas que garantam a preservação ambiental e a limpeza de praças, parques e ruas na cidade de Curitiba e região” (AATCC, 2017, s/p.). A mesma busca organizar, orientar e colaborar com os técnicos, grupos, academias e assessorias de corrida na parte legal, tanto na abertura da empresa como também na parte técnica, como locais de montagem de estrutura em eventos, descontos em competições, cursos e outros.

O Presidente da AATCC ao ser questionado durante a entrevista sobre a criação da associação, afirmou que a mesma surgiu a partir da demanda de organização dessas empresas nas corridas de rua de Curitiba. Justifica que a preocupação no momento da criação da AATCC se dava pela forma que as assessorias esportivas e técnicos de corrida de rua ocupavam os espaços destinados à tenda dentro das provas.

[...] vou te dar o exemplo exato de quando foi definido mais ou menos a criação da ATCC: prova da Unimed, que era uma prova já conhecida, uma das primeiras que continua até hoje [...] E o que eu fazia? Antes das provas, eu ligava para eles e perguntava: “estou indo para a prova, com estrutura, mas eu quero montar, onde eu posso montar minha tenda?” [...] E aí eu chegava lá, 3h30 / 4h da manhã, sempre fui muito de madrugada, eu tinha tudo pronto 2h antes da largada, e antigamente não se chegava tão cedo nas provas, hoje que todo mundo chega antes porque lota e não tem como chegar. E aí as outras assessorias faziam o que, chegavam logo depois de mim e montavam do lado de onde eu estava. E aí começou, só que daí uma começou a montar do outro lado da rua, a outra começou a achar que era melhor montar não sei aonde, e eu comecei a ficar incomodado com aquilo [...] a gente conversou [...] algumas pessoas que já estavam no mercado há algum tempo, daí resolveu-se montar. Eu lembro que teve um momento de estresse maior, que foi nessa Unimed que eu te falei. Não dava para eu virar, por mais as pessoas me conhecessem, eu não podia chegar e sair dando ordem para as outras pessoas. Então a gente definiu, vamos montar a ATCC, e dali criou-se a ATCC, e acabei sendo o presidente porque já estava ali junto com todo mundo, e não me preocupo em me incomodar, então a gente tocou a ATCC e começou a ter esse controle maior, e hoje 99% dos grupos, assessorias ou academias estão afiliadas à ATCC. (Presidente AATCC).¹³⁵

Em uma das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, alguns responsáveis pelas assessorias esportivas descrevem o processo de criação da AATCC. Ressalta-se que estes, diferentemente do presidente da associação, relacionam a criação desta à utilização do parque pelas assessorias esportivas:

Começou a surgir várias assessorias, e cada um levava o que queria para o parque. A Secretaria do Meio Ambiente da prefeitura nunca tomou uma postura com relação a isso. A gente, as assessorias antigas, e outras assessorias que se tornaram interessadas, resolvemos abrir uma associação para regulamentar isso. Porque se não daqui a pouco ia ter gente que só não ia montar uma parede de tijolo no parque, mas quase. Tiravam as coisas da academia e levava para o parque. Então a gente resolveu criar umas regras para a utilização do parque. (Assessoria Esportiva D).¹³⁶

Eu até fiz parte da primeira diretoria, do primeiro grupo, e isso já foi regulamentando, era denominado mais ou menos onde cada um estava. Daí solicitava que a pessoa ou assessoria entrasse na ATCC, pagasse taxa, aos poucos a ATCC foi trabalhando junto com a Prefeitura para deixar isso de uma maneira que mais tarde não fosse ter algum problema. Por enquanto está tranquilo, agora que as assessorias têm que se filiar ao CREF. Agora a minha também está oficializada, eu já pago o CREF desde o início, desde que surgiu, e agora a assessoria também vai ser cadastrada ao CREF. Então está esperando essa regulamentação aqui no parque, está para sair tudo isso. (Assessoria Esportiva H).¹³⁷

¹³⁵ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

¹³⁶ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹³⁷ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

Apesar da criação da associação estar relacionada, em um primeiro momento, à organização das tendas e empresas nas corridas de rua, as normas da AATCC caminham na mesma direção do discurso das assessorias esportivas, ao estabelecer regras de uso do espaço pelas assessorias, indo além de disciplinar a conduta das assessorias esportivas durante as corridas de rua, regulamentando que: cada assessoria deve manter limpo o local de uso, o espaço de utilização deverá ser delimitado quando houver outras assessorias no local, só terá direito a local fixo nos parques se a assessoria tiver frequência semanal em dias pré-estipulados.

Essa normatização da utilização do espaço público associa-se diretamente ao aumento das assessorias esportivas presentes nestes locais em Curitiba. Aspecto ressaltado nas entrevistas realizadas com profissionais das assessorias esportivas presentes no Parque Barigui, foi possível constatar que o número de corredores e corridas de rua tem aumentando consideravelmente nos últimos anos, e atrelado a esse processo, há o aumento de assessorias esportivas.

Em relação ao parque como um todo, com certeza muita gente está usando ele, há um aumento muito grande, não é raro a gente ver esse estacionamento lotado, e todos esses pontos de estacionamento não permitido também lotados. O uso do Parque Barigui pode-se dizer, com certeza, não sei os outros parques, mas aqui tornou-se o point do curitibano como maior parte. (Assessoria Esportiva B).¹³⁸

[...] nos últimos dois anos tem sido mais intensa a procura. Não precisa nem ver só o número de assessorias, precisa ver o número de eventos que está acontecendo em Curitiba. Antigamente tinha dificuldade em achar um evento para ir, agora caem 2-3 no mesmo final de semana, e está bem intenso isso. Se está tendo evento é porque está tendo procura. Se está tendo procura, as pessoas estão correndo. Se estão correndo, estão vindo para o parque. Bem mais intenso. (Assessoria Esportiva C).¹³⁹

Eu cansei de ir sábado à tarde no Parque Barigui e não ter quase ninguém usando o parque. Isso mais de quinze anos atrás. Depois que a gente começou com a assessoria eu percebi que o pessoal começou a usar mais, e as assessorias foram crescendo. Então sábado de manhã é um dia que tem muita gente correndo. Uns anos atrás não era assim. Todas as assessorias vão no parque dar treino de corrida no sábado de manhã, no Parque Barigui, até mesmo assessorias que não frequentam o Barigui no dia de semana, elas frequentam no sábado. (Assessoria Esportiva D).¹⁴⁰

¹³⁸ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

¹³⁹ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

¹⁴⁰ Entrevista concedida à autora em 01 de janeiro de 2016.

O número de praticantes de corrida é impressionante como cresceu, desde que estou na assessoria há 8 anos. É super visível que hoje em dia tem muito mais gente correndo que há 8 anos atrás. No parque eu não sei se isso interfere de alguma forma. Como tem mais gente correndo, tem mais gente no parque. (Assessoria Esportiva F).¹⁴¹

O aumento do número de usuários do parque, assim como de eventos relacionados a corridas, muitos deles associados à prática da corrida, demonstra a relevância que essa atividade está adquirindo na sociedade atual. A inserção da corrida na sociedade brasileira pode ser exemplificada pelo “Estudo sobre esportes no Brasil”, desenvolvido em 2011, pela Deloitte. O mesmo aponta a corrida como o segundo esporte mais praticado no país, abarcando 17% dos entrevistados, perdendo apenas para a prática do futebol.

Diante do grande número de assessorias esportivas presentes no parque, surgiu a inquietação ao longo da pesquisa sobre a opinião dos usuários do parque que não utilizam esse serviço. Em geral, assessorias são identificadas facilmente por esses usuários, em especial pelo agrupamento de pessoas, materiais organizados no chão e uniformes:

[...] percebo por ter alguém liderando a atividade, normalmente eles têm uniforme, percebo com aqueles cones no chão, percebo também quando vai alguém cronometrando o tempo e dizendo para a pessoa “olha, agora tem que fazer isso, agora já deu o tempo pode caminhar um pouco”, assim que eu percebo. (Paula, 31 anos, Advogada e Psicóloga, usuário do parque).¹⁴²

Eles colocam cones, eles colocam água em determinados pontos, há uma certa aglomeração de pessoas naquele lugar. (Eduardo, 39 anos, Professor, usuário do parque).¹⁴³

Tem um monte de material. Primeiro, a [...] tem um milhão de materiais, desde kettlebell, tapete de yoga eles jogam em tudo que é canto. E [...] também coloca aqueles conezinhas na pista, para fazer sprint, para fazer o treino das pessoas. E as pessoas com roupa, na [...] todo mundo tem camiseta, então aí você vê que está seguindo uma assessoria. (Thiago, 32 anos, Engenheiro, usuário do parque).¹⁴⁴

Nunca vi nome dessas empresas, só vejo os grupos com alguns pesinhos organizados, com o pessoal incentivando, você vê que é um professor incentivando um grupo de pessoas fazendo exercício. Mas seriam mais grupos que ficam ali na grama, fechados, focados, estão sempre em grupos, e alguém sempre incentivando. (Amauri, 29 anos, Engenheiro Mecânico, usuário do parque).¹⁴⁵

¹⁴¹ Entrevista concedida à autora em 02 de fevereiro de 2016.

¹⁴² Entrevista concedida à autora em 14 de outubro de 2016

¹⁴³ Entrevista concedida à autora em 12 de dezembro de 2016.

¹⁴⁴ Entrevista concedida à autora em 10 de novembro de 2016.

¹⁴⁵ Entrevista concedida à autora em 14 de outubro de 2016.

Estes usuários também foram questionados qual sua opinião sobre a presença das assessorias esportivas no parque, e, em geral, afirmam que esta é benéfica para o parque:

Aumentou bastante a utilização do parque por esses grupos, mas é muito bom, está sendo muito bom. Eu tenho visto ali no parque, tanto na ala grande, quanto na ala pequena, esses grupos incentivando as pessoas a correr, a caminhar, a fazer outras práticas de exercícios. Então é muito importante, é muito bom. Eu acho que isso só está favorecendo o parque, ao crescimento do parque, e a melhorar cada vez mais. (Sônia, 54 anos, Manicure, usuário do parque).¹⁴⁶

Acho que pode trazer mais gente, as assessorias deram uma organizada no negócio, no sentido das pessoas que vão até o parque. Trouxe mais gente por causa disso, “a gente está lá”. “Você quer praticar corrida, quer ter treino? Vai lá no parque e faz com a gente que a gente está lá”. Então trouxe mais gente, afastar pessoas acho que não, mas trazer com certeza trouxeram. (Thiago, 32 anos, Engenheiro, usuário do parque).¹⁴⁷

Eu acho bacana que eles venham aqui no parque fazer os exercícios deles, não me atrapalha, acho até bacana. (Haroldo, 55 anos, Engenheiro Civil, usuário do parque).¹⁴⁸

Eu acho que se interferir, interfere de uma forma positiva, porque eles fazem com que as pessoas pelo menos deem um início em atividade física, e os que estão em atividade física se aperfeiçoem. (Carlos, 61 anos, Administrador, usuário do parque).¹⁴⁹

Apesar do discurso positivo em relação à presença das assessorias esportivas apresentado pela maior parte dos usuários do parque, há muitos que questionam, principalmente, a utilização que estes fazem das pistas: “[...] dependendo da atividade, eles vão cada vez tomando mais o espaço, e ocupam a pista, e às vezes interfere negativamente sim” (Claudio, 63 anos, Designer¹⁵⁰). Esse conflito, devido a amplitude que apresenta no contexto do parque, será abordado de modo mais aprofundado no tópico a seguir.

No que se refere à concentração de pessoas como uma das maneiras dos usuários do parque identificarem a presença das assessorias esportivas, é possível estabelecer uma aproximação com as discussões sobre as “tribos contemporâneas” de Maffesoli (2004), ao colocar que é a experiência vivida, os

¹⁴⁶ Entrevista concedida à autora em 19 de setembro de 2016.

¹⁴⁷ Entrevista concedida à autora em 10 de novembro de 2016.

¹⁴⁸ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2016.

¹⁴⁹ Entrevista concedida à autora em 30 de novembro de 2016.

¹⁵⁰ Entrevista concedida à autora em 24 de novembro de 2016.

hábitos semelhantes, que formam as tribos contemporâneas, associações baseadas na ajuda mútua, sentimentos compartilhados e marcados pelo afeto. “Tribos religiosas, sexuais, culturais, esportivas, musicais: o número delas é infinito e sua estrutura é idêntica – ajuda mútua, compartilhamento dos sentimentos, ambiente afetoso” (MAFFESOLI, 2004, p. 22). O discurso apresentado por uma das assessorias esportivas demonstra esse processo de criação de um ambiente afetoso no interior das tribos que vão se formando:

Com a assessoria, a gente sempre está um pouco mais cedo, eles chegam e conversam um pouco. Agora que está calor o pessoal tem ficado bastante, depois dos treinos parece um churrasco, porque só falta carne e o resto, porque eles ficam aí conversando, gostam bastante de socializar. (Assessoria Esportiva C).¹⁵¹

O autor também aponta o vestuário como um fator de reconhecimento e elo entre os membros de um grupo, de uma tribo: “[...] é um meio de experimentar, de sentir em comum e é, também, um meio de reconhecer-se. [...] Os matizes da vestimenta, os cabelos multicoloridos e outras manifestações punk, servem de cimento” (MAFFESOLI, 1998, p. 108).

Nesse sentido, o cotidiano da observação no Parque Barigui mostrou a existência de grupos de atletas entre as assessorias e dentro das próprias assessorias, principalmente daquelas com maior número de alunos. O uso de vestuário específico das assessorias, estampando com destaque o nome das empresas, estando ou não no horário de atendimento das mesmas, mostra a importância conferida pelos alunos em pertencer àquelas assessorias, formando um grupo com identidade própria, uma “tribo”. Os pequenos grupos de alunos que se formam dentro das assessorias normalmente estão associados às características de ritmo e intensidade dos treinos. Os grupos agregam alunos com os mesmos desempenhos, conferindo maior identidade a cada grupo.

Essas tribos estão relacionadas, então, à constituição de lugares nas cidades, de pedaços, “pontos altos”, ou seja, espaços emblemáticos que se realizam as complexas teias de comunicação-união. Nas palavras Maffesoli (1996), tais lugares de sociabilidade:

¹⁵¹ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

Estão repletos de afetos e de emoções comuns, são consolidados pelo cimento cultural ou espiritual, em suma, são feitos por e para as tribos que aí escolheram domicílio. É, aliás, sua maior ou menor capacidade de exprimir (ser a expressão de) a ou as comunidades que o habitam que faz, de um espaço físico, um espaço vivido. (MAFFESOLI, 1996, p. 269).

Esses aspectos da sociabilidade, nos "pontos altos" das cidades, podem possibilitar a vivência de um lugar por meio da relação que as pessoas passam a estabelecer consigo mesmas, com o outro, com a natureza e com a cultura local.

As motivações para a prática da corrida, identificadas por Segalen (1994)¹⁵², e a relação com a transformação do espaço em lugar, são comprovadas pelo discurso apresentado pelos alunos das assessorias esportivas durante a pesquisa de campo, ao serem questionados acerca da escolha da prática da corrida, e da sua importância no cotidiano:

Eles também praticavam em outros parques, mas eu me identifiquei vindo mais aqui [...]. (Freddy, 46 anos, Consultor de Tecnologia em Telecomunicações, aluno de assessoria esportiva).¹⁵³

Faz parte da minha vida já, é muito importante, Deus me livre se esse parque um dia sumir, acho que eu morro junto. (Patrícia, 44 anos, Dentista, aluna de assessoria esportiva).¹⁵⁴

A corrida se coloca na sociedade atual, como um meio, uma ferramenta para aliviar as tensões do cotidiano, se tornando um "vício" para alguns. A prática da corrida desempenha, para muitos, a função de ser uma "válvula de escape".

Fundamental na minha vida, eu não teria o pique que eu tenho para trabalhar manhã, tarde e noite se eu não corresse. Isso é fundamental para a saúde, para você equilibrar a glicemia, a pressão, tudo. A disposição que você tem para trabalhar é outra depois que você faz atividade física. (Ivete, 53 anos, Professora Universitária, aluna de assessoria esportiva).¹⁵⁵

Tanto para o bem-estar, como um escape do só trabalhar, trabalhar. (Gisele, 28 anos, Enfermeira, aluna de assessoria esportiva).¹⁵⁶

¹⁵² Segundo Segalen (1994), as motivações para a prática da corrida perpassam a desnecessidade de infraestrutura para a prática, e o fato da corrida ser um excelente remédio natural para o sedentarismo imposto pela modernidade, a necessidade fisiológica, a participação na vida urbana, assim como a afirmação pessoal que representa essa escolha.

¹⁵³ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

¹⁵⁴ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

¹⁵⁵ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹⁵⁶ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

Eu nunca gostei da questão de praticar um esporte, uma atividade física, fechado. (Freddy, 46 anos, Consultor de Tecnologia em Telecomunicações, aluno de assessoria esportiva).¹⁵⁷

Porque é muito melhor que fazer em lugar fechado. Estar com o ar livre, o ambiente, a temperatura, tudo. (Rafaela, 26 anos, Nutricionista, aluna de assessoria esportiva).¹⁵⁸

Conhecer pessoas novas, além de fugir da rotina. (Francine, 37 anos, Farmacêutica, aluna de assessoria esportiva).¹⁵⁹

Há de se ressaltar, ainda, o fato de muitos alunos das assessorias esportivas terem enfatizado o aspecto de buscar o parque para desenvolver suas atividades por estas serem realizadas em um ambiente aberto, na “natureza”, “ao ar livre”. Esta busca pelo “reencontro” com a natureza pode ser percebida no tempo e espaço do lazer por meio de atividades físicas realizadas pelos mesmos¹⁶⁰.

O fenômeno das assessorias esportivas nos espaços públicos pode ser analisado por dois pontos de vista: se, por um lado, essas empresas podem provocar uma “privatização simbólica” dos espaços do parque; por outro, podem contribuir para a ampliação da utilização dos mesmos pela população, contribuindo para que o espaço indiferente se transforme em lugar dotado de significado.

A análise espacial da cidade, em relação ao seu processo de produção, demonstra a relação direta entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto. Ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática socioespacial. A materialização do processo é colocada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares. Esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem, dessa forma, se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo, aquele da reprodução da sociedade.

Os espaços públicos, especialmente os de lazer, são áreas de encontro, desencontro. Mesmo que parcialmente planejados, são parcialmente aleatórios.

¹⁵⁷ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

¹⁵⁸ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹⁵⁹ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

¹⁶⁰ Essa discussão vai ser aprofundada no tópico “5.2 Apropriação do espaço público e a conquista da cidadania”.

Tais espaços colocam em evidência a diversidade de expressões e os diversos tipos de usos individuais e coletivos, que acontecem dentro de lógicas diferenciadas, e coexistem em inúmeras formas de convivência e organização. As diversas práticas mapeadas anteriormente demonstram essa complexidade de formas de uso dos espaços do parque. Nesse âmbito, especialmente as pistas de caminhada, de corrida e de uso misto apresentam-se enquanto um dos principais pontos de confluência das mais diferentes práticas e conflitos, visto que nelas ocorrem grande parte das atividades físicas características do parque: a corrida e a caminhada.

4.3 As diversas formas de utilização das pistas do Parque Barigui e seus conflitos, um caso em particular

As pistas de caminhada, corrida e ciclismo/uso misto são o principal ponto de encontro e desencontro no Parque Barigui. É por meio delas que se consolidam as principais estratégias de apropriação presentes no parque. A observação da convivência dessas diversas estratégias de apropriação no parque conduz ao questionamento da existência de possíveis conflitos na interação entre os diversos usuários. Neste sentido, a pesquisa de campo realizada em 2016, mostrou que é nessas pistas que os conflitos se apresentam de forma mais clara.

Até o ano de 2012 havia apenas duas pistas no parque: uma destinada à prática de caminhada e corrida, e outra para ciclistas. Em junho de 2012, juntamente com a inauguração da pista de corrida, além das duas já existentes, uma passarela subterrânea unindo as duas partes do parque, sob a Avenida Cândido Hartmann, foi incluída na remodelação do parque¹⁶¹. Pode-se relacionar essa criação de uma nova pista, específica para corredores, ao grande número de corredores no parque já naquele momento.

O Parque Barigui possui, atualmente, três pistas pavimentadas destinadas à prática da caminhada, corrida e ciclismo/uso misto,

¹⁶¹ Além da abertura de mais uma pista e construção de uma passarela subterrânea ligando os dois lados do parque, o Centro de Eventos e sistema viário da Avenida Cândido Hartmann, que divide o parque, foram reformulados (GAZETA DO POVO, 2011/2012).

especificamente. Há no parque placas e demarcações nas pistas que identificam qual a função de cada pista, assim como marcações coloridas no piso da pista (branca, amarela e azul) mostrando, especificamente aos corredores, a distância percorrida no circuito parcial ou total. Há dois percursos possíveis de serem realizados, um, com um total de 5,2 km, que utiliza os dois “lados” do parque, e outro, que dá a volta apenas no lago, com aproximadamente 3,3 km. A figura a seguir mostra algumas das placas indicativas da utilização das pistas existentes no Parque Barigui.

FIGURA 4.12 – Placas indicativas do uso das pistas do Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

FIGURA 4.13 – Demarcações de quilometragem e figuras indicativas da função das pistas do Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

A criação de um subtópico específico para tratar da questão da utilização das pistas existentes no parque relaciona-se a dois aspectos: o primeiro diz respeito ao fato que esta é o local utilizado efetivamente para a prática da corrida, principal serviço oferecido pelas assessorias esportivas, foco da pesquisa; e segundo, pela grande quantidade de apontamentos durante as entrevistas sobre a forma de utilização da mesma e seus conflitos.

Especialmente nos horários de pico de utilização do parque dentre os observados (no início e fim do dia durante a semana, e sábados pela manhã), percebe-se que as pistas destinadas à prática específica de caminhada, corrida e ciclismo existentes no parque estão lotadas e, assim como os demais espaços e equipamentos, também são caracterizadas pelas mais diferentes práticas.

Das 9h30 às 11h30 pode ser determinado como o pico de utilização do parque durante o período observado. Nesse período, é necessário ter atenção ao percorrer as pistas de caminhada, corrida e ciclismo, visto que é possível “atropelar” ou “ser atropelado” por alguém ou alguma bicicleta. Ressalta-se ainda que não há uma organização em relação à utilização das pistas, visto que se pode ver pessoas caminhando na pista de corrida, correndo na pista de ciclismo e correndo na pista de caminhada. A partir das 10h30, as assessorias esportivas presentes no parque começam a encerrar suas atividades, e há uma redução no número de corredores utilizando o parque, e uma ampliação no número de caminhantes, de forma que há pessoas caminhando em todas as pistas, em alguns pontos do parque, é difícil percorrer a pista em virtude da quantidade de pessoas. A partir desse momento, é possível observar com mais ênfase, pessoas utilizando o parque sem roupas

específicas para a prática de atividade física, assim como tirando fotos. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de março de 2016).

E assim como os demais locais do parque, quanto mais as pistas são utilizadas, mais tendem a permanecer apropriadas. Sua utilização, em geral, está associada às apropriações dos equipamentos e gramados próximos a esta, e à iluminação da mesma. De forma que as pistas em volta do lago são mais utilizadas, em geral, se comparadas àquelas próximas à Academia Judith Passos:

As pistas em volta do lago do parque, a “volta maior”, estão mais movimentadas que aquelas próximas à chaminé. Enquanto a primeira se caracteriza pela maior parte das pessoas caminhando, a segunda está esvaziada, sendo utilizada basicamente por corredores, muitos desses com o uniforme da assessoria esportiva [...] que se localiza próxima ao Museu do Automóvel. (DIÁRIO DE CAMPO, 27 de junho de 2016).

A partir desse trecho do diário de campo pode-se observar que as pistas nessa região em especial, muitas vezes, são utilizadas essencialmente pelos alunos das assessorias esportivas que se localizam nesse trecho do parque. Ressalta-se também que após o término das atividades dessas empresas, ocorre um esvaziamento quase que completo dessas pistas.

Especialmente no período do amanhecer e noite é possível perceber um esvaziamento das pistas, estando a utilização destas relacionadas principalmente à presença das assessorias esportivas e seus alunos (é possível perceber que são alunos das assessorias esportivas em virtude dos uniformes que os mesmos utilizam). Um trecho da pesquisa de campo exemplifica essa mudança na forma de apropriação das pistas:

Após o anoitecer, as pistas ao longo da Rua Doutor Aluizio França, entre a “pracinha das mamães” e a BR-277, é menos utilizada que os outros trechos do parque. Ressalta-se que, principalmente neste trecho, que ocorrem os assaltos e sequestros relâmpagos. Nesse sentido, observa-se que o parque é mais utilizado onde há a presença de assessorias esportivas e pontos de confluência, de forma que os corredores não utilizam toda a extensão do parque. É possível perceber que muitos corredores vêm e vão em um curto espaço de tempo, de forma a percorrer apenas um trecho do parque. Este trecho, em geral, vai da “pracinha das mamães” até o Pavilhão de Exposições. Essa ação não se observa naqueles que utilizam o parque para caminhar. [...] Pistas próximas à chaminé praticamente não são

utilizadas no período da noite. (DIÁRIO DE CAMPO, 14 de abril de 2016).

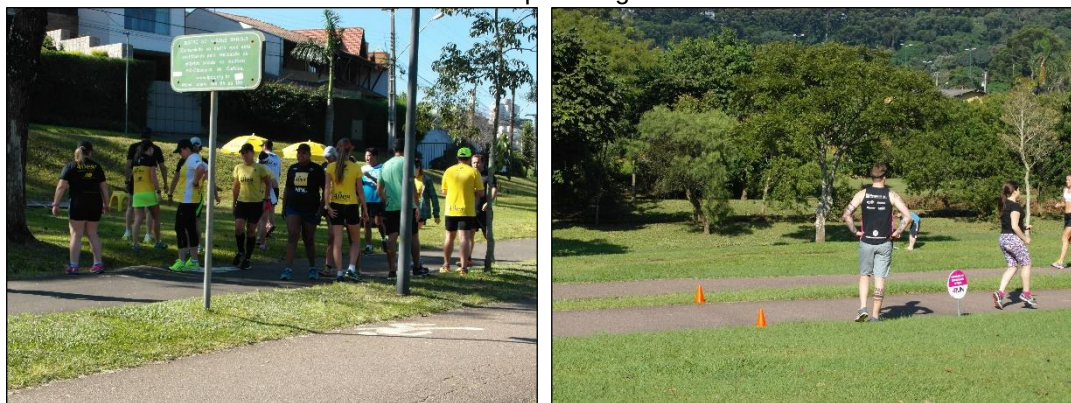
[...] a região próxima ao Salão de Atos, a mesma destaca-se pelo grande número de assessorias esportivas fixadas no local, [...]. Arelado a esses aspectos, percebe-se que os alunos destas assessorias esportivas não percorrem toda a extensão do parque no período da noite, ficando restritos à trechos das pistas próximos às suas assessorias esportivas. (DIÁRIO DE CAMPO, 02 de junho de 2016).

Às 20h15 o parque já se encontra esvaziado, sendo possível percorrer longas distâncias pelas pistas sem encontrar outros usuários. (DIÁRIO DE CAMPO, 28 de junho de 2016).

A relação entre as assessorias esportivas e a apropriação das pistas está diretamente associada, mas não só em relação aos trechos e quantidade de pessoas utilizando as pistas, conforme apresentado e observado durante as pesquisas de campo. Há, também, outro aspecto a ser ressaltado: a ocupação das pistas por algumas dessas empresas, de maneira a “atrapalhar” a utilização dos demais usuários, apesar das recomendações feitas pela AATCC em seu regulamento.

Um aspecto que chama atenção ao caminhar pelo parque e passar próximo a essas empresas refere-se ao fato que muitas destas realizam demarcações com cones nas pistas, em geral, naquela destinada à prática de caminhada. Tais cones são utilizados para a realização de aquecimentos e exercícios técnicos, os quais muitas vezes são realizados ao mesmo por vários alunos ao mesmo tempo. Observa-se, também, por diversas vezes, um aglomerado de alunos em frente às assessorias, conversando ou recebendo instruções, ocupando parte do espaço destinado aos caminhantes. As imagens a seguir auxiliam a compreender essa utilização das pistas pelas assessorias esportivas:

FIGURA 4.14 – Pista de caminhada sendo utilizada pelas assessorias esportivas e seus alunos no Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Alguns trechos do diário de campo podem auxiliar a compreender esse conflito:

As assessorias, em geral, utilizam o espaço da grama para organizar seus materiais. Mas muitas colocam cones entre a grama e a pista mais próxima, de forma a demarcar distâncias para o aquecimento dos alunos, realizado nas pistas, tanto de caminhada quanto de corrida. [...] A assessoria esportiva [...] está ocupando a calçada em frente ao Bistrô/Casa Amarela, que faz o acesso do estacionamento da Avenida Cândido Hartmann com as pistas do parque. Observa-se que a presença da assessoria interfere na passagem de pessoas pelo local. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de janeiro de 2016).

As alunas e profissionais da assessoria esportiva [...], em decorrência da grande concentração de pessoas sob a área coberta, mantêm seus equipamentos junto às outras assessorias esportivas, mas se agrupa para receber as instruções de treinos e conversar no local destinado a estacionar as bicicletas, ao lado desse local. Ao se concentrar fora da área coberta, alunas e profissionais da [...] acabam ocupando a pista de caminhada, obrigando os demais usuários a desviar destes. (DIÁRIO DE CAMPO, 14 de abril de 2016).

A assessoria esportiva realiza o aquecimento de seus alunos em blocos, utilizando a pista de caminhada para tanto (fica mais próxima do local que a assessoria se localiza). Tanto durante o aquecimento, quanto nas instruções e momentos de conversas informais entre os professores e alunos, há uma obstrução / ocupação da pista de caminhada pela assessoria esportiva. (DIÁRIO DE CAMPO, 19 de abril de 2016).

A assessoria esportiva [...] está utilizando a pista de corrida para realizar o aquecimento e exercícios técnicos de seus alunos, posicionando cones na grama ao lado da mesma. Em alguns momentos, seus alunos chegam a ocupar toda a pista de corrida neste trecho. Seus materiais, como fazem de costume, estão posicionados na grama, há aproximadamente 2 metros da pista de corrida. (DIÁRIO DE CAMPO, 31 de maio de 2016).

Essa característica na forma de utilização do parque, e consequentemente das pistas, pelas assessorias esportivas, foi relatada por usuários do parque durante as entrevistas ao serem questionados se a presença dessas empresas interferia na dinâmica do parque:

[...] eu já presenciei de ter que, não eu, mas ter pessoas que tiveram que desviar, por estarem desviando pista de caminhada. Interfere por não usar o espaço apropriado. (Lia, 59 anos, Produtora Cultural, usuário do parque).¹⁶²

[...] às vezes eu acho que eles tiram um pouquinho a privacidade de quem está utilizando as pistas, porque acabam querendo correr nas pistas, e não corre uma ou duas pessoas, correm 10 ou 15. Então eu acho que isso às vezes atrapalha, porque eles acabam dominando uma parte do parque que é comum a todos. (Raquel, 47 anos, Gerente da área de atendimento, usuário do parque).¹⁶³

Às vezes sim, em determinados momentos, quando você está fazendo uma caminhada, ou uma corrida em um determinado espaço, às vezes eles ocupam esse espaço quase todo colocando os atletas deles nessas pistas. E às vezes não é só um atleta, é um grupo, então acaba de certa forma, principalmente próximo da Casa Amarela, e outro do outro lado da ponte. No final de tarde você sempre encontra alguns grupos desses ocupando a pista de caminhada ou a pista de corrida para eles desenvolverem as atividades deles. É em grupo, e isso dificulta para quem está se deslocando sozinho. (Erasto, 65 anos, Economista, usuário do parque).¹⁶⁴

Eles monopolizam a pista, esse é o problema. [...] colocam aqueles conezinhos na pista, para fazer sprint, para fazer o treino das pessoas. [...] Eles fazem exercício de aquecimento na pista. Você está correndo, está vindo no seu embalo, tranquilo, e daqui a pouco você tem que parar porque tem um cara o meio. Tem espaço para todo mundo, dá um jeito, pensa, tira da pista, põe na grama. Porque assim, o parque é para todo mundo. Está ali para todos, então eles teriam que se adaptar a isso. (Thiago, 32 anos, Engenheiro, usuário do parque).¹⁶⁵

Muitos atores sociais entrevistados (alunos ou não das assessorias esportivas), especialmente aqueles que possuem uma rotina semanal de utilização do parque para realização de atividades físicas, ao serem questionados sobre a relação entre os usuários do parque, apontaram que há uma utilização “errada” das pistas. A figura a seguir exemplifica essa utilização: na pista de corrida há pessoas andando, correndo, andando de patinete e bicicleta.

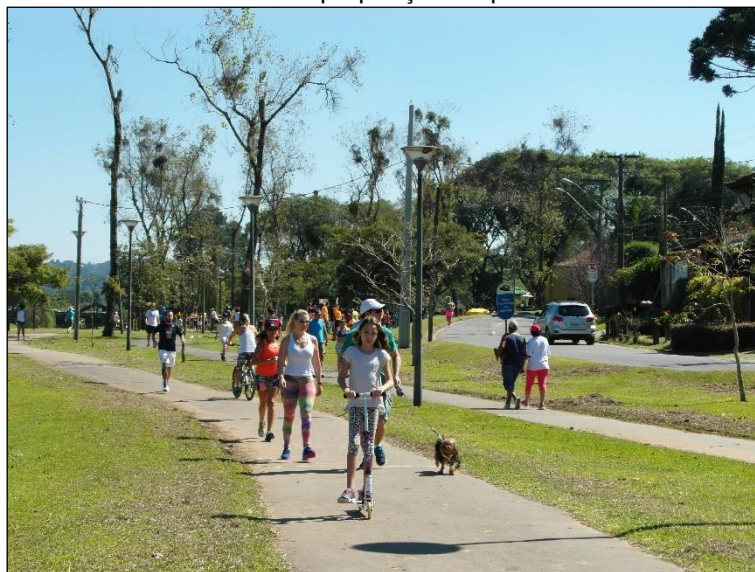
¹⁶² Entrevista concedida à autora em 13 de dezembro de 2016.

¹⁶³ Entrevista concedida à autora em 08 de dezembro de 2016.

¹⁶⁴ Entrevista concedida à autora em 29 de novembro de 2016.

¹⁶⁵ Entrevista concedida à autora em 10 de novembro de 2016.

FIGURA 4.15 – Diversas formas de apropriação da pista de corrida do Parque Barigui



Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2016).

Alguns trechos das entrevistas demonstram a opinião de muitos usuários sobre a maneira “errada” que as pistas são utilizadas, ou seja, os usuários não seguem o tipo de atividade indicado para cada pista.

Algumas vezes quando venho praticar outro esporte, você saber respeitar o espaço do outro, por exemplo: bicicleta, ficar só na pista de bicicleta; patins, ficar só na pista para isso. Eu vejo que muitas pessoas não gostam, se sentem incomodadas de estarem em pistas diferentes, pessoas caminhando na pista de corrida. Você tem que saber respeitar, ne todos percebem que tem essa divisão. (Gisele, 28 anos, Enfermeira, aluna de assessoria esportiva).¹⁶⁶

[...] a gente quer treinar aqui e o pessoal fica enchendo a cara, atrapalhando na pista, o pessoal andando na pista de quem corre, que é bem clássico. Bem ruim, queria que esse pessoal não viesse no parque. (André, 40 anos, Advogado, aluna de assessoria esportiva).¹⁶⁷

O Barigui é bem delimitado, tem a pista da bike, tem a pista de quem anda, e tem a pista de quem corre. Normalmente quando o parque não está muito lotado, é tranquilo. Mas quando chega final de semana, por exemplo, é impossível, é impossível correr. Quero dizer, você corre, mas é corrida com obstáculos daí, porque aí ninguém respeita. Hoje, por exemplo, é super tranquilo, todo mundo que está aqui hoje, você pode ver, está praticando esporte, então eles sabem, eles respeitam. Mas quando é final de semana e vem de tudo, daí... (Loren, 45 anos, Professora, aluna de assessoria esportiva).¹⁶⁸

Durante a semana é super tranquilo, final de semana ela é mais turbulenta, porque o pessoal não respeita a sinalização. Tem as pistas

¹⁶⁶ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

¹⁶⁷ Entrevista concedida à autora em 02 de fevereiro de 2016.

¹⁶⁸ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

para correr, para caminhar e para pedalar, mas durante o final de semana acho que o pessoal não consegue nem ler uma placa. Talvez se a gente tivesse um pouquinho de força, fazer com que a prefeitura reforçasse a sinalização, porque é até perigoso. No sábado eu quase atropelai uma criança, correndo né, porque os pais não perceberam que eles estavam invadindo a pista de corrida, de forma bastante distraída. (Edson, 51 anos, Empresário, aluna de assessoria esportiva).¹⁶⁹

[...] tem pista para corrida, tem pista para bicicleta, e tem a pista para andar, tem gente que da bicicleta que entra na corrida, tem gente que está correndo onde que anda, tem gente que caminha onde deveria estar a bicicleta. (Eduardo, 39 anos, Professor, usuário do parque).¹⁷⁰

Só realmente acho que as pessoas deveriam respeitar, porque o parque é tão bem sinalizado, ele tem três pistas: uma para caminhada, outra para corrida, outra para os equipamentos de patins, bicicleta, enfim. Só que tem algumas pessoas que não prestam atenção nisso, apesar que está tudo marcadinho, então acaba entrando na via do outro. (Raquel, 47 anos, Gerente da área de atendimento, usuário do parque).¹⁷¹

Olha, tem um problema trágico no Barigui. Tem três pistas: pista para caminhada, pista para corrida e pista para bicicleta. O problema é que o cara vai caminhar na pista de corrida, esse é pior problema que tem ali. E quem está correndo nunca vai na pista de caminhada, nunca vi um cara correndo na pista de lá. Mas agora, o cara quando vai, esse pra mim é o pior, tem um cara caminhando a 2 por hora, e você está correndo, está no pique, vai fazer o que? Tem que ultrapassar, vai para a pista de bicicleta, volta. (Thiago, 32 anos, Engenheiro, usuário do parque).¹⁷²

Assim como muitos usuários apontam um conflito em relação à maneira “incorreta” de utilização das pistas, os representantes das assessorias esportivas também apontam esse aspecto em suas falas:

Acho interessante questionar se há uma conscientização deles do uso com as pessoas que são os usuários do parque, se há uma conscientização dentro das assessorias em relação ao uso das pistas do parque. Porque é uma briga constante em relação ao cara que usa, por exemplo o roller, ele quer utilizar dessa pista [corrida], porque aquela pista [bicicleta] tem um calçado que é ruim. Aquele lá é ruim para andar, aquele lá não desliza. Ele quer usar essa, só que nessa acaba atrapalhando o cara que está correndo, aí o corredor fica bravo com o do roller, além do cara que está caminhando. Daí rola aquela história, estão caminhando quatro pessoas ao mesmo tempo, aí você quer desviar, e quem quer fazer treino intervalado não consegue fazer, daí o cara vai do outro lado, mesmo sabendo que não tem luz às vezes, o cara vai do outro lado treinar, correndo seus riscos, inclusive. (Assessoria Esportiva B).¹⁷³

¹⁶⁹ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹⁷⁰ Entrevista concedida à autora em 12 de dezembro de 2016.

¹⁷¹ Entrevista concedida à autora em 08 de dezembro de 2016.

¹⁷² Entrevista concedida à autora em 10 de novembro de 2016.

¹⁷³ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

Nos horários mais cheios do parque, acaba acontecendo dos alunos questionarem a utilização das pistas. Por exemplo, no Parque Barigui, cada pessoa para sua prática tem um tipo de pista, tem a da caminhada, da corrida e da bike. Então quando o parque está muito cheio, várias pessoas utilizam várias pistas, independe, isso atrapalha um pouco a prática da atividade. [...] Quem não frequenta o parque sempre, geralmente as pessoas não conhecem muito como é a convivência, então andam na pista de corrida, ou caminham na pista de bike, ou até correm na pista de caminhada. Então sempre há uma reclamação dos alunos que frequentam a assessoria, do que do público externo. (Assessoria Esportiva I).¹⁷⁴

Parque Barigui, existem os usuários normais do parque que vão fazer exercícios, são pessoas que andam no parque, convivem e vivem o parque, estão ali 2 a 3 vezes na semana, há anos. Nossa, eu conheço muita gente ali que dá oi, anos e anos dando oi para a pessoa, você acaba até se tornando íntimo da pessoa de tanto dar oi. E existe o usuário casual [...] Então tu está andando passeando, olhando passarinho, tu vai cruzar a pista, tu vai andar no lugar errado, normal. Mas o usuário tradicional, o pessoal da assessoria, a pessoa meio que se sente dono daquele espaço onde ele normalmente frequenta com maior habitualidade. Então o que acontece? Ele se torna um pouco intolerante às outras pessoas, parece que todo mundo tem que saber a regra do Parque Barigui, “ah, não pode andar aí que é corrida”, cara, daí que o cara veja que aquele desenho significa que ali só pode correr, primeiro, ou o cara é corredor, ou é..., e às vezes a pessoa não é nada disso, só está andando no parque, ou ela foi correr aquele dia porque ela comeu muito à noite, e quer correr. (Assessoria Esportiva J).¹⁷⁵

Esse aspecto foi observado também durante a realização das observações no parque e apontados no diário de campo, e registradas nas fotos durante a pesquisa:

O acúmulo de pessoas na proximidade do Salão de Atos leva a que umas atrapalhem as outras. Há pessoas andando na pista de corrida, andando de bike e patins na pista de caminhada, e assim por diante. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de janeiro de 2016).

Há muitas pessoas não respeitando a sinalização das pistas (correr, caminhar ou bicicleta). Isso pode demonstrar a grande quantidade de usuários não frequentes no parque. (DIÁRIO DE CAMPO, 05 de fevereiro de 2016).

Observa-se muitas pessoas caminhando na pista de corrida, ou correndo na pista de caminhada, o que pode demonstrar que estes não são usuários frequentes do parque. (DIÁRIO DE CAMPO, 11 de março de 2016).

Pode-se colocar o horário das 10h00 como um marco nas formas de utilização do parque. A partir desse horário, é possível perceber que não há mais uma “organização” em relação à utilização das pistas, como geralmente ocorre nos dias de semana, especialmente no período da manhã, ou seja, há pessoas andando na pista de corrida,

¹⁷⁴ Entrevista concedida à autora em 12 de março de 2016.

¹⁷⁵ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

correndo na pista de caminhada, etc. (DIÁRIO DE CAMPO, 16 de abril de 2016).

Pode-se identificar, então, principalmente entre os usuários mais frequentes do parque a fim de realizar atividades físicas, uma cultura de utilização do parque, especialmente das pistas, onde caminhantes devem realizar suas atividades na pista destinada à caminhada, corredores na pista destinada à corrida, e ciclistas na de ciclismo. Aqueles que não realizam a apropriação das pistas da maneira indicada, são vistos como *outsiders*. Trecho do livro “Os estabelecidos e os outsiders”, de Norbert Elias, auxilia na compreensão desse termo, e sua aplicabilidade em diversos contextos:

[...] embora possa variar muito a natureza das fontes de poder em que se fundamentam a superioridade social e o sentimento de superioridade humana do grupo estabelecido em relação a um grupo de fora, a própria figuração estabelecidos-outsiders mostra, em muitos contextos diferentes, características comuns e constantes. (ELIAS, 2000, p. 22).

Parte-se do pressuposto, então, que os *estabelecidos* são os usuários que frequentam o parque regularmente, geralmente durante a semana, a fim de praticar atividades físicas. Os *outsiders* seriam aqueles que utilizam o parque sem a mesma frequência, e não seguem as normas de utilização das pistas do parque. Mas aqui cabe um questionamento: até que ponto o que é considerada a maneira correta de utilização das pistas para os usuários frequentes que praticam caminhada, corrida ou ciclismo, pode ser um obstáculo para os demais usuários, que vêem o espaço público como um todo, não associado especificamente a determinadas práticas mas ao lazer em seu sentido mais amplo? As pistas, nessa visão, são espaço para brincadeiras, contemplação da natureza ou simples acesso aos locais a que se destinam.

Aprofundando nossas análises, notamos que muitas tensões se instalam nas várias possibilidades de significação (e modos) de apropriação: tornar próprio, de si mesmo; atribuir pertença ou propriedade; assumir; tornar adequado, pertinente; desenvolver capacidades e meios (instrumentos, modos) de ação, de produção. Alguns desses modos e significados, nenhum deles ou todos eles podem (ou não) coincidir. Tais tensões produzem diferentes (efeitos de) sentidos, dependendo das situações, das posições dos sujeitos nas relações. Alguns modos de participação/apropriação podem adquirir visibilidade analítica, enquanto outros permanecem simplesmente impossíveis de traçar. (SMOLKA, 2000, p. 36).

Apesar do discurso apresentado pelas assessorias esportivas e seus alunos em respeito à utilização “correta” das pistas do Parque Barigui, os mesmos não conseguem identificar que o posicionamento de cones na lateral da pista de caminhada e sua utilização para a realização de exercício técnicos e aquecimento, por exemplo, está diretamente relacionado à crítica que desenvolvem aos usuários que utilizam as pistas de maneira “errada”. Essa utilização da pista, principalmente aquela destinada à prática de caminhada, pelas assessorias esportivas e seus alunos, pode se relacionar a uma discussão de privatização simbólica do espaço público.

5 CIDADANIA E O ESPAÇO PÚBLICO: EM FOCO O DIREITO À CIDADE

De repente, os espaços coletivos e a sua apropriação por uma comunidade de moradores, surgem como um processo complexo de atribuição de sentido. Este processo constitui um exercício permanente de poder. Graças a ele, os usuários do espaço coletivo continuam a dispor do meio urbano em que vivem, fazendo escolhas, cedendo a argumentos convincentes, impondo restrições e determinando funcionalidades. A base dessa capacidade está no princípio mais simples e fundamental da cidadania: a ação conjunta, resultante do diálogo plural que amplia o campo do possível, e, com ele, a diversidade, princípio estrutural do urbano.

(Carlos Nelson Ferreira dos Santos)

Nesse momento, se buscará compreender como as diferentes formas de apropriação dos parques do município de Curitiba, especialmente a presença das assessorias esportivas presentes no Parque Barigui, moldam estratégias específicas de acesso à cidadania e ao lazer, enquanto direito à cidade.

Parte-se do pressuposto que o conceito de cidadania implica tanto na ideia fundamental de indivíduo, quanto nas regras universais (um sistema de leis que valem para todos em todo e qualquer espaço social). Além do seu caráter jurídico, político e moral em que é amplamente debatida, a cidadania compreende uma extensa dimensão sociológica, visto que ser cidadão, segunda DaMatta (1997), é algo que se aprende, demarcado por expectativas de comportamento singulares. Dessa forma,

[...] como cidadão eu pertenço a um espaço eminentemente público e defino o meu ser em termos de um conjunto de direitos e deveres para com outra entidade também universal chamada “nação”. Minha participação nesta entidade, aliás, é concebida como estando fundada num consentimento do qual ele próprio deriva sua fonte fundamental de legitimidade. (DAMATTA, 1997, p.61).

No papel de cidadão, então, o indivíduo aprende que deve ser universal, devendo abandonar complementaridades, contrastes e gradações, elementos essenciais na definição de um status social. Dessa forma, o papel social de indivíduo, e como consequência, cidadão, apresenta-se enquanto uma identidade social de caráter nivelador e igualitário. “Cidadão é aquele indivíduo que têm direitos e deveres dentro de uma sociedade, mas cidadão é também necessariamente aquele que pertence a uma certa rede de relações espaciais” (GOMES, 1997, p. 49).

Corroborar-se com Magnani (2002, p. 15) ao questionar se, além “da nostalgia pela ‘velha rua moderna’ de Berman (1989, p. 162), ou do ‘balé das calçadas’ de Jane Jacobs (1992, p. 50)”, o exercício da cidadania, das práticas urbanas e dos rituais da vida pública teria nas grandes cidades contemporâneas outros cenários, tais como as práticas desenvolvidas pelas assessorias esportivas no Parque Barigui. Parte-se do pressuposto, então, que o espaço público e a cidadania estão diretamente associados e que a configuração e a transformação do primeiro significam mudanças na segunda.

A partir da compreensão que no conceito de cidadão existe uma matriz territorial, a cidadania possui em sua essência um componente territorial. Conforme Gomes (2014), o conceito de cidadão exprime uma forma de relação social, assim como uma nova forma de arranjo espacial dessas relações.

[...] ser cidadão é, em certa medida, uma localização na teia das relações sociais e simultaneamente uma localização espacial. Nada mais significativo do que o fato de *polis* ser não só o nome dessa estrutura espacial, “a cidade”, mas também ao mesmo tempo, um feixe de relações sociais formais que originou a palavra “política”. [...] as cidades de cidadãos exibem representações espaciais do exercício dessa cidadania, definindo ao mesmo tempo os espaços de exclusão, assim o foi desde a Grécia Clássica até a moderna aglomeração urbana, que exprime com complexidade toda uma rede espacial de pertencimento diferencial. (GOMES, 2014, p. 134-135).

Assim, ser cidadão é pertencer a uma determinada porção do território. No entanto, a cidadania não é apenas uma representação dos indivíduos dentro do Estado, mas um fenômeno muito mais complexo, que incide na dinâmica territorial cotidiana da sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar que o espaço é condição e meio do exercício da cidadania.

Thomas Marshall (1967) em seu texto “Cidadania, classe social e status” compreende que a cidadania “representa essencialmente uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade” (1967, p. 2). A cidadania, para o autor, é uma situação social que inclui três tipos distintos de direitos, especialmente em relação ao Estado: os direitos civis, que incluem o direito de livre expressão, de reunir-se, organizar-se e locomover-se sem restrição indevida e receber tratamento igual perante a lei; os direitos políticos, os quais abarcam o direito de votar e disputar cargos em

eleições; e os direitos socioeconômicos, que incluem o direito ao bem-estar, à herança cultural, à segurança social e a sindicalizar-se.

No entanto, é válido destacar nesse aspecto que, segundo Carvalho (2013), a cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. O autor afirma que no país, inicialmente, foram conquistados os direitos sociais, implantados em um período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador populista. Em seguida, os direitos políticos foram alcançados de maneira “bizarra”, para o autor, visto que a expansão do direito de voto se deu em um período ditatorial, na qual os órgãos de representação política se transformaram em “peça decorativa do regime”. E, por fim, os direitos civis, a base da sequência de Marshall, para Carvalho (2013), ainda continuam inacessíveis à maior parte da população brasileira. Assim, nas palavras do autor, no Brasil “a pirâmide dos direitos foi colocada para baixo” (p. 220).

Carvalho (2013, p. 220) ainda afirma que “seria tolo achar que só há um caminho para a cidadania”. Nesse sentido, a conquista da cidadania perpassa diferentes nuances e rotas, sendo o espaço público um desses caminhos. Parte-se, portanto, da compreensão que o indivíduo, enquanto cidadão, tem o direito de acesso ao espaço público, conforme pontua Corrêa, afirmando que

Além da cidadania ter como base formal a dimensão jurídica, segundo a qual o cidadão é reconhecido como sujeito com direito a ter direitos ou como um eleitor apto a votar e ser votado, ela possui igualmente uma dimensão política, caracterizada como um processo de constante invenção democrática, num esforço compartilhado por todos os indivíduos em favor do acesso ao espaço público do qual depende a realização da dignidade humana. (CORRÊA, 2010, p. 28).

A cidadania, então, não é apenas uma representação dos indivíduos dentro do Estado nacional, mas um fenômeno muito mais complexo, que incide no quadro da dinâmica territorial cotidiana. Assim, as diferentes vivências da cidadania não estão vinculadas apenas pelo sentimento de nacionalidade em relação a um Estado, mas também são vividas no cotidiano. O espaço, nesse contexto, é simultaneamente condição e meio do exercício da cidadania, de forma que não pode haver cidadania sem democracia e espaços públicos, assim como o espaço público não existe sem uma dimensão física. Citando Milton

Santos “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial” (2014, p. 144).

Borja (1998, 2003), ao discutir a relação entre cidadania e territorialidade, sugere olhar para a cidade como um espaço público que possibilita a convivência e o exercício da cidadania por todos os cidadãos. Nesse âmbito, o autor percebe a cidadania como um status que reconhece os mesmos direitos e deveres para todos que vivem e convivem no mesmo território. A cidadania plena não se conquista pelo direito de habitar uma cidade, assim como um documento não é suficiente para garantir esse *status*. O exercício da cidadania se dá enquanto a cidade como espaço público, por meio de relações dialéticas.

Nesse âmbito, compreende-se que as diferentes maneiras de apropriação dos espaços públicos urbanos de Curitiba têm origem na necessidade de contato, convivência entre os indivíduos. Como já discutido anteriormente, os espaços públicos são locais de encontro e desencontro, de conflitos e negociações, que evidenciam inúmeras expressões, bem como as várias formas de usos individuais e coletivos. Lefebvre (2001) afirma que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar – na extensão de suas possibilidades – a crítica de sua vida cotidiana.

Para Lefebvre (2001), o direito à cidade é o direito de imaginar e realizar a cidade, contínua e concomitantemente, e associa esse processo aos procedimentos artísticos e propõe “pôr a arte ao serviço do urbano” para abrir uma “*práxis e poiesis* em escala social”. Sua concepção de cidadania vai além do direito de voto e expressão verbal, trata-se de uma forma de democracia direta, pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, produzida como obra humana coletiva, onde cada indivíduo e comunidade possui espaço para manifestar sua diferença. O direito à cidade, então, vai além dos direitos sociais garantidos à população como direito à educação, saúde e moradia, visto que perpassa o direito de participação nas atividades da cidade e o direito à apropriação desta.

A apropriação do espaço, então, relaciona-se ao seu uso, como uma forma de satisfazer e expandir necessidades e possibilidades da coletividade.

Como direito à cidade, nesse sentido, aparece no “direito à obra e no direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28).

O direito à cidade e à cidadania, como direito fundamental, refere-se à participação dos habitantes das cidades na definição legítima do destino que estas devem seguir. O direito à cidade está distante da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Dessa forma insere-se no direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Abrange ainda o respeito às minorias, à pluralidade étnica, sexual e cultural e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, etnia, raça, linguagem e crenças. A apropriação e a (re)apropriação do tempo-espaço, nessa percepção, é condição para o efetivo exercício do direito à cidade, e possui a capacidade inerente de influenciar a produção do próprio espaço.

5.1 O duelo público x privado no espaço público, um recuo da cidadania?

Pautando-se na compreensão do espaço urbano como aquele que contém e contempla dimensões do público e do privado, pode-se destacar que neste há a produção e reprodução das relações sociais. Nesse sentido, a partir dessas relações, podem ser percebidas cisões e demarcações no espaço urbano advindas do contexto social. As estratégias de apropriação dos parques em Curitiba, especialmente do Parque Barigui, identifica-se, nesse contexto, caracterizada por uma tensão entre o público e o privado e a apropriação do público pelo privado.

Para iniciar essa discussão, é essencial apresentar o conceito de “Bens Públicos”, presente no Código Civil brasileiro¹⁷⁶. Nele, são bens públicos, dentre outros¹⁷⁷, aqueles considerados de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças. Assim como coloca que: “Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem”.

Yázigi (2000, p. 187) corrobora na discussão sobre bens públicos ao afirmar que estes possuem três características fundamentais em seu regime jurídico: “são inalienáveis, isto é, só as Câmaras podem desafetá-los; são impenhoráveis, devido ao Artigo 100 da Constituição e são imprescritíveis, isto é, não são passíveis de usucapião”. O uso comum do povo é todo aquele que se reconhece à coletividade em geral sobre os bens públicos, sem discriminação de usuários ou ordem especial para sua fruição, ou seja, a utilização que os indivíduos fazem das ruas e logradouros públicos, dos rios navegáveis, do mar e das praias naturais. Esse uso comum não exige qualquer qualificação ou consentimento especial, nem admite frequência limitada ou remunerada.

Nesse mesmo sentido, Meirelles (2016, p. 641-642) coloca que

No uso comum do povo os usuários são anônimos, indeterminados, e os bens utilizados o são por todos os membros da coletividade - *uti universi* -, razão pela qual ninguém tem direito ao uso exclusivo ou a privilégios na utilização do bem: o direito de cada indivíduo limita-se à igualdade com os demais na fruição do bem ou no suportar os ônus dele resultantes. Pode-se dizer que todos são iguais perante os bens de uso comum do povo. Mas, por relações de vizinhança e outras situações especiais, o indivíduo pode adquirir determinados direitos de utilização desses bens e se sujeitar a encargos específicos. [...] O que convém fixar é que os bens públicos de uso comum do povo, não obstante estejam à disposição da coletividade, permanecem sob a administração e vigilância do Poder Público, que tem o dever de mantê-los em normais condições de utilização pelo público em geral.

O autor ainda comenta a utilização dos bens públicos por iniciativas privadas:

¹⁷⁶ Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil.

¹⁷⁷ “Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.” (BRASIL, LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002).

Qualquer bem público admite permissão de uso especial a particular, desde que a utilização seja também de interesse da coletividade que irá fruir certas vantagens desse uso, que se assemelha a um serviço de utilidade pública, tal como ocorre com as bancas de jornais, os vestiários em praias e outras instalações particulares 'convenientes em logradouros públicos. (MEIRELLES, 2016, p. 645).

Bens públicos, então, são passíveis de utilização por todos, sendo que o direito de cada indivíduo se limita à igualdade de utilização com os demais usuários. Nesse sentido, a utilização do mesmo por iniciativas privadas só é admitida caso seja de interesse da coletividade, prestando serviços de utilidade pública.

Sendo os termos público e privado dicotômicos por excelência, seus sentidos só podem ser melhor compreendidos quando as oposições entre estes lhes definem fronteiras. Jovchelovitch (2000) colabora a compreender essa relação dicotômica ao afirmar que a relação entre o público e o privado possui uma natureza dialética:

É na relação dialética entre o que é comum e o que é particular, entre o que é aberto e o que é subtraído, o que é distribuído e o que não é, que os dois espaços se constituem como domínios distintos [...] Ainda que os dois domínios tenham assumido sentidos diferenciados em momentos históricos diferentes, eles sempre foram definidos um em relação ao outro [...] não há registro de qualquer sociedade humana onde o significado da vida pública não se tenha constituído pelo significado da esfera privada e vice versa. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 45)

Gurza Lavallo (2005) pontua que há três dimensões do “público” que se encontram em tensão com o “privado”, e vice-versa:

1. Público x privacidade: à noção de “privado” estão relacionados aspectos do termo privacidade, enquanto tudo aquilo que pode ser considerado próprio da intimidade, excluindo qualquer direito externo de intervir ou participar. O “público”, assim, apresenta-se enquanto a vida pública.
2. Público x propriedade: o “privado” enquanto o registro da propriedade, sendo o motor de riqueza do mundo moderno. Em contraposição, o “público” se refere a tudo que pode ser de interesse

de todos, e que deve ser excluído das possibilidades da apropriação privada.

3. Público x particularidade: a concepção de “privado” compreendida como aquilo que não conquista notoriedade pública, permanecendo sob o conhecimento de um número limitado de pessoas. De forma inversa, “público” se refere à plateia, espectadores e ouvintes de uma mensagem. O público, então, estabelece uma oposição ao mundo das particularidades.

Gurza Lavallo (2005) ressalta que esses aspectos se revezaram ao longo dos últimos séculos e estão relacionados e englobados por outras três dimensões: a social, a política e a comunicativa. A social, perpassada nas instituições civis da vida pública, na sociedade civil, por meio das regras de civilidade, que tornam possível o convívio social nas grandes urbes, no meio de estranhos. A política, cristalizada no âmbito das instituições encarregadas de processar, implantar e respaldar as decisões mediante a imposição de penas, caso seja necessário. E a comunicativa, que vai além da expressão e recepção de conteúdos, mas essencialmente, como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo.

As dimensões de público e privado apontadas por Lavallo (2005) remetem a outra discussão relacionada à de espaço público e de esfera pública, visto que não é possível compreender as transformações e relações estabelecidas no espaço público sem entender a construção da esfera pública. As contribuições de Jürgen Habermas, Hannah Arendt e Richard Sennett, que estão entre os autores mais referenciados na discussão acerca da esfera pública e privada (ABRAHÃO, 2008), são fundamentais para a discussão acerca desses conceitos.

As colocações de Habermas (2014), publicadas pela primeira vez em 1962, no livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” corroboram para a compreensão da relação entre o público e o privado, apresentando a constituição da esfera pública moderna sob três dimensões: sua infraestrutura social como maneira de sociabilidade, suas funções políticas de crítica e racionalização do poder e seus ideais normativos. A categoria de esfera pública, ou de espaço público (*Öffentlichkeit*), na opinião de Habermas (2014, p. 89), deve ser analisada de forma interdisciplinar, visto a sua natureza multidimensional: “[...] a

complexidade proíbe que o modo de proceder específico seja prescrito por uma única disciplina”. Assim como destaca outra especificidade do método, a qual resulta da “necessidade de proceder, ao mesmo tempo, de modo sociológico e histórico” (2014, p. 90). Habermas, dessa forma, pretende relacionar fatos e normas a diferentes níveis de sofisticação teórica.

Para Gurza Lavalle (2005, p. 19), Habermas “é de longe o autor mais influente nesse campo”, tendo sua base teórica assentada em “[...] uma proposta filosófica centrada de modo extremamente abstrato nas capacidades comunicativas resguardadas apenas no mundo do social”. As colocações de Gurza Lavalle (2005) corroboram com as delineadas por Gomes (2014), ao pontuar duas grandes contribuições do autor nesta obra: primeiro, a reconstituição do ambiente nos séculos XVIII e XIX, e segundo, a relação entre o domínio público e a esfera privada:

Uma das mais importantes contribuições desse trabalho foi a reconstituição do ambiente dos séculos XVIII e XIX, que conformou o processo de instituição de um espaço público e de uma opinião pública, seus foros de legitimidade, sua natureza comunicacional e sua complexa relação com as outras esferas da vida social; tudo isso fora dos parâmetros, até então únicos, consagrados pelas ciências jurídicas. [...] A segunda grande contribuição foi a de se colocar esse domínio público em relação com a esfera privada e demonstrar a importância dessa última na construção da sociabilidade [...]. (GOMES, 2014, p. 169).

Habermas (2014) define esfera pública como um espaço de livre acesso, onde cidadãos se encontram para debater e, de forma racional, desenvolver argumentos sobre questões da vida comum. Para Habermas, um sujeito só faz parte de uma esfera pública enquanto portador de uma “opinião pública”. No que se refere à palavra “público”, o surgimento de uma esfera pública significaria, nesse âmbito, a necessidade de um espaço, no qual, assuntos de interesse geral seriam expostos, controvertidos, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso. A esfera pública para o autor é o lugar do agir comunicacional e atua enquanto legitimadora do poder público.

Relacionado a essas definições, o autor desenvolve suas compreensões de esferas pública e privada a partir da concepção da *pólis* relacionada à Grécia Antiga:

A esfera privada está ligada à casa não só pelo nome (grego); possuir bens móveis e dispor de força de trabalho tampouco constituem substitutivos para o poder sobre a economia doméstica e a família, assim como, às avessas, pobreza e não possuir escravos já seriam por si só empecilhos no sentido de poder participar da polis [...]. Em contraste, a esfera pública, na compreensão dos gregos, aparecia como o reino da liberdade e da permanência. Apenas à luz da esfera pública manifesta-se tudo o que é, tudo que se faz visível a todos. (HABERMAS, 2014, p. 96-97).

Para o autor, a esfera pública seria a esfera de legitimação do poder público, compreendendo que a esfera privada seria composta pelo espaço íntimo da família e pela sociedade civil burguesa, atrelada ao trabalho e à troca de mercadorias. Habermas (2014), em relação à esfera pública burguesa, enfatiza que o fundamento inicial da mesma está na separação radical das esferas pública e privada, a esfera pública burguesa pode ser concebida, então, como a esfera em que pessoas privadas se juntam enquanto um público. Assim, seria no campo de tensões entre Estado e sociedade que se desenvolveria a esfera pública burguesa, a qual se torna progressivamente, parte do setor privado.

A esfera pública para Habermas (2014) é composta por uma esfera pública política e uma esfera pública literária, da qual a primeira se originava. Ambas as esferas seriam garantidas pelos direitos fundamentais, visto que, por meio destes, estaria assegurada a autonomia privada, principalmente da família e propriedade, as instituições públicas como partidos, a imprensa, as funções políticas e econômicas do cidadão e, ainda, as funções relacionadas à capacidade de comunicação dos indivíduos enquanto seres humanos:

Ela é o campo de exercício de uma discussão pública mediante razões que ainda se move em torno de si mesma – um processo de autoesclarecimento das pessoas privadas sobre as experiências genuínas de sua nova privacidade. (HABERMAS, 2014, p. 135).

Habermas (2014) afirma que a esfera pública, não deve ser confundida com alguma instituição, organização ou qualquer estrutura normativa. Para o autor, as esferas pública e privada não estão desconectadas, tal forma que cada uma tem ressonância na outra. A esfera pública apreende e realça as temáticas existentes na esfera privada, as problematizando e trazendo para o debate público. A esfera privada, por sua vez, incorpora os debates e agrega

informações que influenciam na vida cotidiana, possibilitando refletir sobre a mesma.

A principal diferenciação entre as duas esferas estaria na condição de comunicação em cada uma delas. Um tema que é privado, a princípio, pode ser articulado de forma que passe a ser de interesse público, e encaminhado ao sistema político como demanda pública. No entanto, com a evolução do capitalismo e o avanço do liberalismo há uma dissolução da relação original entre o público e o privado, por meio da decomposição das características essenciais da esfera pública burguesa. Para Habermas, dois aspectos diretamente relacionados apontam a decadência da esfera pública burguesa: do mesmo modo que ela se insere em setores cada vez mais extensos da sociedade, perde sua função política, de modo a submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico. Assim, a partir da compreensão dos postulados de Habermas, Serpa afirma que

A partir do momento em que as leis do mercado, que dominam a esfera dos negócios e do trabalho, penetram também na vida privada dos indivíduos “reunidos” artificialmente em um “espaço público”, a capacidade de julgamento – a razão – tende a transformar-se em consumo. A comunicação – pública – perde em consciência e dissolve-se em estereótipos para o consumo individual. (SERPA, 2009, p. 17).

Assim, embora Habermas afirme que há uma perda do seu sentido original, a esfera pública continua sendo essencial para a reprodução da vida social. De acordo com Habermas, os fundamentos sociais da esfera pública se mantêm:

[...] há cerca de um século, percebe-se que seus fundamentos sociais estão novamente em dissolução. Tendências à decadência da esfera pública são inequívocas: quanto mais sua esfera se amplia grandiosamente, tanto mais sua função perde força. Não obstante, a esfera pública continua a ser como sempre um princípio organizador de nossa ordem política. (HABERMAS, 2014, p. 98).

A sincronia em relação às postulações de Habermas, com a apropriação do parque pelas assessorias, encontra-se na medida em que a sua presença pode estar sinalizando a decadência da esfera pública, ao mesmo tempo em que, apesar disso, a esfera pública ainda continua sendo o princípio norteador do processo de ocupação daquele espaço público, no sentido de que esse

processo não poderá corresponder a uma total privatização do parque, eliminando o uso concomitante por outros usuários, como é característica dos bens públicos, mas a uma privatização simbólica.

Outro autor relevante que discute a temática é Hanna Arendt (2007). Ao relacionar as esferas pública e privada, realiza a seguinte diferenciação: associa o privado às necessidades e sentimentos humanos, é onde o sujeito busca atender suas necessidades vitais básicas, garantindo sua sobrevivência. Por outro lado, a esfera pública seria a sua conexão com o mundo, onde realizam suas atividades sociais, lugar da fabricação dos objetos que garantem não somente sua reprodução, mas a do próprio mundo. Vale ressaltar, ainda, que para a autora uma esfera só pode ser compreendida em relação à outra, visto que o mundo se refere ao produto dos homens, sendo, ao mesmo tempo, aquilo que separa e estabelece relação entre os mesmos.

Nesse sentido, a vida política e a vida domiciliar, desde o surgimento da cidade-estado grega, sempre estiveram como entidades independentes, mas relacionadas, assim como a esfera da vida pública e da vida privada. O que caracterizava a esfera domiciliar, ou privada, era o fato das pessoas viverem juntas conforme suas necessidades, e seria nesta esfera que se encontrariam os ciclos de nascimento e morte, assim como tudo que estava relacionado às necessidades biológicas. A esfera da *pólis*, ou do domínio público, era o local de liberdade. A relação entre as duas esferas estava no fato do controle das necessidades da vida dentro do lar ser condição prévia para a liberdade na *pólis*. A vida pública existe, então, partindo dessa concepção, para enfrentar questões de interesse coletivo que não podem ser resolvidas por caminhos que contêm apenas verdades singulares, radicadas em interesses privados. Dessa forma, é na experiência da pluralidade e na diversidade de perspectivas que se pode levar a um consenso entre o público.

Para Arendt (2007), o termo “público” remete a dois fenômenos: significa que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível; assim como significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos e diferente do lugar que “nos cabe dentro dele” e, ao mesmo tempo, é diferente do lugar que cada indivíduo ocupa dentro dele.

Partindo dessa concepção, a autora compreende que “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo,

evita que colidamos uns com os outros” (ARENDT, 2007, p. 62). O “público” centra-se tanto na ideia de acessibilidade: tudo o que vem a público está acessível a todos, pode ser visto e ouvido por todos; quanto na ideia de comum: a realidade do mundo tem um bem comum ou interesse comum do artefato e dos negócios humanos, na medida em que é compartilhado por indivíduos que se relacionam entre si.

Por ser um espaço que demanda a abstração de interesses essencialmente privados, a esfera pública conduz à produção da permanência e da história, na medida em que possibilita que o ciclo de vida de cada sujeito seja transcendido. A vida pública, então, não é uma estrutura externa que influencia a vida privada, mas um de seus elementos constituintes. Com a leitura de Jovchelovitch (2000) verifica-se uma citação que permitiu uma aproximação com o que Arendt (2007) abordou:

Quando a porta do mundo privado se fecha, uma outra porta se abre, e entramos em um outro espaço, que contém não somente características físicas e concretas, mas também uma diversidade enorme de significados e códigos simbólicos. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 23).

Essa esfera pública impõe demandas, visto que o espaço, além de ser entendido e decodificado, chama o sujeito a diversas respostas, lhe impondo uma série de prescrições. O público, dessa maneira, obriga quem o apropria a utilizar um conjunto de significados que são estabelecidos durante a socialização, criando um campo de exercício da individualidade e sociabilidade. Para Arendt, nesse sentido, “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública [...]” (ARENDT, 2007, p. 67). Assim, o espaço público assegura as bases da relação dialógica, visto que sua realidade é plural, depende da presença da multiplicidade contida em diferentes perspectivas.

O conceito de “privado” pode ser encontrado em relação a essa discussão, ao ponto que, segundo Arendt, era apenas em contraste à vida pública que os gregos atribuíam sentido à palavra privado. Viver uma vida privada, então, significava estar privado, privado da realidade de ser visto e escutado por outros: “a privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e, portanto, é como se não

existisse” (ARENDT, 2007, p. 68). E, segundo a autora, o que garantia a importância e a necessidade da existência de um domínio privado era o fato de que, para poder conseguir participar da vida da *pólis* e desenvolver as condições para a vida humana, o cidadão deveria possuir um lugar que pudesse estar a sós, ou seja, um espaço apenas seu no mundo.

Na modernidade, para a autora, estaria havendo uma privação dessas relações, com a destruição da esfera pública, e, como consequência, da esfera privada, ao ponto que impede a pluralidade de opiniões num espaço público comum, e exclui os homens da casa e da família enquanto refúgios diante do mundo. Assim, em oposição ao termo “público”, o “privado” para Arendt (2007) refere-se à concepção de privação, de modo que viver uma vida inteiramente privada significaria ser destituído de aspectos essenciais à vida verdadeiramente humana, de ser privado da realidade que provém da sociabilização, de ver e ser visto pelo outro. A distinção entre as esferas pública e privada, então, relaciona-se à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado. Essa privação de relações objetivas com os outros, segundo a autora, tem levado ao fenômeno de massa da solidão:

O motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói a esfera pública e a esfera privada: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual antes eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até mesmo os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família. (ARENDT, 2007, p. 68).

Do mesmo modo que a esfera pública desaparece na modernidade, a esfera privada, de acordo com Arendt, é também ameaçada. Por esse motivo, a discussão sobre o privado transforma-se em discussão sobre a propriedade privada. A propriedade, por sua vez, é relacionada à pobreza ou à riqueza e essa interpretação é equivocada, uma vez que “a riqueza e a propriedade, longe de constituírem a mesma coisa, têm caráter inteiramente diverso” (ARENDT, 2007, p. 71). Para a autora, tanto a propriedade como a riqueza são historicamente de maior relevância para a esfera pública, visto que essas eram a condição de admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania.

Para a autora, na modernidade, a esfera pública, o verdadeiro instrumento de sociabilidade, passa a proteger a esfera privada da riqueza e da

propriedade da casa. Por fim, estabelece uma crítica à diminuição da diferença entre a esfera privada e a esfera pública tal como existia no mundo grego, bem como a transferência das preocupações privadas para a política, e a valorização da esfera privada como fenômeno matricialmente social.

[A] contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social. [...] a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu. (ARENDT, 2007, p. 79).

Assim, de acordo com Arendt, na era moderna não há somente uma contradição entre o privado e o público, mas, sobretudo, a completa extinção entre privado e público, a submersão de ambos à esfera do social. A sociedade nessa era confundiu os limites entre o privado e o público, ao mesmo tempo em que “alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis” (ARENDT, 2007, p. 47). Dessa forma, segundo a autora,

O que hoje chamamos de privado é uma esfera de intimidade cujos primórdios podemos remeter aos últimos períodos da civilização romana, embora dificilmente a qualquer período da Antiguidade grega, mas cujas peculiares multiplicidades e variedades eram certamente desconhecidas de qualquer período anterior à era moderna. (ARENDT, 2007, p. 48).

No momento em que o público torna-se privado e o privado torna-se público, ambas as esferas desaparecem. Arendt ressalta que não apenas a extinção da esfera pública é preocupante, mas também a ausência da privacidade, ao ponto em que a abolição da propriedade privada significa a eliminação do lugar tangível possuído na terra por uma pessoa. Nesse âmbito, a concepção de privado que se apresenta atualmente é contrária à concepção anterior dos gregos e romanos. O termo privacidade não é mais compreendido como privação, mas como algo relacionado à intimidade do coração dos indivíduos, que não possui um lugar tangível no mundo.

Nesse sentido, Arendt destacou Rousseau como sendo o primeiro pensador a observar e analisar a intimidade, pois, foi a partir do mesmo que a esfera privada passou a ser a esfera da intimidade, promovendo uma “estreita

relação entre o social e o íntimo” (ARENDT, 2007, p. 49). Dessa maneira, o indivíduo moderno é constantemente induzido a se abrigar em sua intimidade e a substituir o espaço da vida pública pelo espaço da “autenticidade e da singularidade da vida privada”.

O terceiro autor que desenvolve discussões que auxiliam a compreender a temática é Richard Sennett, o qual em seu livro “O declínio do homem público: as tiranias da intimidade”, de 1943, remonta às origens do declínio contemporâneo da vida pública ao analisar questões relativas ao surgimento da intimidade. E do mesmo modo que Arendt, Sennett afirma que foi Rousseau o principal responsável por observar a entrada dos valores da intimidade na vida dos indivíduos. Ressalta-se que, apesar de Sennett ter sido aluno de Arendt, e suas análises se aproximarem das desenvolvidas pela autora, especialmente em relação ao espaço público, o historiador em questão não menciona Arendt em seu texto.

As definições de público e privado são essenciais para compreender as transformações da sociedade. Segundo o autor, o termo “público” estaria relacionado, desde suas origens, ao bem comum, ao corpo político e à visibilidade, ou seja, àquilo que se pode mostrar aos outros: “a cidade é o instrumento da vida impessoal, o molde em que a diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se indispensáveis enquanto experiência social” (SENNETT, 1998, p. 414). Enquanto o “privado” estaria ligado a privilégios. Assim como Hannah Arendt, Richard Sennett aponta a relação da existência social do homem à esfera pública, e a sua natureza, à esfera privada.

Sennett (1998) afirma que as esferas pública e privada se separam fisicamente e filosoficamente. Fisicamente por meio da construção de propriedades individuais, ambientes de trabalho e locais de lazer. Filosoficamente pela forma em que a vida individual é compreendida, por exemplo, para o autor, a esfera privada tende a dominar a esfera pública, e cita como exemplo os políticos, que são mais julgados por suas características pessoais, tais como honestidade, ao invés de por sua capacidade de desempenhar sua função pública. Em paralelo, o domínio público e, por consequência, o espaço público, estão perdendo o seu caráter de promotor do intercâmbio de pessoas e atividades diversas. O fato de voltar-se mais para o

indivíduo do que para a sociedade tem implicações significativas na política e, portanto, no seu espaço mais característico: o espaço público.

Partindo dessa concepção, Sennett (1998) afirma que a vida pública se transformou em uma obrigação formal, não sendo mais um prazer para os cidadãos, conforme seria na *pólis*, visto que os indivíduos buscam se relacionar com os seus iguais, e os que estão fora desse grupo são estranhos e, portanto, ameaçadores. Essa discussão apresenta sincronia com as estratégias de apropriação do Parque Barigui pelas assessorias esportivas. Os alunos inseridos nas assessorias buscam a identificação enquanto grupo. Roupas, acessórios esportivos, expressões específicas à atividade, criam uma igualdade a seus participantes, ao mesmo tempo que os diferencia dos demais usuários. Vale dizer, enquanto os alunos se relacionam como iguais, causa estranhamento em relação aos demais usuários.

A partir desse contexto, há uma deterioração da cidade, pois, em sua essência, precisa ser composta por diferentes tipos de pessoas e atividades. Como exemplo, o autor cita alguns edifícios de Nova Iorque, Paris e Londres que combinam visibilidade com isolamento social. Da mesma forma que possuem espaços vazios, os quais poderiam corroborar para o encontro, estes são isolados do exterior e são utilizados apenas para passagem.

Seria essa nova característica do espaço público (o movimento) que, segundo o autor, seria a responsável pela morte do mesmo. Segundo Sennett (1998), o espaço público está se tornando sinônimo de via de passagem e, com isso, as pessoas apenas passam por ele, não havendo uma área de convivência, de encontro, de permanência. Uma sociedade que vive em um ritmo a cada dia mais acelerado, com cidades cada vez maiores e mais densas, e com as pessoas com visões mais íntimas que sociais, o movimento tornou-se extremamente importante e, por isso, quanto mais livre ele for, melhor. A partir dessas colocações, Sennett (1998) afirma que o desequilíbrio da vida privada e o esvaziamento da vida pública são os símbolos da sociedade atual.

Para Sennett, então, as sociedades atuais têm se tornado multidões de pessoas preocupadas apenas com suas vidas e emoções particulares, de forma que “o mundo exterior, o mundo impessoal, parece nos decepcionar, parece rançoso e vazio” (SENNETT, 1998, p. 17). O efeito imediato de toda essa postura é que as pessoas passam a conceber “em termos de sentimentos pessoais os

assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal” (SENNETT, 1998, p. 18). Os homens passam, então, a mensurar sua vida social em termos pessoais, provocando uma dissolução da vida pública, “deixando o domínio público desprovido de sentido” (SENNETT, 1998, p. 26), elevando às pessoas a condição do mais radical isolamento da vida pública.

Para Sennett (1998), a sociedade atual, embora promova a facilidade da comunicação, permanece sob o domínio da intimidade. A tecnologia dos transportes e os desenhos da cidade e de seus edifícios são feitos para facilitar o movimento, buscando impedir a permanência nos lugares. A busca da fuga da impessoalidade levou à criação de comunidades que possuem um caráter cada vez mais restrito. Assim como levou as pessoas a relacionarem a felicidade com cenários íntimos, como a família, a casa e os amigos.

A cidade deveria ser [...] o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. Não creio que esse sonho seja inútil; a cidade surgiu como foco para vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades humanas, durante a maior parte da história do homem civilizado. Mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida. (SENNETT, 1998, p. 414).

Para o autor, o homem moderno¹⁷⁸ tornou-se, então, incapaz de participar da vida pública, incapaz de aparecer em público e sustentar sua condição política, pois o homem moderno não assumiu seu papel de ator que representa emoções, permanecendo preso à esfera da vida privada, onde só representa seu mundo íntimo e exclusivo. Assim, “a ideia de que os homens são como atores, a sociedade como um palco, [que] era cultivada na escola tradicional do *theatrum mundi*” (SENNETT, 1998, p. 59), não corresponde à realidade atual, na qual o homem se refugia de sua condição política na intimidade de sua vida privada, passando a fazer parte de uma plateia silenciosa que não interage com o teatro da vida, como analisa Gomes em relação à obra de Sennett:

¹⁷⁸ Richard Sennett afirma que o capitalismo moderno contribuiu para uma transformação social, o individualismo, de forma que “o homem moderno é, acima de tudo, um ser humano móvel” (2003, p. 2013).

[...] Sennett nos diz que a cidade deveria ser o lugar da possibilidade do encontro sem que isso nos induzisse à compulsão da intimidade ou de uma suposta identidade profunda. Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo. Sobre esse espaço se constitui e se desenvolve assim um certo código de conduta, código este que é estabelecido pelo relacionamento, na co-presença e na coabitação. (GOMES, 2014, p. 163).

As discussões delineadas pelos três autores (Habermas, Arendt e Sennett) demonstram que os âmbitos público e privado estão diretamente associados, mas possuem um caráter antagônico: o público enquanto aquilo que é comum a todos, local de encontro, de convívio; já o privado se caracteriza pela intimidade, pela família, como o que deve ser ocultado. Da mesma forma, enfatizam uma decadência da esfera pública em virtude da privada, de maneira que o espaço público deixa de ser perpassado pela diversidade, pela comunicação, e passa a ser utilizado como uma extensão da esfera privada.

Nesse sentido, Habermas afirma que há uma ressonância entre as esferas pública e privada. A esfera pública é o lugar do agir comunicacional, onde os assuntos são expostos e debatidos. Afirma que nos últimos anos está havendo uma dissolução entre as esferas pública e privada, de forma a perder o sentido original dessas, mas a esfera pública continua sendo essencial para a reprodução da vida social.

Já Arendt coloca que uma esfera só pode ser compreendida em relação à outra. A esfera pública responde pela conexão com o mundo. Já a esfera privada perpassa pelas necessidades e sentimentos dos homens. A vida pública é um dos elementos da vida privada, de forma que, enquanto ela entende o público como o que deve ser exibido, o privado é o que deve ser ocultado. A partir da modernidade, segundo a autora, há uma extinção da diferença entre o privado e o público, e uma submersão de ambos à esfera social.

Sennett caminha em um sentido muito próximo, afirmando que a esfera pública é vista como a visibilidade, o bem comum, e a privada em relação a privilégios, à natureza do homem. As esferas pública e privada se separam fisicamente e filosoficamente. A esfera privada tende a dominar a esfera pública, e como consequência, a esfera pública tende a perder a característica produtora de intercâmbio entre as pessoas e atividades diversas. Sennett, neste sentido,

considerando a especificidade da modernidade, afirma que os homens caminham no sentido da dissolução da vida pública, os indivíduos passam a mensurar a sua vida social em termos pessoais. O homem contemporâneo se tornou incapaz de participar da vida pública.

Os três autores caminham, assim, no sentido de postular que os indivíduos tendem a se relacionar com iguais na esfera pública, buscando identificação em termos de relações sociais e sentimentos semelhantes àqueles encontrados na esfera privada. Há, dessa forma, a tendência a uma supremacia da vida privada sobre a vida pública.

Dessa forma, no contexto atual, a esfera pública e a esfera privada estão sendo submersas na dimensão do social, visto que “a esfera pública, [...] se tornou uma função da esfera privada, e a esfera privada, [...] se tornou a única preocupação comum que restou”. (ARENDT, 2007, p. 85). Assim como Arendt, tanto Habermas quanto Sennett chamam a atenção para a dinâmica privatizadora do espaço urbano como uma negação da cidade, como uma área de cidadania que envolve o reconhecimento dos cidadãos como sujeitos ativos e iguais na comunidade política, que são reconhecidos como o direito e a possibilidade real de acessar a diversidade das ofertas urbanas.

A observação do cotidiano dos alunos das assessorias esportivas atuantes no Parque Barigui mostrou ressonância com a postulação dos três autores (Habermas, Arendt e Sennett). Os alunos, de um modo geral, inseridos em assessorias esportivas mostraram a busca por identificação a determinados grupos, onde podem reproduzir sensações, modos de vestir, objetivos, sentimentos. Essas pessoas, no espaço de vida pública, buscam se inserir em um grupo em que obtenham a sensação de proteção, semelhante àquela que encontram na vida privada.

A utilização do Parque Barigui, enquanto espaço público e esfera pública, pela esfera privada, caracterizada aqui por empresas e pessoas que utilizam esse espaço para desenvolver suas atividades independentemente dos demais indivíduos presentes no espaço público, apresenta nuances muito específicas, inclusive em termos da legislação. A inserção das assessorias esportivas dentro no Parque Barigui, e as ações da AATCC a fim de disciplinar essa apropriação, está diretamente relacionada a essa discussão do público e

do privado, ao ponto que essa prática se caracteriza por uma empresa privada realizando atividades dentro de um espaço público.

Para a utilização do espaço dos parques e praças de Curitiba pelas assessorias esportivas e outras empresas, ou seja, utilização de um espaço público por empresas privadas, a legislação municipal prevê que é necessária uma autorização da SMMA para a realização de eventos e atividades de empresas privadas nestes espaços públicos. No entanto, há apenas legislação relacionada à realização de eventos em espaços públicos do município¹⁷⁹ e comércio de ambulantes e *Food Trucks* nos mesmos¹⁸⁰, não havendo nenhuma orientação em relação à atuação das assessorias esportivas nos espaços públicos de Curitiba. A fala de um dos usuários do parque entrevistados contextualiza a presença das assessorias esportivas no parque, e apresenta uma crítica:

Eu acho que é uma coisa meio polêmica, porque é uma utilização do espaço público, sem um retorno para todo mundo. Normalmente quem usufrui dessa ocupação são pessoas que podem pagar por aquele serviço, e é um serviço desempenhado no espaço público, então é uma coisa meio confusa. Eles deveriam estar, ou fazendo aquilo de graça, ou pagando para a comunidade. (Claudio, 63 anos, Designer)¹⁸¹

Assis (2014, p. 49) identificou a mesma falha:

É interessante perceber que nas regras estipuladas pela ATCC não existe nenhum termo de solicitação de uso do espaço à SMMA, órgão responsável pela gestão dos parques em Curitiba, o que aponta uma falta de comunicação entre os órgãos.

Nesse sentido, em relação à utilização do espaço do parque por empresas privadas, a SMMA regulamenta que aqueles que desejarem utilizar estes espaços, devem pedir autorização para a Secretaria em questão, conforme

¹⁷⁹ Decreto 525 - Regulamenta o parágrafo único do Art. 2o, da Lei nº. 10.906/03, que dispõe sobre a promoção e realização de eventos no Município de Curitiba, estabelecendo critérios para utilização de espaços públicos.

¹⁸⁰ Lei nº 6.407 – Regulamenta o comércio ambulante e atividades afins e dá providências correlatas.

Lei nº 14.634 - Dispõe sobre a comercialização de alimentos em áreas públicas e particulares "FOOD TRUCKS".

Decreto 990 - Dispõe sobre o comércio ambulante e dá outras providências.

¹⁸¹ Entrevista concedida à autora em 24 de novembro de 2016.

o art. 12, do Decreto nº 471/1988, que “Dispõe sobre os Parques Municipais e dá outras providências”:

Art. 12 Para a utilização das dependências dos parques por associações ou entidades culturais, esportivas ou científicas, deverão as mesmas, requerer previamente à Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Essa irregularidade da utilização do espaço dos parques e praças do município para prestação de serviços relacionados à atividade física e esporte é identificada pelo Gestor Público durante a realização da entrevista, ao ser questionado sobre a utilização dos espaços públicos pelas assessorias esportivas, e se seria necessária uma autorização da Prefeitura para tanto.

Agora a questão das assessorias esportivas é uma questão um pouco diferente. Porque as assessorias esportivas elas se encontram irregulares, elas se encontram numa condição de ilegalidade, de certa forma se encontram na ilegalidade. Porque até o momento que ele vai com um guarda sol, uns quatro colchonetes, e um contêiner de água com gelo ele está tranquilo, ele não está ocupando um espaço muito exagerado. A legislação diz que não podem ser montados equipamentos no parque, nem equipamentos para uso comercial, porque demanda de ter um alvará de localização provisória. Então aqueles que montam tendas, barracas, que jogam equipamentos diversos, tem alguns que levam até um lugar para estacionar bicicleta, estes estão totalmente fora da legislação de forma agressiva. Agora aquele que leva quatro colchonetes, um guarda sol e um contêiner para água, estes não estão tão errados [...] Existe uma organização que chama ATCC, Associação dos Técnicos de Corrida de Rua de Curitiba, e esta associação é nosso contato para que haja um entendimento até que seja resolvido isso legalmente. Nós temos uma vontade que seja feita uma legislação que regule essa atividade para eles, e delimite alguns espaços onde eles possam ficar instalados no local. Mas até que saia essa legislação, o que prevalece hoje em dia é o bom senso. Ou seja, a gente conversa com ele e fala: “não leve propaganda, não instale logomarca, não instale faixa, não instale banner, leve o guarda sol sem logomarca”; e a maioria deles é consciente e cumpre com esse acordo. (Gestor Público SMMA)¹⁸².

A fala do Presidente da AATCC sobre a relação com as secretarias da prefeitura e a utilização dos espaços públicos apresenta um discurso oposto ao do Gestor Público da SMMA:

¹⁸² No momento da realização da entrevista, no dia 11 de janeiro de 2016, a atualmente intitulada AATCC (Associação de Assessorias Esportivas e Técnicos de Corrida de Curitiba) era denominada ATCC (Associação de Técnicos de Corrida de Rua de Curitiba).

A assessoria tem uma limitação de material, que a gente não consegue muito fazer. Por que? Porque nosso apoio muito forte é da SMELJ, que não coordena o uso de parques e praças. A instituição, ou órgão, que deveria nos dar o apoio, porque nós sempre estivemos dispostos e abertos a conversar e dar a contrapartida, seria a Secretaria de Meio Ambiente [...]. Porque a gente já arrumou tudo, vamos utilizar aquele tal lugar, tipo box de feira, tem lá, as feiras custam tanto, e isso acontece em qualquer lugar. [...] As assessorias, a gente já sugeriu, é simples, pega todas as assessorias, por antiguidade, e aí não dá para o cara dizer “eu sou mais antigo”, primeiro porque os mais antigos sabem quais são os outros que vem na sequência, então vou ser eu e mais uns 5-6 que vão dizer “tu chegou depois, então entra aqui na fila, senta no seu banquinho, tu senta lá e fica bem quietinho, vai escolher lugar se tiver”. E vão ter X espaços, que vão custar um alvará, que vai sair R\$1000 / R\$ 1500, não sei quanto por ano, paga-se o alvará e tu tem o direito ao uso daquele espaço, como é feito com carrinhos de picolé, como é feito para qualquer coisa. Só que não existe essa possibilidade, eles não têm interesse nenhum, na verdade. (Presidente AATCC).¹⁸³

Por meio da análise das falas dos representantes de ambas as instituições (AATCC e SMMA), pode-se observar que há um conflito entre as mesmas sobre a organização das assessorias esportivas nos espaços públicos, que tem aumentando com o passar dos anos. Enquanto o poder público não apresenta regulamentações oficiais, mas apenas se posiciona informalmente sobre a questão, a AATCC, por meio de seu regimento interno determinou a maneira que estes espaços devem ser ocupados por seus associados.

Esse aspecto é enfatizado pela fala do Presidente da AATCC durante a entrevista, ao afirmar que as pessoas querem “transformar o espaço público em seu escritório. Com a AATCC a gente fez as regras para que isso não aconteça. [...] As normas surgiram porquê? Para limitar a questão de espaço mesmo, e uso” (Presidente da AATCC). Esse discurso também se repete no “Regimento Interno AATCC” e no “Estatuto Social” da mesma instituição (trecho já apresentado anteriormente), ao enfatizarem a importância do respeito pelo espaço público e por seus usuários:

Art. 11º. O associado deve respeitar o espaço público acima de tudo, respeitando locais de maior trânsito de usuários e o meio ambiente, devendo primordialmente:

- I. Evitar utilizar espaços grandes que possam atrapalhar os usuários do logradouro público;
- II. Evitar utilizar espaços que possam denegrir o meio ambiente atendendo as orientações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Urbanismo;

¹⁸³ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

- III. Manter o local sempre limpo e em ordem, e ao final da atividade devolver o espaço da maneira que foi encontrado;
- IV. Cuidar do patrimônio público acima de tudo. (AATCC, 2017, s/p.).

Nesse âmbito, a AATCC disponibiliza em seu *website*, neste mesmo regimento, um regulamento para a utilização dos parques e praças, com recomendações em relação à forma de ocupação do espaço público:

Art. 12º. Quanto ao espaço a ser utilizado por cada associado nas corridas de rua sob responsabilidade da Associação, resta determinado que:

- I. A área definida para utilização deve ser de 10mx10m;
- II. Quanto aos espaços utilizados para aquecimentos e outras atividades, deverá preponderar o bom senso de cada técnico, visando sempre não atrapalhar o uso comum do local ou que possa denegrir o meio ambiente;
- III. Quando os associados estiverem ao mesmo lado da pista de corrida estas devem manter uma distância mínima de 100m uma das outras no desenvolvimento de suas atividades. Caso estejam de lados opostos a distância deve ser de no mínimo 50m;
- IV. Os materiais do associado devem estar a no mínimo 2m (dois metros) de distância da pista;
- V. Terá direito a local fixo nos parques e praças públicas, aqueles associados que tiverem frequência semanal regular em dias pré-estipulados; caso contrário, os associados que utilizarem o espaço esporadicamente deverão utilizar-se dos espaços liberados, ambos sob consulta da Associação;
- VI. Quanto aos materiais a serem utilizados nos espaços públicos, fica definido que os associados poderão utilizar:

• DIAS DE SEMANA

- 1. Caixa Térmica
- 2. Caixa Guarda Volumes
- 3. Colchonetes
- 4. Kettelbell, elásticos, cordas, barreiras e materiais para fortalecimento de pequeno porte.

• SÁBADOS

- 1. Caixa Térmica
- 2. Caixa Guarda Volumes
- 3. Colchonetes
- 4. Kettelbell, elásticos, cordas, barreiras e materiais para fortalecimento de pequeno porte.
- 5. Guarda Sol

Paragrafo Único: Nos espaços públicos destinados e/ou utilizados para treinos fica expressamente proibidos para os associados a utilização de bebidas alcoólicas, sejam pós-treinos ou eventos diversos. (AATCC, 2017, s/p.).

Durante a realização das entrevistas com os responsáveis das assessorias esportivas, pode-se observar que essas normas apresentadas no regimento interno da associação, em especial no que se refere aos materiais que poderão ser utilizados durante a semana e no final da semana, já fazem parte da cultura das assessorias esportivas presentes no parque:

Então, como a gente tem uma associação que rege isso, a gente tenta utilizar o mínimo de coisas possíveis. Geralmente utilizamos caixa organizadora, caixa térmica, um lixo e alguma coisa para guardar os pertences dos alunos. Em termo de material de fortalecimento, a gente consegue usar mais coisas que não agredam grama, espaços do ambiente e si: grama, árvore, essas coisas. (Assessoria Esportiva A)¹⁸⁴

[...] a ATCC tomou a frente, e ia lá tentando avisar “hoje vocês estão levando muita coisa para o parque, não pode levar cadeira, não pode levar mesa, não pode guarda-sol, não pode colocar tenda”, se não ia estar um monte de coisa aqui, ia ficar inviável para os usuários do Barigui. (Assessoria Esportiva H).¹⁸⁵

Ainda há uma determinação dos materiais e ações durante os eventos. Destaca-se que nem todas as empresas que utilizam os espaços dos parques e praças estão associadas à AATCC, fazendo com que nem sempre essas normas sejam cumpridas. Algumas falas das assessorias esportivas entrevistadas esboçam a temática no que se refere à ocupação dos espaços do parque, demonstrando que esta ocorreu, inicialmente, sem a atuação direta da associação, mas, com a criação da mesma, houve uma organização maior nesse aspecto:

[...] cada um foi estabelecendo um local de atuação. Lógico que a gente trabalha em cima de uma regra de bom senso, não atrapalhar o espaço do próximo, mas a gente estipula um distanciamento mínimo de 100 metros de assessoria para assessora, então isso a gente faz de uma equipe para outra daí. (Assessoria Esportiva A).¹⁸⁶

Eu quando comecei, comecei lá do lado da chaminé, era segunda e quarta de noite. Só que de acordo com a minha necessidade, e o treinamento do pessoal que tinha natação 3x por semana, eu mudei para terça e quinta. Lá da chaminé, ao lado do museu, eu passei para cá. Fiquei um temp o aqui [gramado entre a ponte de madeira e Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Curitiba], até começar encher, só que começou a chover muito de lá para cá, e estava tendo muita enchente aqui no Barigui, subia muito alagamento, daí eu passei para cá [pracinha das mam es]. Fui uma das primeiras desse horário da noite. Você perguntou como foi definido n ? Logo em seguida veio a ATCC, que foi bem interessante e importante essa regulamenta o das assessorias no parque, começou a ser mais ou menos designado o local de cada um. Ninguém é dono do parque, se alguém quiser chegar e montar no meu lugar ali, não tem problema nenhum, não posso brigar e tirar a pessoa dali. Isso é questão de respeito, e saber que a assessoria está ali faz tempo, e acho que com a ATCC ficou mais fácil

¹⁸⁴ Entrevista concedida à autora em 10 de janeiro de 2016.

¹⁸⁵ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

¹⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 10 de janeiro de 2016.

isso. [...] Daí que foi definido tudo isso, questão de respeito, e um ajudando o outro. (Assessoria Esportiva H).¹⁸⁷

Além da determinação de quais materiais devem ou não ser utilizados nos espaços públicos em que as assessorias esportivas realizam atividades,

Terá direito a local fixo nos parques e praças públicas, aqueles associados que tiverem frequência semanal regular em dias pré-estipulados; caso contrário, os associados que utilizarem o espaço esporadicamente deverão utilizar-se dos espaços liberados, ambos sob consulta da Associação. (AATCC, 2017, s/p.).

Percebe-se, então, que, pela falta de atuação do Estado no espaço público em relação às assessorias esportivas, a AATCC ocupou as lacunas abertas pelo poder público, desenvolvendo e aplicando normatizações sobre a forma de utilização do espaço público por essas empresas, visto que não há nenhuma legislação ou normatização relacionada a essa forma específica de utilização do parque. Essa falta de legislação sinaliza, dessa forma, a supremacia do privado sobre o público, no mesmo sentido acenado por Habermas, Arendt e Sennett.

Essa supremacia do privado sobre o público tem possibilitado o estabelecimento de barreiras simbólicas, inseridas num processo de territorialização do espaço. Estas barreiras simbólicas são emergidas a partir das relações entre as próprias assessorias, assim como entre seus alunos e os demais usuários do parque, especialmente por meio de comportamentos e utilização de materiais para o desenvolvimento das atividades relacionadas à corrida. A acessibilidade do espaço do parque, nesse contexto, passa a não ser mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Assim, à medida que o indivíduo contemporâneo postula a hipervalorização do pessoal, do privado, conforme afirma Sennett, erguem-se barreiras ao processo de comunicação, dificultando a relação interpessoal, inclusive quando se extrapola para o campo do espaço público definido fisicamente, produzindo essa territorialização do espaço.

O trecho do diário de campo transcrito a seguir demonstra um questionamento emergido durante a pesquisa acerca dessa temática:

¹⁸⁷ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

A “praça” ao lado do Museu do Automóvel, que geralmente está ocupada por assessorias esportivas, hoje não está. O mesmo ocorre com boa parte da área coberta em frente ao Salão de Atos, visto que somente a [...] estava utilizando uma parte do espaço. Sem as assessorias, esses espaços foram ocupados por usuários do parque. Aqui cabe o questionamento se as assessorias esportivas, ao apropriarem continuamente determinados espaços do parque, não estão inibindo a utilização de locais que são utilizados pela população? (DIÁRIO DE CAMPO, 13 de janeiro de 2016).

Constata-se que o fenômeno das assessorias esportivas é uma tendência e pode se caracterizar como uma “privatização por dentro” do parque. Baseado nos mesmos autores, Serpa (2009), afirma que o espaço público transforma-se em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos por meio da ereção de barreiras simbólicas, muitas vezes invisíveis, por estes grupos.

Essa privatização de um espaço público significa a sua inserção na lógica do lucro, o espaço público e a cidade de um modo geral são rebaixados de obra (valor de uso e fruição), a produto para o consumo (instrumento do valor de troca), e o espaço/tempo passam a ser considerados como mercadorias (LEFEBVRE, 2001). Assim, os espaços públicos se tornam espaços “privatizados”, espaços de consumo e espaços para consumo.

Os usuários do parque e empresas presentes contribuem para a amplificação da esfera privada no espaço público, corroborando para surgir uma diversidade de estranhamentos mútuos de territórios privados, mas expostos a uma visibilidade completa. Trechos do diário de campo explicitam essa tensão criada pela constituição de espaços privatizados:

A assessoria esportiva [...] está utilizando os bancos de uma “pracinha” ao lado do Museu do Automóvel, onde geralmente se estabelece no período da manhã (inverno). Os bancos são utilizados para organizar os materiais que a assessoria utiliza, e para auxiliar no alongamento de seus alunos. Durante o período de observação, apenas uma pessoa que não é aluno da empresa utilizou um pedaço desse espaço. Enquanto essa pessoa utilizou o espaço foi constantemente observada pelos alunos da [...] que estavam no local. Pode-se perceber que enquanto a assessoria esportiva utiliza esse espaço, há basicamente alunos da mesma o utilizando. (DIÁRIO DE CAMPO, 27 de junho de 2016).

Durante o período de observação, permaneci sentada em um banco próxima aos equipamentos de alongamento. Por volta das 19h00, uma professora da equipe [...] senta-se no mesmo banco, próxima a mim.

Logo em seguida, alguns alunos vão se juntando a ela, de forma a compor um grupo de aproximadamente 20 pessoas conversando muito próximas a mim. Nesse momento, pude escutar alguns de seus comentários:

* Uma das alunas se espanta com o grande número de pessoas presente nos equipamentos. A professora complementa que esse é o local mais cheio do parque hoje, e que essa grande utilização do espaço esteja relacionada à quantidade de iluminação no local, diferente de outros pontos do parque;

* Outra aluna, ao chegar, comenta que estava dando aula do outro lado do parque, e que teria sido “empurrada” do local onde estava, para outro, por uma assessoria esportiva. No entanto, essa mesma aluna estava realizando a mesma prática comigo, ao colocar a bolsa ao meu lado e perguntar se poderiam deixar o material ali mesmo;

* Outro professor, ao chegar, demonstra preocupação com o número de usuários nos equipamentos de alongamento, assim como pela presença da assessoria esportiva [...], visto que precisariam utilizar alguns equipamentos para realizar alguns exercícios. Segundo esse professor, aqueles que utilizam cotidianamente o espaço do parque não gostam de dividi-lo, principalmente as assessorias esportivas.

- A equipe [...] acabou se instalando no gramado entre os equipamentos de alongamento e a pista de bicicleta. Os professores fixaram elásticos nas barras de alongamento, afastando outros usuários desse equipamento durante a presença dos mesmos no local. Assim como ocorre quando a assessoria esportiva [...] utiliza dos equipamentos de alongamento, os usuários evitavam se aproximar e utilizar os espaços que a equipe está utilizando.

(DIÁRIO DE CAMPO, 19 de abril de 2016).

Do mesmo modo que essa tensão foi percebida durante as observações, nas entrevistas, algumas assessorias esportivas deixam claro essa disputa entre os espaços do parque:

Historicamente nós começamos a atender do outro lado do parque, aonde fica um pessoal que joga frescobol. No período da manhã isso foi fácil para nós, tem um estacionamento também na frente, então a gente ficava de olho nos carros como uma garantia de segurança, e atendíamos de manhã e de tarde. Só que à tarde havia o problema desse pessoal do frescobol, e a bolinha ficava vindo na gente, e tínhamos que ficar devolvendo a bolinha para eles. Essa divisão do espaço acabou nos trazendo para esse lado do parque. (Assessoria Esportiva B).¹⁸⁸

Quando a gente começou a trabalhar eram poucas assessorias, a gente ficava próximo à ponte, antigo marco zero, perto da pracinha das mamães. No fim acabou surgindo muita assessoria, e todo mundo começou a se acumular no mesmo lugar, e acabou que a gente não conseguia trabalhar direito. Então a gente preferiu sair, para não criar algo ruim entre as outras assessorias, e fomos para o ponto onde hoje nós estamos, que é do lado do museu, é de fácil acesso para os alunos. (Assessoria Esportiva D).¹⁸⁹

¹⁸⁸ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

¹⁸⁹ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

No começo tive problema com uma assessoria, que hoje é a do [...], foi muito engraçado a vez da [...], acho que o [...] nem estava com ela ainda. Ela vinha em cima de mim, não podia falar “pô”, estou aqui, mas para quê vir coladinho, viesse aqui, não, eles ficavam coladinho. Até que acho que o [...] entrou, e começou a conversar com ela, daí ela saiu fora. (Assessoria Esportiva H).¹⁹⁰

Os trechos das falas de atores sociais entrevistados e do diário de campo aponta a crescente privatização simbólica dos espaços do parque, assim como demonstra como os próprios usuários do parque contribuem para a ampliação da esfera privada no espaço público. Assim,

[...] as cidades de cidadãos exibem representações espaciais do exercício dessa cidadania, definindo ao mesmo tempo os espaços de exclusão, assim como foi desde a Grécia Clássica até a moderna aglomeração urbana, que exprime com complexidade toda uma rede espacial de pertencimento diferencial. (GOMES, 2014, p. 135).

A essa crescente privatização simbólica, especialmente associada às assessorias esportivas presentes no Parque Barigui, pode-se relacionar a discussão acerca do recuo da cidadania. Este recuo é aqui compreendido enquanto uma redefinição nos quadros da vida social coletiva, modificando gradualmente o estatuto das práticas sociais e espaciais no mundo contemporâneo. A análise de Gomes (2014), baseada em Habermas, aponta para esse recuo da cidadania, identificando quatro principais processos em que este pode ser caracterizado: a apropriação privada crescente dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social; e o crescimento das ilhas utópicas. Ressalta-se que tais processos se manifestam sobre o espaço com áreas de superposição e de maneira complementar.

Especialmente as características denominadas pelo autor como “apropriação privada crescente dos espaços comuns” e “progressão das identidades territoriais” apresentam exemplos claros no âmbito do Parque Barigui e a sua apropriação pelas assessorias esportivas.

Em relação à apropriação privada dos espaços comuns, Gomes (2014) descreve que o livre acesso a locais públicos pressupõe a não-exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são de interesse comum,

¹⁹⁰ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

mas o que ocorre, na prática, é uma apropriação desses espaços, por camelôs, por exemplo. Nestes espaços, os terrenos são disputados, e sobre o espaço público são estabelecidos loteamentos controlados por sujeitos, os quais são vistos muitas vezes como “proprietários”. Para o autor, a degradação dos espaços por essa utilização é física (por meio da colocação de elementos físicos que caracterizem sua presença, tais como caminhões, carros, microfones, etc.), mas também, em grande parte, construída pelos usos que são substitutivos à ideia de um espaço público, um espaço de convivência, um espaço de respeito ao outro.

No que se refere à progressão das identidades territoriais, tal processo diz respeito à afirmação de identidades sociais na cidade, de forma que há a predominância do nível coletivo, e a oposição e a diferenciação são determinadas em relação ao outro, exterior ao grupo. Dessa forma, o espaço é sempre objeto de conflitos, visto que estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais. Gomes (2014) denomina esse fenômeno de “tribalização” e afirma que este é em parte o responsável pela transformação da imagem da cidade contemporânea, ao ponto em que o aumento de territórios identitários significa uma diminuição dos espaços públicos na cidade.

Serpa (2004, p. 32) também desenvolve essa discussão, ao afirmar que

Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos. Os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa.

Essas características apontadas são encontradas na apropriação do parque pelas assessorias esportivas já descritas ao longo do texto, ao se apropriarem do espaço de forma sistemática e trazendo consigo elementos que demarquem seu local, assim como estabelecendo um território dentro do espaço público.

A proscrição das normas que regem os usos e costumes do espaço público significa, sem dúvida, a perda de sua natureza essencial; [...] estreita-se a possibilidade do exercício da cidadania pela diminuição do espaço público, suprimindo assim a dimensão de homem público

dos habitantes ou usuários das grandes cidades. [...] Dentro do urbano, há, de forma crescente, o estabelecimento de espaços proibidos ou nunca frequentados, espaços que, ao ser apropriados, são submetidos a normas de uso próprias e a critérios particulares de acesso e vigilância. (GOMES, 2014, p. 191).

Um das principais características que fez o parque se tornar referência no município para a prática de corrida diz respeito à estrutura que o mesmo possui, tais como a qualidade, distância e diversidade das pistas, estrutura de banheiros e estacionamento, iluminação no período da noite, fácil acesso, mais de um equipamento de alongamento, dentre outras. As pistas, inclusive, como já discutido anteriormente¹⁹¹, apresentam uma sinalização indicando tanto as distâncias, quanto o tipo de atividade que deve ser desenvolvida em cada uma delas.

Há, portanto, toda uma infraestrutura construída pelo poder público no parque voltada para a prática de atividade física. Esse aspecto também pode ser percebido nas falas dos entrevistados:

Esse parque pelo apelo turístico dele e pelo apelo das pessoas com o Parque Barigui, por ser a tradicional praia da cidade, e a gente vê nele a possibilidade de ter mais expansão pelo sentido de haver mais pessoas praticando atividade física aqui no parque. (Assessoria Esportiva B).¹⁹²

[...] as pessoas costumam vir bastante aqui, tem bastante pessoas procurando atividade física em todos os momentos, então comercialmente é mais proveitoso. [...] a infraestrutura dele é uma das melhores daqui de Curitiba, não tenho nem dúvidas, o melhor. (Assessoria Esportiva C).¹⁹³

Porque é um parque que sempre teve uma maior estrutura para quem pratica atividade física, é um parque que tem segurança, é um parque da fácil visibilidade para o técnico com seu aluno. (Assessoria Esportiva D).¹⁹⁴

[...] é o parque mais bonito, que tem mais infraestrutura com as pistas de corrida, gramado, um facilitador muito grande. (Assessoria Esportiva H).¹⁹⁵

¹⁹¹ Discussão apresentada no tópico “4.3 As diversas formas de utilização das pistas do Parque Barigui e seus conflitos, um caso em particular”.

¹⁹² Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

¹⁹³ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

¹⁹⁴ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

¹⁹⁵ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

Pode-se afirmar, então, que essa vocação do parque para a prática da atividade física não se dá apenas pela presença de diversas empresas voltadas para esse tipo de atividade, mas também, em paralelo, pela consolidação de uma estrutura de uso do espaço com o mesmo objetivo. Essa especialização do parque voltado para a prática de atividade física foi crescendo à medida que o uso para esse fim foi sendo ampliado, em um processo de retroalimentação. Soa ser a expansão do privado em relação ao público, de tal forma que a esfera pública procura atender as demandas da expansão do privado, reforçando o processo de decadência do público.

Segundo a argumentação de Arendt (2007), a perda do espaço público significa a perda da condição de igualdade. A especialização do parque à prática da atividade física retira a condição de igualdade a seus usuários. A compreensão da decadência da esfera pública que perpassa a discussão dos três autores, Habermas (2014), Arendt (2007) e Sennett (1998), se expressa através do comportamento dos alunos das assessorias esportivas, que buscam o parque não em função da diversidade, do encontro com pessoas e atividades diferentes, mas de pontos em comum, reproduzindo as condições do privado. O que caracteriza a cidade enquanto esfera pública é justamente a diversidade de pessoas e atividades. Neste caso, é possível observar que os indivíduos buscam os iguais, eliminando a diversidade que caracteriza a cidade. Sennett afirma que as pessoas se tornaram incapazes de participar da vida pública.

Em paralelo a isso, muitos alunos das assessorias esportivas relacionam o início da utilização do parque para a prática da corrida com a presença das assessorias esportivas no mesmo. Ou seja, passaram a utilizar o parque com mais frequência em busca do serviço prestados por essas empresas:

Eu frequento o parque para treinar. (André, 40 anos, Advogado, aluno de assessoria esportiva).¹⁹⁶

[...] como a assessoria treina aqui, venho treinar aqui. Dificilmente venho para passear nesse aqui, mas também já usei para passear, mas venho mais para treinar mesmo. (Ronaldo, 47 anos, Servidor Público, aluno de assessoria esportiva).¹⁹⁷

¹⁹⁶ Entrevista concedida à autora em 02 de fevereiro de 2016.

¹⁹⁷ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

As assessorias, acho que também a distância da minha casa, e também o local que mais tinha assessoria. (Ana Paula, 23 anos, Engenheira Civil, aluna de assessoria esportiva).¹⁹⁸

A escolha do parque acho que foi mais por causa da assessoria. É onde o pessoal ministra os nossos treinos, é aqui no Parque Barigui. Eles também praticavam em outros parques, mas eu me identifiquei vindo mais aqui, que é muito melhor. (Freddy, 46 anos, Consultor de Tecnologia em Telecomunicações, aluno de assessoria esportiva).¹⁹⁹

Da mesma forma, os demais usuários buscam repetir o uso do parque segundo a sua especialização: nos dias de semana a atividade física destacadamente em determinados horários e nos finais de semana o lazer descontraído.

Esse discurso apresentado por alguns alunos das assessorias esportivas relaciona-se à ideia de consumo da cidade de Acseirad (2013, p. 236), ao afirmar que “podemos talvez acrescentar que a cidade se torna o lugar do consumismo e do consumismo de lugar”. Segundo o autor, do mesmo modo que a cidade é o lugar preferencial do consumismo de bens, é também lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras/localizações pautadas em um culturalismo de mercado.

*E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados. [...] Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds* [...] O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. (SANTOS, 2014, p. 64).*

A necessidade de identificação a um grupo, conforme considerado por Sennett (1998), pode ser visualizado no modo de vestir, nos acessórios, nas marcas que predominam no vestuário, de modo a caracterizar um “corredor”. Assim, não é possível discutir os parques na modernidade sem apontar a influência do consumo nessa dinâmica. O primeiro aspecto observado nesse sentido no Parque Barigui, sem realizar uma observação e análise mais profunda, se refere às roupas e equipamentos utilizados, de forma a caracterizar

¹⁹⁸ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

¹⁹⁹ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

um público específico, aqueles que praticam atividades físicas no parque, estimulando a sua identificação enquanto um grupo.

Nesse sentido, a utilização do parque se insere nessa ideia de consumo, ao ponto que há uma certa identidade de utilização do parque associada à prática de atividade física durante a semana (de segunda-feira a sexta-feira²⁰⁰). Observa-se, então, a absorção das relações de consumo pelos valores de convivência e interação social, substituindo os círculos públicos de interação, por estereótipos para o consumo individual, ou restrito a pequenos grupos que partilham dos mesmos interesses, inserindo igualmente barreiras simbólicas, de tal forma que os grupos de usuários das assessorias são identificados pelas roupas e acessórios esportivos, diferenciando-se dos demais usuários. Conforme pode ser observado durante o trabalho de campo,

Os estacionamentos e o parque em si estão lotados. Há muitas pessoas aparentemente passeando com a família, sem roupas para a prática de atividade física. Assim como foram observados muitos grupos sentados na grama conversando, tomando chimarrão. Fazendo pick-nick, fumando narguilé, bebendo, e contemplando o parque. Provavelmente por conta das férias escolares, há muitas crianças no parque. (DIÁRIO DE CAMPO, 13 de janeiro de 2016).

Os alunos das assessorias, em sua totalidade, vestem roupas, calçados e acessórios específicos para a prática esportiva. Assim como utilizam equipamentos para controlar o ritmo da corrida e frequência cardíaca, tais como relógios, frequencímetros e GPS. (DIÁRIO DE CAMPO, 01 de fevereiro de 2016).

Na sexta-feira observa-se mais pessoas utilizando o parque sem o objetivo claro de realização de atividades físicas, diferente dos demais dias da semana. Esse público, em geral, não está utilizando roupas e equipamentos específicos para a prática de esportes e atividades físicas, assim como suas atitudes demonstram um caráter desinteressado, relaxado. Pelo contrário, estão de chinelos e sandálias, vestidos e calça jeans. Os mesmos, geralmente em grupos, caminham calmamente pelo parque, conversando, rindo, olhando para a paisagem e tirando fotos. No entanto, esses grupos, em geral, são observados até anoitecer. (DIÁRIO DE CAMPO, 15 de abril de 2016).

No período da manhã observa-se pessoas utilizando o parque, em sua grande maioria, com o objetivo de realizar atividades físicas, orientadas ou não. Estes usuários utilizam equipamentos e roupas específicas para a prática de atividade física. (DIÁRIO DE CAMPO, 31 de maio de 2016).

²⁰⁰ Essa diferença de formas de apropriação do Parque Barigui entre os dias de semana (de segunda-feira a sexta-feira) e finais de semana (sábado e domingo) já foi apontada anteriormente no tópico “4.1 Diferentes estratégias de apropriação dos espaços públicos em Curitiba: em foco o Parque Barigui”.

É possível perceber que aos sábados, em geral, no período da manhã, há um fluxo contínuo de chegada e saída de pessoas do parque. Sendo que estas, em sua grande maioria, estão utilizando roupas e equipamentos específicos para a prática de atividade física. [...] A partir das 10h30 começa a haver uma mudança no público que utiliza o parque. Algumas assessorias esportivas começam a encerrar suas atividades, e é possível observar algumas famílias com crianças no parque, pessoas sentadas no gramado, assim como pessoas que não estão utilizando roupas e equipamentos específicos para a prática de atividade física. A partir desse horário o estacionamento começa a ficar mais cheio. Ressalta-se que nesse momento, o clima já está mais ameno, não está mais tão frio quanto no início da manhã. (DIÁRIO DE CAMPO, 04 de junho de 2016).

Essa característica das roupas e equipamentos utilizados pelos praticantes de atividade física no parque, em especial pelos corredores, assim como a expansão dessa prática, está atrelada à criação de um mercado consumidor, como descrito por uma das assessorias esportivas, e que está inserido na identificação enquanto grupo:

A nossa faixa etária média era de 37-38 anos. Agora a minha percepção do mercado é que está surgindo um novo perfil, que é um perfil que há uns 6 anos atrás, quando teve o 600k da Nike, que a Nike sempre entrou no mercado. A Nike não consegue concorrer com a Asics, não consegue concorrer com a Mizuno, não consegue ganhar o mercado de corrida. Então o que ela tentou fazer, e tenta fazer ainda, criar o público que ela trabalha. E ela tentou criar um público, está tentando, e acho que ela vai colher frutos durante um tempo, não só em função dela, mas em função de uma mudança de mercado, que é um público na faixa etária de 22 a 25-26 anos, que não era um público que corria com regularidade, que não fazia isso por hobby, porque era bonito, porque era legal. E hoje em dia faz, porque os eventos são super legais, tem eventos noturnos, com baladas, com não sei o que, e depois toca show de música. Tem o da revista Rolling Stones que faz e tem show de não sei quem depois. Então começou a conquistar produtos, os eventos ajudaram nisso, e a Nike tem um apelo de frufuzinho, de roupa de não sei o quê, que esse público compra, que é o público Nike que a gente chama, que é o mais novo. E a gente começou agora a ter esse tipo de público [...]. (Assessoria Esportiva J).²⁰¹

Mas o aspecto mais profundo, além da superficialidade das roupas e equipamentos que o público praticante de atividade física utiliza, está no fato da mercantilização da prática da corrida nos parques interferir na apropriação do mesmo. Especificamente o Barigui se tornou o principal espaço público de prática de atividade física na cidade, em especial da corrida, assim como sua função principal é apontada por muitas assessorias esportivas como o principal

²⁰¹ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016

local para a prática da corrida em Curitiba. Os trechos das entrevistas com as assessorias esportivas apontados abaixo demonstram essa importância do parque para a prática da corrida:

A gente sabe que o Barigui é o mais frequentado, é onde a gente tem uma visibilidade, as pessoas conseguem enxergar mais a gente, consegue mostrar mais o nosso trabalho, porque os corredores estão aqui, quem gosta de correr, quem corre mesmo vem para o Barigui. (Assessoria Esportiva G).²⁰²

O parque de referência na cidade é esse, é o parque mais cheio de todos. Então eu acho que é o ponto inicial de quase todas as assessorias, depois algumas vão migrando, buscando alguns parques onde não tem ninguém dando treino ainda, vai buscando também outros pontos de referência. Mas o ponto principal, a maioria começa aqui. (Assessoria Esportiva I).²⁰³

Aquela velha história, a praia do Curitiba, o parque onde todo mundo vai. Na verdade, não é onde todo mundo vai, é onde o curitibano vai. O que eu chamo de curitibano, é aquela coisa mais tradicional. Era um desfile de moda quando eu cheguei aqui, as pessoas iam de salto, cabelo, não sei o que lá. Hoje não, hoje é um lugar onde as pessoas fazem esporte realmente, mas ainda, o público que vai no Parque Barigui, é diferente do público que vai no Bacacheri, é diferente do público que vai no Parque dos Tropeiros, são públicos diferentes. [...] O Barigui é o local onde todo mundo começa, por quê? Porque, cara, você quer montar uma assessoria, você quer mostrar o seu trabalho, vai para o Barigui. Acho que quase todo mundo está na Barigui, poucas pessoas de assessorias não vão no Barigui. (Assessoria Esportiva J).²⁰⁴

As relações de consumo foram absorvidas e incorporadas aos valores e costumes, de forma a gerar uma transformação na percepção e apropriação do espaço público. O espaço público passa, então, a ser “mercadoria para o consumo de poucos” (SERPA, 2007, p.9).

Pode-se afirmar, então, que há um enfraquecimento da esfera pública a partir da instalação das assessorias esportivas no parque, de forma a gerar uma artificialidade nas relações sociais. Nesse sentido, Serpa (2009) enfatiza que a somatória de processos de apropriação do espaço por um coletivo de sujeitos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto à população e acessível a todos, mas tais características não são suficientes para caracterizá-lo enquanto um espaço público. É necessário ir além das imagens publicitárias do parque enquanto um cenário paisagístico para

²⁰² Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016

²⁰³ Entrevista concedida à autora em 12 de março de 2016.

²⁰⁴ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

um espaço ser “público”, de forma a ser dotado de conteúdo e significado por seus usuários. A apropriação, então, inclui o afeto, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, os quais caracterizam a utilização do ser humano no espaço como energia vital para o mesmo ser denominado de espaço público.

Nesse âmbito, a apropriação do Parque Barigui pelas assessorias esportivas nos últimos anos, em um duelo público x privado, pode ser considerada uma relação dialética: que contribui para o processo de recuo da cidadania, enquanto estas segregam e apropriam os espaços do parque para a realização de suas práticas; e, por outro lado, corrobora para a utilização do espaço público do parque, ao ponto que estimula a utilização deste mesmo espaço, podendo constituir uma nova forma de conceber a cidade e, nesta, o espaço público.

O recuo da cidadania pode ser compreendido a partir do princípio da cidadania enquanto um pacto social. Pressupõe o pertencimento a um grupo e a um território, atrelado a direitos e deveres socialmente estabelecidos. Há, dessa forma, um contrato social atrelado a normas de convívio e de apropriação do território, sobre o qual qualquer tipo de alteração consubstancia um recuo da cidadania.

É neste contexto que, sob um determinado ponto de vista, se compreende a inserção das assessorias esportivas no Parque Barigui, delineando novas normas de convívio, subvertendo um pacto social anteriormente estabelecido para a apropriação do espaço público, que, como afirma Gomes (2014, p. 174), é

[...] o principal *locus* de reprodução da vida coletiva e toda ação social que pretenda subverter a existência desse espaço ou transformar seu estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde a um recuo do contrato inicial que funda a cidadania.

Nesse sentido, a ereção de barreiras simbólicas ao definir formas específicas de apropriação do Parque Barigui pelas assessorias esportivas pode ser compreendida no âmbito de um recuo da cidadania, subvertendo as normas inicialmente estabelecidas através do contrato social. Esse mecanismo pode também ser associado ao consumo de lugares, em que o Parque Barigui foi

“eleito” como *locus* da prática de corrida, coroando a presença das assessorias esportivas, basicamente nos dias de semana.

Apesar dos três autores (Habermas, Arendt e Sennett) apontarem a decadência do público e do privado, materializando a morte das cidades, este pode ser um processo inerente à mudança histórica, em que a cada nova etapa a cidade renasce, se reinventa sob novos paradigmas.

Assim, ao mesmo tempo em que a presença das assessorias pode ser colocada como um processo que compromete a cidadania, por outro ela estimula a utilização do espaço público, dando-lhe vida, constituindo uma nova forma de conceber a cidade e a própria busca da cidadania.

Nesse aspecto, Borja (2003) questiona se haveria mesmo uma morte da cidade contemporânea. Como resposta, o mesmo coloca que anteriormente havia ocorrido a morte da cidade moderna, barroca e medieval, visto que quando a mudança histórica parece acelerar, é perceptível a transformação no desenvolvimento urbano, se decretando a morte da mesma. A partir dessa compreensão, pode-se colocar que há o renascimento da cidade dia-a-dia, e como a vida, exige criatividade para inventar formas desejáveis para a nova escala territorial e combinar a inserção em redes com a construção de locais.

As discussões de Borja sobre a conquista da cidadania auxiliam a compreender esse processo:

Em cada época la ciudad há sido um lugar de conquista de libertades y derechos, em cada época el lugar, los actores y los conflictos han sido distintos. La ciudad se transforma, su morfología, sus actividades, su población, sus comportamientos y sus demandas. [...] Atribuir la condición de ciudadano a todos los habitantes de la ciudad es el derecho más elemental a conquistar. (BORJA, 2003, p. 33).

Sendo o espaço um conjunto indissociável entre as formas e as práticas sociais, e as cidades construções históricas, perpassadas por esses aspectos, tanto o espaço quanto as cidades como um todo estão sujeitas a transformações. Há, constantemente, então, novos arranjos físicos e novas maneiras de construir a vida coletiva, novas imagens físicas e sociais da cidade. A conquista da cidadania, enquanto o direito à cidade por sua apropriação, caminha em paralelo a essas modificações no espaço público, de modo que também deve se transformar.

5.2 Apropriação do espaço público e a conquista da cidadania

Ao mesmo tempo em que a presença das assessorias esportivas no Parque Barigui interfere no recuo da cidadania, podendo reduzir a acessibilidade e o enfraquecimento da esfera pública, também possibilita melhores condições para sua apropriação, seja em função de questões associadas a infraestrutura, seja devido a maior segurança, seja pelo maior número de pessoas que pode trazer ao parque, seja pela transformação do espaço em lugar por esse tipo de apropriação. A presença dessas empresas, além desses aspectos, também pode corroborar para a criação de um vínculo desses usuários com o parque, transformando-o de espaço indiferenciado, consumido como produto, a lugar, dotado de valor.

Dessa forma, pode-se afirmar que a realidade dos espaços públicos da cidade, especialmente aqueles de lazer ao ar livre, parecem não fugir à lógica da cultura de consumo, mas talvez seja possível vivenciar nesses espaços públicos uma relação mais aproximada com outros elementos da natureza e com uma considerável diversidade de práticas culturais, sendo possível ser encontrados elementos para uma outra perspectiva da apropriação do tempo e espaço do lazer.

Parte-se do pressuposto então, que a cidade e suas formas de apropriação estão em constante transformação, de forma a ser

Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a sociedade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe [...]. (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Nesse mesmo sentido, o conceito de cidadania ao longo da história tem se ampliado e adquirido um sentido abstrato e múltiplo, afastando-se de uma escala territorial (*polis*). Neste espaço, delimitado politicamente, e composto por uma rede de lugares, é que a cidadania assume uma dimensão mais concreta e cotidiana de uma práxis possível. Assim,

[...] as novas configurações do expressar a política, o fazer reivindicações, o agir sobre os temas de interesses e importância na

defesa de territórios existenciais coletivos e individuais, se reveste de inéditas estruturas simbólicas, abrindo campos até então intocados da expressão humana, rompendo com velhas mensagens, envelhecidas cores de expressão dos desejos. (CASCINO, 1998, p. 266).

São nas cidades e seus espaços, que os direitos sob a forma de leis podem ser percebidos de maneira palpável, por meio de normas e posturas que regem a vida urbana. Os direitos civis, políticos e sociais são perpassados por atributos do espaço (instalações, infraestruturas, redes, dentre outros) ou de seus “fixos sociais” (SANTOS, 2014). O território se apresenta, nesse contexto, como condição ao conteúdo político da cidadania, ao ponto que fora dele, esta torna-se uma abstração contida nos artigos da lei, sem formato definido por práticas específicas. Segundo Milton Santos (2014, p. 17), a vida social necessita de um componente cívico que “supõe a definição prévia de uma civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência”.

O direito à cidade e à cidadania, para Lefebvre (2001), partem das conquistas das necessidades sociais, necessidades de lugares qualificados, de simultaneidade e de encontros, e tempo desses encontros. E para iniciar a discussão entre o espaço público e a conquista da cidadania, é importante ressaltar as dissonâncias entre os conceitos de espaço geográfico e espaço público. Enquanto espaço geográfico, compreende-se como uma extensão fisicamente constituída. Assim este espaço, que é material, substantivo e concreto, não pode representar um sentido puramente figurado ou metafórico de uma esfera de ações públicas. O conceito de espaço, dessa maneira, possui uma dupla dimensão: entre a disposição física das coisas e as ações ou práticas sociais. Como colocou Milton Santos (2006), o espaço é uma forma-conteúdo, um conjunto dos sistemas de formas e ações.

Essa ordem espacial das coisas, ou disposição física, possui uma lógica, uma coerência. E tal arranjo, como colocou Jacobs (2000), pode ser um agente ativo na realização de determinadas ações sociais, de forma que esta pode ser concebida enquanto uma condição para que ações se produzam. Ou seja, as práticas sociais são dependentes de uma determinada distribuição ou organização das coisas no espaço. Vale enfatizar aqui, entretanto, que não há

uma determinação da forma sobre o conteúdo, as formas espaciais não explicam totalmente a maneira de ser da sociedade, assim como o espaço não deve ser concebido como um reflexo da sociedade. Pelo contrário, o espaço é terreno onde as práticas sociais são realizadas, assim como a condição necessária para que estas existam, e o quadro que as delimita e lhes dá sentido.

Seguindo na mesma direção apontada por Gomes (2014), compreende-se que o espaço geográfico deve ser visto como um conjunto indissociável entre as formas e as práticas sociais. Sendo esta relação entre sua configuração física, formas de usos e vivência efetiva, a melhor forma de estabelecer uma associação direta entre a cidadania e o espaço público. Nesse âmbito, a cidadania pode ser colocada enquanto um pacto social estabelecido entre o pertencimento a um grupo e a um território. Tal pacto é formal, e pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo. E a convivência entre os indivíduos ocorre sobre um espaço que também é perpassado por um pacto formal, que determina limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza as interdições. Esse espaço, para Gomes (2014), é a matriz do espaço público, *lôcus* de reprodução da vida coletiva.

Michel Certeau (2014) corrobora nessa discussão inserindo a cidade como produtora de elementos que são “consumidos” pelo cidadão comum. Nesse aspecto, cada cidadão urbano é um consumidor da cidade, a partir do consumo dos bens públicos, independentemente da posição social. E cada um possui uma parcela de autonomia para o uso da cidade, seja por meio da infraestrutura urbana, oferecida pelo setor público, seja pelos mecanismos de mercado.

Nesse sentido, a presença das assessorias esportivas no Parque Barigui é apontada por muitos entrevistados como aspecto que corrobora para o consumo dos bens públicos, de forma que esse consumo amplifica as possibilidades da apropriação do parque:

Então muitas pessoas talvez não viriam correr aqui, eu mesma, se não tivesse assessoria, não viria correr com tanta frequência. Viria para o parque também, mas não com tanta frequência. (Andressa, 29 anos, Psicóloga, aluna de assessoria esportiva).²⁰⁵

²⁰⁵ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

Eu não vinha nesse horário no parque, então eu não sabia dessa quantidade de assessorias que tem aqui, mas eu acho que deve trazer muita vantagem, porque o parque está cheio de gente, as pessoas que não tem assessoria podem vir, frequentar com mais tranquilidade porque você tem mais gente. (Luciana, 41 anos, Professora, aluna de assessoria esportiva).²⁰⁶

No processo de apropriação do espaço, à medida que este adquire definição e significado, se transforma em lugar, ao ponto que é preenchido por experiências e vivências relacionadas à dependência e à liberdade (TUAN, 2013). Neste âmbito, o autor discute a experiência humana no espaço e no lugar, em que o corpo ocupa um papel central em sua análise. Os princípios fundamentais da organização espacial podem ser encontrados em dois aspectos: o corpo humano e as relações interpessoais, próximas ou distantes. O homem organiza o espaço e o articula como resultado de sua experiência com seu corpo e com outras pessoas. Coloca que, por meio do movimento, o sujeito toma consciência do espaço e mantém sentimentos intensos com o espaço. Ou seja, transforma o espaço em lugar.

Os laços com um lugar, nesse sentido, são construídos a partir da cultura e geografia, das relações sociais e ambientais que nele se desenvolvem. Espaço e lugar são componentes essenciais do mundo vivido. O que inicia como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar conforme é dotado de valor. Ressalta-se a importância desse processo nos espaços públicos, visto que tais locais têm a apropriação como ponto fundamental do seu papel na sociedade.

A palavra *lugar*, então, apresenta-se como um conceito social mais esclarecedor que *espaço*, visto que aproxima-se mais do conteúdo social relacionado à ideia de espaço existencial, ou seja, de um espaço carregado de significados. O espaço, para Tuan (2013), representa liberdade, possibilidade, convite à ação e apropriação. Mas, quando esse espaço se transforma em lugar, passa a ser dotado de significado, traz o sentimento de segurança e representatividade, torna-se parte do indivíduo.

Magnani (2002, 2003, 2012) caminha no mesmo sentido ao discutir o conceito de *pedaço*: espaço onde as pessoas se reconhecem como partes de um mesmo espaço existencial, bem como traz a ideia de heterogeneidade e particularidade dos sujeitos no contexto urbano, ou seja, “um componente de

²⁰⁶ Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2016.

ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais” (p. 115).

O *pedaço* é constituído por dois elementos básicos: um de ordem espacial, física (caracterizado por um território claramente demarcado ou constituído por determinados equipamentos), e outro social, constituído por meio de uma rede de relações que se estende sobre esse território. Assim, o *pedaço* se constitui no momento em que o espaço, ou um segmento dele, torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações.

Nesse espaço desenvolvem-se determinadas práticas (desfrute de lazer, troca de informações e pequenos favores, explicitação e resolução de conflitos) e estabelecem-se laços que terminam distinguindo e aglutinando uma rede de frequentadores. Desta forma, o *pedaço* é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para seu exercício e fruição. Pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção, inclusive quando as pessoas se aventuram para o desfrute do lazer “fora do pedaço”, como acontece com disputas de futebol em outros bairros, excursões, idas a salões de baile, ou a outros equipamentos de lazer situados em pontos afastados do bairro, neste caso, “leva-se junto o *pedaço*”. (MAGNANI, 2012, p. 89).

O Parque Barigui, ao ser analisado à luz dessa compreensão, no que tange às assessorias esportivas, é composto por diversos *pedaços*, de forma que o local onde cada uma dessas empresas utiliza o parque constitui um ponto de referência para aquele determinado grupo. Uma exemplificação nesse sentido está no fato de que, mesmo quando algumas empresas não estão presentes no parque, e seus alunos vão utilizar o parque, em geral para correr e utilizando seus uniformes, utilizam como ponto de referência (como ponto de encontro, para estacionar, se alongar, etc.) o local onde estas se localizam habitualmente.

Outro aspecto de caráter empírico que vale apresentar para aprofundar essa discussão, e relacioná-la ao objeto da pesquisa, é o fato que nas diversas corridas de rua que ocorrem na cidade ao longo do ano, as assessorias esportivas realizam a mesma lógica de divisão que ocorre no parque, nos locais dos eventos. Assim, os *pedaços* constituídos pelas assessorias e seus alunos no parque, possuem continuidade em eventos externos.

Além da categoria *pedaço*, Magnani (2002, p. 22) apresenta a *mancha*, “áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante”. Nas *manchas*, as atividades ofertadas e as práticas que são propiciadas resultam da diversidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso, garantindo uma maior continuidade, transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários. As *manchas*, então, são uma forma de apropriação de lugares que funcionam como um ponto de referência para uma diversidade de frequentadores.

Em oposto ao que ocorre no *pedaço*, onde os indivíduos procuram outros iguais, que compartilham os mesmos códigos, a *mancha* abre espaço para relações não previstas, para encontros inesperados, para as mais variadas combinações. Numa *mancha* sabe-se que tipo de pessoas ou serviços vão ser encontrados, mas não quais, e, segundo Magnani (2002) é esta a expectativa que funciona como motivação para seus frequentadores. Nas palavras do autor:

[...] a *mancha*, delineada pelos equipamentos que se complementam ou competem entre si no oferecimento de determinado bem ou serviço, apresenta uma relação mais estável com o espaço e é mais visível na paisagem: é reconhecida e frequentada por um círculo mais amplo de usuários. (MAGNANI, 2012, p. 97).

Nesse sentido, do mesmo modo que as assessorias esportivas inseridas no Parque Barigui são diversos *pedaços* dentro do parque, este como um todo pode ser compreendido enquanto uma *mancha*, caracterizada por atividades no âmbito do esporte e lazer. O que caracteriza o Parque Barigui como uma *mancha* são os espaços e equipamentos encontrados, assim como empresas e grupos organizados atuantes dentro do mesmo, que estimulam a vivência de atividades no âmbito do esporte e do lazer. Dessa forma, dentro da *mancha* compreendida pelo Parque Barigui, há inúmeros *pedaços*, caracterizados pela apropriação que cada grupo desenvolve sobre o espaço do parque.

No âmbito dessa discussão, Magnani (2012) relembra que se é o contexto urbano que está sendo analisado, é preciso levar em consideração dois fatores: a paisagem (enquanto o conjunto de espaços, equipamentos e instituições urbanas) e os atores sociais que nela influem. No entanto, não se

trata somente de um cenário constituído no qual os atores desenvolvem suas práticas. A paisagem são os resultados das práticas e das intervenções e modificações desenvolvidas pelos diferentes atores em sua complexa rede de trocas.

Certeau (2014) corrobora com essa afirmação ao colocar que não se pode entender as práticas – neste caso, as apropriações dos parques públicos de Curitiba – considerando predominantemente o espaço como um lugar de estratificação e nem tampouco baseando-se na compreensão da construção de comportamentos previsíveis. É preciso recorrer, sobretudo, às práticas no espaço, às maneiras de frequentar um lugar, compreendendo-os como processos complexos, em que há uma diversidade de interesses e escolhas.

Corroborando com essa discussão, Carlos (2011) evidencia que a construção da cidade revela uma dupla tendência:

[...] entre a imposição de um “espaço que se quer moderno”, logo homogêneo e monumental, definido, ou melhor, “desenhado” como espaço que abriga construções em altura associadas a uma rede de comunicação densa e rápida, e de outro “as condições de possibilidade”, que se referem à realização da vida (...), revelando uma luta intensa em torno dos modos de apropriação do espaço e do tempo na metrópole. (CARLOS, 2011, p. 36).

Para a autora, o sentido da cidade é conferido pelo uso, pelas formas de apropriação do ser humano para a produção de sua vida, de forma que

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. (CARLOS, 2007, p. 67).

Assim, a análise do lugar perpassa a ideia de uma construção, composta por relações sociais que se realizam no plano do vivido, garantindo a constituição de uma rede de significados e sentidos, que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade do homem. Carlos (2007) compreende o lugar como o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido por meio do corpo. E “pertencer” ao lugar decorre da relação entre o cidadão e a cidade, durante a construção e reconhecimento da identidade.

As apropriações do espaço do Parque Barigui, em especial pelas assessorias esportivas e seus alunos, podem corroborar para gerar esse sentimento de pertencimento. A fala do Gestor Público da SMMA oferece ferramentas para compreender essa discussão:

A população ir e usar é bastante positivo. O parque tem que ser usado, se não perde uma das funções dele que é levar lazer, propiciar momentos para as pessoas, ser propriedade das pessoas. Mas esse ser propriedade das pessoas também tem que ter os direitos e deveres de cada um. Então é interessante que as pessoas usem o parque, façam uso das assessorias esportivas até. Porque sem a participação, sem a valorização do parque pelas pessoas, o parque acaba ficando enfraquecido, e até a própria noção de unidade de conservação acaba enfraquecida por conta que a sociedade passa a não valorizar, passa a ver aquilo como negativo, como espaço que só vai drogado, só vai marginal. Tem alguns espaços dentro do Parque Barigui que tem essa conotação. Mas a partir da hora que esse público se apodera desse local, o público ruim acaba se distanciando do parque. Isso é uma coisa que na geografia nós chamamos de territorialização. E essa territorialização que é feita por esse público que é cliente de assessorias esportivas, ou por aquele público que só vai buscar esporte e lazer sem um profissional para orientar, esse é um dos maiores valores do parque, isso é uma das coisas mais interessantes que o parque tem, conjugar a sociedade no espaço público. (Gestor Público SMMA).²⁰⁷

Dessa forma, a apropriação dos espaços do parque, seja propiciado pela presença das assessorias esportivas, seja pelas demais práticas presentes no parque, possibilita que o mesmo passe de espaço indiferenciado a lugar, com sentido e significado. É nesse momento que o termo “direito à cidade” começa a tomar forma, enquanto utopia possível a partir das maneiras de utilização e apropriação dos espaços públicos. Essa apropriação, dotada de pertencimento ao parque também possibilita o direito à cidade enquanto o cidadão possuir não só direitos, mas deveres:

Eu acho que é muito importante, porque se você não frequentar, acaba tendo um descaso da própria prefeitura na manutenção, como tem parques aí. Não sei quem me falou, mas acho que o Tingui ou o Tanguá está bem abandonado. Então esse aqui eles mantêm por conta do acesso, porque o pessoal vai chiar, vai gritar, vai brigar mesmo. Eu acho muito importante a frequência das pessoas aqui. (Ivete, 53 anos, Professora Universitária, aluna de assessoria esportiva).²⁰⁸

Quando eu comecei a frequentar o Parque Barigui, ninguém ia lá, era um parque abandonado, a gente quase perdeu o Parque Barigui,

²⁰⁷ Entrevista concedida à autora em 11 de janeiro de 2016.

²⁰⁸ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

porque se a prefeitura não cuidasse, a população não se tocava. Como hoje tem muita frequência, ele é um parque bem cuidado, porque tem frequência. E é importante para as pessoas porque é uma área de lazer, um espaço aberto, com tudo que se tem de bom, e contato com a natureza que é muito importante para a pessoa. (Claudio, 63 anos, Designer, usuário do parque).²⁰⁹

Nesse âmbito, o Governo Federal (2010) coloca que os direitos e deveres dos cidadãos não devem caminhar separados, ao ponto que compreende como cidadão “aquele que se identifica culturalmente como parte de um território, usufrui dos direitos e cumpre os deveres estabelecidos em lei”. Exercer a cidadania relaciona-se à consciência das obrigações e luta para que o que é justo e correto seja colocado em prática. Assim, o direito à cidade está perpassado pelos direitos e deveres do cidadão.

O direito ao lazer não se mantém, então, apenas pelo Estado, para que todos o desfrutem. O direito ao lazer mantém-se a partir do diálogo, da parceria, do interesse, da luta, do pacto entre direitos e deveres, entre cidade e cidadão, visado ao “conviver” nos grandes centros urbanos.

Os alunos das assessorias esportivas e usuários do parque entrevistados, ao serem questionados acerca da importância do Parque Barigui em seu cotidiano, apresentam, em geral, duas concepções: uma em que o parque tem importância por promover um espaço para a prática da atividade física, ou seja, o parque com um cunho funcionalista; e outra, em que o parque adquire um significado, a sua utilização perpassa por percepções emotivas do espaço. As falas a seguir demonstram claramente essas diferentes formas de compreensão do parque:

Eu amo esse parque, eu digo que quando eu morrer, eu quero ser cremada, e minhas cinzas têm que ser jogadas aqui. (Loren, 45 anos, Professora, aluna de assessoria esportiva).²¹⁰

Local de treino. (Mauro, 36 anos, Engenheiro Químico, aluno de assessoria esportiva).²¹¹

Eu acho que é por causa do exercício mesmo, o fato de eu vir me exercitar. Porque fora isso eu quase não vinha. (Ana Paula, 23 anos, Engenheira Civil, aluna de assessoria esportiva).²¹²

²⁰⁹ Entrevista concedida à autora em 24 de novembro de 2016.

²¹⁰ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

²¹¹ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

²¹² Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

Pra mim é muito importante, é a nossa praia. (Haroldo, 55 anos, Engenheiro Civil, usuário do parque).²¹³

Para mim os parques são essenciais, principalmente porque eu sou corredor, eu faço corrida de rua, e muitas vezes eu faço os treinos, os treinamentos nos parques. Então, basicamente, eu utilizo os parques para treino. (Eduardo, 49 anos, Professor, usuário do parque).²¹⁴

Ressalta-se que, apesar de haver esses dois discursos, aquele que apresenta características de “apego”, um carinho pelo parque, se destaca diante da utilização funcionalista do parque. Essa relação emotiva que muitos usuários têm com o parque é delineada na obra de Tuan (2012), por meio do conceito de “topofilia”²¹⁵, ao afirmar que há uma relação afetiva entre a pessoa e o lugar, mantidos por meio de experiências²¹⁶ e percepções significativas. Como topofilia, pode-se compreender a afinidade emotiva de outrem com determinado espaço. Ou seja, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, onde a memória cultural e a inteligência emocional se fundem na construção do imaginário (TUAN, 2012, p. 135).

A utilização frequente do parque para a prática de corrida, orientada pelas assessorias esportivas, pode contribuir para o desenvolvimento dessa relação afetiva com o espaço, dotando-o de sentido e significado, visto que “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar” (TUAN, 2013, p. 175). A ação de percorrer cotidianamente os mesmos trechos do parque possibilita que o mesmo adquira uma densidade de significado e uma estabilidade, característicos do lugar.

Em paralelo a essa sensação de pertencimento, afeição ao espaço do parque, destaca-se uma busca pelo contato com a natureza²¹⁷. Nesse sentido, Lima (2007) também identifica resultados semelhantes aos percebidos no

²¹³ Entrevista concedida à autora em 26 de novembro de 2016.

²¹⁴ Entrevista concedida à autora em 12 de dezembro de 2016.

²¹⁵ Para Tuan (2012), o termo “topofilia” se refere a um neologismo, podendo ser utilizada quando definida em sentido amplo, incluindo os diferentes laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem de forma significativa no que se refere à intensidade, sutileza e modo de expressão.

²¹⁶ Tuan (2013) compreende que o termo experiência abarca as inúmeras formas que as pessoas conhecem e constroem a realidade. Tais formas perpassam sentidos mais diretos e passivos, como o olfato, paladar e tato, assim como a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização.

²¹⁷ Compreende-se como natureza aquilo “que exprime uma totalidade, em princípio abstrata, que os homens concretizam na medida em que preenchem com suas visões de mundo” (CARVALHO, 2003, p. 23).

Parque Barigui, visto que a autora identifica que a prática da corrida, ao ser realizada ao ar livre, possibilita o contato com a natureza, e conseguir disponibilizar tanto momentos de integração com outras pessoas quanto momentos mais individuais e solitários.

Neste contexto, onde se busca voltar à natureza, Tuan (2012) afirma que quando uma sociedade chega a um certo grau de desenvolvimento e complexidade, a população começa a observar e apreciar a natureza na sua relativa simplicidade. Ainda, segundo o autor, cada indivíduo percebe o espaço e relaciona-se com ele de maneira particular, que inclui um elo afetivo entre o indivíduo e o meio físico em que vive. Alguns trechos de entrevistas, realizadas com alunos de assessorias esportivas atuantes no Parque Barigui, seus profissionais e usuários do parque não relacionados a estas empresas, evidencia essa busca pela aproximação com a natureza:

A importância dos parques é a gente ter um acesso rápido à natureza dentro de grandes centros urbanos, como é o caso de Curitiba. (Edson, 51 anos, Empresário, aluno de assessoria esportiva).²¹⁸

[...] o contato com a natureza, a gente vê verde, vê pessoas passando, vê o céu. Apesar de há 20 anos eu vir aqui, você não para, para pensar na beleza, mas de vez em quando você para. Quando consegue relaxar um pouco você fala: nossa como isso daqui é bonito, como isso daqui é legal. Acho que isso é o que estimula a gente a continuar vindo aqui, a natureza. (Patrícia, 44 anos, Dentista, aluna de assessoria esportiva).²¹⁹

Como eu venho de manhã, a sensação daquele frescor da manhã no parque é muito interessante. E você consegue ter uma visão olhando para o lado, para o verde, é uma sensação que faz bem, faz bem para os olhos, faz bem para a cabeça, faz bem para o corpo. É uma sensação muito agradável. (Ivete, 53 anos, Professora, aluna de assessoria esportiva).²²⁰

A importância dos parques eu acho, primeiro, o acesso. A sensação de liberdade, de contato com a natureza. A gente acaba vivendo em uma selva de pedra, somos privilegiados por viver em Curitiba, temos uma cidade muito arborizada, locais que são privilegiados. Mas acho que para mim a sensação do contato com a natureza é a parte mais importante. (Raquel, 47 anos, Gerente da área de atendimento, usuária do parque).²²¹

Para caminhar, para ficar em contato com a natureza, contemplar a natureza. (Amauri, 58 anos, Administrador, usuário do parque).²²²

²¹⁸ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

²¹⁹ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2016.

²²⁰ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

²²¹ Entrevista concedida à autora em 08 de dezembro de 2016.

²²² Entrevista concedida à autora em 14 de dezembro de 2016

E a pessoa quando começa a correr, ela começa a entender essa liberdade, e por isso o uso de espaços públicos, o contato com a natureza, o fato de ficar o dia inteiro no escritório e usar a corrida para relaxar. (Assessoria Esportiva J).²²³

Tem a questão da preservação, mas as pessoas estão cada vez menos em contato com a natureza. [...] Acho que as pessoas têm que vir sim, vir para fora, ficar em contato com a natureza, encontrar pessoas, acho que isso melhora a qualidade de vida. (Assessoria Esportiva C).²²⁴

Observa-se, a partir das falas dos entrevistados, que além da busca de um ponto de fuga do cotidiano pela prática da corrida no parque, há também uma relação dos usuários com a natureza, por meio da utilização do parque. Ressalta-se que essa relação entre a apropriação do parque e a busca pelo contato com a natureza pode ser identificada no discurso de alunos das assessorias esportivas e usuários do parque não relacionados a estas empresas.

Bruhns (1997) afirma que as experiências do corpo com a natureza, em uma perspectiva subjetiva, podem expressar uma busca de reconhecimento do espaço ocupado pelo corpo em sua relação com o mundo, possibilitando uma revisão de valores, assim como um encontro do homem com ele mesmo. Para a autora, essas experiências proporcionam uma aproximação, um reconhecimento da natureza.

Em relação às grandes cidades, tais como Curitiba, é possível observar a coexistência entre os meios urbano e natural, assim como a procura exacerbada por este que, segundo Brunhs (2006), ocorre pelo sentimento de perda que se observa nas cidades, onde “o cimento prevaleceu” juntamente com os problemas de trânsito, a poluição sonora, visual e do ar, entre outros.

As pessoas são sujeitos urbanos exercendo uma atividade no meio natural, no caso a caminhada, a qual poderia ser desenvolvida na cidade, porém, uma série de circunstâncias já expostas, desprestigiou a promoção do encontro humano, em função de um planejamento urbano com objetivos mais urgentes de transformar as ruas e avenidas em locais de passagem, permitindo um fluxo rápido do trânsito de carros, ônibus e outros. Na abordagem sociológica, a cidade já mereceu enfoque como terreno de aventura, onde o lúdico e o onírico possuíam um lugar especial. Aventura expressando modos diversos de experiências e de suscitar encontros. Embora as características urbanas tenham mudado, a prática da caminhada urbana não desapareceu, mas ganhou novos contornos e significados, expressos na utilização dos parques públicos multiplicando-se anualmente nos

²²³ Entrevista concedida à autora em 28 de abril de 2016.

²²⁴ Entrevista concedida à autora em 14 de janeiro de 2016.

grandes centros, para a execução dessas práticas. (BRUHNS, 2006, p. 39).

Segundo a autora, o aumento de áreas verdes nos centros urbanos tem potencializado o encontro do indivíduo consigo mesmo, com a natureza, com o outro, assim como possibilita novas possibilidades de tais encontros ocorrerem essencialmente no tempo/espço de lazer. Conforme Bruhns (1999), as práticas corporais em meio à natureza, materializadas no âmbito do lazer, possuem uma maior capacidade de oportunizar, aos seus praticantes, encontros.

Sob outro aspecto, Correia, Silva e Magnabosco (2010) colocam que os sujeitos se sentem seguros na natureza ordenada, controlada, idealizada, como os parques e bosques. Esta natureza ordenada é compreendida pelos autores como um fetiche da natureza real, a qual pode ser exemplificada pela venda do parque como natureza. Na natureza do parque podem caminhar e fazer novos amigos, contemplar e dizer que estão em meio à natureza. Esse aspecto pode ser observado de forma clara em alguns trechos das afirmações dos entrevistados, apresentadas anteriormente.

Serpa (2009) corrobora para a compreensão dessas colocações, ao afirmar que a visita ao parque urbano, atualmente, representa a possibilidade de respirar “ar puro”, de caminhar de pés descalços nos gramados, assim como de levar as crianças para passear e brincar ao ar livre. Tais espaços, conforme o autor, significam um antídoto para os ritmos urbanos, a poluição e o *stress*.

Os parques públicos, nesse âmbito, em seu aspecto material, podem ser considerados, mais do que nunca um “espaço de natureza” em ruptura com os “espaços minerais”, o ambiente construído e os ritmos urbanos (SERPA, 2007). O autor ainda enfatiza que a necessidade de “natureza” nunca foi tão clara, colocando os parques públicos em foco junto às novas problemáticas urbanas, transformando a apropriação de áreas verdes num direito de todos os cidadãos.

Essa relação entre o homem e a natureza, para Santos (2014, p. 96) se desenvolve ao ponto em que

[...] o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. [...] A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto à natureza.

A busca da realização de atividades físicas em um lugar “verde”, fora da academia, em busca de um ar puro, pode se apresentar enquanto uma busca da reinvenção da apropriação da cidade contemporânea. Como afirma Borja (2003), a cidade e a sua apropriação devem se reinventar conforme as mudanças na história e na estrutura da urbe ocorrem. Assim,

[...] precisamos descobrir [...] que procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos institucionais e não se conformam com eles a não ser para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica [...] Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. (CERTEAU, 2014, p. 40-41).

Essas “maneiras de fazer”, para Certeau (2014, p. 41), modificam o funcionamento das estruturas tecnocráticas por meio de uma “multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano”, que por meio da criatividade criam novas formas de proceder no dia-a-dia, podendo conferir significado aos espaços constituídos. Assim, do mesmo modo que o contexto urbano é conflituoso, o mesmo promove sua própria superação. Vislumbra-se, portanto, que, por meio de experiências no âmbito do esporte e do lazer, pode-se conquistar um novo tipo de relação entre a cidade e o cidadão, a qual possibilita produzir um novo modo de viver, ver e perceber a cidade.

Esse “modo de viver” pode ser compreendido como cambiante entre o formal e o lúdico, revelando uma possibilidade de articulação entre espaço e tempo, o que pode resultar na apropriação dos espaços públicos das cidades, podendo gerar a reconstrução da vitalidade do meio urbano. Ao compreender algumas experiências no âmbito do lazer como uma possibilidade de resistência, significa, segundo Lefebvre (2001), que no interior dessas práticas e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar (na extensão de suas possibilidades) uma crítica de sua vida cotidiana.

Estabelecendo uma relação entre a busca da natureza nas áreas urbanas e o lazer, as colocações de Lefebvre (2001, p. 117) auxiliam a compreender essa forma de apropriação, ao afirmar que “o *direito à natureza* (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor

dos lazeres”. De forma que a natureza, ou aquilo que é tido como tal, torna-se o “gueto dos lazeres”.

As práticas encontradas no âmbito do Parque Barigui (enquanto “natureza”) e os discursos das entrevistas concedidas analisados demonstram essa relação direta entre o tempo e espaço do lazer e o meio ambiente. Assim como essa apropriação possibilitou a transformação da percepção de um espaço em lugar. Em face ao direito à natureza, o direito à cidade afirma-se como uma exigência. No entanto, o direito à cidade não pode ser concebido apenas como um direito de visita à natureza, deve haver o direito à vida urbana, transformada, renovada. Por meio da apropriação do Parque Barigui a cidadania pode conquistar significado além da emancipação política do homem como cidadão, e adquire um sentido de “totalidade espacial”, envolvendo a relação homem-natureza, a consciência desta e dos seus limites.

Outro aspecto que vale ser ressaltado é a diversidade de usos e fluxos que a presença das assessorias esportivas possibilita ao parque, assim como, em consequência a isso, a sensação de segurança que traz nos trechos que as mesmas estão instaladas corrobora, em certa medida, para o direito à cidade, enquanto o direito do cidadão de apropriar-se do espaço público.

Nesse âmbito, partindo dessa concepção apontada por Borja (2003), as discussões acerca da vitalidade de um espaço, apontadas por Jacobs (2000), são elementos essenciais para a conquista do direito à cidade e, como consequência, de cidadania. Assim, a vitalidade, enquanto a interação social, a diversidade de usos e a “qualidade vibrante dos lugares”, é um dos elementos para que a cidade seja produtora de cidadania. “El espacio público define la calidad de la ciudad, porque indica la calidad de vida de la gente y la calidad de la ciudadanía de sus habitantes” (BORJA, 2003, p. 135).

El derecho a la ciudad, que además de vivienda incluye entorno significativo, accesibilidad y visibilidad, elementos de centralidad y monumentalidad, equipamientos y entornos cualificados, mixtura de poblaciones y actividades. (BORJA, 2003, p. 33).

Pode-se afirmar que a cidade está acima de todo o espaço público, assim como o espaço público é a cidade. É tanto a condição como a expressão da cidadania, dos direitos dos cidadãos. São nos espaços públicos que se expressa a diversidade, as trocas ocorrem e a tolerância é aprendida. A

qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definirão em grande medida a cidadania. O trecho de uma das entrevistas realizadas no parque explicita essa relação entre o direito à cidade e a apropriação dos espaços públicos:

Porque a gente como cidadão tem que conhecer e usufruir daquilo que a prefeitura e o município oferecem para a gente. Faz parte da cidadania da gente usar esse espaço, conviver com outras pessoas na cidade, conhecer outras pessoas. (Edson, 51 anos, Empresário, aluno de assessoria esportiva).²²⁵

Acho, eu acho que o espaço público existe para isso, a gente tem que usar, tem que preservar principalmente. Esse número de pessoas estando aqui, acho que a própria prefeitura, os responsáveis, vão sempre cuidar bem do parque. (Francine, 37 anos, Farmacêutica, aluna de assessoria esportiva).²²⁶

Lefebvre (2001), em relação ao direito à cidade, coloca que os *novos direitos do cidadão* dependem de uma “descoberta criativa”, do debruçar do cidadão sobre as exigências da vida cotidiana no mundo moderno, e tais direitos estão distantes de ser um resultado de uma “declaração detalhada” dos direitos dos cidadãos. A transformação do espaço do parque em lugar, e assim, a criação de *pedaços*, permeada pela apropriação do mesmo, possibilita o direito à cidade, enquanto conquista da cidadania. Compreendendo que a sociedade, as cidades e os espaços estão em constantes transformações, a presença das assessorias esportivas, enquanto novas práticas urbanas, permite a constituição de uma nova forma de compreender e apropriar o espaço da cidade, de forma a conquistar o direito à cidade. Dessa forma, o direito à cidade enquanto utopia realizável a partir das formas efetivas e potenciais de uso e apropriação dos espaços públicos, quando datadas de sentido e significado, possibilitam a conquista da cidadania.

²²⁵ Entrevista concedida à autora em 01 de fevereiro de 2016.

²²⁶ Entrevista concedida à autora em 04 de fevereiro de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a busca da utopia é algo de ancestral e companheiro do homem, porque o que distingue o homem dos outros animais não é esse dedão, é exatamente o fato de que ele é portador de utopia. Eu sei que hoje se costuma ridicularizar quem fala em utopia, mas não me preocupo em insistir que sem ela não vale a pena viver, e sem ela tão pouco é possível pensar, porque o pensamento não é produzido a partir do que houve, nem do que há.

(Milton Santos)

A constituição do espaço urbano de Curitiba relaciona-se diretamente à discussão entre o espaço, o lazer e a cidadania, ao ponto que, ao longo da história do município, este foi marcado pela construção e transformação de espaços públicos especialmente destinados ao lazer da população. As primeiras grandes modificações urbanas no município datam da década de 1940, com o Plano Agache, o qual buscou ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade. Nesse momento começaram as primeiras preocupações com os “espaços livres” da cidade.

Um segundo marco no planejamento urbano de Curitiba se dá em 1965, com a criação do Plano de Urbanismo, também denominado de Plano Serete-Wilheim. O mesmo propôs uma orientação do desenvolvimento urbano a partir de eixos lineares, organização da cidade por meio de zoneamentos, revitalização dos espaços públicos tradicionais e a criação de novos pontos de encontro. Este plano, no entanto, só foi colocado em prática nas décadas de 1970 e 1980, período marcado pela implantação de diversos parques na cidade, dentre eles, o Parque Barigui, em 1972.

Nesse momento, a preocupação ecológica esteve em grande evidência, de forma a constituir uma nova maneira de pensar a organização da cidade: novo homem + ecologia = lazer urbano próximo à natureza. Outro aspecto ainda em relação a esse período, que não se pode deixar escapar, se refere à busca pela prefeitura da mudança na compreensão do cidadão sobre a cidade, associada, principalmente, à oferta de oportunidades de cultura e lazer nos espaços públicos. Buscou-se criar, então, um sentido de orgulho em “pertencer” à cidade.

No final da década de 1980, com a ruptura do modelo político que havia sido adotado até então, especialmente a partir da década de 1970 pelo

“lernismo”, foi desenvolvido o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano pelo então prefeito Roberto Requião. Em oposição às propostas anteriores, este plano preocupava-se mais com problemas sociais do que com a infraestrutura. O mesmo propôs que a cidade deixasse de ser composta por “regiões de passagem” e passasse a ser organizada a partir dos núcleos de convergência das atividades cotidianas da população. Nesses “polos de atração” eram previstas moradias populares, equipamentos de cultura, esporte e lazer, além de “padrões paisagísticos adequados”. Este plano, apesar de ser o primeiro a realizar um mapeamento das áreas de distribuição de renda da cidade, não teve continuidade ao fim do mandato do então prefeito e início do terceiro mandato de Jaime Lerner.

Na década de 1990, Curitiba, seguindo o “modismo” da ecologia e sustentabilidade, passou por uma multiplicação de áreas verdes, sendo divulgada como “capital ecológica”. Nessa perspectiva, foram implantados diversos parques, dotados de equipamentos de esporte e lazer, principalmente ao longo dos cursos d’água de maior porte, proporcionando novos pontos de encontro para a população. Diferente das décadas anteriores, nos anos de 1990 as transformações urbanas deixaram de ser estruturais e passaram a ser fragmentadas, por meio da construção de equipamentos de esporte, lazer e cultura, tais como “Faróis do Saber”, “Ruas da Cidadania” e parques étnicos (Bosque do Alemão, por exemplo).

Apesar das mudanças ocorridas nas últimas duas atualizações do Plano Diretor (2004 e 2014), é possível perceber que não foram realizadas grandes transformações nas propostas de 1966. Foram delineadas algumas atualizações no mesmo a fim de adaptá-lo ao contexto de Curitiba nos últimos anos. Pode-se afirmar, então, que as principais modificações urbanas de Curitiba se estruturaram principalmente a partir da década de 1970, e se mantiveram até os dias atuais sem profundas modificações.

A partir das transformações no espaço urbano de Curitiba, especialmente a construção de espaços de cultura, esporte e lazer no município, imprimiram-se novas marcas à materialidade urbana, de forma que o projeto de modernização do espaço incorporou como valor a ética e a estética do lazer na cidade. Nesse sentido, as diferentes formas de apropriação destes espaços associam-se a valores culturais relacionados ao novo estilo de vida ditado pela

sociedade curitibana, de forma que os parques, as praças e os bosques se tornaram as “praias” dos curitibanos.

É neste contexto que se insere a discussão do lazer, um direito social, materializado na estruturação dos diversos parques em Curitiba, em que se insere especialmente o Parque Barigui. Nesse sentido, é possível observar através das diversas falas dos usuários entrevistados durante a pesquisa de campo, a importância do parque no lazer na cidade.

A discussão acerca do lazer, estruturada a partir das falas dos entrevistados, encontrou aderência em três principais concepções teóricas: o lazer relacionado à fuga do cotidiano de Elias e Dunning (1992), o lazer sério de Stebbins (2008, 2009, 2014), e o lazer atrelado à sociabilidade, associado ao tribalismo e hedonismo de Maffesoli (1985, 1988, 1996, 1998, 2001, 2004, 2005).

De um modo geral, as discussões em torno do lazer mostraram que os três autores utilizados para a sua compreensão caminham na mesma direção, de tal forma que, apesar das suas diferentes visões sobre este fenômeno, se complementam. Suas compreensões do lazer se desenvolvem a partir de uma perspectiva da análise do comportamento dos indivíduos, que consideram a intensidade das práticas e relações sociais.

A concepção de Elias e Dunning (1992) mostrou-se claramente em falas dos atores sociais entrevistados ao apontarem o lazer através da corrida no Parque Barigui como “fuga do cotidiano”, enquanto atividade mimética. Expressões como “válvula de escape”, “extravasar meu dia a dia” ou “como um escape de só trabalhar”, utilizadas pelos corredores, sugerem essa compreensão dos entrevistados acerca do papel da corrida enquanto lazer em suas vidas. Ao mesmo tempo, em diversos momentos foi mencionada a sociabilidade como importante componente gerador de satisfação da atividade de corrida, que, como afirma Elias e Dunning, é um sentimento agradável produzido pelo prazer de estar em companhia de outras pessoas.

A identificação do lazer sério pôde ser observada em falas que expressaram a “seriedade” das práticas desenvolvidas pelos alunos. Foi possível identificar as características explicitadas por Stebbins (2008, 2009, 2014) em sua teoria do lazer sério, como a perseverança (a frequência ao parque nos dias previamente estabelecidos para o exercício das atividades mesmo diante de clima inóspito); a carreira, associada à continuidade da atividade; o esforço

substancial (que também pode ser associado à manutenção da atividade mesmo diante de condições adversas como o clima da cidade de Curitiba); os benefícios duráveis (entre eles, alguns alunos das assessorias esportivas destacaram a integração social); o *ethos* único ou *ethos* específico (observado através da linguagem própria dos corredores); e a identificação (criação de grupos de amizade entre alunos das próprias assessorias).

Já o tribalismo e hedonismo de Maffesoli (1985, 1988, 1996, 1998, 2001, 2005) perpassaram grande parte das falas de alunos das assessorias esportivas que atuam no Parque Barigui. Falas como “encontrar pessoas”, “interação com outras pessoas”, “a gente participa junto”, “participar de um grupo” foram frequentemente captadas durante as entrevistas, assim como expressões que denotam prazer no desempenho da atividade de corrida.

Os três autores perpassam por aspectos comuns em seus arcabouços teóricos acerca do lazer, principalmente quanto à sociabilidade, à identificação com o coletivo e à subjetividade relacionada ao comportamento dos indivíduos. Dessa forma, ao mesmo tempo, as postulações teóricas dos três autores se complementam na compreensão do lazer enquanto prática social. Pôde-se postular que a complexidade das relações sociais perpassadas no tempo e espaço de lazer dificulta a sua compreensão a partir apenas do arcabouço teórico de um único autor. Mesmo que as abordagens isoladas possam algumas vezes se mostrar insuficientes, a sua complementaridade enriquece a compreensão do lazer, permitindo captar diferentes nuances de um mesmo fenômeno.

A partir da consideração de que para a prática do lazer é necessária a existência de um espaço, a discussão sobre o lazer apontou que se deve compreender o espaço como categoria de análise. Esta relação entre espaço e lazer se materializa por objetos geográficos, naturais e sociais. Ou seja, o espaço é composto por um conjunto de sistemas de objetos e ações inseparáveis, de forma que o espaço em si pode ser dado, mas sua organização e sentido são construídos socialmente, por meio de sua apropriação, muitas vezes no âmbito do lazer.

O espaço, ao ser apropriado, torna-se território e lugar. Território enquanto espaço usado, uma produção a partir do espaço, onde se concretizam as práticas sociais (RAFFESTIN, 1993). Já o lugar se relaciona à aquisição de

sentido e significado ao espaço por meio da apropriação, preenchido de vivências e experiências (TUAN, 2013).

No âmbito da discussão sobre o espaço, os espaços públicos apresentam-se essenciais para a compreensão desses conceitos de território e lugar, visto que são o pulsar da vida urbana, correspondem à imagem e à sociabilidade da cidade. É por meio da apropriação do espaço público, transformando-o em lugar, dotado de valor, que o direito à cidade e à cidadania se manifestam. Nesse sentido, conforme a cidade se transforma, as formas de apropriação da mesma também se modificam, assim como a conquista do direito à cidade, podendo ser compreendidas a partir de novos paradigmas.

Durante o trabalho de campo foi possível observar a presença de diversas estratégias diferenciadas relativas à apropriação do Parque Barigui. No que se refere à prática de atividades físicas, há, cotidianamente, alguns grupos organizados que o apropriam, como o grupo Patins Barigui, Yoga no Parque, treinos de futebol, *rugby* e *beach tennis*, além da presença das empresas dedicadas à assessoria esportiva (voltadas para a prática da corrida ou *triathlon* e treinamentos funcionais).

Especialmente as assessorias esportivas chamam atenção em alguns horários devido ao grande número de empresas presentes ao longo do parque, em geral posicionadas no gramado próximo às pistas de caminhada, em locais relativamente estratégicos em termos de acesso a itens de infraestrutura, como estacionamento, sanitários, entre outros, configurando um conjunto de alunos de tal dimensão que se destacam diante dos demais usuários.

Esses grupos voltados para a realização de atividade física no espaço do parque podem ser encontrados, principalmente, nos períodos do início da manhã e final da tarde durante a semana, e sábados pela manhã. Observou-se que, durante os dias úteis da semana, os usuários do parque buscam, em geral, praticar atividades físicas (principalmente caminhar, correr e andar de bicicleta). Nos finais de semana, pôde-se perceber a existência da espontaneidade e liberdade nas escolhas e criação de novas formas de brincar, jogar, andar, correr, ou desenvolver outras práticas corporais.

O sábado, especialmente no período da manhã, apresenta uma dinâmica diferenciada em relação aos dias de semana. Nele se misturam as inúmeras formas de apropriação do parque. É geralmente no sábado pela manhã

que todas as assessorias esportivas que atuam durante a semana no parque, ou não, se concentram. Juntamente aos alunos e professores das assessorias esportivas, há a “festa do final de semana do Parque Barigui” (RECHIA, 2003), onde se pode encontrar uma diversidade de pessoas se apropriando do espaço do parque para as inúmeras vivências no âmbito do lazer.

A presença das assessorias esportivas no Parque Barigui, assim como em muitos outros espaços públicos ao longo do país, inserida numa nova estratégia de apropriação, vem apresentando crescimento nos últimos anos de forma a suscitar a necessidade de sua compreensão. As empresas que desenvolvem o trabalho de assessoria esportiva constituem um agente privado inserido num espaço público, desenvolvendo atividades no tempo e espaço de lazer. Nesse sentido, pauta-se na compreensão do lazer e do espaço enquanto aspectos indissociáveis e complementares. Ao mesmo tempo, a cidadania não pode ser compreendida de forma isolada em relação a esses aspectos.

A apropriação do espaço do Parque Barigui pelas assessorias esportivas, no contexto do exercício de atividades de lazer, caracteriza-se, nesse âmbito, como uma nova forma de apropriação do parque, emergida a partir das transformações na cidade e na sociedade. E é no contexto dessa nova forma de apropriação que se pode indagar: está ocorrendo um recuo da cidadania?

O fenômeno do lazer insere-se no processo de produção e apropriação da cidade, o qual é perpassado por bens materiais e simbólicos. Pensar o espaço urbano é essencial para a compreensão dessa realidade, ao considerar que o espaço vai além de um “palco inerte”, em que os atores sociais realizam suas ações, ao ponto que o espaço é determinado pelo sujeito, e as ações do sujeito são determinadas pelo espaço.

No tempo e espaço de lazer, por meio da apropriação, os espaços públicos podem adquirir sentido e significado, de forma a oportunizar uma nova maneira de relação das pessoas com o espaço e a cidade. O lazer, nesse contexto, emerge como uma significativa dimensão social do espaço público, enquanto um direito social, corroborando para a conquista da cidadania ao possibilitar novas experiências no espaço. A cidadania, então, pode ser compreendida como algo em contínua construção, constituindo-se conforme possibilita significado de pertencimento dos indivíduos a uma sociedade.

No momento da realização da pesquisa de campo, durante o ano de 2016, foram identificadas trinta assessorias esportivas atuando no parque, das quarenta, em princípio, existentes no município neste ano. Especialmente a partir das falas dos atores sociais entrevistados, foi possível perceber que o Parque Barigui se transformou em um ponto chave das assessorias esportivas em Curitiba. Pode-se afirmar que o mesmo se tornou uma vitrine desse tipo de serviço na cidade, tendo, muitos entrevistados, ressaltado esta característica, com afirmações identificadas nas suas falas, tais como “parque de referência” e “quem gosta de correr, quem corre mesmo vem para o Barigui”. As observações realizadas no trabalho de campo também demonstraram que grande parte das assessorias esportivas que atuam em Curitiba realizavam atividades nesse parque pelo menos uma vez por semana.

O trabalho de campo explicitou as diferentes faces dessa apropriação do Parque Barigui. Essa nova forma de apropriação por muitos usuários do parque pode estar moldando as estratégias de utilização do mesmo pela população, ao ponto que esse espaço passa a ser considerado um ícone para a prática de atividade física, especialmente corrida e caminhada. Nesse sentido, compreende-se que a presença destas auxilia para que a prática da corrida se destaque como umas das principais formas de apropriação do parque ao longo da semana e, com menor intensidade, nos finais de semana. Nesse âmbito, utilizando Maffesoli (2004) como referência, o parque se consolida enquanto um “altar” da prática da corrida em Curitiba.

A atuação dessas empresas, enquanto agentes privados apropriando o espaço público, influencia diretamente na dinâmica do parque, tanto em aspectos positivos quanto negativos. Apesar de terem sido identificados aspectos conflituosos na relação das assessorias esportivas e seus alunos com os demais usuários, no que se refere às formas de apropriação do parque, em especial das pistas de caminhada, corrida e bicicleta, a presença desses grupos constitui um elemento diferenciador do Parque Barigui.

Considerando que as assessorias esportivas constituem um agente privado se apropriando de um espaço público, autores como Arendt (2007), Habermas (2014) e Sennett (1998) auxiliam a compreender o duelo entre o público e o privado, ao colocarem que, no contexto atual, as esferas pública e privada estão inseridas na dimensão social, e destacam a dinâmica privatizadora

do espaço urbano, enquanto negação da cidade. É neste contexto que cabe a indagação sobre como a presença destas assessorias esportivas interfere na cidadania enquanto acesso ao lazer no espaço público.

Como parte do processo de compreensão destas estratégias de apropriação do espaço público através da presença das assessorias esportivas, relacionados ao lazer, três mecanismos podem ser destacados permeando o recuo da cidadania: a territorialização do espaço público através da criação de barreiras simbólicas, a amplificação da esfera privada no espaço público e a “tribalização”.

As apropriações que ocorrem no parque pelas assessorias esportivas se inserem em um processo de “territorialização do espaço”, por meio da privatização do espaço público através da criação de barreiras simbólicas. Um retrato dessa territorialização consiste no estabelecimento de normas para seu uso pela AATCC. Em vista à grande quantidade de assessorias esportivas presentes no parque, e diante da falta de normatizações e legislações da prefeitura específicas em relação à forma de inserção dessas empresas no espaço, assim como em relação aos materiais utilizados por estas, normas de utilização do espaço público foram criadas pela AATCC. Esse aspecto pode ser questionado enquanto ausência de atuação do poder público, visto que, mesmo a par da situação, conforme demonstrou o gestor da SMMA em entrevista concedida, não há atuação direta acerca dessa apropriação.

Os equipamentos utilizados pelas empresas, um dos aspectos abordados nas normas de utilização do parque desenvolvidas pela AATCC, são apontados pelos usuários entrevistados como uma das principais características da presença das assessorias esportivas. Outro aspecto que os identifica se refere à concentração de pessoas em determinados pontos e a utilização de equipamentos e uniformes com identificação das equipes das quais participam. O discurso dos usuários do parque, em geral, sobre essa apropriação apresenta caráter positivo, tais como: “Eu acho bacana que eles venham aqui no parque” e “interfere de uma forma positiva”.

Esse discurso positivo apresentado pelos usuários explicita que estes, apesar de conseguirem reconhecer as assessorias esportivas, muitas delas pelos nomes e local onde estão fixadas cotidianamente, podem não conseguir identificar as barreiras simbólicas erguidas no espaço do Parque Barigui, apesar

de respeitá-las. Esses elementos, assim como a maneira com que as pistas são utilizadas pelas assessorias esportivas e seus alunos, constituem-se como barreiras simbólicas, de forma a realizar uma identificação e, de certa forma, uma segregação entre aqueles que utilizam o espaço²²⁷.

A apropriação por essas empresas contribui para a amplificação da esfera privada no espaço público, criando uma diversidade de estranhamentos mútuos de territórios privados, mas expostos a uma visibilidade completa. Nesse sentido, durante as pesquisas de campo, tanto pelas observações, quanto pelas entrevistas, foi possível identificar uma tensão entre as assessorias esportivas na determinação do local do parque onde se fixam, assim como em relação à utilização desses espaços “demarcados” por diferentes usuários. De certa maneira, essa privatização simbólica dos espaços públicos, principalmente relacionados às assessorias esportivas presentes no Parque Barigui, à medida que cria barreiras simbólicas em relação aos demais usuários, pode representar o recuo da cidadania, enquanto a segregação do espaço público.

As assessorias esportivas podem se caracterizar como uma “privatização por dentro” do parque. Assim, o espaço público transforma-se em uma justaposição de espaços privatizados, de forma que não é partilhado, mas, dividido entre os diferentes grupos. Algumas colocações dos usuários entrevistados auxiliam a demonstrar essa divisão do parque entre as diversas empresas presentes, ao fazerem, por exemplo, a seguinte afirmação: “é uma a cada esquina, uma a cada canto do parque. [...] Tem muita, muita”.

A presença destas assessorias está, ao mesmo tempo, associada à formação de grupos de alunos que buscam uma identidade social, processo associado à afirmação de identidades territoriais, de forma que há a predominância do nível coletivo, e a oposição e a diferenciação são determinadas em relação a outros usuários, exteriores ao grupo. Estabelecer um território de domínio de um grupo de alunos de uma assessoria esportiva representa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais usuários. A formação destes territórios identitários através do estabelecimento das tribos, a

²²⁷ A aparente não identificação de conflitos pode ser relacionada ao fato de tanto os alunos quanto a maioria dos usuários durante os dias de semana fazerem parte da mesma classe social. Neste sentido, há uma “aceitação” da presença dos alunos das assessorias por parte dos demais usuários. Há que observar que nos finais de semana há uma alteração do perfil do público que frequenta o parque, inclusive em termos de classe social.

“tribalização”, significa uma redução do acesso aos espaços públicos na cidade, podendo comprometer a cidadania. A formação desta identidade social nos grupos de alunos pode impactar a cidadania principalmente através da criação de barreiras simbólicas, que se expressam em “olhares”, em expressões de uso restrito, no posicionamento corporal, diante de outros usuários.

Neste sentido, é no contexto da territorialização do espaço público, na amplificação da atuação da esfera privada sobre esse espaço público e na “tribalização”, que se expressa de forma mais contundente, o recuo da cidadania. Habermas, Arendt e Sennett enfatizam a decadência da esfera pública em virtude da privada, de forma que o espaço público deixa de ser perpassado pela diversidade, pela comunicação, e passa a ser utilizado como uma extensão da esfera privada. O comportamento dos alunos das assessorias esportivas expressa essa relação à medida que seus alunos buscam o parque, não em função da diversidade, mas de pontos em comum, reproduzindo as condições do privado, ao passo que é justamente a diversidade de pessoas e de atividades que caracteriza a esfera pública.

Apesar destas condições apontarem a decadência do público e do privado, podendo materializar a morte das cidades, ao mesmo tempo podem fazer parte de um processo inerente à mudança histórica, em que a cada nova etapa a cidade renasce, se reinventa sob novos paradigmas. Amparando-se nas considerações de Borja (2003), questiona-se a real existência de um recuo da cidadania na cidade contemporânea, ao compreender que há o renascimento cotidiano da cidade e da cidadania. A cidade é perpassada, neste contexto, por novos arranjos físicos e maneiras de construir a vida coletiva.

Na busca da compreensão de como estas estratégias de apropriação do espaço público, relacionadas ao lazer, permitem estabelecer novas maneiras de construir a vida coletiva, podem ser destacados os seguintes aspectos: o sentimento de pertencimento ao espaço público, o espaço público enquanto lugar de sociabilidade e a apropriação enquanto mecanismo capaz de dotar o espaço público de vida.

A presença das assessorias esportivas no Parque Barigui tem se mostrado um elemento capaz de atrair um volume significativo de usuários, fortalecendo a sua função social. Dessa maneira, essa estratégia de apropriação pode contribuir para alterar a dinâmica do parque, aumentando o número de

usuários e a proporção de praticantes, em especial, de corrida. Nesse sentido, a presença das assessorias esportivas no Parque Barigui é apontada por muitos alunos das mesmas como aspecto que corrobora para a apropriação do parque.

Apesar da presença das assessorias esportivas no Parque Barigui acenar para um recuo da cidadania, esta pode, conforme muitos alunos entrevistados, estimular a apropriação do parque por estes, sendo que muitos afirmam que utilizam o espaço apenas com o objetivo de realizar atividade física orientada por essas empresas. Esse ponto mostrou-se marcante na análise das entrevistas realizadas com os alunos das assessorias esportivas, em que muitos afirmaram que frequentam o parque, em geral, apenas por causa da presença dessas assessorias esportivas. Neste sentido, a inserção dessas empresas estimula a frequência de mais usuários, o que possibilita condições para a sua apropriação em novas bases.

Essa frequência no parque, relacionada unicamente, para muitos entrevistados, à prática da corrida orientada pelas assessorias esportivas, pode corroborar para o surgimento de uma relação afetiva com o espaço, de pertencimento, transformando-o em lugar, ou seja, o mesmo passa a ter sentido e significado para os usuários.

Nesse âmbito, o fluxo contínuo de pessoas no Parque Barigui demonstra a inserção da cultura de usos dos parques públicos no cotidiano dos curitibanos e, dessa forma, a sua capacidade de agregar, em torno de si, uma diversidade de vivências e compreensões capazes de proporcionar um valor significativo ao lugar. É a partir desse efeito irradiador das assessorias esportivas que se compreende o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Falas como “eu amo esse parque”, “para mim é muito importante”, “os parques são essenciais” denotam a importância do Parque Barigui na vida dos usuários entrevistados.

Essa apropriação, perpassada pelo sentimento de pertencimento ao parque, possibilita que o termo “direito à cidade” comece a tomar forma enquanto utopia possível a partir das diversas formas de utilização dos espaços públicos. A qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definirão, em grande medida, a cidadania. A transformação do espaço público do parque em lugar e, assim, a criação de *pedaços*, por meio de sua apropriação, possibilita o direito à cidade enquanto conquista da cidadania.

Pode-se afirmar, então, que a apropriação do espaço do Parque Barigui pelas assessorias esportivas, enquanto agentes privados, apesar de provocar uma privatização simbólica dos espaços do parque, possibilita a transformação destes em *pedaços*, lugares perpassados por emoções e sentimentos. As motivações para a prática da corrida de rua, e a transformação de um espaço em lugar, dessa forma, podem ser associadas, principalmente no contexto das falas dos corredores das assessorias esportivas, passando o espaço do parque a ser dotado de valor.

Essa privatização dos espaços, no entanto, pode ser compreendida enquanto a determinação de um *pedaço* (MAGNANI, 2002, 2003, 2012), dotado de sentido e significado para seus usuários. Os laços com o parque são construídos, especialmente, a partir das relações sociais e ambientais que nele se desenvolvem. O fato de percorrer cotidianamente os mesmos trechos do parque por meio da corrida permite que esses espaços adquiram uma densidade de significado e uma estabilidade, característicos do lugar.

Dotar o parque de sentido, de significado, está associado ao estabelecimento de uma relação mais afetiva de seus usuários, ensejando a prática da solidariedade, da busca do convívio, da segurança das tribos, conforme destaca Maffesoli (1985). As tribos na sociedade contemporânea são grupos de indivíduos que caracterizam de maneira clara a socialidade, estabelecendo um conjunto de relações interativas, formado de afetos e emoções.

É nesse contexto que a prática da corrida no ambiente aberto estabelece novas relações afetivas diante da presença e percepção da “natureza”, caracterizando-se enquanto uma ferramenta para aliviar as tensões do cotidiano, se tornando um “vício”. Dessa forma, a presença das assessorias esportivas materializa a socialidade, podendo contribuir para estabelecer outras relações além da simples dicotomia público-privado.

Neste contexto da relação público-privado se compreendem as relações analisadas por Jacobs (2000), que mostra a importância da apropriação para dotar o espaço público de vida. O Parque Barigui, em especial, principalmente pela diversidade de equipamentos, condensa diferentes formas de apropriação e práticas nos mais variados horários e espaços do parque, característica que a autora considera essencial para o “sucesso” do parque, dotando-o de vida.

Nesse contexto, as diferentes estratégias de apropriação corroboram para a vida dos espaços públicos, no sentido de que é a partir destas experiências que estes espaços adquirem vida e significado.

Partindo dessa compreensão, entende-se que a utilização do parque segue o princípio da inércia: quanto mais for apropriado, mais tende a manter-se apropriado; o uso e a animação atraem a vida. A diversidade de formas de utilização do parque possibilita, também, uma sensação de segurança, por meio dos “olhos vigilantes” ao longo dos diferentes pontos do parque. Especialmente as assessorias esportivas corroboram nesse sentido, ao estarem espalhadas por diversos trechos do parque, auxiliando a criar uma sensação de segurança nos locais em que estão localizadas, assim como agregam mais pessoas ao parque nos momentos em que estão realizando suas atividades. Parques com pouco uso tendem a se tornar áreas de violência, de vandalismo, de exercício de práticas ilícitas, realidade presente inclusive em espaços de uso pouco frequente dentro do Parque Barigui, como nas pistas próximas à Academia Judith Passos, que compõem um “circuito menor” e com menos apropriação, se comparadas à “volta maior” do parque, em torno do lago.

A compreensão das relações que se estabelecem em função da presença dessas assessorias esportivas no parque assume, dessa forma, múltiplas facetas, podendo interferir de maneiras diversas no acesso à cidadania, enquanto direito ao lazer e à cidade. Para tanto, parte-se do pressuposto que a cidadania possui em sua essência um componente territorial, de forma que o espaço e sua apropriação podem ser considerados condição e meio do exercício da cidadania. Assim, a cidadania plena não se conquista apenas pelo direito de habitar uma cidade, nem apenas pela existência de um documento, seu exercício ocorre no espaço público, por meio de relações dialéticas.

Nesse contexto, identifica-se a criação de parques públicos urbanos como uma estrutura construída que possibilita o exercício da cidadania. É no tempo-espaço de lazer que os espaços públicos, produtos do poder público, podem se transformar em obras significativas das pessoas que o apropriam. Por meio das experiências no âmbito do lazer pode-se desenhar uma nova maneira de relação entre o espaço, a cidade e o cidadão.

O lazer, enquanto uma prática social, e assim, instrumento de apropriação dos espaços públicos, se reflete nesse processo ao dotar de sentido a ação do sujeito no espaço do Parque Barigui. Os usos e apropriações desse sujeito no espaço são elementos constitutivos da realização da existência humana. A apropriação do espaço do Parque Barigui por diferentes grupos, em especial aqueles voltados para a prática da corrida enquanto lazer, demonstra que, quando os sujeitos utilizam conjuntamente espaços significativos nas cidades, superando a dicotomia entre o público e o privado, é possível estimular a vida coletiva e os laços de sociabilidade, de forma a possibilitar o direito à cidade.

A presença destes grupos no âmbito do Parque Barigui denota a relação dialética entre a apropriação pelas assessorias esportivas e o comprometimento da cidadania. Por um lado, a formação destes grupos pode ser relacionada à busca de iguais, principalmente no encontro de proteção, a partir das colocações de Sennett (1998), no escopo da territorialização do espaço. Por outro, a compreensão do lazer enquanto prática social perpassada pela sociabilidade e identificação com o coletivo pode ser encontrada em autores como Elias e Dunning (1992), Stebbins (2008, 2009, 2014) e Maffesoli (1985, 1988, 1996, 1998, 2001, 2005), permeando o estabelecimento de laços de sociabilidade e proporcionando o direito à cidade através do estímulo à vida coletiva.

Essas relações dialéticas se apresentam no contexto da apropriação do espaço do parque pelas assessorias esportivas. A presença dessas pode tanto enfatizar um recuo da cidadania, por meio do duelo entre o público e privado, materializando-se numa apropriação simbólica do espaço público, quanto possibilitar o direito à cidade, por meio das transformações que a apropriação do espaço público por empresas privadas, possível num quadro de decadência da esfera pública, podem proporcionar.

Essas transformações podem ser compreendidas enquanto bônus possibilitados pela presença dessas empresas, como o maior nível de segurança, o estabelecimento de certa regulação no uso do espaço e seus equipamentos, permitindo condições para a sua apropriação. Neste sentido, a despeito da decadência da esfera pública, a presença das empresas molda um campo de atuação dos organismos públicos, condicionados a possibilitar a atuação dessas empresas. A esse ponto atualmente observado de atuação do

público e do privado, em que poucas situações de conflito mais exacerbado se evidenciam, poderá seguir uma nova situação de desequilíbrio, haja vista a tendência de ampliação do número de empresas e de alunos que se vislumbra para o médio prazo.

Da mesma forma que a presença das assessorias esportivas no Parque Barigui pode interferir no recuo da cidadania, tendendo a reduzir a acessibilidade e o enfraquecimento da esfera pública, também possibilita condições para que o parque possua uma diversidade de formas de apropriação. A utilização do espaço público por essas empresas e seus alunos pode corroborar para a criação de um vínculo afetivo desses usuários com o parque, transformando-o de espaço indiferenciado, consumido como produto, a lugar, dotado de valor.

Compreendendo que a sociedade, as cidades e os espaços estão em constantes transformações, a presença das assessorias esportivas, enquanto novas práticas urbanas, permite a constituição de uma nova forma de compreender e apropriar o espaço da cidade, possibilitando conquistar o direito à cidade.

Partindo do contexto analisado, pode-se afirmar que a conquista da cidadania caminha em paralelo com a apropriação do espaço pelas práticas de lazer, enquanto o direito à cidade, de modo que também deve se transformar. Dotar o espaço público de valor é condição para a sua apropriação e, a partir disso, estruturar as bases para a cidadania. Apesar de parecer contraditório, a presença de empresas privadas está permitindo este processo, principalmente em um quadro de relativa ausência no Estado.

É justamente o processo de privatização simbólica, possível em função da decadência da esfera pública, que permite compreender o estabelecimento de condições para se pensar na cidadania a partir de novos parâmetros. É esse processo de privatização simbólica, amparado sob relações dialéticas entre a esfera pública e privada, que pode condicionar o renascimento cotidiano da cidade e da cidadania, e assim estabelecer novos mecanismos para construir a vida coletiva. As transformações que ocorrem no Parque Barigui em sua “volta maior” são a síntese das mudanças que podem ocorrer em função da privatização simbólica, ao passo que o “outro lado do parque”, composto por um circuito mais curto, ainda padece de condições mais concretas que garantam a cidadania.

Apesar de, em princípio, a presença das assessorias esportivas no Parque Barigui interferir no acesso à cidadania, erigindo barreiras simbólicas, muitas vezes não percebidas por seus usuários, pode, ao mesmo tempo, propiciar a transformação do espaço em lugar, dotando-o de sentido e significado, e contribuindo, dessa maneira, para a materialização da cidadania. Estabelecem-se as bases para a superação do comprometimento da cidadania que o processo inicial de apropriação pelas assessorias esportivas ensejou. A relação público-privado, da forma como ocorre no Parque Barigui através da presença das assessorias esportivas, constitui uma relação dialética, que abre espaço para a redefinição do espaço público, criando novas possibilidades de apropriação, perpassadas pelo lazer.

Retomando as colocações amparadas em Borja (2003), estas novas relações entre o público e o privado podem fazer parte de um processo inerente à mudança histórica, em que a cada nova etapa a cidade renasce, se reinventa sob novos paradigmas. Pode-se, assim, questionar a real existência de um recuo da cidadania na cidade contemporânea, ao compreender que há o renascimento cotidiano da cidade e da cidadania. A cidade é perpassada, neste contexto, por novos arranjos físicos e maneiras de construir a vida coletiva. Neste sentido, a inserção dessas empresas, ao estimular a frequência de mais usuários, possibilita condições para a sua apropriação em novas bases, fortalecendo a sua função social.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ACSELRAD, Henri. Cidade – Espaço Público? A economia política do consumismo nas e das cidades. **Revista UFMG**, Belo horizonte, v. 20, n. 1, p.234-247, jan.-jun. 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSIS, Talita Stresser de. **A privatização no Parque Barigui: possíveis influências na apropriação dos espaços e equipamentos de lazer**. 2014, 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ASSOCIAÇÃO DAS ASSESSORIAS E TÉCNICOS EM CORRIDA DE CURITIBA - AATCC. **Afilados**. Disponível em: <<https://aatcc.com.br/regimento/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

_____. **Estatuto Social**. Disponível em: <<https://aatcc.com.br/estatuto-2/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

_____. **Regimento Interno da ATCC**. Disponível em: <<https://aatcc.com.br/regimento/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

BAPTISTA, Celso Veras. PMDU & Estrutura Policêntrica: novas diretrizes para o crescimento ordenado da cidade. **Espaço Urbano** – Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, Curitiba, n. 01, p. 17-22, 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Fostering human resources in the leisure field: “Serious leisure” and the potential role of volunteers. A proposal for developing countries. In: STEBBINS, R.A; GRAHAM, M.M. (Ed.). **Volunteering as leisure/leisure as volunteering**: An international assessment. (p.225-240). Wallingford, Oxon, UK: CAB International, 2004.

_____. **O lazer levado a sério**. Agitação. São Paulo. CIEE Nacional, 1999.

BRASIL. **Cidadania e Justiça – Direitos e Deveres**. Publicado em: 10 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2010/01/direitos-e-deveres>>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Senado Federal, Brasília, DF.

_____. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2005.

BRUHNS, Heloisa Turini. Ecoturismo e caminhada: na trilha das ideias. In: MARINHO, Alcyane et al. **Viagens, lazer e esporte**. Barueri, SP: Manole, 2006.

_____. Lazer e Meio ambiente: Reflexões Sobre Turismo na Natureza. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 21 n. 1, setembro, 1999.

_____. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C. e BRUHNS, H.T.(orgs). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

BORJA, Jordi. Ciudadanía y espacio público. **Ambiente y Desarrollo**, v. XIV, nº 3, Septiembre, 1998. Disponível em: <http://www.pieb.org/espacios/archivos/doconline_ciudadania_y_espacio_publico.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Ensayo, 2003.

_____. Revolución urbana y derechos ciudadanos: claves para interpretar las contradicciones de la ciudad actual. 2012, 534 f. Tese (Doutorado em Sociedad, Cultura y Terrorio) - Departamento de Geografía Humana, Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Barcelona, Barcelona, 2012.

_____. Urbanismo e cidadania. In: **CIVISMO**: las claves de la convivencia. Barcelona, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, ano 18, v. I, n. 18, jan-jul. 2002.

_____. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASCINO, Fábio. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In: VASCONCELOS, Fábio P. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: Editora FUNECE, 1998.

CASSOU, Ana Carolina Naldino. **Características ambientais, frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba, PR**. 2009, 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHEIBUB, Bernardo Lazary. As contribuições da produção científica para o entendimento do lazer como direito social. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (orgs.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

COLEMAN, J.S. Snowball sampling: problem and techniques of chain referral sampling. **Human Organization**, v.17, p. 28-36, 1958.

CORRÊA, Darcisio. **Estado, cidadania e espaço público**: as contradições da trajetória humana. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2010.

CORREIA, Beatriz Silva; SILVA, Maclovio Corrêa da; MAGNABOSCO, Milton. Naturaleza y ocupación del espacio urbano: los parques de la ciudad. **Bitacora**, Dossier Central, jan.-jun., p. 107-120, 2010.

COSTA, Vera Lúcia de Menezes. **Esportes de Aventura e Risco na Montanha**: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

_____. Jogos com Limites e Incertezas: a aventura e o risco de esportistas na montanha. **Corpus et Scientia**, Rio de Janeiro. v. 1, n. 2, p. 17-29, 2005.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2007.

DELOITTE. **Muito além do futebol – Estudo sobre os esportes no Brasil.** Setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.seufuturonadeloitte.com.br/Show.aspx?IdMateria=4VmPhZr+Icep1Xih/N0HtA==>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março, 2002.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha:** uma história do urbanismo em Curitiba. Barueri, SP: Editora Nobel, 2010.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

DZIURA, Giselle Luzia. Do planejamento moderno à prática pós-moderna: ocupação do solo e espaço público no eixo estrutural sul de Curitiba, 1965 a 2008. In: SZMRECSÁNYI, Maria Irene (org.). **Da sociedade moderna à pós-moderna no Brasil:** permanências e mudanças urbanas, séculos XX e XXI. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Teorias Simbólicas.** Oeiras: Celia Editora, 1994.

_____; DUNNING, Eric. **A busca da excitação:** memória e sociedade. Lisboa: DIFEL, 1992.

EU ATLETA. **Assessoria esportiva une treino e amizade à corrida de rua.** Publicado em: 06 dez. 2012. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/eu-atleta/noticia/2012/12/assessoria-esportiva-une-treino-e-amizade-corrida-de-rua.html>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

FERNANDES, Almir. **Planejamento urbano de Curitiba:** a institucionalização de um processo. 1979, 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Parques e praças se convertem em academias.** Publicado em: 26 set. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq2609200207.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

FRANÇA, Rodrigo de. **Diálogos entre a oferta e a demanda:** uma análise da relação entre o poder público e os grupos de ativismos sociais referentes aos parques da cidade de Curitiba. 2007, 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação

Física) - Programa de Mestrado em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GARCÍA, Fernanda Ester Sanchéz. **Cidade espetáculo**: política, planejamento, e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

GAZETA DO POVO. **As cidades feias que nos desculpem... mas beleza é fundamental**. Publicado em: 22 set. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/as-cidades-feias-que-nos-desculpem-mas-beleza-e-fundamental-3u4be95udtrk8b2ojxocsci8e>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. **Barigui é o parque favorito de quem mora em Curitiba**. Publicado em: 08 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/barigui-e-o-parque-favorito-de-quem-mora-em-curitiba-absh85k0idtws4ghe3as7y1ji>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. **Barigui terá mais um lago no próximo ano**. Publicado em: 12 set. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/barigui-tera-mais-um-lago-no-proximo-ano-c517mmzq73q6583yn2ikglpam>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. **Correr em grupo é mais benéfico à saúde**. Publicado em: 10 out. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/saude/correr-em-grupo-e-mais-benefico-a-saude/>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

_____. **Curitiba inaugura nesta quinta novo Centro de Eventos do Parque Barigui**. Publicado em: 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-inaugura-nesta-quinta-novo-centro-de-eventos-do-parque-barigui-374j2abp1n8p6t1vli1xo30we>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. **Em que parque eu vou?** Publicado em: 08 nov. 2009 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=941910&it=Em-que-parque-eu-vou>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Grandes lucros com as corridas**. Publicado em: 15 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/grandes-lucros-com-as-corridas-bs33mvob8n4rb6rrqjllwsj0u>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

_____. **Lugares que amamos**. Publicado em: 01 set. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/lugares-que-amamos-2rvoeqimg3h54acxlsiu97bi>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Parques de Curitiba: perfeitos para quem gosta de correr**. Publicada em: 16 out. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viverbem/saude-bem->

estar/conteudo.phtml?id=1184297&tit=Parques-de-Curitiba-perfeitos-para-quem-gosta-de-correr>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. **Sábado no Barigui tem de pic-nic gringo a partidas de “tênis de praia”**. Publicado em: 09 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/comportamento/sabado-no-barigui-tem-de-pic-nic-tenis-de-praia/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Um novo empurrão para a patinação em Curitiba**. Publicado em: 23 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-novo-empurrao-para-a-patinacao-em-curitiba-82qiy4wlaun3qaua1h0a4g6v0>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. Tradução Claudia Freire. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: _____. **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. **Território**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 43-62, 1997.

GOODMAN, L.A. Snowball sampling. **The Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, p. 148-170, 1961.

GURZA LAVALLE, Adrián. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, v.25, n. 46, jan.-jul., p. 33-44, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HILDEBRAND, Elisabeth. **Avaliação econômica dos benefícios gerados pelos parques urbanos: estudo de caso em Curitiba-PR**. 2001, 148 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Florestais e da Madeira, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Análise, diagnóstico e diretrizes do plano municipal de desenvolvimento urbano – PMDU**. Vol. 1, Curitiba, nov. 1985.

_____. **Memória de Curitiba urbana**. Volume 5. Curitiba, 1990.

_____. **Plano de Recreação de Curitiba**. Pesquisa, Diagnóstico e Propostas. Curitiba: IPPUC, 1973.

_____. **Plano de Recreação de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1974.

_____. **Plano Estrutural de Recreação de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1968.

IUPERJ/MINTER. **Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba**. Relatório de pesquisa. Convênio IUPERJ-MINTER, Rio de Janeiro, 1975.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAPIASSU Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LACERDA, Leonardo Lincoln Leite; VEIGA, Ricardo Teixeira. Museu e Marketing: elementos para a formação/atuação dos profissionais do lazer? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas. v. 29, n. 3, p. 57-74, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

LIMA, Renata Pereira. **A fantasia do atleta no imaginário dos corredores amadores**. A análise do papel das marcas esportivas na construção da imagem de participantes de grupos de corrida. 2007, 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LUCHIARI, Maria Tereza. A categoria espaço na teoria social. In: **Temáticos**. Campinas v.4, n.7, p. 191-238, jan-jun., 1996.

MACEDO, Rafael Greca de. **Curitiba**: Luz dos Pinhas. Curitiba: Solar do Rosário, 2016.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **A sombra de Dionísio**: contribuição a uma sociologia da orgia. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **A Transfiguração do Político**: a tribalização do mundo. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

_____. **Elogio da razão sensível**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996

_____. **O conhecimento comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **O mistério da conjunção**: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

_____. **Os tempos das tribos**: o declínio de individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence, 1998.

_____. **Notas sobre a pós-modernidade**: o lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, junho, 2002.

_____. Discurso e representação ou de como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas novas pesquisas. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 127-140, 1988.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na MetrÓpole. In: MAGNANI C. José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na MetrÓpole**: Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000.

_____. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Chrstitianne Luce; FERREIRA, Hélder. **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MAINARDES, Jefferson. Pesquisa etnográfica: elementos essenciais. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (org.). **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

MANDELL, Richard. **Sport: a cultural history**. Surrey: Columbia University Press, 1999.

MARICATO, Ermínia. Comentários. In: ALMEIDA, Marco Antonio Ramos de. **O Centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARINHO, Alcyane; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (org.). **Teorias do lazer**. Maringá, PR: Eduem, 2010.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATIELLO, A. M. **A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba-PR: uma questão paradigmática?** 2001, 301 f. Dissertação de (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELO, Victor Andrade de. Esporte. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira, LINHALES, Meily Assbú. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOLINA, R. M. K. O enfoque teórico metodológico qualitativo e o estudo de caso: uma reflexão introdutória. In: TRIVIÑOS, A. N. NETO, V. M. **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Sulina, 1999.

MOURA, Rosa. **Curitiba: construção e desconstrução de um mito**. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizacuritiba.org.br/files/2014/04/Curitiba-constru%C3%A7%C3%A3o-e-desconstru%C3%A7%C3%A3o-de-um-mito.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. O turismo no projeto de internacionalização da imagem de Curitiba. Turismo. **Visão e Ação** (Itajaí), v. 9, p. 341-357, n. 2007.

MULLER, Ademir. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MULLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

NAHAS, Marcus V.; BARROS, Mauro V. G.; FRANCALACCI, Vanessa. O pentáculo do bemestar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 5, n. 2, p. 48-59, 2000.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Marcelo Ponestki. **Práticas corporais em meio à natureza: o caso do Parque Barigui - Curitiba-PR**. 2009, 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, Márcio de. **A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000)**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 16, p. 97-106, jun. 2001.

OLIVEIRA, Saulo Neves de. **Lazer sério e envelhecimento**. 2010, 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. **Lazer sério e envelhecimento: explorando a carreira de corredores de longa distância em um grupo de corridas de rua no sul do Brasil**. 2016, 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____; DOLL, Johannes. **O serious leisure de Robert A. Stebbins**. Licere, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, mar. 2014.

_____; _____. Serious Leisure. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 325-338, jan.-mar., 2012.

PACHECO, Ariane Corrêa; STIGGER, Marco Paulo. **É lazer, tudo bem, mas é sério**”: notas sobre lazer a partir do cotidiano de uma equipe máster feminina de voleibol. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 129-142, jan.-mar., 2016.

PAZIN, Joris; DUARTE, Maria de Fátima da Silva; POETA, Lisiane Schilling; GOMES, Marcius de Almeida. Corredores de Rua: características demográficas,

treinamento e prevenção de lesões. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, Florianópolis, UFSC, v. 10, n. 3, 2008. Disponível em <www.periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/4210/3516>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Leituras pós-modernistas nos estudos do lazer. In: _____ (org.). **Teorias do lazer**. Maringá, PR: Eduem, 2010.

PORTAL G1 / PARANÁ. **Com aulas gratuitas, projeto 'Yoga no Parque' é retomado em Curitiba**. Publicado em: 13 jan. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/ferias-verao/2015/noticia/2015/01/com-aulas-gratuitas-projeto-yoga-no-parque-e-retomado-em-curitiba.html>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Boletim PMC – Plano de Urbanização de Curitiba**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, n. 12, nov.-dez., 1943.

_____. **Centro de Atividade Física Profª Judith Passos**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/equipamento/centro-de-atividade-fisica-prof-judith-passos/93>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 427/83 – Define critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas**. Diário Oficial do Município, Curitiba, PR. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1983/43/427/decreto-n-427-1983-define-criterios-para-denominacao-de-areas-publicas-ajardinadas>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

_____. **Decreto nº 471/1988 - Dispõe sobre os Parques Municipais e dá outras providências**. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00086344.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2015.

_____. **Decreto nº 525/2004 - Regulamenta o parágrafo único do Art. 2º, da Lei nº. 10.906/03, que dispõe sobre a promoção e realização de eventos no Município de Curitiba, estabelecendo critérios para utilização de espaços públicos**. Disponível: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00086346.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

_____. **Decreto nº 990 - Dispõe sobre o comércio ambulante e dá outras providências**. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084615.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Lei nº 699/1953 - Dispõe sobre o Código de Posturas e Obras do Município de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegislacaoForm.jsp>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Lei nº 2.660/1965 - Criando o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, com a sigla IPPUC, e alterando a constituição de órgãos internos da Prefeitura Municipal.** Disponível em: <<http://imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Lei-2660-65.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Lei nº 2.828 de 10 de agosto de 1966 - Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas Diretrizes Básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município.** Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarlindahotempo.php?pagina=12&idioma=1&tipo=&posicao=5&titulo=1960%20a%201970&ampliar=sim>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Lei nº 2.942 de 27 de dezembro de 1966 - Normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos no Município de Curitiba.** Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2011/00111859.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Lei nº 6.407 de 12 de agosto de 1983 – Regulamenta o comércio ambulante e atividades afins e dá providências correlatas.** Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084625.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Lei nº 8.696/1995 - Cria a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer.** Disponível em: <<http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/PDF/Decretos/SMELJ/Lei%208696.1995.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. **Lei nº 11.266 de 16 de dezembro de 2004 - "Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município.** Disponível em: <<http://ippuc.org.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

_____. **Lei nº 14.634 - Dispõe sobre a comercialização de alimentos em áreas públicas e particulares "FOOD TRUCKS".** Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2015/00161992.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Nossos parques são nossas praias.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/nossosparques>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Parque Barigui.** Publicado em: 21 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-barigui/292>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

_____. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barigui.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2007.

_____. **Plano Diretor 2004.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/planodiretor>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/CURITIBA EM DADOS. **2013 Parques por Bairro, Regional e Localização em Curitiba.** Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____. **Curitiba em Dados.** Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>. Acesso em: 30 set. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Plano Diretor de Curitiba 2014.** Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/INFORMATIVO%20PLANO%20DIRETOR%20DE%20CURITIBA%202014%20COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017. Curitiba: IPPUC, 2014.

_____. **Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba.** Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/mostrarlindahotempo.php?pagina=12&idioma=1&tipo=&posicao=5&titulo=1960%20a%201970&ampliar=sim>>. Acesso em: 09 nov. 2017. Curitiba: IPPUC, 1965.

_____. **Shape – Divisa de Bairros.** Publicado em: junho 2012. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. **Shape – Parques e Bosques.** Publicado em: junho 2012. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. **Shape – Praças e Jardinetes.** Publicado em: junho 2012. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE. **Calendário oficial – Corridas de Rua, Ciclismo e Caminhadas 2015.** Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2015/00175364.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Calendário oficial – Corridas de Rua, Ciclismo e Caminhadas 2016.** Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2016/00185155.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Calendário oficial – Corridas de Rua, Ciclismo e Caminhadas 2017.** Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2017/00204006.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Departamento de Lazer.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/departamento-de-lazer/968>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. **Parque Barigui**. Atualizado em 21 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-barigui/292>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. **Parques e Bosques**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-smma/267>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

QUARESMA, Sílvia Jurema. Durkheim e Weber: inspiração para uma nova sociabilidade, o neotribalismo. **Em Tese** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol 2, nº 1 (3), jan./jul, p. 81 – 89, 2005.

QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. Considerações sobre o Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa. In: Jussara Ayres Bourguignon (Org.). **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009, p. 63-84.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECHIA, Simone. Como São Pensados os Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer nas Cidades? “Pistas” para possíveis respostas. In: MARCELLINO, Nelson; FERREIRA, Almeida (Orgs.). **Brincar, Jogar, Viver**. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. v. II.

_____. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2005.

_____. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. 2003, 199 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____; BETRÁN, Javier Olivera. Parque urbanos de Barcelona: relação entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 181-202, jul./set., 2010.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

_____. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SALGADO, José Vítor Vieira; CHACON-MIKAHIL, Mara Patrícia Traina. **Corrida de Rua: análise do crescimento do número de provas e de praticantes**. Conexões, v. 4, n. 1, 2006.

SANCHÉZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2ª ed. Chapecó, SC: Argos, 2010.

_____. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 24, março 1988, p. 139-172.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coord.). **Quando a rua vira casa, A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro, IBAM/FINEP, 1981.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **O espaço dividido**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. **Terra Livre / O Espaço em Questão**, n. 5, 1988.

_____. O retorno do território. **OSAL** (Observatório Social de América Latina), ano VI, n. 16, enero-abril 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 309-314, 2003.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 21 - 37, 2004.

_____. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 50, Abril 2000.

SOUZA, Juliano de; STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A sociologia configuracional de Norbert Elias – potencialidades e contribuições para o estudo do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 429-445, abril-junho 2014.

STADNIK, Adriana Maria Wan. **Representações e práticas de professores universitários de educação física**: quatro histórias de vida. 2008, 486 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) - Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, 2008.

_____; CUNHA, António Camilo; PEREIRA, Beatriz. Ginástica geral: uma proposta para a educação física escolar. **EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PUCPR** - Práxis, 6, 2006, Curitiba. Anais do EDUCERE - Curitiba: PUCPR, p. 861-874, 2006.

STIGGER, Marco Paulo. Estudos etnográficos sobre esporte e lazer: pressupostos teórico-metodológicos e pesquisa de campo. In: STIGGER, Marco Paulo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime; SILVEIRA, Raquel da (orgs.). **O esporte na cidade: Estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

STEBBINS, Robert A. Lazer e felicidade. Tradução Marina Gomes. **ComCiência**, n.161, Campinas, set. 2014.

_____. **Personal decision in the public square**: beyond problem solving into a positive sociology. New Brunswick/New Jersey: Transaction Publishers, 2009.

_____. **Serious Leisure**: a perspective for our time. New Jersey: Transaction, 2008.

_____. **The Idea of Leisure**: first principles. New Jersey: Transaction, 2012.

TEIXEIRA, Heraldo Marconi da Costa. **A Festa do Bumba-Meu-Boi da Maioba na Configuração do Estilo de Vida e Lazer**. 2008, 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2008.

_____. A Festa do Bumba-Meu-Boi da Maioba na Configuração do Estilo de Vida e Lazer. In: **CONNEPI – CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA BELÉM**, 4, Belém, 2009. Anais do CONNEPI, 2009.

_____.; et al. O lazer sério no cotidiano da festa popular do BUMBA-MEU-BOI. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E MOTRICIDADE HUMANA**, e SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2007, Rio Claro: Motriz, v. 13., p. 329-329, 2007.

TREVISAN, Dalton. **Em busca de Curitiba perdida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro (org.). **Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais da Curitiba**. Curitiba: Unilivre, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**. V. 4. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar – a perspectiva da experiência**. Londrina, PR: EDUEL, 2013.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina, PR: EDUEL, 2012.

VALENTIN, Renato Beschizza. **Sobre o lazer das tribos urbanas: o final de semana no Parque Barigui**. 2009, 293 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2009.

VEJA. **A capital de um país viável: Curitiba, um paraíso da classe média, faz 300 anos com a fama de melhor e mais inovadora cidade do país**. São Paulo, p. 98-75, 31 mar. 1993.

VILLAVERDE, Sandoval. **Da natureza do espaço ao espaço da natureza: reflexões sobre a relação corpo-natureza em parques públicos urbanos**. 1999, 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

WILHEIM, Jorge. **Plano Preliminar Urbanístico da Cidade de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.jorgewilheim.com.br/legado/Projeto/visualizar/1662>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2017.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. Por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas: FFLCH-USP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOGA NO PARQUE. **Temporada de verão 2015/16.** Publicado em: 22 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/yoganoparque/photos/a.194234470592603.56303.194182653931118/1267115403304499/?type=3&theater>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Yoga no Parque.** Disponível em: <<http://www.yoganoparque.com.br/website/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de diário de campo**1. IDENTIFICAÇÃO:****Data:** ____ / ____ / ____**Local:** _____**Horário:**

- Início da observação: ____ horas ____ minutos
- Término da observação: ____ horas ____ minutos

Clima: _____**2. ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO:**

- a) Descrição do cenário encontrado;
- b) Descrição dos participantes (tais como número, gênero, características gerais);
- c) Cronologia de acontecimentos;
- d) Descrição de comportamentos e interações;
- e) Registro de conversas e interações verbais.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada – Gestores Públicos

1. Identificação: _____
2. Nome: _____
3. Órgão: _____
4. Função: _____
5. Formação acadêmica: _____
6. Relação com a gestão dos parques públicos de Curitiba: _____

7. Data de realização da entrevista: _____
8. Curitiba possui muitos espaços públicos, caracterizados por grandes áreas verdes, tais como parques, praças e bosques. Os parques se destacam nesse contexto, sendo chamados muitas vezes de “praia dos curitibanos”. Como esses espaços foram historicamente e socialmente constituídos? Qual a influência desses espaços públicos no lazer da população?
9. Historicamente os parques são utilizados para a prática de atividade física, mas nos últimos anos tem se destacado a presença de empresas (assessorias esportivas) e a realização de eventos nestes espaços voltados, especialmente, para a prática de corrida. É necessária uma autorização da Prefeitura Municipal de Curitiba para a realização desses eventos e utilização do espaço por essas empresas? Qual a opinião da Prefeitura em relação a essa utilização?
10. Com a presença dessas empresas (assessorias esportivas) nos parques, foi percebido um aumento do fluxo de pessoas nesses espaços públicos? Há algum tipo de estimativa ou registro do número dos usuários dos parques?
11. A presença dessas empresas influencia e/ou interfere na apropriação dos parques pelo restante da população?
12. Há alguma política ou proposta de política por parte do órgão que o Sr. (Sra.) representa especificamente associada à presença destas assessorias esportivas nos parques públicos da cidade? E em relação à outras iniciativas de caráter privado?
13. Já foi encaminhado à essa secretaria algum comentário especificamente a respeito da presença das assessorias?
14. Há alguma política ou proposta de política da Prefeitura que busque estimular a apropriação dos espaços públicos pela população?
15. O que significa a apropriação dos parques pela população? Como ela interfere nesse espaço? Tem caráter positivo, negatividade ou em nada altera?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada – Profissionais das Assessorias Esportivas

1. Identificação: _____
2. Nome: _____
3. Assessoria Esportiva que representa: _____
4. Espaços públicos onde a Assessoria atua: _____

5. Contato: _____
6. Data de realização da entrevista: _____
7. Curitiba possui muitos espaços públicos, caracterizados por grandes áreas verdes, tais como parques, praças e bosques. Por que optaram por propor atividades físicas ao ar livre?
8. Há quanto tempo realizam atividades aqui?
9. Por que a empresa escolheu esse parque para desenvolver suas atividades?
10. Há diversas empresas espalhadas pelo parque. Como foi determinado o local no parque onde a empresa se fixaria? Ela sempre esteve neste local?
11. O parque é um local público. Há alguma normatização realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba ou outra instituição sobre a utilização do espaço? Qual sua opinião?
12. Em geral, qual o objetivo leva as pessoas a contratarem os serviços da assessoria esportiva?
13. Como os alunos, em geral, ficam sabendo e escolhem a assessoria?
14. Por ser um espaço público, vocês dividem o espaço com alunos e usuários do parque. Como é essa interação?
15. Geralmente os alunos possuem uma rotina entre chegar no parque e finalizar o treino. Como ela ocorre? É possível realizar uma descrição?
16. É possível perceber alguma alteração das formas e intensidade da apropriação do parque com a presença das assessorias nos últimos anos?
17. Você acredita que é importante a apropriação dos espaços públicos pela população? Por que?

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada – Alunos das
assessorias esportivas**

1. Identificação: _____
2. Nome: _____
3. Idade: ____ anos 4. Sexo: ____ 5. Profissão: _____
6. Bairro de residência: _____
7. Contato: _____
8. Data de realização da entrevista: _____
9. Curitiba possui muitos espaços públicos, caracterizados por grandes áreas verdes, tais como parques, praças e bosques. Os parques se destacam nesse contexto, sendo chamados muitas vezes de “praia dos curitibanos”. Qual a importância dos parques para você? E especificamente este parque?
10. Há quanto tempo frequenta o Parque Barigui?
11. Quantos dias por semana você costuma vir a este parque?
12. Porque frequenta o parque? E qual o motivo o fez escolher o Parque Barigui para realizar atividades físicas com a orientação de uma assessoria esportiva?
13. O que te levou a praticar atividades físicas com assessoria esportiva ao ar livre?
14. Além da prática esportiva orientada pela assessoria, quais atividades desenvolve no parque e quando?
15. Por que desenvolve essas atividades no parque?
16. O que você mais aprecia aqui? Por que?
17. Qual a importância do Parque Barigui dentro do seu cotidiano? E a prática da corrida neste espaço?
18. Historicamente os parques são utilizados para a prática de atividade física, mas nos últimos anos tem se destacado a presença de assessorias esportivas e eventos promovidos por empresas privadas nestes espaços voltados, especialmente, para a prática de corrida. Qual sua opinião sobre essa utilização? A presença destas assessorias traz vantagens ou desvantagens?
19. Por ser um espaço público, vocês dividem o espaço usuários do parque. Como é essa interação?

20. Você se sente seguro em todo o parque? Há algum local que se destaque enquanto seguro ou inseguro? Por que?

21. Você acredita que frequentar e utilizar este espaço público é importante? Por quê?

22. O Sr. (Sra.) acha importante o oferecimento deste tipo de serviço gratuitamente nos parques?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista semiestruturada – Usuários do Parque

1. Identificação: _____
2. Nome: _____
3. Idade: _____ anos 4. Sexo: _____ 5. Profissão: _____
6. Bairro de residência: _____
7. Contato: _____
8. Data de realização da entrevista: _____
9. Curitiba possui muitos espaços públicos, caracterizados por grandes áreas verdes, tais como parques, praças e bosques. Os parques se destacam nesse contexto, sendo chamados muitas vezes de “praia dos curitibanos”. Qual a importância dos parques para você?
10. Qual a importância do Parque Barigui dentro do seu cotidiano?
11. Há quanto tempo frequenta o Parque Barigui?
12. Quantos dias por semana você costuma vir a este parque? E em quais horários?
13. Porque frequenta o parque?
14. Quais atividades desenvolve no parque e quando?
15. Por que desenvolve essas atividades no parque?
16. Você acredita que frequentar e utilizar este espaço público é importante? Por quê?
17. Você se sente seguro em todo o parque? Há algum local que se destaque enquanto seguro ou inseguro? Por quê?
18. Por ser um espaço público, vocês dividem o espaço com outros usuários do parque. Como é essa interação?
19. Historicamente os parques são utilizados para a prática de atividade física, mas nos últimos anos tem se destacado a presença de assessorias esportivas e eventos promovidos por empresas privadas nestes espaços voltados, especialmente, para a prática de corrida. Quando você frequenta o parque, consegue perceber a presença dessas empresas?
20. Caso a resposta seja sim, quais características permitem que você perceba a presença das assessorias esportivas no parque?
21. Qual sua opinião sobre essa utilização?
22. Você acredita que a presença dessas empresas, especialmente as assessorias esportivas, interfere de alguma forma na dinâmica do parque?

**APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido (T.C.L.E.)
pesquisas com seres humanos**

**TÍTULO DO PROJETO: Lazer e o direito à cidade: o caso das assessorias
esportivas nos parques públicos de Curitiba/Pr**

Pesquisadora Responsável: Profa. Ms. Mariana Ciminelli Maranhão, portadora do RG 9.325.111-3.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender de que forma a apropriação dos espaços públicos do município de Curitiba, por meio de assessorias esportivas, molda (ou não) formas específicas de acesso ao lazer.

Caso você participe da pesquisa, será solicitado que você ceda uma entrevista semiestruturada que será gravada. A entrevista se refere a sua relação com o tema e será feita em uma etapa. A pesquisadora se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.

A pesquisa não trará riscos, nem despesas para você. Também não há remuneração para a participação no estudo, sua participação é completamente voluntária. Se aceitar participar, poderá sair do estudo a qualquer momento, mas é importante que comunique esta decisão ao pesquisador. Cabe salientar que todas as informações serão tratadas de forma ética e cautelosa, sendo que os resultados individuais ou coletivos serão divulgados cientificamente.

As dúvidas sobre a pesquisa poderão ser respondidas pela pesquisadora Mariana Ciminelli Maranhão através do telefone: (41) 8805-1270 ou pelo e-mail: maranhao.mari@gmail.com, ou ainda junto a Comissão de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, situada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, Uvaranas, Campus Universitário, Bloco M, Sala 100, CEP: 84030-900, Ponta Grossa – PR. Homepage: www.uepg.br/coep, e-mails: coep@uepg.br (coordenação), seccoep@uepg.br (secretaria), ou ainda pelo telefone: (42) 3220-3108.

Declaro que li as informações contidas neste documento e aceito participar da pesquisa.

Curitiba, ____ de _____ de ____.

Nome e RG do participante:

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador responsável

ANEXO

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Lazer e o direito à cidade: o caso das assessorias esportivas nos parques públicos de Curitiba/Pr

Pesquisador: Mariana Ciminelli Maranhão

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50966815.2.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.339.504

Apresentação do Projeto:

será desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo, por meio de estudo de caso do Parque Barigui, no município de Curitiba/Pr, visto que, recentemente, há a presença de um novo agente social nos parques, estabelecendo novas práticas: as "assessorias esportivas". No caso de Curitiba, o Parque Barigui, especialmente, é exemplar nesta nova estratégia de ocupação. Para o levantamento de dados empíricos, será realizada observação participante no parque em questão, bem como entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, representantes e alunos das assessorias esportivas atuantes nesse espaço. Os dados coletados na pesquisa de campo serão analisados com base na técnica da análise de conteúdo. Para o delineamento da pesquisa, a tese abordará a discussão sobre o lazer e o espaço, a produção do espaço urbano no município de Curitiba, e a apropriação do espaço urbano, visto que, atualmente, o espaço público tem ocupado na cidade moderna um papel de destaque, podendo ser considerado elemento fundamental, articulador e ordenador da sociedade.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 1.339.504

Objetivo da Pesquisa:

Compreender de que forma a apropriação dos espaços públicos do município de Curitiba, por meio de assessorias esportivas, molda (ou não)

formas específicas de acesso ao lazer.

Compreender a relação entre o lazer na cidade e os espaços públicos de Curitiba; historicizar a criação dos espaços públicos do município de

Curitiba, a partir de estratégias específicas de planejamento e desenvolvimento urbano; e conhecer como a inserção das assessorias esportivas, de

caráter privado, no contexto das diversas estratégias existentes de apropriação de espaços públicos de Curitiba, pode influenciar o direito à cidade

e, por consequência, o acesso à cidadania.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não existe um risco físico aos participantes da pesquisa, visto que serão realizadas apenas entrevistas.

Benefícios:

Ampliação da compreensão dos sujeitos participantes da pesquisa sobre os direitos em relação ao espaço público.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A compreensão da relação entre o lazer na cidade de Curitiba e seus espaços públicos, no caso o parque Barigui, é foco desse trabalho com a intenção de se perceber como essa relação influencia o acesso à cidade e à cidadania. Tal estudo será conduzido por meio de entrevistas gravadas com gestores públicos, representantes e alunos das assessorias esportivas atuantes e estima-se que a pesquisa contribuirá para o debate acerca das formas de apropriação dos espaços públicos, enquanto direito à cidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A documentação encaminhada é pertinente e está de acordo com as diretrizes.

Recomendações:

Enviar relatório final após a conclusão do projeto de pesquisa para evitar pendências com a COEP ou com a

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco M, Sala 100.

Bairro: Uvarararas **CEP:** 84.030-900

UF: PR **Município:** PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG**



Continuação do Parecer: 1.339.504

PROPESP via notificação pela plataforma Brasil (on line).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de opinião favorável a aprovação desse projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_619114.pdf	13/11/2015 22:14:44		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Mariana_20001.pdf	13/11/2015 22:13:56	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Atorizacao_pesquisa_parques_e_pracas.jpg	11/11/2015 10:46:20	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	LAZER_E_O_DIREITO_A_CIDADE_PROJETO_COMITE_DE_ETICA.pdf	10/11/2015 22:12:08	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MARIANA.pdf	10/11/2015 22:09:18	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 26 de Novembro de 2015

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador)

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Lazer e o direito à cidade: o caso das assessorias esportivas nos parques públicos de Curitiba/Pr

Pesquisador: Mariana Ciminelli Maranhão

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50966815.2.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.777.904

Apresentação do Projeto:

Lazer e o direito à cidade: o caso das assessorias esportivas nos parques públicos de Curitiba/Pr

Objetivo da Pesquisa:

Para o desenvolvimento da pesquisa, propõe-se como ferramentas metodológicas a realização de observação participante e entrevistas semiestruturadas, a fim de compreender as relações e possíveis tensões entre a apropriação do espaço público pelas assessorias e seus alunos, e a cidadania enquanto direito à cidade. A observação participante ocorrerá no Parque Barigui, Município de Curitiba/Pr. As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com gestores públicos, representantes de assessorias esportivas atuantes no espaço pesquisado e alunos destas empresas, e demais usuários do parque.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não existe um risco físico aos participantes da pesquisa, visto que serão realizadas apenas entrevistas, e que serão mantidas em sigilo absoluto.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.
Bairro: Uvaranas **Cel:** 84.090-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3105 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Lazer e o direito à cidade: o caso das assessorias esportivas nos parques públicos de Curitiba/Pr

Pesquisador: Mariana Ciminelli Maranhão

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50966815.2.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.777.904

Apresentação do Projeto:

Lazer e o direito à cidade: o caso das assessorias esportivas nos parques públicos de Curitiba/Pr

Objetivo da Pesquisa:

Para o desenvolvimento da pesquisa, propõe-se como ferramentas metodológicas a realização de observação participante e entrevistas semiestruturadas, a fim de compreender as relações e possíveis tensões entre a apropriação do espaço público pelas assessorias e seus alunos, e a cidadania enquanto direito à cidade. A observação participante ocorrerá no Parque Barigui, Município de Curitiba/Pr. As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com gestores públicos, representantes de assessorias esportivas atuantes no espaço pesquisado e alunos destas empresas, e demais usuários do parque.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não existe um risco físico aos participantes da pesquisa, visto que serão realizadas apenas entrevistas, e que serão mantidas em sigilo absoluto.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.
Bairro: Uvaranas **Cep:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** cosp@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG**



Continuação do Parecer: 1.777.504

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Mariana_20001.pdf	13/11/2015 22:13:56	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_pesquisa_parques_e_pracas.jpg	11/11/2015 10:46:20	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	LAZER_E_O_DIREITO_A_CIDADE_PROJETO_COMITE_DE_ETICA.pdf	10/11/2015 22:12:08	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MARIANA.pdf	10/11/2015 22:09:18	Mariana Ciminelli Maranhão	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 17 de Outubro de 2016

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador)

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100.
Bairro: Uvaranas **Cep:** 84.090-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** conep@uepg.br

ANEXO B – Autorização para pesquisa em parques e bosques de Curitiba



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE PARQUES E PRAÇAS
GERÊNCIA DE PARQUES E BOSQUES

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA PARQUES E BOSQUES DE CURITIBA

Pesquisador(s) Solicitante(s):	Mariana Ciminelli Maranhão		
Instituição:	Universidade Estadual de Ponta Grossa - PPG Ciências Sociais Aplicadas		
Orientador:	Professor Doutor Constantino Ribeiro de Oliveira Junior		
Endereço:	Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Ponta Grossa/PR	Contato:	Telefone: 8805-1270 E-mail: maranhao@gmail.com
Parque / Bosque:	Parque Barigui		
Período:	01 de Janeiro a 31 de Julho de 2016	Horário:	das 08 às 20 horas
Descrição das atividades:	Coleta de informações, levantamento de dados sobre o parque, aplicação de questionários e realização de entrevistas com frequentadores do parque.		
Utilização de equipamentos para coleta de amostras:	sim (X)	não ()	
Tipo:	Maquina fotográfica, filmadora e gravador de voz	Finalidade:	Estudos sobre assessorias esportivas.
Utilização de veículos leves ou pesados para carga e descarga:	() Sim	(X) Não	
Observações:	Esta autorização não dispensa a necessidade de outras autorizações de órgãos tais como IAP, IBAMA, ICMBIO, ANVISA ou do CNPQ. A proteção, segurança e guarda de pessoas e equipamentos fica sob responsabilidade dos pesquisadores.		

Curitiba, 26 de Outubro de 2015

MAPP 4G Em

Eng^a Walquíria Pizatto Lima
Gerente de Parques e Bosques
Matrícula 140.403

NORMAS DE UTILIZAÇÃO

- 1- FICA O SOLICITANTE RESPONSÁVEL POR QUAISQUER DANOS CAUSADOS DURANTE AS ATIVIDADES
- 2- O SOLICITANTE DEVERÁ MANTER O LOCAL LIMPO APÓS AS ATIVIDADES.
- 3- O SOLICITANTE DEVERÁ ATENDER AS SOLICITAÇÕES DOS FISCALIS CREDENCIADOS PELA SMMA.
- 4- AS ATIVIDADES DEVERÃO SEGUIR RIGOROSAMENTE AS NORMAS ESTIPULADAS PELA SMMA.
- 5- OS LOCAIS UTILIZADOS DEVERÃO SEGUIR CONFORME ESTIPULADOS PREVIAMENTE PELA SMMA.
- 6- A PRESENTE AUTORIZAÇÃO DEVERÁ ESTAR NO LOCAL DAS ATIVIDADES
- 7- O SOLICITANTE TEM 24 HORAS PARA DESMONTAR E RETIRAR EQUIPAMENTOS APÓS AS ATIVIDADES.
- 8- AS INSTALAÇÕES INCLUSIVE ELÉTRICAS FICARÃO A CARGO DO SOLICITANTE.
- 9- FICA A CRITÉRIO DESTA SMMA RENOVAR OU NÃO FUTURAS AUTORIZAÇÕES.
- 10- AS ATIVIDADES PODEM SER INTERROMPIDAS A QUALQUER TEMPO PELA AUTORIDADE COMPETENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE PODENDO SEREM REMOVIDAS AS INSTALAÇÕES PELOS FISCALIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.

COMPROMETO-ME A SEGUIR OS TERMOS ACIMA ESTIPULADOS:

Nome do Responsável:	Mariana Ciminelli Maranhão	Fone:	41 8805-1270
Data e Assinatura:	29 / 10 / 15	Assinatura	Mariana Ciminelli Maranhão

MAPP4G C:\1997\EXCEL\MAPP4G\AUTORIZAÇÃO PARA EVENTOS.XLS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE PARQUES E PRAÇAS
GERÊNCIA DE PARQUES E BOSQUES

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA PARQUES E BOSQUES DE CURITIBA

Pesquisador(es) Solitante(s):	Mariana Ciminelli Maranhão		
Instituição:	Universidade Estadual de Ponta Grossa - PPG Ciências Sociais Aplicadas		
Orientador:	Professor Doutor Constantino Ribeiro de Oliveira Junior		
Endereço:	Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Ponta Grossa/PR	Contato:	Telefone: 8820-1270 E-mail: marinho@gmail.com
Parque / Bosque:	Parque Barigui		
Período:	01 de Setembro a 30 de Dezembro de 2016	Horário:	das 08 às 20 horas
Descrição das atividades:	Coleta de informações, levantamento de dados sobre o parque, aplicação de questionários e realização de entrevistas com frequentadores do parque.		
Utilização de equipamentos para coleta de amostras:	sim (X)	não ()	
Tipo:	Máquina fotográfica, filmadora e gravador de voz	Finalidade:	Estudos sobre assessorias esportivas.
Utilização de veículos leves ou pesados para carga e descarga:	() Sim	(X) Não	
Observações:	Esta autorização não dispensa a necessidade de outras autorizações de órgãos tais como IAP, IBAMA, ICMBIO, ANVISA ou do CNPQ. A proteção, segurança e guarda de pessoas e equipamentos fica sob responsabilidade dos pesquisadores.		

Curitiba, 01 de setembro de 2016

15-09-2016

 Diretor Municipal do Meio Ambiente
 Curitiba, 01-09-2016

NORMAS DE UTILIZAÇÃO

- 1- FICA O SOLICITANTE RESPONSÁVEL POR QUAISQUER DANOS CAUSADOS DURANTE AS ATIVIDADES
- 2- O SOLICITANTE DEVERÁ MANTER O LOCAL LIMPO APÓS AS ATIVIDADES
- 3- O SOLICITANTE DEVERÁ ATENDER AS SOLICITAÇÕES DOS FISCALIS CREDENCIADOS PELA SMMA
- 4- AS ATIVIDADES DEVERÃO SEGUIR RIGOROSAMENTE AS NORMAS ESTIPULADAS PELA SMMA
- 5- OS LOCAIS UTILIZADOS DEVERÃO SEGUIR CONFORME ESTIPULADOS PREVIAMENTE PELA SMMA
- 6- A PRESENTE AUTORIZAÇÃO DEVERÁ ESTAR NO LOCAL DAS ATIVIDADES
- 7- O SOLICITANTE TEM 24 HORAS PARA DESMONTAR E RETIRAR EQUIPAMENTOS APÓS AS ATIVIDADES
- 8- AS INSTALAÇÕES INCLUSIVE ELÉTRICAS FICARÃO A CARGO DO SOLICITANTE
- 9- FICA A CRITÉRIO DESTA SMMA RENOVAR OU NÃO FUTURAS AUTORIZAÇÕES
- 10- AS ATIVIDADES PODEM SER INTERROMPIDAS A QUALQUER TEMPO PELA AUTORIDADE COMPETENTE DA SECRETARIA MUN DO MEIO AMBIENTE PODENDO SEREM REMOVIDAS AS INSTALAÇÕES PELOS FISCALIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

COMPROMETO-ME A SEGUIR OS TERMOS ACIMA ESTIPULADOS:

Nome do Responsável:	Mariana Ciminelli Maranhão	Função:	Coordenadora
Data e Assinatura:	01/09/2016	Assinatura:	

BRANCO O IMPORTE DA AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA